ASSUNÇÃO
MADRI
UENOS AIRES
TÓQUIO
NOVA IORQUE
LONDRES
LA PAZ
MONTEVIDÉO
HAMBURGO
DE LA SIERRA
PANAMÁ
O FRANCISCO
LISBOA
SANTIAGO
PARIS

BANCO DO BRASIL
BOLETIM
ANO IX - 1974 - Nº 1

BANCO DO BRASIL S.A.

PRESIDENTE – Ângelo Calmon de Sá
Nestor Jost – até 18.03.74

DIRETORES

Administração – Oswaldo Roberto Collin

Pessoal – Admon Ganem

Câmbio e Agências no Exterior – Cesar Dantas Bacellar Sobrinho

Comércio Exterior – Benedicto Fonseca Moreira

Crédito Geral e Rural

1a. Região – Antonio Arnaldo Gomes Taveira
Oziel Rodrigues Carneiro - até 17.04.74
Estados do Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Mato Grosso e Territórios de Rondônia, Roraima e Amapá.

2a. Região – José Aristóphanes Pereira
Camillo Calazans de Magalhães – até 24.03.74
Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Território de Fernando de Noronha.

3a. Região – Carlos Brandão
Sérgio Andrade de Carvalho – até 20.03.74
Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara e o Departamento Geral de Assuntos do PASEP.

4a. Região – Mario Pacini
Estados de Goiás, Minas Gerais e o Distrito Federal.

5a. Região – Rodrigo Horácio Garcia da Costa
Ângelo Amaury Stabile – até 27.03.74
Estado de São Paulo

6a. Região – Walter Peracchi Barcellos
Estados do Paraná e Santa Catarina.

7a. Região – Dinar Goyheneix Gigante
Estado do Rio Grande do Sul

Chefe do Gabinete da Presidência – Amilcar de Souza Martins

Consultor Jurídico – Benedicto Martins de Napoleão do Rêgo

Consultor Técnico – Gilvan de Oliveira Azevedo

ÍNDICE

BANCO DO BRASIL S.A. – BOLETIM – ANO IX – 1974 – N.º 1

EDITADO PELA CONSULTORIA TÉCNICA
Setor Bancário Sul
Edifício Sede do Banco do Brasil, 21.º andar
Brasília (DF) – 70.000

Capa, Programação Visual e Efeitos Fotográficos:
Equipe de Arte da Gráfica do Banco do Brasil

IMPRESSO NA GRÁFICA DO BANCO DO BRASIL – DEMAC/DIGRA
Rua General Bruce, 55-A, São Cristóvão, Rio de Janeiro (GB) – 20.000

BANCO DO BRASIL

Agente do Desenvolvimento e Fator de Integração Nacional

ÂNGELO CALMON DE SÁ
Presidente do Banco do Brasil

O Banco do Brasil, ao longo de sua história, tem desempenhado funções que o caracterizam como estabelecimento sui generis dentro do sistema bancário nacional e internacional.

Ao lado de funções típicas bancárias, de captador e distribuidor de recursos, vem-se constituindo, nos 165 anos de sua existência, no principal instrumento de ação do Governo para a execução da política econômica e financeira.

A convocação do Banco para atuar em atividades alheias à área especificamente bancária tem tido como causa e conseqüência a formação de uma infra-estrutura material e humana de que devem existir, no mundo todo, poucos símiles em termos quantitativos e qualitativos.

Tal circunstância explica a razão pela qual, ao se promover a primeira reforma de profundidade no sistema bancário brasileiro, em 1964, através da Lei n.º 4.595 — que instituiu o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil — não puderam ser retiradas do âmbito do Banco várias funções não características de um estabelecimento bancário.

Com efeito, o mencionado diploma legal, a par de qualificar o Banco do Brasil como instrumento de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, definiu-o como Agente Financeiro do Tesouro Nacional com vistas à arrecadação de tributos federais e à realização dos suprimentos necessários à execução do Orçamento Geral da União.

A partir, pois, do advento da Reforma Bancária, dentro da estratégia global do Governo de promover o desenvolvimento econômico com a simultânea desaceleração do processo inflacionário, o Banco do Brasil passou a figurar como instrumento básico indispensável à implementação de todas as políticas adotadas — fiscal, monetária, cambial e de comércio exterior, e de abastecimento.

POLÍTICA FISCAL

Não detendo obviamente qualquer parcela de responsabilidade na formulação da política fiscal, o Banco desempenha papel decisivo no seu encaminhamento através de um mecanismo arrecadador e distribuidor de comprovada eficiência mercê de sua presença em todo o território nacional.

Por isso mesmo, ficou-lhe igualmente afeta a distribuição dos recursos que compõem o denominado "Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios" e outras tarefas de máxima relevância, das quais caberia ressaltar a arrecadação para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) que, não obstante passível de ser efetuada também pela rede bancária privada, tem no Banco seu quase exclusivo agente, por força de sua infra-estrutura de serviço e pessoal.

POLÍTICA MONETÁRIA

No contexto da política monetária, caberia destacar-se a ação do Banco na administração do crédito em estreita harmonia com as diretrizes emanadas das Autoridades Monetárias, quer na aplicação de seus próprios recursos, quer na qualidade de agente de diferentes programas creditícios governamentais.

Legalmente incumbido de elaborar em conjunto com o Banco Central o Orçamento Monetário, com vistas ao controle dos meios de pagamento, vê-se o Banco contingenciado em seus empréstimos a tetos prefixados naquele documento. Referido contingenciamento impõe ao Banco a necessidade de imprimir cunho altamente seletivo à administração do crédito, orientando suas aplicações para setores de maior significação econômica e sempre com o escopo de suprir ou suplementar a assistência que deveria ser prestada pela rede bancária particular. Daí destinar-se a maior parcela de seus créditos ao amparo do setor agropecuário, notadamente aos pequenos e médios produtores, cujos negócios não oferecem rentabilidade capaz de atrair o interesse dos bancos particulares.

De igual forma, tanto no tocante ao crédito comercial como ao industrial, as disponibilidades previstas no Orçamento são preferentemente canalizadas para as pequenas e médias empresas, sempre com o sentido de suplementar recursos próprios dos beneficiários ou dos obtidos junto a outras fontes financeiras.

Eventuais excessos verificados no Orçamento têm resultado, quase invariavelmente, de aplicações que se inserem em programas prioritários de interesse governamental — mediante recomendação das Autoridades Monetárias — as quais não poderiam ser processadas pelo Banco senão com sacrifício de suas linhas normais de crédito. Entre tais aplicações incluem-se os empréstimos rurais concedidos com base no PROTERRA, os financiamentos para estocagem de carne e os adiantamentos sobre os contratos de câmbio para estimular as vendas de manufaturados ao exterior.

CÂMBIO E COMÉRCIO EXTERIOR

No campo da política cambial e de comércio exterior, o papel do Banco assumiu maior destaque a partir do momento em que o Governo adotou, como variável estratégica do modelo de desenvolvimento, o recurso à poupança externa, de sorte a permitir o crescimento acelerado e auto-sustentado da economia.

No particular, notável foi o desempenho da Carteira de Comércio Exterior, acionando os mecanismos de coordenação e controle a seu alcance para assegurar pleno êxito ao programa de expansão das vendas externas.

Como suporte à intensificação e diversificação das exportações brasileiras, a CACEX promove o financiamento das vendas externas como agente do FINEX e, no mesmo passo, a Carteira de Câmbio aciona linhas de crédito com vistas a proporcionar recursos de giro aos exportadores através dos adiantamentos sobre contratos de câmbio.

A maior demanda de bens importados, resultante da própria evolução da nossa economia, pode ser financiada pela Carteira de Câmbio nas operações de curto prazo, enquanto as de médio e longo prazos são atendidas através de linhas de crédito operadas com apoio em repasses de fundos geridos pelo Banco Central do Brasil e, principalmente, com a utilização de recursos captados por nossas Agências no Exterior, diretamente ou por intermediação junto a outras instituições financeiras, do que são exemplos o FIRAE (Financiamentos com Recursos de Agências do Banco no Exterior), o FIMEQ (Financiamentos para Importação de Máquinas e Equipamentos) e o FIREX (Financiamentos Industriais e Comerciais com Recursos Provenientes da Conversão, em Moeda Nacional, de Empréstimos Externos).

Conseqüência da ênfase que se passou a emprestar ao setor externo, o Banco do Brasil promoveu a instalação de agências nos principais centros financeiros internacionais, tendo o número dessas dependências evoluído de 7 para 16, no último qüinqüênio.

POLÍTICA DE ABASTECIMENTO

Além da assistência creditícia que normalmente proporciona à produção rural e sua comercialização, o Banco é com freqüência chamado a partici-

par de programas especiais tendentes a solucionar problemas de abastecimento, seja com vistas ao aumento da oferta de gêneros alimentícios, seja para solucionar ou prevenir crises conjunturais.

Por muito tempo, deteve o Banco a quase exclusividade no amparo à produção e comercialização de produtos básicos, como o açúcar, exclusividade essa que ainda conserva com relação ao trigo, tanto o importado, através da CACEX, como o nacional por intermédio do Departamento de Comercialização do Trigo Nacional (CTRIN).

Intimamente relacionada com a política de abastecimento, a política de preços mínimos vem sendo executada exclusivamente pelo Banco do Brasil, visto que, dificilmente, qualquer outro organismo poderia dispor do instrumental indispensável à efetivação do mencionado programa.

De fato, por intermédio de suas agências disseminadas por todo o território nacional e junto às áreas de produção, incumbe-se o Banco de múltiplas e complexas tarefas, envolvendo financiamento, aquisição, guarda, conservação, remoção e venda dos produtos, distribuição de sacaria, recolhimento do ICM devido pela Comissão de Financiamento da Produção, etc.

Por outro lado, a participação do Banco como um dos agentes financeiros do Instituto Brasileiro do Café — IBC tem sido decisiva na execução do Plano de Renovação e Revigoramento de Cafezais, que tem por objetivo assegurar a liderança brasileira no mercado mundial do café como fonte segura de obtenção de divisas cambiais.

Não raro, situações críticas no abastecimento ocasionadas por fatores adversos encontram possibilidade de serem superadas graças à requisição dos serviços do Banco, seja para adquirir diretamente ou financiar importações de gêneros alimentícios, seja para promover a formação de estoques reguladores.

AGENTE DO DESENVOLVIMENTO

Na execução de suas múltiplas e diversificadas atividades, o Banco tem recolhido e difundido experiências e conhecimentos de inestimável valor para o aprimoramento das condições sociais e econômicas do povo brasileiro, beneficiando, em última análise, a própria integração nacional.

No setor do crédito rural, por exemplo, de que é pioneiro o Banco, suas normas regulamentares e a ação de seus servidores buscam suprir a deficiência de conhecimentos dos rurícolas, fornecendo informações e estabelecendo exigências que, sobre acautelarem os capitais mutuados, revertem em aumento da produção e produtividade das explorações agropastoris.

Onde possível, o Banco condiciona o fornecimento da ajuda creditícia à conjugação da assistência técnica proporcionada por organismos ou profissionais especializados, de sorte a obviar a agricultura predatória, como soem ser as conduzidas ainda empiricamente à base de queimadas e desmatamentos, à margem, enfim, da utilização dos meios mais atualizados de cultivo e criação.

Dessa experiência longamente vivida do crédito nos seus múltiplos aspectos, tem resultado a participação do Banco na elaboração de leis básicas, como as relacionadas com a institucionalização do crédito rural (Lei n.º 4.829/65) e Decreto n.º 58.380/66), a criação dos títulos de crédito rural (Decreto-lei n.º 167/67), a instituição do PROTERRA (Decreto-lei n.º 1.179/71) e, mais recentemente, do Programa de Garantia das Atividades Agropecuárias — PROAGRO (Lei n.º 5.969/73).

Da mesma forma, na execução do crédito industrial, que surgiu como necessidade do desenvolvimento logo após a II Grande Guerra, o Banco se colocou em posição de vanguarda como agência de fomento e contribuiu de maneira decisiva para a criação de nova mentalidade empresarial no País.

Os pedidos de crédito tinham de ser formalizados consoante roteiros que exigiam informações mínimas sobre a viabilidade técnica e econômica dos empreendimentos, com o que se induziam os investidores a pensar em termos de eficiência e competitividade.

A exemplo do que ocorreu no crédito rural, a experiência recolhida pelo Banco nesse terreno veio possibilitar a instituição das cédulas de crédito industrial, com o Decreto-lei n.º 413/69, através das quais, sem prejuízo da segurança, se conferiu maior simplicidade e celeridade à formalização dos negócios dessa natureza.

Subsidiariamente, a abrangente atuação do Banco no campo creditício tem funcionado como poderoso fator de defesa dos interesses das finanças públicas e da ordem social, por condicionar sua ajuda a que as empresas estejam em situação regular no tocante a seus compromissos tributários, previdenciários e trabalhistas.

O papel educativo e esclarecedor do Banco mais se evidencia com relação a diversas iniciativas governamentais, cujo verdadeiro objetivo e alcance recebem ampla divulgação por intermédio dos administradores de nossas agências, tal como se verifica em relação ao PASEP, de que o Banco é administrador, ao PIS, PRODOESTE, PROVALE, PROTERRA, arrecadação do Imposto de Renda, recolhimento de incentivos fiscais, e na condução de outros serviços.

FATOR DE INTEGRAÇÃO

Os benefícios que o Banco proporciona à unidade nacional não advêm apenas da execução de serviços, mas da própria infra-estrutura material e humana que eles exigem. Na verdade, tem constituído motivo de admiração e surpresa a observadores de todo o mundo a celeridade e eficiência com que se pode mobilizar, para a realização dos mais diferentes e complexos misteres, uma rede nacional de nada menos de 852 agências e 52.000 funcionários, números que raramente encontram paralelo em outra organização bancária no mundo.

É largamente reconhecido que a presença de uma unidade operacional do Banco em áreas mesmo inexploradas constitui fator de polarização de forças econômicas e irradiação de melhoramentos sociais, abrindo campo a múltiplas atividades, inclusive a criação de condições para a futura instalação de agências da rede bancária privada. Essa, aliás, a razão pela qual o Banco não está sujeito às mesmas restrições que o Conselho Monetário Nacional impõe à abertura de agências bancárias privadas, cumprindo-lhe, entretanto, submeter àquele organismo seus programas anuais de instalação de novas dependências.

Na construção de sedes para novas agências, o Banco tem tido presente a contribuição que pode oferecer à melhoria das condições urbanas, além de estimular o aproveitamento de materiais e mão-de-obra locais.

Tal preocupação está do mesmo modo presente na efetivação de programas em curso, de construção de residências para os administradores de agências e moradias para os funcionários do interior, sendo a estes últimos assegurado financiamento sob condições as mais favorecidas, suplementando-se, assim, a ação do Governo com vistas ao equacionamento do problema habitacional.

Ainda sob esse aspecto, é digno de realçar-se a contribuição que o Banco deu à implantação da Capital Federal em Brasília, sendo o primeiro organismo federal a aqui erguer seu edifício-sede e ostentando posição de destacada liderança no que se relaciona com o volume de construção de unidades residenciais, muitas das quais, nos primeiros dias de vida da Capital, tiveram de ser cedidas a outros setores do Governo para viabilizar o funcionamento da administração federal no Planalto.

É, contudo, na área de pessoal que se potencializa a contribuição do Banco ao processo de integração nacional, através do recrutamento periódico e seleção criteriosa de elementos nos mais distantes e diferentes pontos do País, os quais, após determinado período de experiência profissional e freqüência a cursos regulares de treinamento, são, em grande número, chamados a integrar a Direção Geral do Banco e assim contribuir com o conhecimento das peculiaridades das regiões de onde procedem para a elaboração de diretrizes e normas administrativas e operacionais que informam a ação do Banco.

Sem qualquer força de expressão, pode-se afir-

ÂNGELO CALMON DE SÁ, Presidente do Banco do Brasil desde 19.3.74, nasceu em Salvador (BA) a 1º de novembro de 1935. Formado em **Engenharia de Petróleo**, pela Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, detém ainda o título de **Administração Financeira** pela mesma Universidade. Entre diversos cargos exercidos, destacam-se: **Superintendente do Centro Industrial de Aratu, Secretário de Indústria e Comércio e da Fazenda do Governo do Estado da Bahia, Diretor-Superintendente do Banco Econômico S.A.** e **Presidente** ou **Diretor** das diversas empresas que compõem o *Sistema Econômico.*

Como representante do Governo Federal e do Estado da Bahia participou, em vários países, das negociações de acordos internacionais de cacau e sisal. Representou o empresariado brasileiro na *Mesa Redonda sobre Investimentos Estrangeiros na América Latina*, realizada em Caracas, Venezuela, 1973.

Integrou a *Missão Teuto Brasileira à Mesa Redonda* e a *Seminários sobre Investimentos Alemães no Brasil* (1973) e participou da *Reunião do Comitê Coordenador CIAP/BID sobre Investimentos Privados Estrangeiros na América Latina*, 1973.

mar que o Banco constitui autêntica Universidade, de onde têm emanado iniciativas cobrindo os mais importantes e diferentes campos da atividade econômica e financeira do País, das quais se poderia mencionar a criação de bancos estaduais e das chamadas autarquias econômicas — de que é exemplo o atual Instituto Brasileiro do Café, que sucedeu ao antigo Departamento Nacional do Café — além da elaboração, como já ressaltado, de inúmeros textos legais, entre os quais sobressai o da própria Reforma Bancária (Lei n.º 4.595, de 31.12.64).

Formado em ambiente de trabalho, disciplina e estudo, o funcionalismo do Banco é reconhecidamente um corpo de elite que vem colocando sua experiência e conhecimentos a serviço do País em todos os escalões e na quase totalidade dos organismos e entidades públicas, federais e estaduais.

Ocupando diferentes postos da administração pública, inclusive em nível ministerial, o Banco possui cerca de 2.300 servidores, dos quais aproximadamente 1.800 cedidos ao Banco Central do Brasil, que se compôs e consolidou com a incorporação de funcionários do Banco do Brasil, alguns dos quais hoje exercem funções máximas naquela Autarquia.

A extrema mobilidade desse quadro se deve a facilidade com que o Banco pôde processar a transferência de sua Direção Geral para Brasília, onde, atualmente, trabalham e residem mais de 2.000 funcionários, contingente que dificilmente pode ser igualado por qualquer outro órgão da administração pública.

Em síntese, é o Banco do Brasil um instrumento de que não pode prescindir o Governo para a efetivação de qualquer programa no campo econômico-financeiro, e que, se hoje desempenha funções alheias à atividade puramente bancária, é por decorrência da própria impossibilidade e inconveniência de sua substituição por outros organismos.

FORTALECIMENTO DO BANCO

Não obstante, surgem com freqüência tentativas no sentido de retirar do Banco do Brasil alguns de seus encargos, transferindo-os a instituições existentes ou a outras que seriam criadas, como o Banco de Crédito Rural e o Banco de Comércio Exterior.

Contrariamente a qualquer iniciativa nesse sentido, que viria apenas debilitar a secular instituição em detrimento dos mais lídimos interesses nacionais, o que se impõe é o seu crescente fortalecimento, pela incorporação de novos serviços, abrangendo, inclusive, a administração de programas especiais de crédito para implementar planos e metas governamentais.

Com isso, abrir-se-iam ao Banco novas possibilidades de acorrer com a presteza que lhe é peculiar à convocação para participar no esforço pelo desenvolvimento produtivo e na implantação de mecanismos eficazes à solução de questões prioritárias para a economia nacional.

De igual forma, seriam asseguradas ao Banco condições de melhor suportar os ônus de diversas funções que exerce no interesse do Governo, os quais até agora se têm diluído no universo de realizações do Banco graças à eficiência da estrutura de que dispõe.

Nem se alegue que o fortalecimento do Banco implicaria nociva concorrência à rede bancária particular, eis que, como sobejamente comprovado — além de suas aplicações revestirem índole supletiva, e nunca substitutiva, em relação à assistência dos bancos particulares — sua atuação beneficia com freqüência os concorrentes privados.

Exemplo mais recente disso é a difusão, entre os bancos particulares, da modalidade "overdraft", pioneiramente instituída pelo Banco com pleno êxito, através do "cheque-ouro", como poderoso instrumento de captação de poupanças.

Por outra parte, não é demais repetir o que tem significado para a rede bancária particular a instalação pelo Banco do Brasil de agências pioneiras. Com efeito, não selecionando os campos de atuação em função apenas de lucros, mas cônscio de sua missão propulsora do desenvolvimento econômico e social em todo o País, o Banco tem-se feito presente nos mais distantes e agrestes recantos do nosso território, ali promovendo a criação de novos núcleos de progresso e civilização e criando, em última análise, condições favoráveis para o funcionamento de outras unidades bancárias.

A CARTEIRA DE CÂMBIO

CESAR DANTAS BACELLAR SOBRINHO
Diretor da Carteira de Câmbio

HISTÓRICO E LEGISLAÇÃO

A Carteira de Câmbio do Banco do Brasil-DICAM foi criada em 1905, com a finalidade de cumprir a política cambial do Governo. Em 1931, assumia os encargos de fiscalização cambial.

O Decreto-Lei n.º 97, de 23 de dezembro de 1937, instituia o monopólio estatal de câmbio e o delegava ao Banco do Brasil que, em 24 de dezembro de 1937, encerrava as operações de câmbio de conta própria.

Iniciava-se, então, o período de operações de câmbio realizadas por conta e risco do Tesouro Nacional, que se encerrou com o advento da Lei n.º 4.595, de 31.12.64. Esta transferiu ao Conselho Monetário Nacional as incumbências de caráter normativo e ao Banco Central do Brasil as tarefas de natureza executiva na área oficial dos negócios de câmbio. A 1.º de abril de 1965, o Banco do Brasil deu início à fase dos negócios de câmbio por conta e risco do Banco Central do Brasil, que se prolongou até 21 de julho de 1969.

Nesse ínterim, a Carteira encetava as transações de câmbio por conta e risco próprio em 1.º de março de 1967, de sorte que, por lapso superior a dois anos, desenvolveu as atividades da espécie em bases dicotômicas: oficial e comercial.

Principiava, assim, àquela data, a transferência paulatina para o Banco Central do Brasil das funções típicas oficiais na área, conforme previsto na legislação específica:

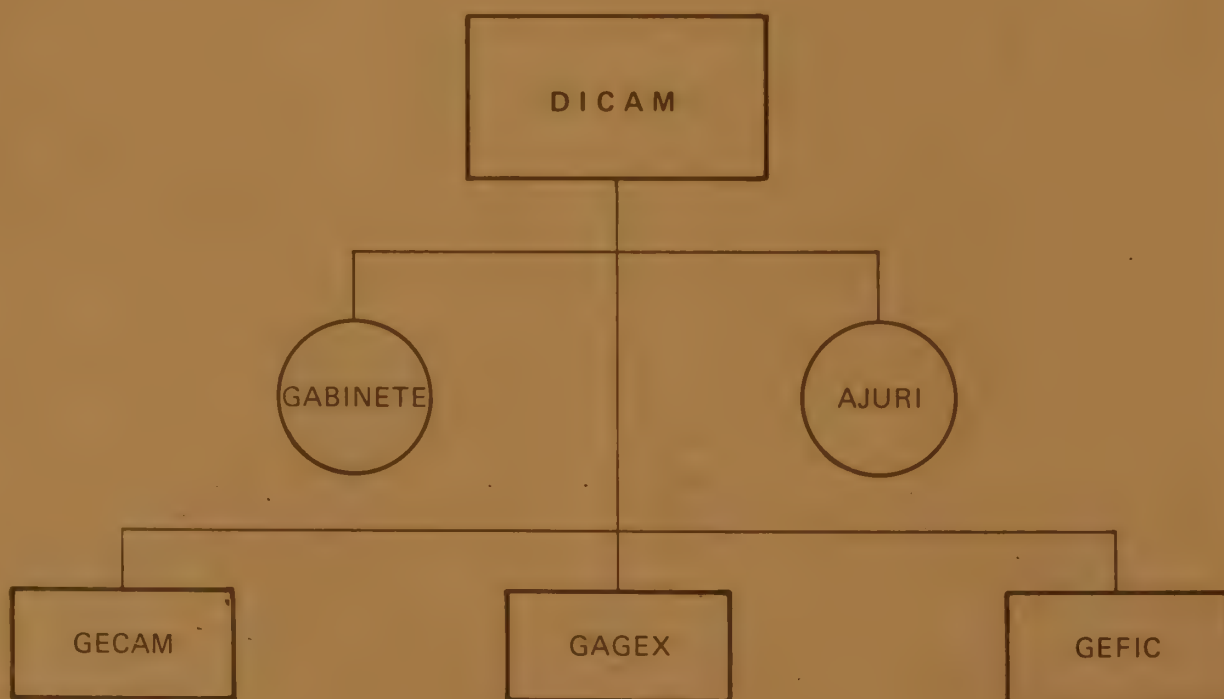
- controle do capital estrangeiro
- controle cambial
- custódia das reservas oficiais de ouro e moeda estrangeira
- relacionamento oficial com instruções financeiras estrangeiras.
- colocação de empréstimos externos
- promoção do regular funcionamento do mercado de câmbio
- munutenção do equilíbrio da balança de pagamentos.

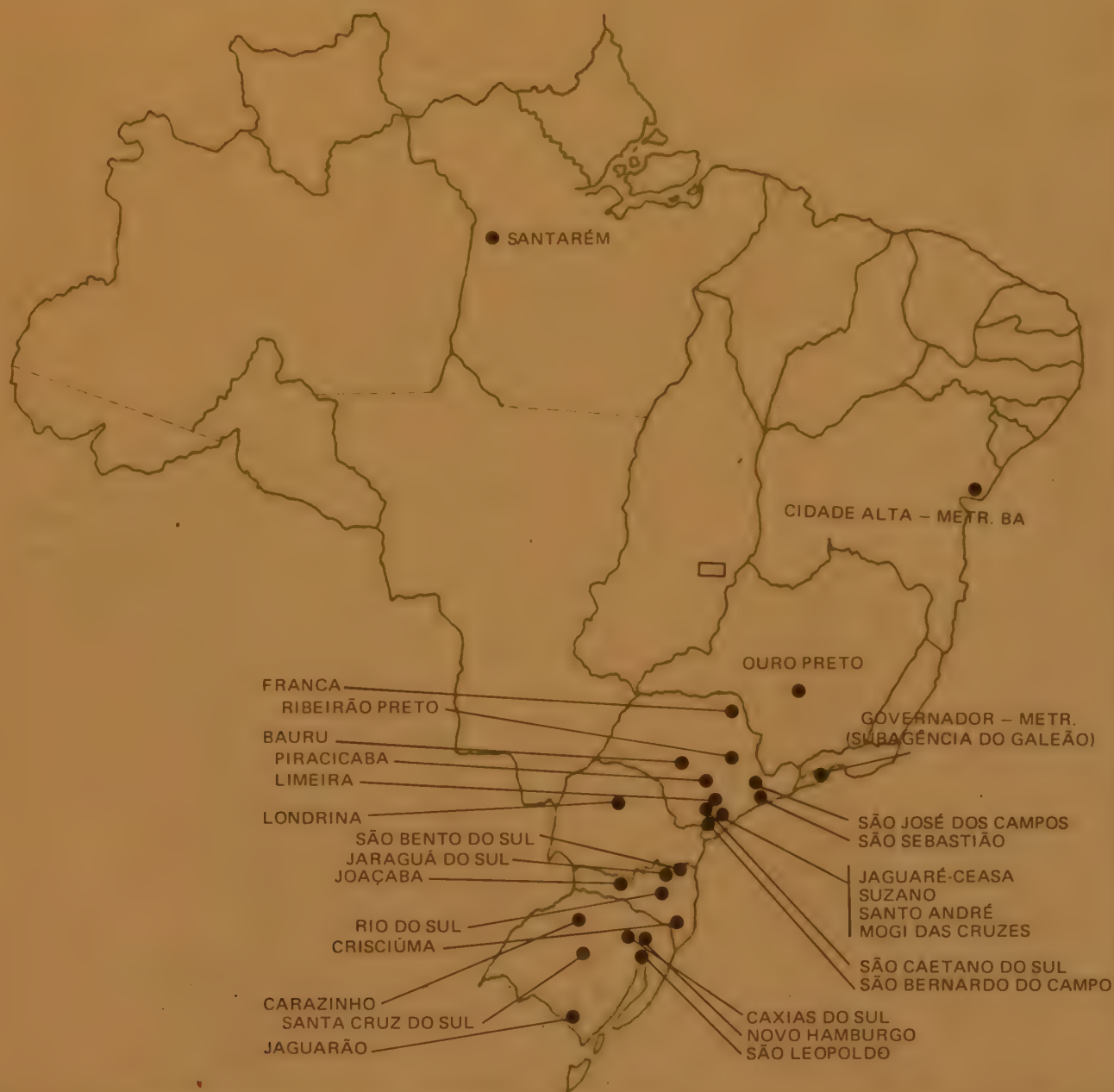
Ao longo das duas fases dos negócios de câmbio delegado, o desempenho da Carteira se caracterizou pelo aspecto de agente do Tesouro Nacional, ocupando-se com as operações de repasse e cobertura. Predominando nos negócios de exportação e importação o interesse público, circunscrevia-se praticamente às transações com os órgãos e empresas da Administração Pública. A Carteira achava-se, então, organizada à feição de Departamento de Câmbio de um Banco Central, devotando-se inteiramente ao exercício de funções eminentemente públicas, imperando, naturalmente, entre o funcionalismo a mentalidade de sadia burocracia administrativa.

A NOVA CARTEIRA

Com a instituição do regime de câmbio por conta própria, impôs-se, de pronto, a reorganização da Carteira na conformidade de outro modelo, a saber, de banco comercial, mas sem jamais olvidar a situação singular que ocupa no sistema financeiro nacional. Na qualidade de instrumento de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, caberia ao Banco realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira, bem como difundir e orientar o crédito, implementando a ação da rede bancária no financiamento das exportações e importações.

A Carteira de Câmbio continuou sob a gestão de um Diretor com jurisdição sobre a totalidade do território nacional, exercendo-a através de duas Gerências com atuação sobre todo o País: a Gerência de Operações de Câmbio-GECAM e a Gerência de Fiscalização e Controle de Câmbio-GEFIC. Em 1972 transferiu-se para o âmbito da Carteira de Câmbio a Gerência Geral das Agências do Exterior-GAGEX, através da qual se processa a administração dos negócios realizados pelas filiais situadas fora do Território brasileiro. À vista dos aspectos peculiares às operações de câmbio, bem assim de seu relacionamento íntimo com o comércio internacional, elementos especializados da Consultoria Jurídica prestam assistência permanente à Carteira.

ATUALIDADE DA CARTEIRA

Atualmente, a Carteira efetua compra e venda de moeda estrangeira em quarenta agências domésticas, as denominadas agências-tronco ou do Grupo CAMIO. A presença direta da Carteira apenas não se faz sentir no Estado do Acre e nos Territórios. Nada obstante, a sua atuação atinge todas as demais filiais domésticas de forma indireta, porque todas elas constituem ramais das agências-tronco, cabendo-lhes a tarefa de detectar negócios de câmbio na respectiva jurisdição e canalizá-los às dependências operativas.

Além disso, ponderados os interesses nacionais e o do próprio Banco, vêm-se conferindo a determinados ramais funções de cunho operativo, em caráter delegado de agência-tronco, criando-se, destarte, a figura da agência intermediadora de operações de câmbio.

Aparelhado com ■ maior rede de agências operadoras de câmbio, o Banco cumpre, assim, também, a sua missão de agente governamental, tornando viável o intercâmbio internacional em regiões menos desenvolvidas, como por exemplo o interior do Maranhão e do Piauí.

O Banco lá fora

No Exterior, como se sabe, o objetivo precípuo da presença do Banco consiste no suporte financeiro e administrativo aos interesses nacionais de natureza econômica, notadamente ao intercâmbio internacional brasileiro e ao aprovisionamento de recursos em divisas destinadas ao tranqüilo curso do processo de desenvolvimento brasileiro.

As agências externas, portanto, acham-se voltadas basicamente ao intercâmbio comercial e financeiro com o Brasil. De sorte que sua matéria-prima operacional é eminentemente cambial, quer na essência, quer na origem dos recursos ou na destinação. Sopesado o fato de que o aspecto cambial como que constitui o meio-ambiente dos negócios das filiais externas e a inseparável conexão existente entre os seus recursos, próprios e alheios, e os haveres em divisas da Sede, consumou-se, em setembro de 1972, a integração da administração operacional da área internacional do Banco à Carteira de Câmbio.

Orientando-se, de início, o ingresso no cenário internacional para a instalação de pontos de apoio ao fluxo comercial com os países limítrofes da América do Sul, aí se consolidou satisfatória rede de seis filiais, cuja história ratifica as previsões que o inspiraram, o progresso mútuo e o desenvolvimento das trocas.

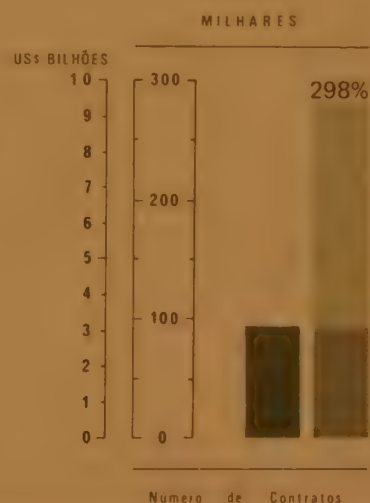
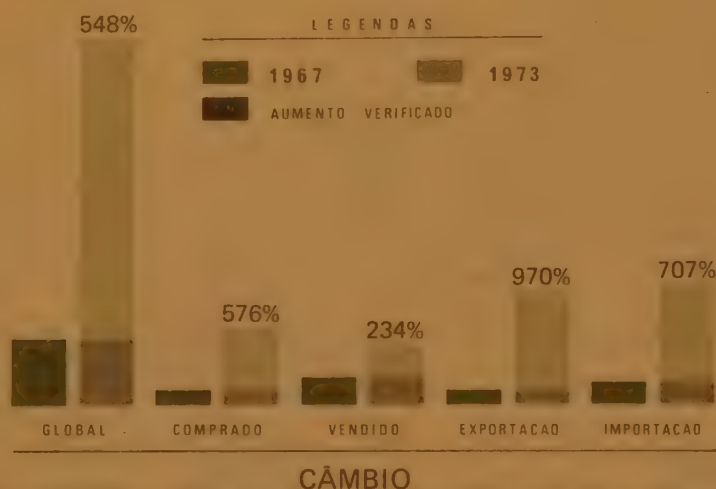
A transformação das estruturas das comunidades nacional e internacional impôs a revisão da política de trabalho, reorientando a frente dinâmica do Banco no sentido de ocupação dos grandes centros financeiros e comerciais do Hemisfério Norte. Com isto, visava-se pleno aproveitamento das oportunidades oferecidas ao progresso do relacionamento específico na região, com natural repercussão no redimensionamento da capacidade de apoio a negócios no Brasil e na América do Sul. Emergindo, primeiramente, em Nova Iorque, o Banco, num quinquênio, ramificou-se por nove países do Norte, pondo em funcionamento oito filiais e dois escritórios; associando-se com eminentes instituições financeiras estrangeiras, na criação de três bancos de investimentos e achando-se prestes a abrir novas agências, além de um banco de investimento exclusivamente com recursos próprios.

Os números globais indicativos da atuação da Carteira no período 1967/73 se expressam no seguinte quadro:

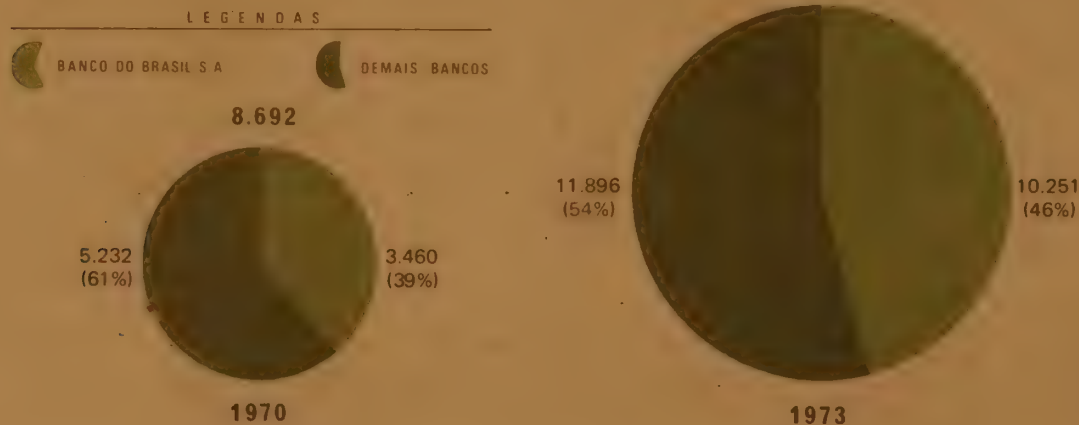
Em US$ Milhões

ANO	CÂMBIO COMPRADO			CÂMBIO VENDIDO			MOVI-MENTO	
	Expor-tação	Finan-ceiro	Total	Impor-tação	Finan-ceiro	Total	GLOBAL	Índice
1967	317	377	694	475	703	1.178	1.872	100
1968	519	525	1.044	708	839	1.547	2.591	138
1969	792	655	1.447	753	814	1.567	3.014	161
1970	1.050	626	1.676	948	836	1.784	3.460	184
1971	1.237	1.098	2.335	1.306	965	2.271	4.606	246
1972	1.871	1.706	3.577	1.540	1.263	2.803	6.380	340
1973	3.076	3.170	5.246	3.357	1.648	5.005	10.251	547

Conferindo-se ao ano de 1967 o índice 100, os valores absolutos acima exibidos assumirão expressivos números representativos da evolução dos negócios:

ANO	CÂMBIO COMPRADO			CÂMBIO VENDIDO		
	Expor-tação	Finan-ceiro	Total	Impor-tação	Finan-ceiro	Total
1967	100	100	100	100	100	100
1968	163	139	150	149	119	131
1969	249	173	208	158	115	133
1970	331	166	241	199	118	151
1971	390	291	336	274	137	192
1972	590	452	515	326	179	237
1973	970	575	630	706	234	424

EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS

No decurso de sua última reformulação, os negócios da Carteira, no âmbito nacional, tiveram evolução global da ordem de cinco vezes e meia, enquanto o volume dos serviços diretamente ligados triplicaram. O câmbio comercial cresceu oito vezes e o financeiro, três e meia. As compras de exportação multiplicaram-se por dez, ao passo que as financeiras foram seis vezes mais. As vendas para importação atingiram o índice 706, ao mesmo tempo que as financeiras mais que duplicaram.

A análise da composição dos negócios revela a inversão das faixas de participação. O câmbio comprado passou de 37% para 51%; o comercial, de 42% para 62%; o câmbio de exportação, de 45% para 58% e o de importação, de 40% para 67%.

Essa alteração do comportamento do Banco no mercado cambial não se processou por acaso. Aconteceu em decorrência da execução firme de política adotada com o objetivo de dar apoio aos apelos feitos pelas Autoridades no sentido de promover a exportação brasileira; estimular o ingresso de poupança externas e constituir recursos próprios, em moeda estrangeira suficientes para garantir a liquidez interna e externa do Banco, na área internacional.

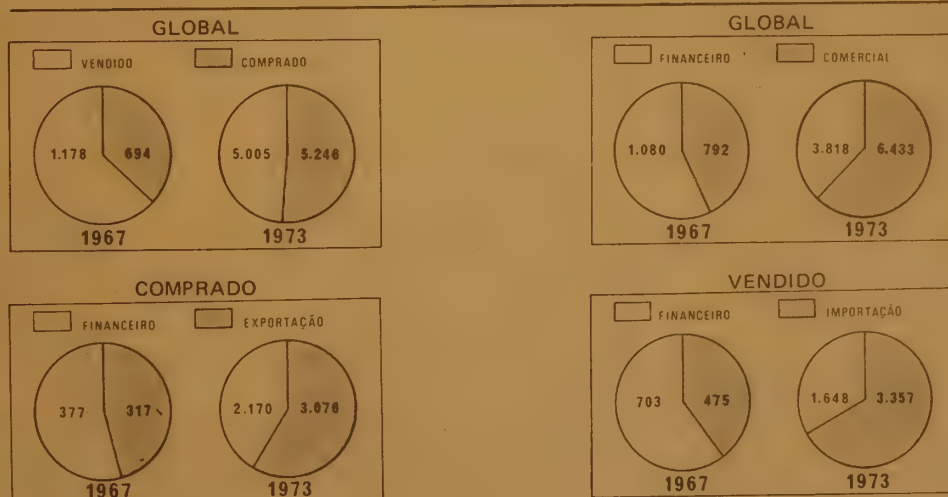
Segundo os dados editados pelo Banco Central do Brasil, o desempenho do setor externo do País traduziu-se da forma seguinte, em milhões de dólares:

Ano	Exportação	Importação	Total	Receitas Financ.	Despesas Financ.	Total
1968	1.881	1.855	3.735	—	—	—
1969	2.311	1.993	4.304	1.232	1.477	2.709
1970	2.739	2.526	5.265	1.509	1.918	3.427
1971	2.904	3.250	6.154	2.094	2.378	4.472
1972	3.987	4.224	8.211	4.530	3.140	7.670
1973	6.198	6.016	12.214	5.642	4.291	9.933

MERCADO NACIONAL

O Banco vem-se mostrando especialmente ativo no mercado de câmbio nacional, oscilando de 39% (exercício de 1970) a 46% (exercício de 1973) a fatia pertencente à Carteira:

COMPOSIÇÃO

CÂMBIO

Tal evolução se deve sobretudo à área comercial do mercado — enquanto a participação nos negócios comerciais subia de 35% para 52%, a atuação no mercado financeiro involuia de 54% para 38%.

Compra e Venda

Embora o arrefecimento da atividade no financeiro haja ocorrido, na mesma proporção, na compra e na venda de câmbio, a evolução dos negócios, no mercado comercial, processou-se constantemente, de 1968 a 1973. No mercado de exportação, a parcela do Banco, em 1968, foi de 27% e, em 1973, 49%. Ao mesmo tempo, o mercado de importação, apresentava-se com avanços e recuos de 38%, no ano de 1968; caía para 37% nos dois anos subseqüentes; alçava-se a 40%, em 1971; baixava a 36%, em 1972, para saltar a 55% em 1973.

Em decorrência da regulamentação cambial vigente — que limita a determinados montantes o saldo do balanço das compras e vendas, ao encerramento do expediente diário — a Carteira, cada dia, ou vende ao Banco Central o excesso sobre o regulamentar comprado, ou compra do Banco Central o excesso sobre o regulamentar vendido. Os negócios de repasse e cobertura se comportaram da seguinte forma de 1967 a 1973, em milhões de dólares:

Ano	Cobertura	Repasse
1967	600	96
1968	808	395
1969	760	604
1970	1.080	659
1971	1.170	1.439
1972	1.533	2.216
1973	2.974	3.226

NEGÓCIOS INTERNACIONAIS

A operação cambial é uma decorrência dos negócios internacionais, não possuindo existência separada deles. Na medida em que as trocas externas se realizam em moeda diversa do País, são estimuladas e desestimuladas pelas Autoridades, na conformidade do interesse nacional. Tais fatos vêem-se perfeitamente retratados nos elementos do intercâmbio do Brasil com o Exterior, bem como na evolução dos negócios de câmbio do Banco.

Isso esclarece o ritmo especialmente intenso da expansão da Carteira, na área do mercado de câmbio, notadamente das compras de câmbio de exportação. Intimamente engajada na política de exportar para assegurar a liquidez externa do Brasil e para alargar a capacidade de abastecimento do produto e tecnologia estrangeiros imprescindíveis ao desenvolvimento acelerado da Nação, deu apoio decidido ao esforço de pro-

dutores e comerciantes nacionais, propiciando-lhes os meios financeiros necessários na forma de adiantamentos sobre contratos de câmbio e cambiais de exportação.

Financiamento e Pré-financiamento

O pré-financiamento das exportações se reveste do aspecto técnico de amparo creditício à necessária reposição de estoque, em face da velocidade e grandeza das transações com o exterior. O exportador, com o fito de recompor o capital de giro, exibe ao Banco o contrato mercantil firmado com o exterior a fim de fechar o contrato de câmbio, com base no qual recebe adiantado o valor do negócio contratado.

O apelo de caráter oficial à Carteira se faz notadamente como sustentação às exportações de café e de outros produtos primários de safra sazonal volumosa e curta, como a soja.

As sociedades de economia mista contam com a exclusiva assistência financeira do Banco, utilizando adiantamentos sobre contratos de câmbio; sobressaem as que se dedicam à exploração dos negócios de minérios, que envolvem muitos milhões de dólares.

Características especiais ou transitórias de determinados mercados também fazem avolumarem-se as solicitações de crédito à Carteira. No ano passado, cresceram as solicitações para o financiamento à importação de matérias-primas, produtos siderúrgicos e máquinas agrícolas. A Carteira prontamente as vem atendendo, utilizando-se de recursos das Agências domésticas e das filiais do Exterior.

No último triênio, o saldo médio dos recursos internos aplicados em adiantamentos sobre contratos de câmbio e em títulos descontados, isto é, na assistência financeira em pré-financiamentos à exportação e financiamento à importação, assim se expressou.

Assistência Financeira	Cr$ Milhões		
	1971	1972	1973
Adiantamentos	536	949	1.686
Títulos Descontados	655	802	1.014
	1.191	1.751	2.700

Em contrapartida, no mesmo período, manteve em **Depósitos Vinculados a Operações de Câmbio** saldo médio de recursos nos seguintes valores: Cr$ 599 milhões, em 1971; Cr$ 1.027 milhões, em 1972 e Cr$ 2.017 milhões, em 1973.

A Carteira pois, vem gradativamente reduzindo sua participação em recursos próprios nos financiamentos concedidos pelo aumento dos depósitos vinculados — recursos alheios — que representavam em 1973, 74% do suporte creditício total.

Discriminação	1971		1972		1973	
	Cr$ milhões	%	Cr$ milhões	%	Cr$ milhões	%
Aplicações Financeiras	1.191	100	1.751	100	2.700	100
Recursos Alheios	599	50	1.027	58	2.017	74
Recursos Próprios	592	50	724	42	688	26

Bancando o Desconto

Face ao crescimento permanente dos recursos próprios da Carteira em moeda estrangeira, passou-se a bancar o desconto dos saques de exportação a prazo, barateando o custo para o cliente e aumentando os créditos do Banco.

As operações de financiamentos da exportação, modalidade em que o Banco atua secundando o esforço governamental de promover a venda de manufaturados, usualmente feita mediante saques a prazos dilatados, apresentam a seguinte evolução:

Ano	US$ milhões
1970	56
1971	112
1972	161
1973	275

Ajudando a selecionar importações

Marchando decididamente ao encontro das necessidades da produção nacional, agrícola e industrial, as Agências externas têm financiado através da rede no País, a importação das mais diversas matérias-primas — de forma especial adubos, fertilizantes e inseticidas — além de produtos siderúrgicos e máquinas agrícolas. No momento estão aplicados nessas operações cerca de US$ 170 milhões.

GARANTIAS E AVAIS

A garantia do Banco, em nome e por conta do Tesouro Nacional, tem sido freqüentemente dada a empréstimos externos, destinados ao financiamento de obras consideradas de interesse prioritário para o desenvolvimento nacional.

"Perfomance bond"

Tem sido também contratada, por conta do próprio Banco, e a custo módico, para ensejar a participação de firmas nacionais em concorrên-

cias para construção de empreendimentos de grande vulto no exterior, como barragens, hidrelétricas, usinas, navios, estradas e aeroportos. Concorrências que, uma vez ganhas, requerem a garantia da boa execução das obras. Os importadores brasileiros, sobretudo de máquinas e equipamentos, são freqüentemente cobertos pela garantia do Banco.

LINHAS DE CRÉDITO

No âmbito das importações brasileiras, e a título de cooperação com as Autoridades brasileiras no esforço comum de desenvolvimento da América Latina, o Banco tem linha de crédito, a custo menor que o do mercado internacional, voltada ao financiamento de compras junto aos países das Américas do Sul e Central e ao México. Também, diversas linhas de crédito foram concedidas a bancos, sobretudo da América do Sul, para estímulo de exportações brasileiras.

Merece especial destaque o decidido apoio dado à COBEC, com o intuito de aparelhá-la com os meios financeiros necessários a levar a bom termo a missão oficial para que foi criada.

COOPERAÇÃO COM A CLIENTELA

Grande e ininterrupto tem sido o empenho em resolver, com a celeridade exigida, os mais diversos problemas que se apresentam aos clientes, sobretudo às empresas governamentais, no comércio internacional. Isto vem sendo facilitado com a ampliação da rede externa de Agências, sobretudo nos grandes centros financeiros e comerciais do Mundo.

Ministra-se incessante e eficiente prestação de serviços ao Governo no pagamento da dívida externa brasileira em geral e na amortização de empréstimos obtidos junto a organismos financeiros internacionais.

Ultimamente, com a autorização de operações de câmbio interbancárias a prazo, ofereceu-se a oportunidade de colaborar também na manutenção da liquidez do mercado.

CESAR DANTAS BACELLAR SOBRINHO — nasceu em São Paulo, Capital, em 1919. Funcionário do Banco do Brasil, foi Gerente de Câmbio da Agência Centro de São Paulo. Diretor da Carteira de Câmbio desde 1969. A partir de 1972 passou a ter sob sua jurisdição as Dependências do Exterior.

Resolução 63 e Lei 4.131

Em 1967, com o advento da Resolução 63 do Banco Central do Brasil, no propósito de alcançar as metas das Autoridades Monetárias, o Banco contratou as primeiras operações com bancos brasileiros.

O saldo contábil destes repasses de recursos externos, destinados ao giro e ao fixo das firmas nacionais, apresenta a seguinte evolução:

Ano	Saldo US$ milhões
1967	27
1968	49
1969	41
1970	44
1971	100
1972	150
1973	151

Com base na Lei 4.131, as Agências do Exterior apoiadas em recursos do Banco, mantêm à disposição dos clientes no Brasil linhas de crédito para recomposição do capital de giro e importação de máquinas e equipamentos. Os fundos aplicados na suplementação do capital de trabalho, segundo os elementos contábeis de fim de ano, assim se expressaram:

Ano	Saldo US$ milhões
1971	4
1972	34
1973	39

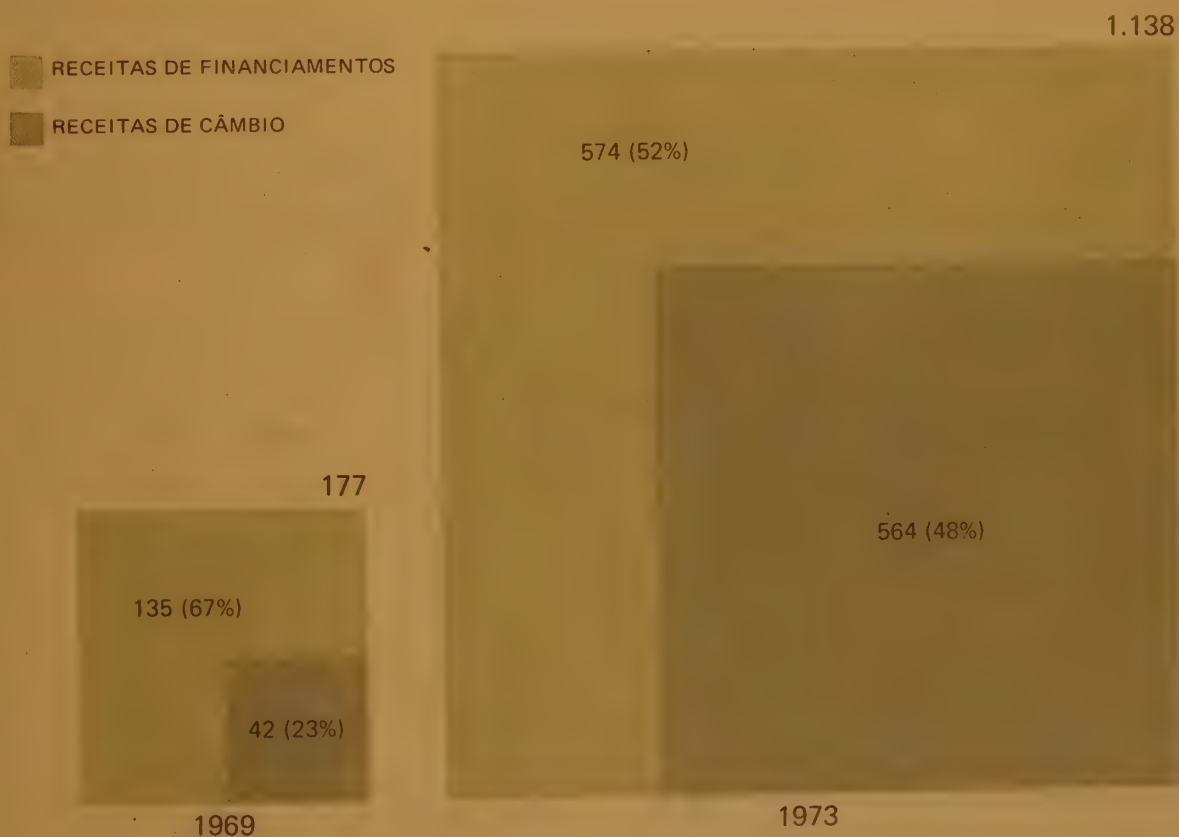
Cremos que uma das principais facetas favoráveis das mencionadas linhas de crédito consiste na drenagem dos mercados financeiros internacionais na direção das pequenas e genuínas empresas brasileiras.

RESULTADOS FINANCEIROS

A Carteira olhada sob o prisma de lucratividade, também tem satisfeito as expectativas de sua criação.

O lucro da Carteira origina-se das operações de câmbio, inclusive administração dos recursos em moeda estrangeira, bem como do financiamento e garantias concedidos. Reunindo-se nesses dois itens as receitas, verifica-se que se comporta da seguinte forma no último qüinqüênio, cabendo ressaltar a participação sempre crescente das operações cambiais na rentabilidade total.

Lucro da Carteira
Cr$ milhões

Receitas	1969	1970	1971	1972	1973
Câmbio	42	39	55	205	564
Financiamento	135	194	284	350	574
	177	233	339	585	1.138

Nota-se, pois, que a participação das operações cambiais na formação da lucratividade se tem acentuado vigorosamente.

Isto decorre não só do aumento do volume das operações de câmbio, como de técnica mais apurada de administração dos recursos. Forman-

do, através de controles e comunicações instantâneas, uma verdadeira unidade operacional — Direção Geral (DICAM, GECAM, GEFIC, GAGEX) — Agências Domésticas — Agências Externas; usando os mais modernos meios de comunicação e de controle por computador; aparelhando as mesas de operadores das Agências e da Direção Geral, e, finalmente, aprimorando, mediante estágios na Direção Geral e nas Agências externas do Hemisfério Norte, operadores da Direção Geral e das Agências Domésticas, o programa está oferecendo excelentes resultados.

INSTRUMENTOS DINÂMICOS

Entre os instrumentos influentes na dinamização dos negócios identificamos a figura de agência-ramal intermediadora de negócios de câmbio. Com ela se objetiva aprimorar a prestação de serviços a clientes tradicionais sediados em praças onde o Banco não mantém esses serviços especializados, empurrando a fronteira do intercâmbio internacional cada vez mais para o Interior do País. Intermediadoras, como Caxias do Sul, São Bernardo do Campo e São Leopoldo produziram receita, no ano de 1973, superior à de dezessete agências-tronco. São Caetano do Sul firmou 1.784 contratos de câmbio em 1973, ultrapassando, no particular, dezoito agências-tronco. Eis o desempenho, em 1973, das dez principais agências-ramais intermediadoras:

AGÊNCIAS	CÂMBIO	CONTRATOS	APLICAÇÕES	RECEITAS
	US$ mil	Quantidade	Cr$ mil	Cr$ mil
São Bernardo do Campo (SP)	23.366	1.751	17.938	2.455
São Leopoldo (RS)	17.515	465	46.491	2.314
Caxias do Sul (RS)	10.752	1.022	17.659	2.095
São Caetano do Sul (SP)	8.085	1.784	25.126	1.323
Novo Hamburgo (RS)	7.722	331	45.908	1.264
Santo André (SP)	5.878	1.735	9.764	932
Londrina (PR)	1.504	69	4.953	400
Limeira (SP)	392	33	2.060	171
Jaraguá do Sul (SC)	1.852	244	2.811	145
Franca (SP)	292	21	783	66
TOTAL	77.358	7.455	173.493	11.165

Relação serviços/homem

Claro que a expansão dos serviços e do quadro de funcionários, no Brasil, acompanhou a evolução dos negócios, mas em ritmo menos acelerado:

Volume de Serviços

Especificações	1969	1970	1971	1972	1973
Contratos	189.575	241.626	151.841	265.820	279.768
Ordens do Exterior	22.522	30.892	59.812	44.961	44.632
Ordens s/o Exterior	69.273	87.702	87.115	86.123	128.295
Créditos de Exportação	21.621	29.641	32.619	40.901	53.806
Créditos de Importação	14.078	19.055	22.243	22.646	29.102
Cobrança do Exterior	34.506	48.210	54.706	63.737	76.629
Remessas	29.812	45.212	59.671	63.897	76.835
Remessas Específicas	11.126	9.740	7.879	16.869	13.711
TOTAIS	392.513	512.078	576.886	604.954	702.778
Índices	100	130	147	154	179

Quadro de Pessoal

	1969	1970	1971	1972	1973
Número de Funcionários	1.591	1.681	1.592	1.730	1.899
Índices	100	106	100	109	119

A constante preocupação com a racionalização e mecanização dos serviços, utilizando-se os mais modernos equipamentos, explica a produtividade que se vem obtendo. A ampliação de 19% na dotação de serventuários da Carteira, reduz-se a 13%, na realidade, porque o acréscimo de 6% decorre da absorção dos encargos relativos à conciliação de extratos de contas de depósitos junto às agências e correspondentes estrangeiros, bem como da integração da GAGEX à Carteira de Câmbio. A dotação inclui ainda os elementos executores, por delegação, de serviços cambiais do Banco Central do Brasil (RECON) e os que, lotados na Contadoria Geral do Banco, desempenham tarefas relacionadas com a Carteira.

Tal política administrativa, naturalmente, repercutiu na concomitante evolução das despesas da Carteira, cujos índices se apresentam bem abaixo dos índices de negócios e de lucro:

Despesa e Lucro Líquido
Índice dos valores a preços de 1969

ANO	DESPESA	LUCRO
1969	100	100
1970	124	106
1971	131	135
1972	151	216
1973	190	384

Deflator: Índice Geral de Preços — FGV

Dentre as providências adotadas ao longo desse período, cujos reflexos se fizeram sentir de maneira mais acentuada na efetiva redução de custos, paralelamente à elevação do padrão de desempenho, destacam-se:

- **Criação de Modelos da Série CAMIO**: Cerca de 600 modelos da série CAMIO, inclusive partidas de contabilidade, cujo conteúdo é quase totalmente já impresso;

- **Elaboração da CIC-CAMIO**: (Manuais de Serviço)

- **Elaboração de Instruções Circulares Transitórias.**

- **Treinamento de Pessoal**: Em colaboração com o DESED, Curso de Especialização em Câmbio, que foi ministrado a 4 turmas; reuniões, ciclos de palestras, estágios, a fim de difundir os conhecimentos especializados de câmbio.

- **Implantação de Nova Sistemática para Processamento dos Serviços de Câmbio**: Primeira reunião com Gerentes e Encarregados (ou Chefes de Serviço) de Câmbio em junho de 1970, no Rio, com vistas à reformulação das rotinas de serviços de câmbio das Agências, motivação dos Gerentes e encarregados de câmbio das Agências para a nova sistemática operacional da Carteira — até então presos à burocracia do câmbio oficial, teriam de se desvincular de rotinas obsoletas e inadequadas ao câmbio de conta própria.

- **Uso de Computadores**: A contribuição do treinamento de pessoal para notável desempenho da Carteira pode-se aquilatar do fato de que número ponderável de ex-estagiários, se bem que pertencentes a turmas recém-ingressadas no Banco, ocupam postos dos mais elevados de sua organização, como gerentes da Direção Geral e administradores das principais agências do Exterior.

Ao concluir esta explanação, que pretendemos seja simples espelho do trabalho árduo que a Carteira se empenhou por realizar com devotamento à Casa, e sobretudo com inspiração patriótica, reputamos muito importante consignar que, de nossa parte, o segredo do notável desem-

penho da Carteira identificâmo-lo na íntima fusão administrativa da área externa do Banco, unificando sob uma só e específica direção o comando do câmbio no Brasil e do crédito nas Agências externas, conferindo segurança, flexibilidade e rapidez às decisões e, sobretudo, adicionando-lhes excepcional luz emanada da visão de conjunto.

BANCO DO BRASIL
ブラジル銀行

Tóquio (JAPÃO)

PRESENÇA DINÂMICA NO MUNDO

ANTONIO MACHADO DE MACEDO
Gerente Geral de Agências no Exterior

A Gerência-Geral de Agências do Exterior (GAGEX), tem por finalidade planejar, orientar, coordenar e controlar as atividades operacionais e administrativas das dependências do Banco no Exterior, bem como intermediar suas relações com outros órgãos da Direção Geral e com terceiros, no Brasil.

Eis como os regulamentos do Banco definem seu departamento internacional, que engloba a intensa atividade de 14 agências, 2 escritórios de representação e, mais recentemente, do Brasilian American Merchant Bank e da companhia "Brasil Atlântico Voyages et Tourisme", além de constituir e estrutura de finalização e apoio dos negócios gerados pela rede de filiais domésticas integrantes do **Grupo Câmbio**, em número de 40.

Dirigindo a presença do Banco em 14 diferentes nações e participando no mercado do **hot-money** internacional, a GAGEX, no exercício das atividades de supervisão, tem muito a ver com o comando de um centro nervoso de decisões. Comunicações telefônicas e ligações em linhas privativas de telex requerem, o dia inteiro, imediata resposta sobre negócios nas quatro partes do mundo. Às propostas sobre operações, de crédito interno — geral, rural e industrial — ou de comércio exterior — financiamentos de importação e exportação —, acrescentam-se os pedidos de decisão a respeito de operações financeiras, em regra urgentíssimas, de grande valor e com elevado grau de sofisticação e refinamento. São tantas e de tal monta as transações que nossas agências já efetivam, nos centros financeiros, que passou a constituir rotina decidir sobre nossa participação em **pool** bancário internacional, para empréstimos a médio e longo prazos; a concessão de linhas de crédito comerciais ou financeiras a bancos, ou a entidades financeiras para negócios no **Marché Monétaire**; aumento da tomada e inversão de recursos no **Mercado de Aceptación**; ou abertura de posição a termo, visando ao aproveitamento das tendências no mercado de câmbio. Essas e outras operações financeiras, não apenas por envolverem cifras elevadas e quase sempre requererem velocidade nas decisões, mas também porque se realizam sob métodos e processos inteiramente novos, refletem alto conteúdo do dinamismo que marca a atual presença do Banco, em processo de rápida expansão, nos mais desenvolvidos mercados mundiais de dinheiro.

Montevidéu (URUGUAI)

México (MÉXICO)

NO INÍCIO, A ATUAÇÃO CONTINENTAL

A trajetória do Banco rumo aos mercados estrangeiros iniciou-se na América do Sul, com a criação, em 1941, da agência em Assunção, no Paraguai. Até 1969, ainda não havíamos saído do continente, embora já dispondo de rede externa composta de 6 agências, que mobilizavam no máximo US$ 50 milhões de ativos. Nossa atuação além-fronteiras não encontrara dificuldades de monta, pois os métodos e processos de trabalho exigiram pouca coisa acima da experiência centenária adquirida no País.

Mas o grande objetivo, no âmbito internacional, que constitui o integral apoio ao Comércio do Brasil com o estrangeiro, não estava sendo convenientemente perseguido e, por isso, caminhos diferentes precisavam ser encontrados. Sentia-se que havia muita coisa a construir para que o Banco pudesse responder ao desafio da nova era de progresso econômico que surgia. Os interesses nacionais de intercâmbio comercial e financeiro com o mundo tinha de se ampliar para horizontes cada vez mais largos. E, da parte do Banco, tal aspiração requeria cuidados administrativos além dos limites das funções da rede de correspondentes, tão extensa quanto representativa, porque congregando os mais importantes banqueiros do mundo.

Deflagrou-se, então, a grande arrancada. A praça de Nova Iorque, capital financeira do maior parceiro comercial do Brasil, acolheu a agência pioneira do Hemisfério Norte. Entramos, a seguir, no Mercado Comum Europeu, chegando logo depois também ao Oriente. Num período de apenas 5 anos, a rede internacional de dependências cresceu de 6 para 16, com sucursais em sete dos dez principais compradores de produtos brasileiros.

A IMAGEM DE BANQUEIRO INTERNACIONAL

O aprendizado inicial representou um período difícil, pois as práticas de mercado financeiro envolvem extraordinária sofisticação. Em cada novo país, e ante a falta de vivência, os problemas locais de adaptação assumiam proporções enormes, para o Banco em si e para as disponibilidades de recursos humanos a nível gerencial. Surgiam condicionantes dos mais variados tons e matizes. A mais forte delas, sem dúvida, foi a verificação de que

Hamburgo (ALEMANHA)

Lisboa (PORTUGAL)

teríamos de abordar uma clientela enraizada a seu banco local e, por tradição, fiel no seu conceito de reciprocidade. Que não se disporia a largá-lo, pelo menos facilmente, para encetar nova ligação de negócios com um banco estrangeiro.

Em Nova Iorque, começamos a disputa de negócios e realizamos as primeiras operações financeiras. O acesso às operações de câmbio, aos mercados de **banker's acceptance** e de **Fed funds** testaram nosso crédito a nível de banqueiro internacional. O ingresso no maior mercado financeiro do mundo — Londres — facilitou a consolidação do prestígio do Banco nos centros financeiros tradicionais.

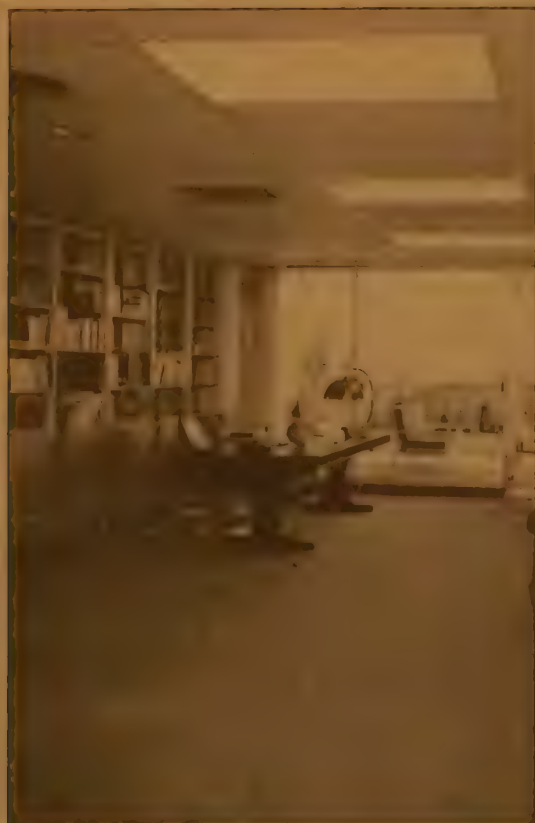
Nos primeiros momentos, procuramos retirar das mãos de procuradores a tarefa de administrar os recursos de que o Banco dispunha no Exterior, em especial com a finalidade de criar, por meio de habilidosa manipulação, condições de penetração nos centros supridores de recursos.

A atuação coordenada de toda a rede de agências, utilizando as condições de crédito cada vez em maior dimensão, fez surgir a nova imagem com que o Banco hoje se apresenta. Banqueiros de renome e corretores internacionais aumentaram os contatos, os negócios e o interesse em associações com o Banco, num crescendo realmente abonador de nosso desempenho.

Nossa atual capacidade de levantar recursos em moeda forte pode ser avaliada a partir das cifras que os ativos das Agências no Exterior atingiram em 31.12.73 — US$ 3,7 bilhões —, cinco anos depois do ingresso nos sofisticados mercados de dinheiro do Hemisfério Norte.

A ADMINISTRAÇÃO DOS NEGÓCIOS INTERNACIONAIS

O vertiginoso crescimento das operações internacionais e a necessidade de desenvolver harmonicamente o sistema que já inclui dependências nas três Américas, em cinco países da Europa e na Ásia indicaram ser oportuna a mudança do enfoque organizacional. O Banco retirou então, do departamento incumbido da supervisão geral a antiga característica de Inspetoria. Da ênfase nos objetivos operacionais, resultou sua atual denominação — Gerência Geral de Agências do Exterior (GAGEX).

Mais recentemente, implantou-se nova organização administrativa. Dando-se amplitude às perspectivas de maior desenvolvimento dos negócios, fo-

Madri (ESPANHA)

Nova Iorque (E.U.A.)

ram criadas 3 Gerências-Adjuntas operacionais, especializadas por áreas geoeconômicas.

A nova imagem de organização basicamente pretende separar a supervisão das atividades operacionais, das de controle e das de planejamento. Assim, a supervisão dos assuntos administrativos e a coordenação da atuação das Agências foram entregues à Gerência-Adjunta de Coordenação e Controle. As atividades de programação, fixação de políticas, formulação de normas, estudos econômicos, expansão da rede de dependências, análises econômico-financeiras e organização e métodos ficaram a cargo da Gerência-Adjunta de Planejamento e Estudos Econômicos.

A presente estrutura da GAGEX está propiciando melhor mobilidade funcional, motivação e aumento de eficiência às atividades operacionais, não apenas por meio da especialização, mas ainda pelo fato de estas terem sido desvinculadas das atividades-meio de acompanhamento administrativo e de planejamento.

Coroando a tarefa de reorganização das estruturas de supervisão dos negócios do Banco no Exterior, criou-se recentemente uma coordenadoria de operações financeiras — o Comitê de Coordenação das Aplicações Internacionais (COFIT), cujos objetivos principais são:

- Formular e coordenar a política global de aplicações financeiras internacionais.
- Orientar nossa participação no mercado de câmbio.
- Orientar a aplicação dos recursos disponíveis nos mercados interbancários.
- Coordenar e orientar a captação de recursos nos mercados internacionais.
- Tomar iniciativas visando a aumentar os índices de lucratividade das filiais do Exterior.

A implantação do Comitê de Coordenação — utilizando as estruturas já existentes, preservando o poder de decisão dos membros do colegiado e sem afetar a indispensável flexibilidade de nossas agências no Exterior — será importante passo para que, em futuro próximo, pesados e analisados os resultados de seu trabalho, possa o Banco cogitar da instituição de uma Central de Aplicações Financeiras, localizada em ponto, a se escolher, do Hemisfério Norte.

Paris (FRANÇA)

POLÍTICAS DE ATUAÇÃO E PROGRAMAS OPERACIONAIS

A ativa participação do Banco nos mercados monetários e cambiais de Londres, Paris, Nova Iorque, Hamburgo, São Francisco, Tóquio e Panamá tem motivado o aumento do percentual das operações interbancárias. Por isso, reformularam-se muito recentemente as políticas básicas de atuação a fim de se retirar integral proveito dos recursos captados, mediante aplicação diretamente com os usuários finais. A medida vem perseguir dois grandes objetivos: a localização de novas oportunidades de aplicação e a melhoria dos dispositivos de captação, com vistas à redução de custos.

Dentro dessa política, incluem-se programas especiais de busca de novas condições de financiamento, em maior volume e mais diretamente, do comércio exterior brasileiro e das atividades internas de produção de bens e serviços. Pretende-se por em prática esquema de maior aproximação com as Gerências Regionais da CREGE/CREAI, a fim de que os projetos nacionais considerados economicamente viáveis, mas não atendidos por inexistência de margem em determinada faixa de recursos sob sua administração, venham a ser financiados pelas agências externas.

A substituição paulatina de aplicações interbancárias por operações diretas com empresas ou com bancos brasileiros constitui meta prioritária do programa que poderá ser alargado mediante realização de negócios com bancos comerciais de outros países, especialmente da América Latina.

Programa já em andamento e que poderá assumir grandes proporções é o que objetiva utilizar recursos externos no financiamento das exportações brasileiras, aumentando o potencial de fundos específicos. Esse tipo de financiamento se dará em convênio com grandes bancos estrangeiros, cuja rede de filiais domésticas servirá como fonte especial de influência para o aumento das vendas de produtos brasileiros.

A tônica de alguns programas operacionais em curso é a própria GAGEX passar a atuar como representante do conjunto de agências, na identificação das oportunidades de negócios fora do âmbito ordinário de atuação de cada filial.

De outra parte, constitui matéria de acurados estudos a estruturação de esquema alternativo de captação de recursos, para prevenir a ocorrência de

Assunção (PARAGUAI)

mudanças significativas nas regras dos mercados monetários tradicionais. Como uma das resultantes, compreende-se a recente modificação da política de atuação dos Escritórios de Representação, cujas atividades estão sendo dinamizadas, mediante aumento de penetração nos mercados onde se localizam, com ação preponderante no campo operacional.

Nos estudos efetuados sobre a viabilidade de expansão da rede de dependências externas, fez-se presente também o objetivo de possibilitar a implantação do Banco em pontos estratégicos, capazes de contribuir para a manutenção das boas perspectivas de continuidade das tomadas de recursos em moedas fortes.

Nesse particular, prevê-se a inauguração, em maio, da Agência em Milão; a entrada em funcionamento do Brasilian American Merchant Bank, em Georg Town, nas Ilhas Caimans, bem como da companhia Brasil Atlântico Voyages et Tourisme, em Paris; a implantação de Agência em Amsterdã, na Holanda; e de Escritórios de Representação em Francforte, na Alemanha; em Beirute, no Líbano; em Chicago, nos Estados Unidos; e em Toronto, no Canadá.

PREÇOS DIFERENCIAIS PARA A CARNE

ARIDEU GALDINO DA SILVA RAYMUNDO
Secretário de Gabinete da Diretoria da 7ª Região

A economia brasileira tem seu sistema fundado no livre jogo das forças do mercado. Em função do tipo de atividades, das qualificações, do regime da propriedade, etc., dá-se a formação e distribuição da renda, sob a égide das leis de mercado, gerando a demanda global.

A demanda global desmembra-se e enseja curso à produção de bens e serviços moldadados às exigências dos gastos, preferências, ostentação, afirmação social... dos diferentes estratos sociais.

Dentro desse contexto, a carne, como sucede com outros bens, poderia ser igualmente diferenciada, e como tal remunerada, em razão da qualidade do animal e da elaboração industrial para satisfazer consumidores com desiguais níveis de renda.

Com isso, estimular-se-ia o desenvolvimento da pecuária – de fundamental importância para a alimentação de crescente população. Intensas necessidades coletivas requerem vultosos investimentos de curto, médio e longo prazo, com a assimilação e criação de **know-how**, o que somente se realizaria com preços compensadores para o produto.

O aumento de renda real do setor deverá ocorrer pela produtividade e melhoria do produto. Caso contrário, haverá prejuízo para a economia com mera transferência de rendas e acomodação da classe pecuarista.

PREÇOS DIFERENCIAIS PARA A CARNE

Um dos temas de maior preocupação, nos dias que correm, é o crescimento da população, colocado numa perspectiva de fatalidade para o mundo que — pela limitação dos fatores ou dificuldades institucionais de adequá-los convenientemente ao ato de produzir — não poderia prover-lhe a subsistência. Diz-se que a metade da população mundial — de uns 2 bilhões em 1930 e 3,5 bilhões atualmente — enfrenta a fome ou algum problema grave de nutrição.

Recentemente a ONU divulgou a 135 países, estatísticas relacionadas com o agravamento da situação para a humanidade. O propósito é alertá-los para a crise, que ocorrerá se não forem produzidos alimentos, com significativos índices de expansão.

O comportamento da população brasileira não se afasta do contexto geral. Com taxas geométricas de evolução de 2,34%, 3,19% e 2,76% ao ano, respectivamente, nos três últimos decênios recenseados, chega mesmo a superar a tendência mundial, cuja média se projeta em 2% anuais. Embora as condições do País assumam peculiaridades especiais, inclusive no tocante à necessidade de povoamento de vastas áreas, deve-se resguardar o caráter qualitativo na evolução da população nacional, para minimizar dificuldades sociais e facilitar o caminho do desenvolvimento.

As características demográficas do Brasil identificam claramente um processo de desenvolvimento, pela maior concentração nas cidades, com diminuição relativa de habitantes rurais.

BRASIL — POPULAÇÃO
Taxas Anuais de Crescimento

Período	População Total	População Rural	População Urbana
1940-1950	2,34	1,59	3,84
1950-1960	3,19	1,65	5,47
1960-1970	2,76	0,57	5,00

Fonte: Censos Demográficos — IBGE.

Em termos absolutos, é a seguinte a posição registrada, nos últimos trinta anos pelos Censos Demográficos do IBGE:

Censo	RURAL		URBANA	
	1.000 hab	Índice	1.000 hab	Índice
1940	28.300	100	12.900	100
1950	33.200	117	18.800	146
1960	39.000	138	32.000	248
1970	41.100	145	52.100	404

Somente nas seis principais capitais (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Porto Alegre), aglomerava-se, em 1970, quase um sexto da população brasileira — 14,5 milhões de pessoas, contra 9 milhões em 1960. Esse percentual eleva-se muito mais se consideradas as áreas periféricas que integram o Grande Rio, o Grande São Paulo, entre outras regiões metropolitanas.

O reflexo da urbanização se lança em vários sentidos: no econômico, no sócio-cultural, no político . . . Parece ser muito decisiva a força do fator econômico, face ao consumo de massa e à variada demanda de investimentos, tais como educação, transporte, obras públicas em geral, hospitais, segurança. Os recursos que, numa economia subdesenvolvida, são tradicionalmente escassos, sofrem forte disputa.

Mais do que uma população dispersa, os grandes contigentes humanos compactos recebem um impacto das influências dos meios de comunicação. Em função do efeito demonstração e da própria elevação do nível cultural, amplia-se o horizonte das necessidades; as exigências se multiplicam; a procura de bens e serviços se diversifica; a concentração continua.

A população economicamente ativa pouco supera a casa de 30%. Cerca de 42% do povo brasileiro têm idade de até 14 anos e 53% de até 19. As gerações mais novas certamente encararão o mundo de forma diferente de nós. A garantia para que aceitem as estruturas institucionais, políticas e econômicas está na razão direta do atendimento de suas necessidades existenciais e sociais. A criação de oportunidades, em especial de emprego, emerge enfaticamente.

E o Brasil não se encontra sozinho no globo terrestre, fato que lhe impõe metas a atingir no concerto das nações, como requisito para a solidez de sua soberania e a conquista de melhor posição relativa.

Por tudo isso, a economia precisa assumir permanentemente proporções mais acentuadas e pulsar celeremente para cumprir sua finalidade. Neste consenso, como valores mais altos, se inscrevem o bem-estar da coletividade, a estabilidade das instituições e a salvaguarda dos interesses nacionais. Trata-se, enfim, da obra do desenvolvimento econômico e social que é chamada a agigantar-se.

Não há mais lugar para erros e desperdícios. É curial que a alocação dos recursos físicos deva combinar-se num sistema, ainda que empírico, cujo **out put** configure a minimização dos custos e/ou a maximização dos benefícios sociais.

Nossas perspectivas fundam-se sobretudo no potencial de recursos naturais do vasto território pátrio e na força de trabalho e inteligência da crescente população. Porém, não basta contarmos com ri-

quezas em estado latente. A noção de tempo necessita tornar-se comum nas decisões para provocar a aceleração das atividades econômicas.

Pela vocação de recursos e estágio de nosso processo tecnológico, a produção de alimentos se insere dentro das melhores possibilidades. Ponderada a carência alimentar da população brasileira, as chances de exportação, o suprimento de matérias-primas à indústria e alargamento do mercado interno para produtos manufaturados, o desenvolvimento do setor é essencial.

A humanidade consagrou a carne bovina nas suas preferências alimentares. Naturalmente que, como todos os bens, sofre a concorrência de outros. Os grãos proteicos e carne de outros animais disputam-lhe o mercado. Contudo, sua comercialização não encerra qualquer dificuldade, havendo ainda considerável parcela da população mundial fora da demanda, por falta de poder aquisitivo.

Segundo os ensinamentos da teoria econômica, a elasticidade-renda da carne bovina é bastante elevada. Significa que um aumento da renda provoca uma expansão do consumo do produto mais que proporcional. Ocorrendo, como ocorre nos últimos anos, crescimento do Produto Nacional a expressivas taxas, com participação dos diferentes grupos sociais no aumento da renda real, de maneira genérica, determinam-se repercussões na demanda do bem, que desloca para cima.

Estudo preparado para o CONDEPE, patrocinado pelo Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e Banco Central do Brasil, apontou evolução da procura, de 1971 a 1980, à taxa aproximada de 7% a.a.: 2,86% decorrentes da expansão populacional; o restante atribuído ao efeito-renda. De um consumo global de 1.840 mil toneladas em 1970, chegaríamos a 2.600 mil, em 1975 e a 3.614 mil, em 1980, com acréscimo de 41,3% e 96,4%. O consumo **per capita**, de 19,68 k/ano, em 1970, subiria para 24, 12 e 19,15 k/ano naqueles prazos.

A FAO teria previsto crise de oferta de carne no mercado internacional — 500 mil toneladas métricas em 1975, "deficit" que se elevaria para 1.700 mil toneladas métricas em 1980.

Patenteia-se, por isso, não só a existência de aspectos favoráveis para o desenvolvimento da pecuária de corte, como oportunidade para uma estratégia de política econômica capaz de forçar a decisiva demarragem do setor.

Apesar de dispor o Brasil do terceiro rebanho do mundo — o censo de 1970 acusa efetivo de 78 milhões de cabeças — não se pode fechar os olhos para o atraso ainda subjacente nesse tipo de atividade, indicado objetivamente pela baixa taxa de desfrute, por volta de 12%, enquanto que os Estados Unidos e a Argentina ostentariam 34,5 e 25,7, respectivamente.

Na verdade, há concurso de fatores que entravam a exploração pastoril. Por tradição, o pecuarista compreende uma classe acomodada e detentora de grande poder político. O homem sempre reagiu às mudanças que se vão processando, de modo que pode ser identificado o conteúdo cultural como represador de iniciativas progressistas. E a cultura, assume papel extremamente importante nesta atividade porque dela depende não apenas o emprego de tecnologia adequada ao criatório, como também a observância de fenômenos da natureza. Não obstante, constata razoável melhoria na atividade, notadamente no que concerne ao aprimoramento de raças.

Outro dado fundamental é que a política setorial não consegue articular objetivos de longo prazo. Os problemas de curto prazo — das autoridades, para compatibilizar metas globais, como o caso da taxa inflacionária em 1973, ou do abastecimento; dos pecuaristas, cuja luta para obtenção de maiores rendas concentra-se em preços mais vantajosos; e dos exportadores, que visam ao lucro imediato — interagiram ultimamente causando conseqüências não inteiramente favoráveis no conjunto.

UMA POLÍTICA PARA A CARNE

A propósito vale-nos deter na política de abastecimento e exportação, posta em prática nos últimos anos, para melhor avaliar a necessidade de medidas mais estáveis, aptas a surtir efeitos desejados no longo prazo.

Como já observamos, a aglomeração de grandes contingentes populacionais vem acarretando situações específicas a exigir a intervenção governamental em momentos cruciais para a satisfação da coletividade. Remontando a 1969, no plano para o abastecimento de carne, pressupunham-se as seguintes premissas:

1.1 — *Ao longo do ano, há duas fases distintas no abastecimento de carne: a da safra, que vai,* "grosso modo", *até agosto; e a da entressafra, que cobre, aproximadamente, o restante do período.*
O auge da fartura ocorre entre abril e maio; a escassez maior se dá em setembro-outubro.

1.2 — *Durante a safra, a ação governamental deverá limitar-se ao acompanhamento de preços de gado ou de carne, inclusive para evitar o seu aviltamento; pois se isto ocorrer, as vendas precipitadas, geradas pelo pânico, irão agravar a entressafra.*

1.3 — *É para esta, contudo, que se devem voltar as maiores atenções dos órgãos do Governo.*

Ela se caracteriza por:

- *estiagens mais ou menos acentuadas, conseqüente declínio das pastagens;*
- *perda de peso dos animais, atingindo até cerca de 2 arrobas;*
- *encarecimento do boi, por unidade de peso (arroba — peso morto, ou quilo peso vivo);*
- *encarecimento e escassez correspondentes, em todas as fases subseqüentes da comercialização.*

Para o abastecimento do mercado, na entressafra, o plano supracitado previa a engorda de 60 mil novilhos em campo, 60 mil novilhos em regime de confinamento ou semi-confinamento e na estocagem de 8 mil toneladas de carne congelada.

Em 1970, houve um afastamento do controle oficial e as implicações convergiram para uma tendência altista, figurando como fator determinante o expressivo aumento das exportações.

Tal experiência teria aconselhado o retorno da ação estatal, com a edição, para 1971, do Plano de Estocagem de 25.000 toneladas de carne congelada, especificamente para socorrer, na entressafra, os grandes centros consumidores do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.

No ano de 1972, as exportações foram vinculadas à estocagem. O Plano de Exportação e Estocagem — que enfatizou a conveniência do estoque regulador, a diminuição dos abates no 2.º semestre e a atenuação de conseqüências da intervenção direta — tornou as exportações praticamente função da quantidade estocada, com diferentes coeficientes atribuídos ao Rio Grande do Sul e ao Brasil Central. Na execução o Plano esteve sujeito a algumas adaptações.

O mercado interno — cujo atendimento era referido como não suficientemente satisfatório na entressafra — ressentiu-se ainda mais. Não só pelo impacto de maior volume de exportações, como pela eliminação de fornecedores de carne que não se enquadram na Lei n.º 5.760/71 — de federalização da inspeção sanitária — aplicada no Rio Grande do Sul, naquele ano.

As exportações, que chegaram a 191.771 toneladas em diversos tipos de carne bovina, inclusive industrializada, aumentaram 55,8% em relação a 1971. A receita cambial correspondente porém, só cresceu em 48,6%, o que denuncia um aviltamento no preço internacional. De fato, houve redução média, de US$ 1,112.00 para US$ 1,087.00, na tonelada de carne congelada e de US$ 1,484.00 para US$ 1,397.00 na carne industrializada.

A pressão em torno das exportações tinha sua origem na atratividade dos preços alcançados pelo produto no Exterior, em contínua expansão em períodos imediatamente anteriores. Contrariamente, em razão do acordo de preços mantido com as Autoridades, a venda interna não deixaria margens compensadoras, com alegações de prejuízos. Os industriais da carne, ávidos de lucros no comércio externo e talvez não tão conscientes de suas responsabilidades pelo suprimento do mercado interno, não raciocinavam, por certo, em termos de economia nacional.

Uma reavaliação do esquema que funcionou em 1972 sob condições bastante liberais motivou maior cautela na reedição do Plano para 1973. Mantida a mesma estrutura do plano anterior, refletiu o documento metas mais reduzidas para as exportações e o abastecimento de venda mínima obrigatória, no mercado interno, para cada indústria, na base de 50% dos abates, no Rio Grande do Sul, e de 60% no Brasil Central.

Não obstante, logo após sua aprovação, o Conselho Monetário Nacional reexaminou a matéria e tomou, entre outras, as seguintes medidas:

- redução do ICM, incidente sobre a carne no mercado interno, para 5%;
- estabelecimento de uma cota cambial de US$ 200 por tonelada de carne bovina exportada de qualquer tipo;
- redução das exportações para 120 mil toneladas; e
- constituição de um Fundo, formado com os recursos da referida quota cambial, destinado a compensar a diminuição da receita tributária dos Estados, face à redução do ICM.

Na falta de melhor entendimento e colaboração no sentido de que a concessão de cotas de exportação significaria retribuição pelo desempenho efetivado no mercado interno, a implantação do confisco cambial de US$ 200.00 destinava-se precipuamente a reduzir o Imposto de Circulação de Mercadorias, evitando, desse modo, os prejuízos declarados no fornecimento da carne no mercado interno.

Visava-se também ao importante efeito de pressionar a exportação de produtos mais elaborados, de maior valor agregado, desestimulando ou inviabilizando a saída para o Exterior de carnes de baixa densidade econômica, como é o caso da carne com osso.

Os fatos mais novos que se relacionam com esse assunto dispensam comentários, bastando lembrar o agravamento da situação que culminou com o tabelamento do boi em pé e da carne.

ESTOCAGEM, UMA SOLUÇÃO

A estocagem em si é assunto que comportaria amplas digressões. O estoque regulador efetivamen-

te apresenta indiscutíveis méritos. A sua formação, todavia, processou-se mais como substituição de abates na entressafra, quando, por questões de estiagens ou de frio, os animais não se acham nas suas melhores formas.

Na realidade, as necessidades do mercado interno vêm sendo subestimadas. Se as safras de bovinos escoavam normalmente até 1971, com destino ao abastecimento interno do País e ao Exterior, o substancial incremento das exportações em 55,8%, ocorrido em 1972, teve implicações na oferta interna do produto.

Por sua vez, a estocagem trouxe custos sociais adicionais como aumento da capacidade de câmaras, a qual, em 1972, constituira sério ponto de estrangulamento. Citar-se-iam também as despesas com a própria estocagem, que, na entressafra de 1973, devem andar por Cr$ 1,10 o quilo. Porque ressarcidas pelo poder público, redundam em subsídios para a carne.

Em razão da procura mais acirrada do bovino então ocorrente, registrou-se sensível melhora do preço. A idéia de que a remuneração condizente ao produtor conviria ao desenvolvimento da pecuária não pode ser contestada, principalmente, levando em consideração os altos custos dos fatores e o uso alternativo da terra.

A geração de rendas pelo fluxo das exportações consubstanciaria um rigoroso estímulo para o desenvolvimento do setor, fonte de financiamento para os vultosos investimentos que ele demanda.

POR UMA POLÍTICA RACIONAL

Salvo melhor juízo, temos a impressão de que o aumento generalizado de preços do bovino, como, vez por outra, sucede, encerra transferência de rendas, que não resultaria necessariamente num suporte estável para alimentar um processo. Com efeito, o efetivo incremento da renda real pelo pecuarista conviria na medida em que melhorasse a produtividade e qualidade do produto.

A nossa tradição se assenta na pecuária extensiva. Via-de-regra, o pecuarista, pouco afeito a apuração de custos, não se preocupa em encurtar o ciclo de produção. Proprietário da terra, a expansão apenas regular do rebanho é capaz de proporcionar-lhe a renda desejada, não o preocupando a otimização dos fatores. Nesta ordem de fatos, a atividade de cria, recria e engorda pode ficar com uma rotação muito baixa, não raro de cinco anos.

Agora, entretanto, um fato novo — como o atual espaço físico, pela afluência da agricultura, começa sofrer competição, ressalta a estratégia de aumentar o desfrute. Emerge como solução natural o recurso à intensificação da atividade.

Mas a exploração intensiva da pecuária exige a observância de técnicas adequadas de manejo, de nutrição e de defesa sanitária, entendido que zootecnicamente o animal já esteja ambientado ao meio ecológico. Com isso, haveria mais baixa taxa de mortalidade, maior natalidade e seria reduzido o tempo de preparo do bovino para o abate. Como resultado, maior desfrute.

Todavia, um processo dessa magnitude não se torna concreto sem que preexista uma série de condições. De par com o "know-how" para levar avante o programa, impor-se-iam o respaldo de investimentos e recursos alocáveis para o custeio.

Basicamente, o problema assume maiores proporções no tocante à alimentação. Para tanto, haveria a necessidade de emprego de insumos e de máquinas e equipamentos de alto valor, para formação e manutenção das pastagens. A coisa não é fácil, pois os fertilizantes experimentam escassez mundial.

IMPERFEIÇÕES DO MERCADO

Quem vive sintonizado com o setor alega a impossibilidade de operar modernizações nos moldes referidos, porque decorreriam custos não compatíveis com os preços obtidos pelo produto. Para alguns, a carne bovina deve ser canalizada para o Exterior, com fito de render divisas; o povo que consuma outros tipos de carnes.

Em verdade, ainda não existe carne de outros animais que possa, de repente, substituir a carne bovina. A participação da carne bovina em nossa pauta de comércio exterior tem pouca expressão. E nosso sistema econômico alicerça-se no livre jogo das forças de mercado, daí o direito que assiste aos consumidores de competirem pelo consumo da carne.

O problema da carne vem sendo conduzido sob a inspiração de defesa dos interesses populares, sobretudo dos grandes centros. No entanto, os consumidores da carne pertencem a várias categorias de renda. Quem detém alto padrão de vida acaba pagando um preço idêntico ao despendido pelas classes de renda reduzida; e até com subsídio da carne estocada, justamente porque o produto é uniforme.

UMA ESTRATÉGIA, OS PREÇOS DIFERENCIAIS

Caso se operasse uma diferenciação da carne, satisfar-se-iam melhor diferentes tipos de consumidores.

Fundamentalmente a indústria se lança em permanente diferenciação de seu produto para atender uma variada gama de gostos, preferências, afirmação social, etc. Com apoio no comportamento e no poder aquisitivo dos consumidores, é que se têm desenvolvido múltiplos ramos industriais, especial-

mente no que se refere ao processo substitutivo das importações. O automóvel e outros bens sofisticados exemplificam bem o caso.

Por trás disso, está a distribuição de rendas cuja desigualdade se acentua com o ritmo de desenvolvimento do País. Na conformidade com a análise levada a efeito pelo Dr. Carlos Geraldo Langoni (*), ao comparar nossas estimativas da distribuição de renda em 1960 e 1970.

> *todos os grupos apresentam acréscimos significantes de renda real, mas aqueles situados no extremo superior da distribuição apresentaram ganhos proporcionalmente bem mais significativos do que o restante. Em termos de participação relativa no total da renda, todos os grupos apresentaram decréscimo, a não ser o 10% mais elevado, que em 1960 apropriava 39,66% do total da renda e em 1970 passou para 47,79%. Os dados sugerem, portanto, um aumento inequívoco da desigualdade da distribuição da renda durante a década, o que pode aliás ser resumido no comportamento do índice de Gini, que passa de 50% em 1960 para 57% em 1970 — um acréscimo proporcional da ordem de 14%.*

- **Por que não tentar-se idêntico tratamento para a carne? Por que não incentivar-se a produção de bovinos e a elaboração do produto de acordo com as características da demanda?**

- POR QUE O PRODUTOR DEVE RECEBER PREÇOS SEMELHANTES POR ANIMAIS DESSEMELHANTES?

- **Se consumidores de médias e altas rendas se encontram aptos a pagar preços estimulantes ao desenvolvimento da pecuária, por que manter estagnada a atividade?**

TIPIFICAÇÃO DE CARCAÇAS

Com a deflagração de um processo especificamente sintonizado com o desenvolvimento da pecuária, que repousaria basicamente na tipificação e classificação de carcaças, dar-se-ia a abertura para a exploração em bases empresariais, com a alocação de recursos adequados e emprego de melhor tecnologia.

Como já vimos, os custos elevados em fertilizantes, máquinas e outros insumos, provocam a necessidade de preparo do animal para abate no menor prazo possível. Este deveria ocorrer, quando entrasse em rendimento decrescente, isto é naquele ponto em que a receita marginal se igualasse ao custo marginal.

Em conseqüência, apareceriam carnes de boa qualidade, de bovinos novos, ao tempo em que o sistema destinaria as carnes de animais descartados ou de baixo padrão aos consumidores menos exigentes.

Haveria, por certo, repercussão favorável em termos de menor pressão sobre as exportações. As dificuldades de entressafra superar-se-iam, pois, com as dimensões deste País e a presença do engenho humano atuando sobre os fenômenos da natureza, é pouco provável que não se encontrem regiões propícias para o fornecimento de gado na entressafra. Igualmente, formar-se-ia uma estrutura para condicionar uma política de crédito seletivo.

INSPEÇÃO DIZ O QUE É BOM

O Governo Federal, mediante a Lei n.º 5.760/71, ficou autorizado a proceder à inspeção sanitária e industrial nos estabelecimentos frigoríficos. São muitos e relevantes os aspectos positivos concernentes à matéria — fornecimento do produto saudável à população, aproveitamento de subprodutos, combate às zoonoses, etc. — cuja aplicação em todo o País, porque inviável de uma só vez, realiza-se por partes.

À proporção em que o programa se desenrola, com o fechamento de matadouros sem condições de cumprir os requisitos higiênico-sanitários impostos pelas autoridades, verifica-se melhor utilização da capacidade frigorífica instalada.

A implantação de novas unidades e ampliação das existentes sempre que dependam do crédito oficial vão obedecer a critérios de eliminação da capacidade ociosa e localização junto à fonte da matéria-prima, para evitar custos de transporte mais onerosos, perdas em peso e contusões.

Destarte, com a rede de frigoríficos submetida ao Serviço de Inspeção Federal, preexistiriam as condições para a tipificação e classificação de carcaças, indispensável a uma política de preços diferenciais. Nesse momento a estrutura de comercialização das cadeias de supermercados estaria à disposição da indústria de carnes para a colocação de um produto mais elaborado.

CRÉDITO E COORDENAÇÃO

Uma vez que viessem a ser adotadas diretrizes mais coesas para o desenvolvimento da pecuária de

corte, as relacionadas com o crédito oficial ficariam sobremodo facilitadas através da administração financeira, colimando os objetivos fixados em cada projeto.

Para otimizar o emprego dos recursos, o ideal seria que houvesse a coordenação de todos os órgãos numa atuação conjunta — os Bancos oficiais, Ministério e Secretarias de Agricultura.

(*) Langoni, Dr. Carlos Geraldo
DISTRIBUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO
Edições APEC - Julho/73 - Ano XII

CRISES
&
SOLUÇÕES

QUANDO AS ÁGUAS DO RIO CUIABÁ ATINGIRAM 10,80 METROS, POR VOLTA DAS 23 HORAS DO DIA 18 DE MARÇO PASSADO – UMA SEGUNDA-FEIRA – A CIDADE AGITOU-SE ENVOLVIDA PELA MAIOR ENCHENTE DE SUA HISTÓRIA. NA MANHÃ DE TERÇA-FEIRA, CUIABÁ MOSTRAVA UM QUADRO DESOLADOR.

A ocorrência de calamidades, de qualquer natureza, aciona de imediato um dispositivo previsto pelas normas operacionais do Banco do Brasil, no sentido de impedir que os compromissos dos clientes sejam mais um fator de compressão durante as crises. Nessas ocasiões, ao constatar a real impossibilidade por parte dos seus devedores, o Banco permite, entre outros benefícios, a concessão de prazos de espera até novo período agrícola e novos financiamentos ao lado dos anteriores, vencidos. Isto para o crédito rural. No crédito geral, são imediatamente dilatados os prazos de vencimento dos títulos em carteira; permite-se as operações de desconto extralimite, concedem-se alçadas extraordinárias e não são aceitos os papéis que impliquem protesto.

A seca é a primeira ameaça à economia nordestina. A segunda é a cheia. Não há meio-termo. Dessa vez, por causa da cheia, há 20 municípios do Ceará com mais de 100 mil desabrigados, 5 mil casas destruídas e 20% da produção agrícola perdida; algumas pontes desmoronadas e centenas de quilômetros de estradas interditadas.

A cheia, como a seca, causa os mesmos problemas: desde os prejuízos aos campos cultivados até o êxodo. Mas como *o sertanejo é antes de tudo um forte*, acostumado que está ao sol inclemente e à chuva castigante, já começa a voltar à rotina, depois de uma quinzena de inundações dos grandes rios nordestinos.

O crédito de emergência, medida adotada pelo Banco em 1970, objetivou o abrandamento das conseqüências danosas à economia nordestina, bem como solucionar os problemas sociais decorrentes, notadamente no setor agropecuário, dilacerado que estava pela grande seca que assolava a região, naquele tempo.

A estiagem prolongada, que atingiu grande parte do Nordeste, mereceu das autoridades estudo de medidas para manter nas propriedades agrícolas os trabalhadores rurais e os minifundiários, sem dúvida os mais diretamente prejudicados pela ausência de chuvas nos campos.

Maneira tradicional de combater os efeitos da estiagem no Nordeste, as chamadas *frentes de trabalho* apresentaram sempre efeito paliativo, que pareceu necessário superar, procurando-se outras fórmulas mais convenientes para economia regional. Embora conseguindo atenuar as tensões sociais oriundas das secas e das cheias, as *frentes de trabalho*, na maioria das vezes, pouco proveito traziam para as regiões onde eram abertas e instaladas. Assim ficou demonstrado em outras ocasiões em que essas intempéries atingiram o Nordeste.

Inconvenientes sociais e humanos eram seguidamente registrados nas *frentes*. Ocorria que, dada a urgência em que eram formadas, não se permitia aos planejadores localizá-las em pontos estratégicos em relação a todos os municípios assolados. Nem poderia ser de outra forma, sob pena de pulverizar-se os recursos destinados pelo Governo Federal, em obras de menor importância. As *frentes de trabalho* não eram, certamente, a melhor solução, muito embora tenha sido forçoso adotá-las em situações emergenciais.

Assim o Conselho Monetário Nacional, através da Resolução 147 do Banco Central, autorizou o Banco do Brasil a conceder empréstimos especiais aos proprietários de terras destinadas ao cultivo agrícola e à criação de animais, situadas em zonas do Polígono das Secas, tendo como finalidade os melhoramentos rurais. Com vistas à criação de infra-estrutura necessária ao melhor aproveitamento de suas potencialidades, foram consideradas as características individuais de cada proponente, de forma a oferecer-lhes condições técnicas a uma exploração mais racional e tranqüila, diminuindo os efeitos das calamidades a que permanentemente se expunham.

Santa Catarina também sentiu de pronto a presença do Banco do Brasil, durante as últimas enchentes que desvastaram imensas áreas de seu território. Após a visita dos titulares dos órgãos técnicos do Banco, medidas rotineiras e outras singulares foram imediatamente postas em prática para assistência mais eficaz e globalizante às áreas flageladas.

Desde que recebeu as primeiras notícias sobre as calamidades, a Diretoria da 6ª Região (Paraná e Santa Catarina) passou a manter contato direto e permanente com a agência de Florianópolis, já que a de Tubarão estava completamente isolada.

A violência da calamidade atingiu também as cidades de Araranguá, Braço do Norte e Criciúma. A quase totalidade dos estabelecimentos industriais, comerciais, de serviços, a lavoura, foi destruída. Era desolador o panorama apresentado na região. O vulto da catástrofe levou as autoridades a decretar o *Estado de Calamidade Pública.*

A área catarinense atingida pela catástrofe foi visitada pelo Diretor PERACHI BARCELLOS, dois dias depois de noticiada a calamidade, acompanhado de técnicos do Banco do Brasil, entre eles o Sr. NELSON MEIRA LUCENA, Gerente de Operações da Sexta Região - GECAP (Paraná e Santa Catarina) que apresenta aqui o seu depoimento.

Quais as medidas genericamente adotadas pelo Banco, quando da ocorrência de quaisquer acidentes que ponham em risco as nossas aplicações?

De maneira geral, no âmbito do crédito rural, as instruções operacionais do Banco do Brasil, há muito codificadas, prevêm, toda uma bateria de medidas: dilatação de prazos, novos empréstimos sem a prévia liquidação do antigo, etc. De forma geral, nossas experiências anteriores revelam que essas medidas são satisfatórias, evidentemente, quando a extensão dos danos não atinge o nível de calamidade.

O Banco sempre tem estado solidário com os clientes. No próprio interesse deles, examina cuidadosamente as condições do mutuário, procurando evitar o superendividamento. Em outras palavras, procura evitar que as medidas tomadas em circunstâncias emergenciais venham, ao final da crise, concorrer para maior prejuízo do ciente. Há casos, inclusive, de um só cliente que teve sucessivas frustrações de seus empreendimentos sem que o Banco tenha jamais cogitado o corte do seu crédito, ou mesmo exigido o cumprimento de suas responsabilidades.

Das medidas rotineiras, quais as aproveitadas em Santa Catarina?

A extensão da catástrofe que atingiu Santa Catarina, especialmente Tubarão e, em menor grau, Araranguá, Braço do Norte e Criciúma, era de tal monta que, a priori, foram consideradas inócuas quaisquer das medidas previstas pelas Instruções do Banco.

O Diretor Perachi, ao tomar conhecimento do acidente, que atingiu a sua maior força na noite de 24 para 25 de março, considerando a urgência e a gravidade dos acontecimentos e contando com a aprovação do Colegiado, autorizou uma série de medidas preliminares.

Nesse caso, as calamidades em Santa Catarina exigiram amplas medidas, todas de caráter excepcional?

Tão dramático foi o quadro que encontramos em Tubarão e tamanha a sua extensão que, excepcionalmente o Banco autorizou, por 60 dias, a vigência de uma série de operações de urgência, como: deferimento de taxas fixas para descontos de duplicatas, podendo ser dispensada a incidência cadastral, na falta ou insuficiência de margem; desconto de notas promissórias à ordem do Banco, até o limite máximo de 50 mil cruzeiros por beneficiário, com prazo até 120 dias, inclusive a firmas que não disponham de duplicatas; deferimento a particulares e agropecuaristas, de operações de crédito pessoal, independentemente do saldo médio de depósitos dos interessados; reforma, por prazo até 120 dias, de títulos à ordem do Banco que tiverem seus vencimentos até 30.5.74; obtenção, junto aos sacadores, de prorrogação do vencimento dos títulos em carteira, pelo prazo até 60 dias. No tocante a garantias exigíveis para novos financiamentos, o Banco deverá adotar um tratamento especial, considerando que a quase totalidade da população teve seus bens reduzidos simplesmente à terra que as águas não levaram.

Ainda em Tubarão, entre as medidas excepcionais imediatamente acionadas,

destacamos, na area de assistência ao pessoal, a remoção dos funcionários do Banco e de suas famílias para as cidades vizinhas, vez que, naquele momento crítico, não tinham a menor condição de exercer as suas funções. O Diretor Peracchi Barcellos, sentindo a gravidade do impasse, autorizou a tomada dessa medida. Além disso, um auxílio financeiro foi concedido pela Diretoria do Pessoal. No âmbito da Diretoria Administrativa, medidas como o deslocamento de funcionários de outras localidades, preparados para a situação que iriam encontrar, assim como inspetores e máquinas, foram prontamente enviadas, para que fosse possível a reabertura da filial, após cinco dias de interrupção, ainda que em caráter precaríssimo.

Essas medidas, autorizadas em caráter excepcional, não poderiam passar a integrar o rol de instruções regulares, prevendo a ocorrência de situações similares?

Se o Banco codificasse uma bateria de medidas preliminares a serem adotadas pelas administrações das agências, em situações emergenciais, estaria no mínimo acelerando a sua participação nessas circunstâncias. Evidentemente, autorizar de maneira genérica essas medidas, dependeria de um profundo estudo, uma vez que elas deveriam emergir de vários setores do Banco e não somente daqueles mais diretamente afetados pelo risco em suas aplicações. Essa atitude se revestiria da maior significação ainda, se considerarmos que, em muitos casos, talvez a maioria, o próprio sistema de comunicação é prejudicado, ficando os administradores locais sem ter sequer como receber instruções específicas.

Seria possível uma avaliação dos prejuízos e uma comparação com outras calamidades já ocorridas em que a participação da assistência do Banco tenha merecido destaque?

Nesse momento, estamos aguardando um minucioso relatório que encomendamos aos gerentes das filiais mais atingidas. A região de Ararangua, Braço do Norte, Criciúma e Tubarão se caracteriza geograficamente por uma grande baixada. A vocação dessas terras é o cultivo agrícola, notadamente do arroz, mandioca e fumo. Essas lavouras foram completamente destruídas. A florescente indústria da cerâmica, que ali encontra farta matéria-prima, teve grandemente comprometidos seus investimentos. As minas de carvão foram completamente inundadas. A estrada de ferro Teresa Cristina, responsável pelo escoamento do minério, foi também parcialmente destruída. Tubarão terá que começar praticamente do zero.

Nossa experiência anterior se refere às duas enchentes ocorridas, a primeira em 72 e a segunda em 73, na região jurisdicionada por nossa agência em Canoinhas, também Santa Catarina. Outro fenômeno, também de resultados catastróficos em nossa região é o da geada, essa, com maior incidência na região norte do Paraná. Canoinhas se dedica fundamentalmente à exploração madereira e com as cheias a economia local sempre sofre prejuízos. Medidas preliminares assemelhadas às atuais foram orientadas, nas duas oportunidades, e o resultado foi altamente satisfatório.

As freqüentes geadas são igualmente dramáticas. O fenômeno é cíclico e se repete de forma arrasadora. Como resultado da destruição, numa só noite, dos cafezais, sobrevem um abatimento geral, com reflexos não só na economia, mas em todo grupo social. O café ainda é a principal fonte de recursos da economia paranaense. A última geada de grandes conseqüências ocorreu em julho de 1969 e, como das outras vezes, deu origem a uma reação em cadeia, levando o desânimo à todas as atividades. Em outubro do mesmo ano o Banco instituia linha de crédito especial para assistência às lavouras cafeeiras atingidas pelo fenômeno.

Foram então concedidos créditos especiais aos produtores prejudicados, para recuperação das lavouras, ou parte delas, formadas por cafeeiros geados nas folhas ou nas folhas e nos ramos, que se apresentassem em bom estado, com potencial de produção igual ou superior a 30 sacos de café em coco por mil pés.

Facultou-se aos cafeicultores, como medida de amparo paralela, a obtenção de créditos para custeio das culturas intercalares nas áreas ocupadas pelos cafezais atingidos pelas geadas, qualquer que fosse o estado das lavouras ou o seu potencial de produção.

Admitiu o Banco, nos casos de insuficiência da colheita prevista, a complementação da garantia com outros bens, visando a não criar dificuldades ao produtor. Os adiantamentos foram calculados com base na média dos últimos 4

anos de produção normal; os fertilizantes foram financiados integralmente, sem respeitar o teto de 40 sacos por mil pés; admitiu-se verba para manutenção do financiado, quando não dispusesse de outras fontes de renda; concedeu-se prazo longo de resgate aos produtores – 4 anos – com amortizações anuais de conformidade com a produção da lavoura; os financiamentos foram considerados extralimite das aplicações das agências, possibilitando um atendimento pleno das necessidades dos cafeicultores atingidos; atribuiu-se alçada especial de decisão às filiais, a fim de que os produtores fossem mais prontamente atendidos.

Instituiu o Banco, ainda, paralelamente, utilizando recursos do Instituto Brasileiro do Café, modalidade de assistência para erradicação de cafeeiros, quando fosse impossível a recuperação das lavouras ou parte delas.

A garantia desses financiamentos era apenas uma nota promissória de emissão do cafeicultor, com prazo de 90 dias. Uma vez comprovada a erradicação prevista no contrato, seria automaticamente quitado o título, que seria entregue ao produtor, na época do vencimento, livre de pagamento.

Graças a essas medidas, em julho de 1971 constatávamos, e com satisfação, que as lavouras do Paraná, atingidas pela geada de julho de 69, se encontravam praticamente recuperadas, tanto assim que, através de Aviso Circular, recomendamos às agências cuidadoso controle sobre a próxima safra de café, com vista ao exame e solução dos pedidos de prorrogação de prazo.

Não podemos nos esquecer que, em circunstâncias calamitosas, entre outras medidas da alçada governamental, há o recurso do Decreto de Calamidade Pública que, por si só e enquanto perdura, suspende ou prorroga o vencimento das obrigações em geral. Na atual crise que enfrenta Santa Catarina, esse recurso foi também utilizado.

Para reconstrução dessas cidades, o Banco tem algum projeto?

A reconstrução dessas cidades exigirá um esforço comum de todas as autoridades. A iniciativa deverá, provavelmente, partir como solicitação dos órgãos de classe locais. O Fundo de Desenvolvimento Urbano, administrado pelo Banco do Brasil, poderá constituir, excepcionalmente, instrumento de grande eficácia. Digo excepcionalmente porque as cidades atingidas pela catástrofe, exceto as de Tubarão e Criciúma, não têm o número populacional mínimo exigido para que sejam regularmente beneficiadas pelo programa. A autorização desse tipo de medida excepcional está afeta ao Conselho Monetário Nacional. Da parte do Banco, podemos registrar que foi encaminhado àquele Conselho um pedido para que se considerasse extralimite do orçamento do Banco os créditos especiais canalizados para a assistência às áreas atingidas pelas calamidades.

Finalmente, ocorre-nos orientar os agricultores para que, até que se reimplante as lavouras tradicionais – arroz, mandioca e fumo – aproveitem suas terras com as chamadas **culturas de inverno**, tais como aveia, centeio, trigo e cevada, alternativa válida naquela região e que receberia todo apoio do Banco do Brasil.

Análise elaborada pela Consultoria Técnica – COTEC

ATIVIDADES DO BANCO DO BRASIL

JANEIRO – MARÇO DE 1974

NO PAÍS

REDE DE DEPENDÊNCIAS

Encontravam-se em funcionamento, ao final do primeiro trimestre de 1974, 852 dependências (inclusive Postos de Serviço), em decorrência da instalação, no período, de 17 novas unidades. Esse acréscimo correspondeu a 81% do observado no ano de 1973.

A Diretoria da 6a. Região–DICAP foi a maior beneficiada, pois teve inauguradas em sua área oito unidades no período, contra três instaladas em todo o ano passado. A seguir vem a Diretoria da 4a. Região–DIMIG com três novas agências, contra igual número nos doze meses de 1973.

A Diretoria da 1a. Região–DIRAM, a Diretoria da 2a. Região–DINOR e a Diretoria da 7a. Região–DISUL foram acrescidas de duas novas unidades cada uma, enquanto a Diretoria da 3a. Região–DIREG e Diretoria da 5a. Região–DISAP não sofreram alteração numérica.

Em decorrência, a distribuição das dependências pelas Diretorias Operacionais passou a ser a seguinte:

Diretoria	N.º de Agências	Participação Percentual
DIRAM	78	9,2
DINOR	146	17,1
DIREG	80	9,4
DIMIG	171	20,1
DISAP	173	20,3
DICAP	101	11,8
DISUL	103	12,1
TOTAL	852	100,0

RECURSOS

Com um saldo de Cr$ 87,8 bilhões ao final de março, os recursos totais do Banco no País registraram, no primeiro trimestre de 1974, expansão de 1% em termos reais, relativamente a dezembro de 1973, revelando significativa desaceleração se comparada com o crescimento de 5% reais observado em igual período do ano anterior. Nos últimos doze meses o crescimento real foi de 11%. Os recursos alheios – **Exigível** – responderam por 93,5% do acréscimo no trimestre, participação praticamente idêntica à registrada nos três primeiros meses de 1973.

O desdobramento do **Exigível** revela que a captação de depósitos carreou para o Banco, no primeiro trimestre, recursos adicionais equivalentes a 63% do acréscimo total.

Os refinanciamentos e repasses oficiais, o PASEP e os recebimentos por conta do Tesouro Nacional foram os principais fatores do crescimento das **Obrigações Especiais**, que incluem, também, aprovisionamentos por entidades diversas e recursos destinados a fundos e programas específicos, entre outras contas. Essa rubrica registrou contribuição de 25% no aumento global de recursos do trimestre.

Outras Exigibilidades contribuíram com pouco mais de 5% do acréscimo total, revertendo a participação contracionista revelada em igual período de 1973. (-30%).

Os recursos normais do Banco — aqui incluídos o **Não Exigível** e o **Resultado Pendente** balanceado — registraram taxa de contribuição praticamente no mesmo nível observado no primeiro trimestre do ano anterior (6%).

DEPÓSITOS

Ao registrarem saldo de Cr$ 38,9 bilhões ao final do 1.º trimestre de 1974, os depósitos carreados para o Banco superaram em 16%, em termos nominais, e 6% reais, a posição de dezembro de 1973. Idênticas comparações para os três primeiros meses do ano anterior indicam crescimento de 17% reais sobre dezembro de 1972. Nos últimos doze meses o acréscimo real foi de 12%.

Os depósitos à vista e a curto prazo do público, excluídos os de Instituições Financeiras, cresceram Cr$ 906 milhões.

Os depósitos de Instituições Financeiras acusaram, no primeiro trimestre, retração de 50% em termos reais. Esse resultado deve ser atribuído aos depósitos de bancos, que se contraíram em 78% reais em relação a dezembro de 1973, em decorrência de ajuste contábil efetuado a partir de fevereiro último. Tal acerto refere-se ao balanceamento do saldo da conta de depósitos bancários com o da rubrica **Departamentos, conta de relações internas**, pelo valor registrado nesta última e relativo à transferência de fundos bancários (**float**). Deve-se ressaltar que parte da retração dos saldos de depósitos de bancos pode ser atribuída à variação estacional.

Os depósitos a prazo registraram ao final do trimestre sob análise os mesmos saldos de dezembro de 1973 (Cr$ 846 milhões).

OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

Concentrando 18% dos recursos à disposição do Banco em março de 1974, o saldo de **Obrigações Especiais** atingiu o montante de Cr$ 15,8 bilhões, com expansão real de 5% no trimestre, contribuindo com 25% do total do acréscimo dos recursos no período.

Esse incremento decorre, em 52%,das obrigações por refinanciamentos e repasses oficiais, com expansão real de 16%, para aplicações em Fundos e Programas do Governo Federal, determinadas pelo Conselho Monetário Nacional. Também merecem ser citados o PASEP, participando com 34% do incremento e apresentando crescimento real de 9%, e os recebimentos por conta do Tesouro Nacional, com a parcela de 21% e crescimento real de 51%.

OUTRAS EXIBILIDADES

Esse grupamento contábil constitui-se no segundo principal fornecedor de recursos ao Banco, representando, no final do primeiro trimestre, 24% do passivo total — saldo de Cr$ 20,9 bilhões ao final de março de 1974.

O item **Outras Contas**, incluindo os saldos de **Cheques e Documentos a Liquidar** (com acréscimo de Cr$ 457 milhões), **Departamentos e Correspondentes no Exterior — em Moedas Estrangeiras** (com mais de Cr$ 173

milhões), apresentou incremento de Cr$ 1.011 milhões nos três primeiros meses de 1974, significando acréscimo de 54% reais.

A conta de movimento do Banco Central, o componente mais importante desse grupamento (com participação de 50% nos saldos de março de 1974), também apresentou comportamento contracionista no trimestre, com seu saldo decrescendo 10% reais em relação à posição de dezembro de 1973.

APLICAÇÕES

As aplicações do Banco apresentaram saldo de Cr$ 87,8 bilhões, em março de 1974, revelando crescimento nominal de 11% no trimestre e de 35% (11% reais) no período anual terminado no mês sob análise.

Continua ser o **Realizável** o componente de maior representatividade — 98% dos ativos totais — onde se destacam **Empréstimos** e **Outros Créditos**, com 54% e 41% de participação, respectivamente.

Relativamente às variações no primeiro trimestre de 1974, o item **Outros Créditos** suplantou o crescimento dos **Empréstimos** em mais de Cr$ 1,5 bilhão, o mesmo não ocorrendo se tomada por base a comparação de março / 1974 com março / 1973, quando a variação foi favorável aos **Empréstimos** o superior à de **Outros Créditos** em Cr$ 8,1 bilhões; vale registrar que esta última rubrica se encontra diminuída de operações transferidas para **Valores e Bens**, fato que, se não considerado, não teria trazido modificações na relação favorável aos **Empréstimos.**

EMPRÉSTIMOS

O saldo dos empréstimos totais do Banco, ao atingir a cifra de Cr$ 47,8 bilhões, revela crescimento nominal de 8% no primeiro trimestre de 1974, contra 4% verificados em igual período de 1973.

A participação de **Entidades Públicas** no total dos empréstimos vem registrando queda, decorrente, em maior grau, do congelamento do saldo dos empréstimos ao Tesouro Nacional — operações anteriores à Lei n.º 4.595/64 — uma vez que os saldos apresentados pelos demais componentes do setor público têm assinalado ligeiro aumento de participação, em seu conjunto.

O saldo dos empréstimos à Produção, Comércio e Outras Atividades alcançou expansão de Cr$ 3,4 bilhões no primeiro trimestre de 1974, o que corresponde a crescimento nominal de 8%, indicando maiores destaques para a Indústria, que obteve 34% de participação nesse crescimento, seguida da Agricultura (31%), e da Pecuária, com 20%.

Relativamente às variações nominais no trimestre, mereceram destaque na pauta dos empréstimos à Pecuária (11%), seguida das Atividades Não Especificadas (10%) e da Indústria (9%). Já em igual período de 1973, coube a Atividades não Especificadas o maior crescimento (12%), ocasionado, principalmente, pela reformulação das instruções relativas ao **Cheque-Ouro** — elevação dos limites contratados com base em três vezes, em lugar de duas, o saldo médio dos depositantes — vindo em seguida a Pecuária e Agricultura, ambas com 5%. A Indústria participou naquela época com inexpressivo incremento nominal (2%).

Liquidez da Carteira de Empréstimos

Os índices de mora, em março de 1974, permanecem demonstrando melhoria em nossas aplicações, de vez que registraram níveis inferiores aos observados anteriormente:

ÍNDICE DE MORA DOS EMPRÉSTIMOS
Em final de período

Índices	1972	1973		1974
	Dez	Mar	Dez	Mar
Créditos em Liquidação / Empréstimos	0,93	0,91	0,76	0,74
Composições / Empréstimos	1,16	1,17	1,04	0,95
Créd. em Liq. + Composições / Empréstimos	2,09	2,08	1,80	1,69

Pelos índices observa-se que, para cada Cr$ 100,00 emprestados, somente Cr$ 0,74 constituíram problemas com retornos e Cr$ 0,95 necessitaram de reescalonamento no prazo de vencimento.

Agricultura

Ao encerrar-se o primeiro trimestre de 1974, os empréstimos à agricultura somavam Cr$ 17,8 bilhões — correspondentes a 40% dos destinados pelo Banco ao setor privado — superiores ao saldo de dezembro de 1973 em 6%, valores nominais. Em idêntico período de 1973, verificou-se um incremento de 5%. Confrontando o referido saldo com o de março do ano passado, o acréscimo foi de 22% em termos reais.

Os empréstimos à produção, que aumentaram sua participação no global das aplicações sob análise (de 84% em dezembro de 1973 para 86% em março de 1974), responderam pelo acréscimo verificado no trimestre, já que os deferidos à comercialização declinaram 9%.

Com efeito, os saldos dos empréstimos à produção, que ascendiam a Cr$ 15,3 bilhões em março de 1974, exibiam uma expansão de 8% sobre dezembro de 1973, enquanto em igual período do ano precedente se verificava uma taxa de apenas 5%. Relativamente a março de 1973, a evolução alcançou a taxa de 26% reais.

Os financiamentos à comercialização sofreram queda no primeiro trimestre deste ano correspondente à taxa de 4%, contra uma expansão de 3% em período análogo de 1973. Por outro lado, os financiamentos dirigidos às cooperativas de produção agrícola vêm-se comportando em níveis declinantes.

No contexto geral dos empréstimos à agricultura, permanece o grupamento **Produtos** absorvendo maior parcela (56%), percentagem em torno da qual se vem mantendo há muito tempo. Os empréstimos carreados para esse item — no qual se enquadram tanto os destinados ao custeio como os para comercialização a nível do produtor — expandiram-se em 7% no primeiro trimestre de 1974, contra 5% verificados em igual fase do ano passado. Também quando comparamos os saldos de março último com os de igual mês de 1973, observamos ter havido acréscimo de 46% nominais e 20% reais.

Especial atenção deve-se dar à constante expansão das aplicações inscritas no item Produção do grupamento **Produtos**, cuja participação passou de 71%, em dezembro de 1972, para 75%,em março de 1974.

O item **Melhoramentos e Equipamentos**, que ocupava a segunda colocação, com 31%, apresentou-se, ao final de março de 1974, com uma expansão de 7% sobre dezembro de 1973, taxa esta que também se verificou em igual período do ano passado. Comparando com março de 1973, houve evolução de 32% reais.

A rubrica **Insumos Modernos** detém a terceira posição na pauta dos empréstimos à agricultura, absorvendo cerca de 10% das aplicações; esse item registrou em março de 1974 um aumento nominal de apenas 1,6% sobre dezembro de 1973. Comparando com março de 1973, houve evolução de 32% reais.

No que respeita aos empréstimos contabilizados na rubrica **Armazenamento e Comercialização**, verifica-se que, tanto no primeiro trimestre do corrente ano, como no igual período do ano passado, os saldos nominais dessas aplicações apresentavam-se em declínio (-26% sobre dezembro de 1972 e -48% sobre dezembro último). Por outro lado, quando confrontamos o período anual terminado em março de 1974 com o imediatamente anterior, verificamos ter havido evolução real nos saldos do grupamento sob comentário (24% sobre março de 1973 e 22% no período anterior). Isto leva a concluir que a queda ocorre exatamente no período de escoamento da maioria das safras, o que acarreta, conseqüentemente, liquidação de grande parte dos empréstimos contraídos pelos produtores.

Não obstante representar apenas 0,1% dos empréstimos globais à agricultura, merece destaque o item **Sacaria**, que obteve expressivo acréscimo no decorrer do primeiro trimestre de 1974, quando atingiu a taxa de 138%, contra o insignificante incremento ocorrido em igual período do ano anterior (2%). No que concerne ao ano não-calendário março/73—março/74, houve uma expansão de 53% reais.

PRINCIPAIS PRODUTOS

Os saldos dos empréstimos do Banco ao café, trigo, arroz, cana-de-açúcar, algodão, milho e soja representam 85% das aplicações classificadas no grupamento **Produtos**, que apresentou em março do corrente ano o saldo de Cr$ 10 bilhões, evidenciando uma expansão nominal de 7% sobre dezembro de 1973, contra 5% ocorridos em igual período do ano passado. Entre março de 1973 e março de 1974, esses empréstimos evoluíram 46% nominais e 20% reais.

À produção continua cabendo maior parcela de recursos postos à disposição dos agricultores pelo Banco. Com efeito, em março último, os saldos dos empréstimos à produção quantificaram-se em Cr$ 7,5 bilhões, enquanto os destinados ao comércio de produtos agrícolas somavam Cr$ 2,5 bilhões.

No decurso dos 3 primeiros meses deste ano, os empréstimos à produção cresceram, em termos reais, cerca de 12%, contra 6% em idêntico período do ano passado. A posição dos saldos reais de março/74 mostra-se 26% superior à verificada em março/73.

As aplicações dirigidas à comercialização apresentaram-se em março de 1974 com um decréscimo nominal de 4% sobre dezembro de 1973, contra expansão de 3% no mesmo período do ano passado. Em confronto com março de 1973, essas aplicações experimentaram elevação de 5% reais.

Café — A cafeicultura continua liderando a pauta dos empréstimos deferidos pelo Banco aos produtos agrícolas. Absorvia, em março de 1974, Cr$ 3,1 bilhões, ou seja, 31% dos empréstimos à produção agrícola, com expansão nominal de 9% sobre os saldos de dezembro de 1973, contra 11% ocorridos nos três primeiros meses do ano passado. No período março/73 a março/74, a cafeicultura recebeu acréscimo nominal de recursos da

ordem de 13%, equivalentes à taxa negativa de 7,2%, em termos reais.

Os recursos absorvidos através do sistema de cooperativas vêm-se reduzindo substancialmente. Assim, de 20% em dezembro de 1972, sua participação no total dos empréstimos ao café figura, em março de 1974, com apenas 8%.

O mesmo vem ocorrendo com referência aos saldos dos empréstimos para o comércio de café, cujos percentuais de participação caíram de 33% (dezembro/72) para 16% (março/74).

O Estado de São Paulo retornou à liderança em 1973, como maior produtor nacional de café (6,5 milhões de sacos), antes ocupada, desde 1959, pelo Estado do Paraná, que produziu apenas 4,2 milhões de sacos no ano findo.

O Plano de Renovação e Revigoramento da Cafeicultura, posto em prática a partir de 1969, teve modesto desempenho até 1972, mas durante o ano agrícola cafeeiro 72/73 apresentou significativo impulso. Era previsto o plantio de 200 milhões de mudas, mas as contratações atingiram 355 milhões, exigindo suplementação de recursos do Governo.

Dentro desse esquema, o Estado de São Paulo vem liderando de forma expressiva a ampliação de sua lavoura cafeeira, com possibilidades de permanecer na posição de vanguarda como maior produtor de café do País.

A assistência financeira do Banco à lavoura de café em 1973 elevou-se a Cr$ 1.125 milhões, em termos de créditos concedidos, o que representa incremento de 53% sobre os contratados em 1972. A área abrangida pelos financiamentos atingiu 1,33 milhões de ha em 1973, contra 1,17 milhões de hectares, assistidos em 1972. Como se trata de lavoura permanente, a área da cafeicultura assistida pelo Banco inclui também financiamentos de custeio, ora referentes à limpeza, ora à colheita da safra.

Trigo — Os saldos dos empréstimos do Banco à triticultura, que ainda desfruta a segunda posição entre os produtos contemplados com nossa assistência creditícia, sofreram um decréscimo nominal de 3% nos três primeiros meses do corrente ano, contra 4% em igual período de 1973. Entretanto, o confronto de março/74 com março/73 evidencia uma expansão de 27% em termos reais.

Dos recursos alocados ao trigo (Cr$ 1,6 bilhão), 8% se referem ao custeio da produção e os restantes 92% à comercialização do produto.

Os empréstimos à produção involuíram 25% em termos nominais, ao final do primeiro trimestre de 1974, contra um decréscimo de 21% em idêntico período do ano passado.

As aplicações na comercialização do trigo mantiveram-se, em março de 1974, quase ao nível de dezembro de 1973, evidenciando uma queda nominal de apenas 0,3%, enquanto nos primeiros três meses de 1973 houve uma expansão de 10%.

É no primeiro trimestre que se ultima o escoamento da safra tritícola.

Após o fracasso da safra de 1972 — em 2.813.000 hectares plantados colheram-se menos de 700.000 toneladas — os triticultores reduziram em 35% a área semeada em 1973 (em parte também desestimulados pelos baixos preços oficiais do trigo). Mas o clima favoreceu a formação das lavouras, tanto que o Banco, adquiriu, até fins de março de 1974, mais de 1,9 milhões de toneladas (inclusive trigo-semente) cerca de 42,3% das necessidades de consumo do País para 1974, estimadas em torno de 4,2 milhões de toneladas.

O Banco do Brasil financiou em 1973 o plantio de 1.164 hectares (63,4% da lavoura de trigo do País) e o valor dos créditos concedidos montou a quase Cr$ 603 milhões.

Admite-se como mínimo o financiamento, em 1974, de 1.884 hectares

(igual a 1972), pois, com o atual preço do trigo tudo leva a crer que os triticultores retomarão o nível anterior de suas atividades. Portanto, é de se esperar o deferimento de créditos ao redor de Cr$ 1.627 milhões, o que equivaleria a aumento de 170% sobre os concedidos em 1973. Observe-se que 90% desse montante seriam aplicados até fins de junho/74, quando praticamente se encerra a etapa de plantio de trigo.

Não se afigura impossível, contudo, que o plantio, para a próxima safra, atinja os 2.813.200 ha — área total semeada em 1972 — e que se mantenha o rendimento médio do qüinqüênio 1967/71 (dado oficial disponível) de 914 kg/ha; a produção fica estimada em cerca de 2.571.264 toneladas (aproximadamente 42.854.400 sacos de 60 kg), que exigiram aplicações do Banco do Brasil, na qualidade de Agente Financeiro do Governo, da ordem de Cr$ 3.428 milhões para a aquisição da safra. Como o Banco cobra dos produtores os adiantamentos feitos a título de custeio de entressafra no ato de adquirir o trigo produzido, infere-se que novos recursos da ordem de Cr$ 1.801 milhões (Cr$ 3.428 milhões menos Cr$ 1.627 milhões) seriam aplicados.

Arroz — Com 10% do saldo dos empréstimos do Banco aos produtos agrícolas, a rizicultura mantém o terceiro lugar no quadro geral dos principais produtos assistidos. Apresentando o saldo de Cr$ 1 bilhão em março de 1974, os empréstimos à rizicultura evidenciaram crescimento nominal de 15% sobre dezembro de 1973, contra 16% em período análogo do ano passado. Nos 12 meses compreendidos entre março/73 e março/74, esses financiamentos experimentaram expansão da ordem de 25% reais.

Cerca de 89% dos empréstimos alocados do arroz foram destinados à produção, cabendo o restante à comercialização. Note-se que em março de 1973 essas participações eram representadas, respectivamente, por 96% e 4%.

No decurso dos três primeiros meses deste ano, os empréstimos à produção cresceram 23%, contra 19% em igual período do ano passado, em bases nominais. No período anual terminado em março/74, esses empréstimos aumentaram 15% em níveis reais.

Os empréstimos à comercialização sofreram no primeiro trimestre de 1974 e também nos três primeiros meses do ano passado, declínio traduzidos pelas taxas de 24% e 27% nominais, respectivamente. Entretanto, quando se confrontam os saldos de março último com os de igual mês de 1973, verifica-se que houve um acréscimo de 259% em termos reais.

A safra de arroz relativa a 1972/73 atingiu cerca de 7,3 milhões de toneladas. Ainda não foram divulgadas previsões sobre o montante da safra atualmente em curso, que notícias extra-oficiais estimam próxima a 6,3 milhões de toneladas.

A perspectiva dessa queda já provocou sensível alta dos preços do arroz a nível do mercado atacadista (28% durante o último mês de março).

O Instituto Rio-Grandense do Arroz—IRGA, autarquia estadual, anualmente adquire apreciável parcela da produção orizícola sul-riograndense, com recursos do Tesouro Nacional, repassados pelo Banco do Brasil. Essas compras de arroz destinam-se à formação de estoques reguladores, para serem utilizados em períodos de entressafra (especialmente outubro/dezembro).

Nesse sentido, o Conselho Monetário Nacional aprovou financiamento no montante de Cr$ 390 milhões, com o qual o IRGA poderá formar estoque da ordem de 3 milhões de sacos de arroz beneficiado, superior ao máximo de 1.380 mil sacos (pico em 28.9.73) adquiridos em 1973.

Se o IRGA aplicar toda a verba na aquisição de arroz da presente safra, terá plenas condições de operar como órgão regulador dos preços no mercado consumidor do País, sobretudo a partir do último trimestre do ano, a exemplo do ocorrido em 1973.

Cana-de-açúcar — A lavoura canavieira, que ocupa a quarta posição na tabela de composição dos saldos dos empréstimos dirigidos pelo Banco à classe dos principais produtos, absorvia, em março de 1974, o montante de Cr$ 840,7 milhões, correspondendo a 8%. Os saldos dos empréstimos à cana-de-açúcar experimentaram uma expansão nominal de 8% no decurso do primeiro trimestre de 1974, contra 15% em período análogo do ano passado. Com relação a março de 1973, essa lavoura foi a que alcançou a maior taxa de crescimento (117% reais).

Permanecem sofrendo sensíveis decréscimos os financiamentos para custeio da cultura da cana-de-açúcar com intermediação das cooperativas, haja vista as taxas nominais negativas verificadas para os três primeiros meses de 1973 e deste ano (-51% e -43%, respectivamente), bem como a observada para o período anual terminado em março de 1973 (-15% reais).

Esse comportamento reforça a suposição de que as necessárias disponibilidades financeiras dos plantadores de cana-de-açúcar estariam sendo atendidas satisfatoriamente através dos diversos Fundos (FURAINOR, FURAISUL e FUNPROÇÚCAR).

Pela quantidade de açúcar produzido no ano passado — 21,9% a mais do que em 1972 — pode-se estimar a safra da cana de 1973 superior a 100 milhões de toneladas.

Esse notável desempenho registrado pela agro-indústria canavieira deve-se, especialmente, aos programas oficiais de incentivo às fusões, incorporações e à modernização tecnológica.

Conquanto ainda não consolidada a recuperação setorial, seu desenvolvimento permitiu situar o País como o primeiro produtor de cana e segundo exportador mundial de açúcar, com quase 3 milhões de toneladas, que propiciaram receita de US$ 600 milhões, em 1973.

É aceitável a hipótese de que, em 1974, continuará elevada a taxa de aumento da produção de açúcar no Norte-Nordeste brasileiro, mas se afigura difícil que o Centro-Sul do País ultrapasse 4%, pois já se estaria evidenciando o fim não só da capacidade ociosa da indústria como da disponibilidade de terras para a lavoura canavieira nessa região.

Não obstante o fato de o Brasil ser o principal País produtor de cana, os índices de produtividade da lavoura canavieira nacional não permitem que ele seja, também, o principal produtor de açúcar.

Os programas oficiais de estímulo à agro-indústria também contemplam a melhoria genética e fitossanitária dos canaviais, e buscam a introdução de espécies e variedades aprimoradas para condicionar, não só maior produtividade por hectare, mas sobretudo maior rendimento em açúcar, hoje em torno de 9,5% a 9,8%, situando-se o álcool em cerca de 6,6%.

Algodão — A cotonicultura apresentava em março de 1974 o saldo de Cr$ 701,1 milhões, nos empréstimos do Banco, superando o de dezembro de 1973 em Cr$ 139,9 milhões, que corresponde à taxa nominal de 25%. Em igual fase do ano passado, essa lavoura recebeu um acréscimo de 13%. Comparado com março de 1973, verifica-se que houve um aumento real de 17%.

O algodão, que ocupava, em dezembro último, a sexta colocação no global da assistência prestada pelo Banco aos produtos agrícolas, passou para o quinto lugar, antes mantido pelo milho.

A produção foi destinada a parcela de Cr$ 578,8 milhões, equivalentes a 83%, ficando os restantes 17% (Cr$ 122,3 milhões) com o comércio.

Nos primeiros três meses do corrente ano, os empréstimos à produção cresceram 29% em valores nominais e, no mesmo período de 1973, a expansão traduziu-se pelo percentual de 17%.

Enquanto no primeiro trimestre de 1973 os empréstimos deferidos à comercialização sofreram um declínio nominal de 9%, em igual período

deste ano verificou-se um incremento de 7%. Por outro lado, no decorrer do período compreendido entre março/73 e março/74, tanto os financiamentos orientados para a produção como os destinados ao comércio foram expandidos, em termos reais, de 11% e 60%, respectivamente.

No primeiro trimestre do ano têm início os preparativos para a colheita de algodão no Paraná e intensificam-se os preparativos para a safra do produto na Região Sudeste.

A lavoura de algodão é tida como a mais afetada pelas intempéries ocorridas nos Estados de São Paulo e Paraná no primeiro trimestre de 1974.

Estima-se redução de 10%, em média, no quantitativo a ser colhido. Porém, o aspecto mais sério, parece, constituirá a diminuição da qualidade da fibra e da semente.

Em decorrência dessa situação, o algodão em pluma da safra passada, ainda em estoque — à semelhança de alguns outros importantes produtos agrícolas — também vem experimentando elevação de seus preços.

Como os preços internacionais das fibras naturais continuam subindo, é admissível a hipótese de que a receita cambial a ser propiciada pelas exportações de algodão continue ao mesmo nível da do ano passado, malgrado a redução na quantidade disponível para o mercado externo. Outro fator favorável é que tanto nos Estados Unidos como na URSS foi reduzida a área destinada à cotonicultura, para permitir maior expansão das lavouras de produtos alimentícios, sobretudo protéicos, com destaque para a soja, diminuindo, assim, a oferta mundial de fibra de algodão.

Se, em termos de formação de divisas, a situação do algodão se afigura estável, o mesmo não ocorre em relação aos seus preços para a indústria têxtil nacional, que deverá arcar com custos de matéria-prima cada vez mais elevados. Por outro lado, é de esperar que a procura de crédito no Banco do Brasil, que atende com primazia às necessidades de capital de trabalho para as indústrias, venha a sofrer pressão do parque têxtil no correr dos próximos meses.

Milho — Conquanto os empréstimos do Banco destinados ao cultivo do milho tenham perdido a quinta posição para os da cotonicultura, no transcurso dos primeiros três meses de 1974, verifica-se que foi bastante apreciável o incremento nominal desses créditos no período (14%), contra 4% em igual trimestre de 1973.

Para a expansão de março deste ano sobre dezembro de 1973, os empréstimos canalizados para o custeio de produção concorreram com mais de 100%, já que os destinados à comercialização sofreram um declínio de 0,2%, bem inferior, portanto, ao constatado em março de 1973, relativamente a dezembro do ano anterior (−23%).

No que concerne, porém, ao confronto dos saldos de março último com os de igual mês de 1973, verifica-se expansão real para ambos os setores da lavoura sob comentário (67% para a produção e 78% para a comercialização).

No primeiro trimestre do ano são plantadas as últimas lavouras de milho no Norte e já se iniciam as primeiras colheitas. Também no Sul e no Centro-Oeste a safra de milho começa nesse período.

A safra de milho do corrente ano, segundo previsões extra-oficiais, atingiria 13,5 milhões de toneladas, admitindo-se um milhão de toneladas a mais do que em 1973, quando houve brusca redução de colheita.

O consumo aparente de milho no País, de 1968 a 1973, cresceu à taxa geométrica anual de 6%, principalmente em função do aumento dos rebanhos suínos e avícolas. O milho e seus derivados também integram — juntamente com o feijão e o arroz — a dieta alimentar de grande faixa da população, sobretudo a de baixo poder aquisitivo. Além disso, esse cereal

figura de forma crescente na pauta de nossas exportações.

Tradicionalmente, mais de um quinto da área da lavoura nacional de milho é formada com a assistência creditícia do Banco do Brasil. Contudo, a participação do Banco, que representou 28% da área colhida em 1970, passou a menos de 20% em 1972. A ocorrência poderá estar ligada à melhor remuneração obtida pelos agricultores no plantio de outras lavouras, notadamente a da soja. Para corrigir esse procedimento dos agricultores, o Banco baixou instruções exigindo, dos pretendentes a financiamentos para custeio da soja, que destinassem parcela da área para o cultivo de milho.

Os créditos concedidos em 1973 para o custeio desta lavoura montaram a Cr$ 939 milhões — aí incluída a verba destinada a fertilizantes — representando incremento de 110%, relativamente às aplicações em 1972. Esses financiamentos abrangeram a área de 2.546 mil hectares, sendo 25% com fertilizantes.

O aumento dos preços mínimos do milho para a safra de 1973/74 foi de 66,7% sobre a safra 72/73 constituindo-se, portanto, no item de maior ponderação para o incremento mais que proporcional dos recursos alocados à lavoura de milho, pois a expansão da área financiada foi de apenas 18%.

O maior número de clientes que teriam adotado práticas racionais de cultivo — com destaque para o uso de fertilizantes e sementes selecionadas — também teria contribuído para o incremento dos créditos.

A partir da decretação dos preços-mínimos para a próxima safra, será possível quantificar o provável incremento das aplicações do Banco à lavoura de milho.

Soja — Permanece a lavoura de soja detendo a sétima colocação entre os principais produtos assistidos pelo Banco, absorvendo 6% do total dos financiamentos (Cr$ 552 milhões) ao fim de março de 1974, com um incremento nominal de 9% sobre dezembro último, contra 16% verificados no primeiro trimestre de 1973.

Os empréstimos destinados à produção continuam participando com a quase totalidade dos recursos colocados à disposição do cultivo da soja (99%), dos quais 21% correspondem aos financiamentos feitos com a intermediação das cooperativas. Estes cresceram no primeiro trimestre deste ano 40% contra apenas 7% verificados no mesmo período de 1973. Relativamente a março do ano passado, a soja foi beneficiada com um incremento real da ordem de 72%.

É no primeiro trimestre que se inicia a colheita da soja precoce no Sudeste. Para as outras Regiões, cuida-se de evitar ou suprimir ataques de pragas nas lavouras, nesse período. Em Goiás, como resultado do excesso de chuvas, prevê-se em 20% a quebra da safra do produto.

Estimativas preliminares sugerem que a safra de soja em curso atingirá aproximadamente 7 milhões de toneladas, em contraste com a de 4,2 milhões, em 1973, com indícios de novos ganhos em rendimento (pelo menos no Estado do Rio Grande do Sul, principal produtor). Contudo, os preços internacionais não se vêm mantendo ao nível alcançado na safra passada, quando atingiram US$ 500,00 por tonelada. Em fins de março último, a cotação era de US$ 212,00 por tonelada, sendo admissível, assim, que sua cotação internacional continue em baixa por todo o ano de 1974.

O cultivo da soja vem sendo estimulado e difundido no Brasil, em face dos inúmeros e importantes usos de seus derivados, com destaque para a proteína, óleo comestível, torta e farelo para ração animal, além de atender ao mercado externo. A proteína vegetal, a partir da soja, já é isolada e concentrada no País (Porto Alegre-RS).

Feijão — Para o cultivo do feijão, os empréstimos do Banco registravam, em março de 1974, a cifra de Cr$ 167,5 milhões, o que supera a de dezembro próximo passado em 43,3 milhões. O aumento nominal de 35% foi inferior ao de igual período do ano passado, quando ocorreu incremento da ordem de 58%. Confrontando com março de 1973, esses empréstimos cresceram 71% reais.

Os financiamentos à produção, que absorvem cerca de 94% do total do produto, expandiram-se 35% no primeiro trimestre deste ano, em valores nominais, contra 60% verificados em idêntica fase de 1973.

A safra de feijão, relativa a 1974, promete voltar a seus níveis normais, após acentuado declínio da produção em 1972, que persistiu em 1973.

A colheita de feijão **safra das águas**, em vias de conclusão no Centro-Sul do País, constitui-se em indicador favorável, reforçada ainda pela excelente safra, também em curso, no município baiano de Irecê e adjacências.

A recuperação dessa lavoura é devida sobretudo ao estímulo dos preços de mercado, que se elevaram significativamente no último trimestre de 1973. Também os incentivos creditícios oferecidos aos agricultores pelo Banco, para o plantio, colaboraram expressivamente para reativação desta lavoura.

Por outro lado, a melhoria do desempenho dessa cultura sugere que os fatores limitantes a sua expansão estariam sendo superados. Com efeito, se bem que houve queda no seu rendimento nas últimas safras, em parte devido a intempéries, cabe destacar a ênfase no uso de insumos modernos, antes destinados quase exclusivamente a produtos de mercados mais dinâmicos (soja, arroz, trigo). Além disso, os atuais preços do feijão encorajam os agricultores a formarem lavouras solteiras, em extensas áreas, sobretudo no Estado do Paraná, maior produtor nacional.

Cacau — O cacau constitui-se num dos principais produtos agrícolas de nossa pauta de exportação.

No primeiro trimestre do corrente ano, foram exportadas 36.935 t e a receita atingiu US$ 61.164 mil, contra 28.839 t exportadas durante os primeiros três meses de 1973, quando renderam US$ 28.042 mil. O preço médio por tonelada de cacau em amêndoa exportado neste ano foi 81,7% superior à cotação do negociado no primeiro trimestre de 1973, contra 85,2% de melhoria dos preços da manteiga de cacau, verificada em igual período.

As reais causas da acentuada elevação internacional dos preços do cacau são ainda discutíveis. A redução da safra nos países africanos, principais concorrentes do cacau baiano, é apontada como fator da alta que se vem verificando, mas iguais ocorrências, no passado, não alteraram significativamente os preços.

De qualquer forma, a maioria dos produtores — constituída principalmente por proprietários de pequenas e médias glebas rurais — não estaria sendo beneficiada, como desejável, pela substancial melhoria dos preços do produto. É comum, entre os cacauicultores, a venda prematura de sua produção.

Outro percalço à normalização da renda dos produtores reside na perecibilidade do cacau, cuja colheita não dispõe de infra-estrutura para armazenagem e conservação por período superior a três meses, razão também pela qual o cacauicultor dela se desfaz antecipadamente.

A implantação de processo destinado à conservação mais prolongada do cacau em amêndoas ou sua crescente industrialização no País deveriam ser consideradas como possíveis soluções para o permanente malogro dos produtores.

As empresas industriais produtoras de derivados do cacau, principalmente chocolate, poderiam ser localizadas próximo à origem da matéria-prima. O Estado da Bahia, de longe o maior produtor nacional, desfruta singular privilégio neste particular. Situado que está em área assistida pelos incentivos fiscais dos artigos 34/18, conta, além disso, com os estímulos representados pelo Centro Industrial de Aratu, em Salvador-BA.

Dessa forma, seria possível que o Brasil viesse gradativamente a inverter sua atual estrutura de exportação do cacau: 80% em amêndoas e apenas 20% de produto acabado.

Estimativas preliminares indicam que a safra do corrente ano, (300 mil toneladas), ultrapassaria todos os recordes anteriores e seria quase o dobro da do ano passado (159 mil toneladas).

Pecuária

O saldo dos empréstimos do Banco do Brasil à Pecuária, ao fim do primeiro trimestre de 1974, atingiu o montante de Cr$ 6.879 milhões, registrando crescimento nominal de 11% relativamente a dezembro de 1973. Em idêntico trimestre do ano passado, a expansão foi de apenas 5%.

Relativamente ao período anual terminado em março de 1974, a expansão real foi da ordem de 33%, mesmo nível da fase anual finalizada em março de 1973. Nos últimos doze meses a participação da pecuária, nos saldos dos empréstimos do Banco ao setor privado, cresceu de 14% para 16%.

Continua o crédito pecuário do Banco a destinar-se preponderantemente (99% dos saldos) à produção animal — custeio e investimento — permanecendo o comércio de produtos de origem animal com participação residual.

A natureza da expansão dos empréstimos à pecuária reflete a política de crédito nesse setor, responsável pelo abastecimento interno e com grande potencialidade de contribuição para a formação de divisas.

PRODUÇÃO ANIMAL

Em face dessa elevada participação, o grupamento constituído pelos empréstimos à produção animal tem sido o fator determinante do nível e do padrão de crescimento dos saldos dos empréstimos ao setor pecuário.

Dos saldos dos créditos dirigidos à produção animal em março de 1974 (Cr$ 6.823 milhões), 96,5% destinaram-se a pecuaristas e os restantes a cooperativas de produtores. A formação de rebanhos absorveu 57% dos empréstimos à produção e foi responsável pela metade do acréscimo verificado.

Os financiamentos à aquisição de insumos modernos apresentaram crescimento real de 48%, no período anual terminado em março de 1974. Esse item congrega os principais fatores produtivos utilizados na economia pecuária pelo acréscimo da produtividade.

Principais Rebanhos — Os saldos dos financiamentos aos principais rebanhos alcançavam o montante de Cr$ 3.870 milhões, ao fim de março de 1974 e registravam crescimento nominal de 12%, relativamente a dezembro de 1973, maior, portanto, que o de 2% verificado no primeiro trimestre do ano passado.

Dada sua importância econômica, a bovinocultura absorveu 80% dos financiamentos para a produção animal, com 36% de incremento real em março de 1974, quando comparados os saldos com a posição de março de 1973.

Como se observa no quadro abaixo, vem-se modificando a distribuição dos financiamentos à bovinocultura:

BOVINOCULTURA
Empréstimos à Produção

Finalidade das Operações	Participação %		Composição % da variação absoluta	Variação % real
	Mar/73	Mar/74	Março-74/Março-73	
Custeio	37,4	40,1	44,2	45,8
Aquisição de bovinos	60,0	54,9	47,2	24,6
Melhoramentos e Equip.	1,3	3,7	7,3	276,8
Leite (bovinocultores)	1,0	1,2	1,5	63,3
Carne (bovinocultor)	0,3	0,1	– 0,2	– 63,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	36,0

Indicativo da melhor aplicação do crédito na bovinocultura é a modificação da participação do custeio que cresceu de 37% para 40% – no período anual terminado em março de 1974 – enquanto as aplicações para aquisição de bovinos diminuíram sua participação de 60% para 55%.

A taxa real de expansão (46%) dos créditos de custeio, contra 25% para aquisição de animais – no ano terminado em março de 1974 – indica igualmente a preferência em incentivar o aumento da produção.

O deferimento de crédito tem objetivado influenciar o processo decisório dos agropecuaristas, com vistas à adoção de nova tecnologia, especialmente para que a bovinocultura de corte possa obter melhores índices de produtividade.

O crédito vem-se constituindo também em instrumento para modificar a tendência anterior, que era de situar os estabelecimentos de abate e frigorificação junto aos centros consumidores, criando-se, assim, elevados custos representados por transportes desnecessários e presença de maior número de intermediários na comercialização do gado. O plano atual visa à localização de novos frigoríficos nas próprias zonas produtoras.

A suinocultura registrou Cr$ 87 milhões para o saldo de seus empréstimos, usufruindo apenas 2% dos financiamentos aos rebanhos. Assim, mostra decréscimo nominal de 5% sobre os saldos de dezembro de 1973. Indica, entretanto, melhoria com relação ao comportamento registrado no primeiro trimestre de 1973, quando a redução foi de 12%. A comparação dos saldos dos últimos doze meses aponta expansão real de 7%.

O saldo dos empréstimos à avicultura foi de Cr$ 91 milhões ao fim de março de 1974, registrando baixa – como em idêntico período de 1973 – relativamente a dezembro. A participação do grupamento, no total da pecuária, foi de 2% e o acréscimo real dos saldos atingiu 23% no período anual.

Setor com pouco mais de um decênio de atividade, em escala industrial, a avicultura vem apresentando, no Brasil, desenvolvimento comparável ao ocorrido nos países mais desenvolvidos, e vem alargando sua participação no mercado de carnes, tanto que na última crise de carne bovina substituiu grande parte daquele produto.

Também o crédito à pesca registrou baixa de saldos no primeiro trimestre de 1974 e no de 1973. Entretanto, apresentou crescimento real de 86%, nos saldos de março de 1974 em relação a março de 1973. A participação no financiamento à produção animal foi de 0,3%.

COMÉRCIO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Com saldo de Cr$ 57 milhões, os empréstimos ao comércio de produtos de origem animal apontam crescimento nominal (5%) pouco maior que o verificado no primeiro trimestre de 1973 (4%). Para o período anual terminado em março de 1974, registrou-se variação real negativa de 9%.

A assistência à comercialização da carne representou participação de 13%, mas registra retração, quando comparada à composição de dezembro de 1973 (30%).

Com relação à comercialização da carne bovina, efetuaram-se no primeiro trimestre de 1974 várias medidas governamentais ligadas ao abastecimento interno e exportação: na ocasião do entendimento levado a efeito entre o Governo e os produtores de carne, para normalizar o abastecimento de carne no País, foi regulamentado o preço de Cr$ 120,00 por arroba do boi em pé; liberado o preço das carnes consideradas nobres e tabelado o preço da carne de segunda; além de eliminar-se a retenção cambial na exportação e o propósito de confisco, a preços de mercado, de gado gordo pela SUNAB.

As medidas tomadas foram consideradas provisórias. No segundo trimestre, entrará em vigor plano de maior alcance, com vistas à regularização dos problemas de entressafra.

Os financiamentos a Couros e Peles, com 34% dos saldos destinados ao comércio de produtos de origem animal, apresentaram acréscimo nominal de 23% no primeiro trimestre de 1974 e de 17% em fase idêntica de 1973. No período anual, a expansão real foi de 6%.

Os saldos dos empréstimos ao comércio de lã atingiram Cr$ 7,3 milhões, em março de 1974, com crescimento nominal elevado (84%) sobre dezembro de 1973, mantendo padrão de expansão semelhante ao que ocorreu em fase idêntica do ano anterior (76%). A variação real no período anual foi de 2%.

Indústria

Os saldos dos empréstimos do Banco ao setor industrial, em março de 1974, alcançaram o montante de Cr$ 14.471 milhões, refletindo incremento real de 16%, em confronto com a posição de igual mês de 1973. Comparativamente a dezembro último, a expansão nominal foi de 9%.

Desses recursos, Cr$ 11.069 milhões destinaram-se à produção industrial e Cr$ 3.402 milhões à comercialização de produtos industrializados, representando, respectivamente, participação de 76,5% e de 23,5%.

Os empréstimos à produção industrial estavam 7% nominais acima dos níveis mantidos ao final de 1973; em idêntico período anterior, o incremento foi de 3%. Em confronto com os saldos apresentados em março de 1973, as aplicações em favor da produção industrial evidenciaram expansão real de 15%.

Os débitos assumidos pelas cooperativas de produção industrial situaram-se em Cr$ 128,1 milhões, revelando variação positiva real de 42,2%, em confronto com o teto das responsabilidades em março de 1973. A expansão de 5%, demonstrada em comparação com os saldos ao fim de 1973, registra comportamento contrastante com o do primeiro trimestre do ano anterior, quando ocorreu involução de 15%.

Os créditos orientados para a comercialização de produtos industriais evidenciaram incremento real de 17%, em confronto com os saldos demonstrados em março de 1973. Ressalte-se, no entanto, a ocorrência de uma expansão nominal de 14,5% em relação aos níveis do final de 1973, contrastando com a regressão demonstrada no primeiro trimestre do ano

anterior, de 1%, derivada principalmente do declínio das operações do açúcar.

A indústria de transformação continua recebendo a quase totalidade dos créditos deferidos ao setor secundário (cerca de 14 bilhões de cruzeiros ao final de março de 1974). Com efeito, os diferentes ramos fabris desse grupamento, ao longo dos últimos anos, vêm mantendo uma participação de 97% no total dos empréstimos industriais.

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

Os empréstimos deferidos pelo Banco à indústria de transformação ascenderam ao montante de Cr$ 14.020 milhões ao final de março de 1974, refletindo acréscimo real de 15%, em confronto com os saldos de idêntico mês do ano anterior. A expansão no trimestre foi de 9% nominais, bastante superior à de igual período do ano de 1973 (apenas 2%).

A indústria de produtos alimentares lidera a pauta desses empréstimos, participando com 19%, seguida pelos ramos metalúrgico e têxtil (11%), produtos químicos (6%) e vestuário e calçados (5%).

Colaboraram mais expressivamente para a expansão do primeiro trimestre deste ano os seguintes setores da indústria de transformação: produtos alimentares (19%), metalúrgica (12%) e produtos químicos (9%), conquanto o grupo das indústrias "não especificadas" — assim qualificadas por dificuldades de identificação à luz da metodologia contábil adotada — respondesse por uma taxa de crescimento maior (37%).

Indústria de Produtos Alimentares — Os saldos dos empréstimos do Banco do Brasil à indústria de produtos alimentares alcançaram, em março de 1974, Cr$ 2.631 milhões, correspondendo a uma evolução positiva real de 27%, em confronto com a posição de igual mês do ano anterior. O incremento evidenciado no trimestre foi de 9% nominais, ao contrário do comportamento ocorrido no primeiro trimestre de 1973, quando involuíram 2%, sob a justificativa de que, naquela época, as operações ligadas à comercialização do açúcar reduziram-se expressivamente, tendo em vista as facilidades de colocação do produto nos mercados externos.

A assistência financeira prestada à produção industrial vem gradativamente assumindo posição mais elevada, no quadro dos empréstimos à indústria de produtos alimentares (65% em dezembro de 1972; 68% em março de 1973; 74% em dezembro de 1973 e em março de 1974). Conseqüentemente, os créditos destinados à comercialização participam cada vez menos na estrutura das aplicações.

O açúcar constitui-se no produto de maior peso no contexto das aplicações à indústria alimentar, cuja participação vem-se fortalecendo (de 48%, em dezembro de 1972 para 57%, em março de 1974). Não obstante, observam ritmo cadente as aplicações destinadas à comercialização do açúcar, que representavam 32% dos empréstimos à indústria de produtos alimentares em dezembro de 1972 e atualmente correspondem a apenas 23%.

Embora com participação residual no quadro dos empréstimos do Banco à indústria alimentar (0,2%), é de ressaltar a evolução experimentada pelo milho nos primeiros três meses do corrente ano (47%), contra apenas 4% em idêntico período do ano anterior.

OUTROS CRÉDITOS

Com saldo de Cr$ 36,0 bilhões ao final do primeiro trimestre de 1974, o grupamento contábil **Outros Créditos** apresentou evolução de 6% em termos reais em relação à posição de dezembro de 1973. No período de doze

meses, a expansão real foi de 0,5%, o que resultou, preponderantemente, da transferência de operações registradas nesse grupamento para o de **Valores e Bens.**

Destacaram-se no trimestre, no sentido expansionista, as substanciais elevações registradas em **Outras Contas** (Cr$2,6 bilhões), em **Departamentos no País** (Cr$ 1,3 bilhões) e em **Departamentos e Correspondentes no Exterior — em Moeda Estrangeira** (Cr$ 1,2 bilhões).

No sentido contracionista deve-se destacar a redução nos créditos registrados em **Banco Central — Outras Contas**, no título **Banco Central — Repasses de recursos originários de depósitos** (— Cr$ 634 milhões), devido à retração dos depósitos para garantia de câmbio.

Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio

O saldo, em março de 1974, de **Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio** atingiu a cifra de Cr$ 1.575,6 milhões, dos quais Cr$ 258,9 milhões destinaram-se a operações com café e os demais Cr$ 1.316,7 milhões a operações com outros produtos agropecuários e manufaturados.

Aplicações com Recursos do PASEP

O saldo das aplicações do PASEP atingiu Cr$ 4.354 milhões ao final de março de 1974, acusando incremento nominal de 6% equivalente a queda de 3% em termos reais, relativamente à posição do fim do ano de 1973.

A indústria continua absorvendo a parcela mais importante das aplicações do programa, ou seja, 60% (Cr$ 2.621 milhões), destinando-se 50% para capital de trabalho e 10% para investimentos. Os empréstimos ao comércio, por seu turno, participaram com 26% (Cr$ 1.113 milhões) das aplicações, cabendo 21% aos empréstimos para capital de trabalho e 5% para investimentos.

Os empréstimos destinados ao setor público corresponderam, no final de março, a 14% (Cr$ 618 milhões), das aplicações do PASEP, com a parcela de 7,5% dirigida a Governos Municipais; 3,5% a autarquias; e distribuindo-se os restantes 3% entre Governos Estaduais e repasses ao BNDE e ao Fundo de Desenvolvimento Urbano (FDU).

Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público — PASEP
Aplicações

Especificação	Cr$ Milhões		Composição Percentual	
	Dez 73	Mar 74	Dez 73	Mar 74
Empréstimos a Autarquias	153,6	153,4	3,8	3,5
Emprést. a Gov. Estaduais	49,4	71,1	1,2	1,6
Emprést. a Gov. Municipais	292,4	324,7	7,1	7,5
Empréstimos à Indústria	2.481,6	2.621,0	60,5	60,2
Capital de Trabalho	2.106,3	2.166,1	51,4	49,7
Investimento	375,3	454,9	9,1	10,5
Empréstimos ao Comércio	1.054,8	1.113,1	25,7	25,6
Capital de Trabalho	884,7	890,8	21,6	20,5
Investimento	170,1	222,3	4,1	5,1
Créditos em Liquidação	1,8	2,1	0,1	0,0
Aplicações Financeiras	—	—	—	—
Recursos Repassados	66,4	68,8	1,6	1,6
TOTAL	4.100,0	4.354,2	100,0	100,0

VALORES E BENS

Nesse grupamento estão registrados: os depósitos compulsórios do Banco em títulos federais; as aplicações em ações, obrigações e debêntures; os investimentos em reflorestamento e em outras atividades, resultantes de deduções do imposto de renda; o capital e a conta de resultados das Agências no Exterior.

Os depósitos compulsórios em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, à ordem do Banco Central, continuam com a mais elevada participação no total do grupamento (54%), apresentando incremento nominal de 3% no trimestre (queda real de 6%). A conta de **Ações e Obrigações**, incluída em **Outros Valores**, contribuiu com 15% da expansão do grupamento, crescendo Cr$ 15 milhões — 7% em termos nominais — em virtude de maiores aplicações em ações, consubstanciando, entretanto, redução de 3% reais.

Embora com participação de apenas 4% no grupamento, o item **Letras do Tesouro Nacional e Títulos Federais** constituiu-se no principal fator expansionista no trimestre, com a parcela de 53% do total do acréscimo. Esse resultado deve-se ao incremento dos saldos da conta **Títulos Federais**, pela expansão das aplicações do Banco em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

AGÊNCIAS NO EXTERIOR

REDE DE DEPENDÊNCIAS

Manteve-se inalterado no primeiro trimestre de 1974 o número de dependências do Banco no Exterior, consistindo em 14 agências e 2 escritórios de representação. A distribuição geográfica dessas dependências é a seguinte: América do Sul, 6; Europa, 5; América do Norte, 3; América Central, 1 e Ásia, 1.

RECURSOS E APLICAÇÕES

O saldo de recursos e aplicações das Agências do Banco no Exterior atingiu em janeiro de 1974 (últimos dados disponíveis) o montante de US$ 2.965 milhões, inferior em 19% ao observado em dezembro de 1973. Nos últimos doze meses registrou-se expansão de 93%.

A captação de recursos locais, crescendo 3% no mês, elevou sua participação no total de recursos de 19% em dezembro de 1973 para 24% em janeiro último, nível este inferior, entretanto, ao registrado em janeiro do ano anterior (31%). Os recursos próprios (capital) dessas agências retraíram-se 3% em janeiro, mantendo praticamente a mesma participação do final de 1973 (3%).

Quanto às aplicações, as destinadas ao setor externo absorveram, no mês de janeiro de 1974, a parcela de 43% (Cr$ 1.273 milhões) do total, consubstanciando redução de 17% sobre a posição do mês precedente, e acréscimo de 123% no período janeiro/73-janeiro/74. Já as aplicações no mercado interbancário local — com saldo de US$ 1.241 milhões, redução de 17% no mês e crescimento de 95% no período de doze meses — utilizaram 42% dos recursos das agências no Exterior. As aplicações destinadas ao Comércio Exterior apresentaram a mais acentuada retração (43%) de dezembro de 1973 para janeiro de 1974 (saldo de US$ 108 milhões).

AGÊNCIAS NO EXTERIOR
US$ milhões

Especificação	Dez 72	Jan 73	Dez 73	Jan 74
Passivo	**2.019**	**1.538**	**3.653**	**2.965**
Recursos Próprios	74	71	102	99
Direção Geral e Agências	827	388	1.524	907
Outras Fontes Externas	539	594	1.291	1.201
Fontes Locais	566	470	698	722
Recursos Eventuais	13	15	38	36
Ativo	**2.019**	**1.538**	**3.653**	**2.965**
Crédito Interno	129	138	158	147
Comércio Exterior	76	95	190	108
Interbancário Local	1.022	637	1.498	1.241
Créditos Externos	602	570	1.542	1.273
Imobilizações e Encaixes	190	98	265	196

Notas e comentários relativos às Normas do Banco do Brasil e à Legislação Econômico-Financeira criada ou modificada no período de JANEIRO a MARÇO de 1974.

LEGISLAÇÃO E NORMAS

Coordenado e elaborado pela Consultoria Técnica – COTEC

LEI N.º 6.024, DE 13 DE MARÇO DE 1974. (D.O.U. 14.3.74) – Dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras e dá outras providências.

As instituições financeiras privadas e as públicas não federais, assim como as cooperativas de crédito, estão sujeitas, nos termos desta Lei, à intervenção ou à liquidação extrajudicial, em ambos os casos efetuada e decretada pelo Banco Central, sem prejuízo do disposto nos artigos 137 e 138 do Decreto-Lei n.º 2.627, de 26.9.940, ou à falência, nos termos da legislação vigente.

DECRETO-LEI N.º 1.308, DE 1 DE FEVEREIRO DE 1974. (D.O.U. 4.2.74) – Altera, para o exercício de 1974, a distribuição do produto da arrecadação dos impostos únicos.

Estabelece que, no exercício de 1974, parcela correspondente a 10% do montante destinado à distribuição dos impostos únicos – sobre Minerais do País, sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos e sobre Energia Elétrica, constituirá Reserva Especial. Tais recursos serão creditados pelo Banco do Brasil em conta especial do Tesouro Nacional, para liberação, por parte da Comissão de Programação Financeira, sujeita ao comportamento do fluxo de caixa do Tesouro Nacional.

DECRETO-LEI N.º 1.312, DE 15 DE FEVEREIRO DE 1974. (D.O.U. 19.2.74) – Autoriza o Poder Executivo a dar a garantia do Tesouro Nacional a operações de créditos obtidos no exterior, bem como, a contratar créditos em moeda estrangeira nos limites que especifica, consolida inteiramente a legislação em vigor sobre a matéria e dá outras providências.

Os créditos que vierem a ser contratados no exterior, mediante aval ou fiança do Tesouro Nacional, não excederão os seguintes limites:

- Cr$ 20 bilhões ou o equivalente em outras moedas, para o fim especial de financiar programas governamentais de reaparelhamento de portos, de órgãos da administração federal no exterior, sistemas de transportes, aumento da capacidade de frigoríficos e matadouros, elevação do potencial de energia elétrica, desenvolvimento de indústrias básicas e agricultura, educação, saúde pública, saneamento urbano ou rural, comunicações, pesca, amparo à média e pequena indústria, habitação, colonização, pecuária, integração e desenvolvimento urbano e regional, ou ligados à segurança nacional;
- Cr$ 20 bilhões, ou o equivalente em outras moedas para créditos concedidos por organismos financeiros estrangeiros ou internacionais a Estado ou Município, bem como a empresas públicas ou sociedades sob controle acionário do Poder Público, desde que as operações se destinem ao financiamento de programas mencionados acima.

DECRETO N.º 73.600, DE 8 DE FEVEREIRO DE 1974. (D.O.U. 11.2.74) – Dispõe sobre a liberação, no exercício de 1974, dos recursos do Fundo de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios e do Fundo de Participação dos Municípios e dá outras providências.	Subordina às diretrizes e prioridades estabelecidas no Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento de que trata a Lei n.º 5.727, de 4.11.71, a elaboração dos programas de aplicação dos recursos do Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e dos Territórios e do Fundo de Participação dos Municípios, no exercício de 1974. Fixa níveis percentuais a serem observados pelos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios para a destinação dos recursos a despesas de capital, a programas de educação, saúde, saneamento, financiamento de atividades produtivas, extensão rural, execução de planejamento integrado e serviços de interesse de regiões metropolitanas.
DECRETO N.º 73.482, DE 17 DE JANEIRO DE 1974. (D.O.U. 18.1.74) – Dispõe sobre a apuração das estatísticas da produção agropecuária.	Determina que os encargos de apuração dos inquéritos estatísticos, referentes à produção agrícola municipal, produção extrativa vegetal, pecuária, avicultura e suinocultura, sejam transferidos do Ministério da Agricultura para a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – I.B.G.E.
DECRETO N.º 73.617, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1974. (D.O.U. 14.2.74) – Aprova o Regulamento do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.	Regulamenta o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural-PRORURAL, propiciando os benefícios da aposentadoria por velhice ou invalidez, pensão, auxílio-funeral, serviço social e de saúde ao trabalhador rural e dependentes.
DECRETO N.º 73.626, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1974. (D.O.U. 13.2.74) – Aprova o regulamento da Lei n.º 5.889, de 8.6.73.	Trata da aprovação do Regulamento que disciplina a aplicação das normas concernentes às relações individuais e coletivas de trabalho rural, definindo o empregador e o empregado rural.
DECRETO N.º 73.653, DE 15 DE FEVEREIRO DE 1974. (D.O.U. 15.2.74) – Estabelece normas de execução e define a programação financeira do Tesouro Nacional para o exercício de 1974.	Traça diretrizes e normas de execução e acompanhamento da programação financeira do Tesouro Nacional para o exercício de 1974, disciplinando a liberação de recursos, por parte da Comissão de Programação Financeira, à vista do fluxo de caixa do Tesouro. No referido exercício, a despesa de caixa do Tesouro Nacional não excederá a Cr$ 58.556.000.000,00, salvo se o comportamento da receita o permitir.
DECRETO N.º 73.711, DE 1 DE MARÇO DE 1974. (D.O.U. 4.3.74) – Autoriza o Ministério da Fazenda a negociar e a contrair empréstimo junto ao BID.	Fica o Ministério da Fazenda autorizado a contrair empréstimo, no montante de até US$ 16 milhões, para o financiamento de projeto a ser executado pelo Ministério da Educação e Cultura, relacionado com melhoramento e expansão da educação técnica e profissional de nível médio nos setores industrial, agrícola e de serviços.
DECRETO N.º 73.713, DE 1 DE MARÇO DE 1974. (D.O.U. 4.3.74) – Aprova o Estatuto da Empresa Pública Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE).	Contém disposição determinando que as contas anuais da Administração do BNDE serão submetidas, pelo seu Presidente, ao Ministro do Planejamento e Coordenação Geral que, com o seu pronunciamento e a documentação mencionada no art. 42 do Decreto Lei n.º 199, de 25.2.67, enviará ao Tribunal de Contas da União até 30 de junho do exercício subseqüente.

DECRETO N.º 73.715, DE 1 DE MARÇO DE 1974. (D.O.U. 4.3.74) — Dispõe sobre a inclusão no orçamento Federal, de dotações destinadas ao pagamento dos empréstimos concedidos às entidades executadoras do Programa Corredores de Exportação.

Determina que a proposta de Orçamento da União, relativa aos exercícios financeiros de 1975 a 1985, consignará as dotações necessárias ao pagamento das prestações do principal e correspondente correção monetária, bem como dos juros e demais encargos financeiros, dos empréstimos concedidos aos Ministério dos Transportes e Ministério da Agricultura, e entidades executadoras de projetos previstos no Programa **Corredores de Exportação** pelo Banco do Brasil S.A., com recursos provenientes das operações de crédito externo e postos à sua disposição pelo Banco Central do Brasil.

BANCO DO BRASIL NO ESPORTE

Visando ao engrandecimento e a difusão do desporto brasileiro, foi aprovado crédito de Cr$ 1.300 mil em favor da Confederação Brasileira de Desportos — CBD.

FINANCIAMENTO PARA O DER-RJ

Foi concedido, à conta do PASEP, financiamento para aquisição de equipamentos rodoviários, ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio de Janeiro. A presente proposta já vinha sendo elaborada desde meados de 1973, vez que a linha de crédito do PASEP de até Cr$ 20.000 mil, por Estado, ainda não havia sido utilizada por aquele membro da Federação.

AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS AUTENTICADORAS

Foi aprovada a compra de 1.500 máquinas autenticadoras, a fim de proporcionar uma continuidade à programação para o fornecimento de autenticadoras às Agências. A medida visa a um perfeito atendimento aos clientes.

MAIS UMA FRENTE EXTERNA

A Holanda vem-se tornando, para o Brasil, mercado de grande importância e ponto de distribuição para os demais países da Comunidade Européia. Por tal motivo, o Banco do Brasil deverá instalar uma Agência naquele País.

REPÚBLICA FEDERAL ALEMANHA OUTRA META DO BANCO

O Banco do Brasil, acompanhando o desenvolvimento mundial, aprovou a criação de um Escritório em Francforte. Importante área comercial e principal centro financeiro e bancário da República Federal da Alemanha, Francforte é ainda local de inúmeras feiras industriais e comerciais.

O BANCO NO MERCADO DO OURO

A importação de ouro, em consignação, foi objeto tratado na reunião de Diretoria do dia 28.1.74. A medida tem por finalidade a redução dos desembolsos financeiros, com limitação das compras, tornando assim desnecessários grandes estoques, feitos pelos pequenos e médios industriais. Aumentar o capital de giro dos mesmos e, ainda, evitar o contrabando deste metal nobre, estão entre os propósitos da Resolução.

A COBEC E SUA EXPANSÃO

A necessidade de entrepostamento no Brasil determinou a criação da Companhia Brasileira de Entrepostos e Comércio — COBEC. Contudo como suas tarifas devem ser mantidas a níveis baixos, para evitar maiores ônus aos produtores e dar-lhes poder de competição nos mercados externos, exigiu-se intensa atuação na fase de comercialização. Isto veio impor a existência de unidades no Exterior, estrategicamente distribuídas e atentas para a realização de operações.

De início a implantação das unidades externas foi feita por intermédio de escritórios de informação e comércio, bem como de entrepostos. Foram assim instalados os escritórios de Nova Iorque, São Francisco, Las Palmas,

Paris e Roterdã e o entreposto no Panamá. No momento, um plano de expansão para o período 1974/75, prevê a criação de escritórios e nomeação de agentes comerciais em zonas onde são desaconselháveis investimentos com a instalação de novos entrepostos.

Nessa linha, serão instalados escritórios de informação e comércio na Alemanha, Inglaterra, Itália, Argentina, Venezuela, África do Sul e Japão.

ESTATÍSTICAS DO BANCO DO BRASIL

BANCO DO BRASIL

BALANCETES

Saldos em Cr$ 1.000

ATIVO	31.01.74	28.02.74	29.03.74
DISPONÍVEL — Caixa	525.478	424.690	285.281
REALIZÁVEL	83.462.692	86.599.232	88.398.697
EMPRÉSTIMOS — Carteira de Crédito Geral	22.317.287	22.487.200	23.386.114
À Produção	11.809.822	11.708.067	12.267.100
Agrícola	776.761	757.080	811.523
Animal	1.023.112	1.025.129	1.181.016
Industrial	9.539.528	9.491.164	9.837.758
À cooperativas de produção	470.421	434.694	436.803
Ao comércio	3.318.405	3.344.600	3.408.468
De produtos agrícolas	975.202	931.029	839.732
De produtos de origem animal	53.909	48.702	55.360
De produtos industriais	2.289.294	2.364.869	2.513.376
À atividades não especificadas	3.646.557	3.842.678	4.076.043
Ao Tesouro Nacional (Operações anteriores à Lei 4.595/64)	3.403.311	3.403.311	3.403.312
A governos estaduais e municipais	61.790	106.725	136.695
A autarquias	40.000	40.000	40.000
A instituições financeiras	37.402	41.819	54.496
EMPRÉSTIMOS — Carteira de Crédito Rural	19.954.961	20.485.807	21.432.704
À produção	18.286.129	18.830.421	19.779.915
Agrícola	12.702.529	13.108.697	13.851.234
Animal	5.137.568	5.231.086	5.411.534
A cooperativas de produção	446.032	490.638	517.147
Ao comércio — De produtos agrícolas	1.668.404	1.654.958	1.652.388
A governos estaduais	428	428	401
EMPRÉSTIMOS — Carteira de Comércio Exterior	1.265.636	1.232.906	1.380.108
À produção-Industrial	431.166	438.892	485.794
Ao comércio — De produtos industriais	128.187	87.962	85.157
Operações vincúladas ao FINEX	706.283	706.052	809.157
EMPRÉSTIMOS — Carteira de Câmbio	1.339.124	1.427.863	1.554.569
À produção	530.891	560.975	620.551
Agrícola	2.806	2.806	3.442
Animal	47	47	35
Industrial	528.038	558.122	617.074
Ao comércio	706.949	769.523	842.866
De produtos agrícolas	24.192	30.280	37.971
De produtos de origem animal	1.204	1.287	1.614
De produtos industriais	681.553	737.956	803.281
A atividades não especificadas	101.284	97.365	91.152
OUTROS CRÉDITOS	36.202.753	38.562.303	38.206.796
Banco Central, recolhimento compulsório	1.315.565	1.283.669	1.324.330
Tesouro Nacional — responsabilidades da União	3.726.646	2.871.928	2.746.362
Carteira de Comércio Exterior — De ordem e conta do Governo Federal	1.671.091	1.401.469	1.689.514
Aplicações do programa de formação do PASEP	3.800.831	3.999.289	4.354.222
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.640.005	1.851.387	1.573.944
Créditos em liquidação	312.215	321.496	330.630
Correspondentes no País	32.591	33.228	29.975
Operações de câmbio e outras contas vinculadas a câmbio	13.971.218	14.986.913	16.202.272
Departamento no País	2.068.436	2.794.553	1.903.065
Devedores por repasses de recursos externos	1.365.179	1.375.314	1.385.059
Outras contas	6.298.976	7.643.057	6.667.423
VALORES E BENS	2.382.931	2.403.153	2.438.406
IMOBILIZADO	1.286.257	1.310.657	1.342.193
CONTAS DE RESULTADO PENDENTE	402.273	726.136	1.083.871
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	22.329.198	22.380.265	24.189.178
TOTAL	108.005.898	111.440.980	115.299.220

BANCO DO BRASIL

BALANCETES

Saldos em Cr$ 1.000

PASSIVO	31.01.74	28.02.74	29.03.74
NÃO EXIGÍVEL — Capital e reservas	7.134.578	7.160.111	7.167.947
EXIGÍVEL	73.479.449	76.469.960	77.840.432
DEPÓSITOS À VISTA E A CURTO PRAZO	34.310.907	35.959.700	38.050.339
Do público (diversos)	9.461.853	9.843.968	10.537.304
Do público (Obrigatórios e Judiciais)	600.618	597.838	591.060
Saldos credores de empréstimos	568	538	216
De bancos	2.059.681	511.469	596.656
De outras instituições financeiras	1.015.718	1.206.284	1.349.538
Do Tesouro Nacional	12.985.726	15.162.563	15.969.452
De governos estaduais	452.028	421.260	467.479
De governos municipais	340.218	396.153	392.168
De autarquias — Banco Central	1.405.397	1.405.398	1.405.333
De outras autarquias	4.436.922	4.764.010	5.254.040
De sociedades de economia mista	1.016.708	1.038.624	919.434
De empresas públicas	535.470	611.595	567.659
DEPÓSITOS A MÉDIO PRAZO	850.762	845.224	845.506
Do público (diversos)	850.279	844.741	844.986
Do público (Obrigatórios e Judiciais)	483	483	520
OUTRAS EXIGIBILIDADES	22.856.257	24.781.615	23.128.697
Cheques e documentos a liquidar	375.773	585.042	632.045
Cobrança efetuada, em trânsito	1.510.482	1.620.985	1.256.299
Ordens de pagamento	458.209	564.114	702.051
Correspondentes no País	84.895	71.549	81.914
Operações de câmbio e outras contas vinculadas a câmbio	6.130.651	5.949.766	6.041.941
Banco Central — conta de movimento	11.225.795	12.115.527	10.499.302
Outras contas	3.070.452	3.874.632	3.915.145
OBRIGAÇÕES (Especiais)	15.461.523	14.883.421	15.815.890
Letras a pagar — SUMOC e BANCO CENTRAL	152	152	152
Banco Central, refinanciamento de operações	241.539	236.209	255.491
Banco Central, aprovisionamento de recursos destinados a operações do Fundo de Investimentos Sociais	59.098	59.188	59.188
Banco Central, suprimento para operações sobre exportações (Lei n.º 5.025/66)	881.175	891.528	986.232
Aprovisionamento de recursos para desenvolvimento industrial, financiamento à indústria salineira, à agroindústria canavieira, empréstimos à atividade pesqueira, atendimento de convênios com o IBC-GERCA e com o MINIPLAN, e aplicações especiais.	3.149.245	3.473.340	3.612.354
Fundo de desenvolvimento da industrialização de produtos agropecuários e da pesca	91.633	93.604	94.545
Recebimento por conta do Tesouro Nacional	1.973.829	1.143.124	1.144.491
Programa de Formação do PASEP	3.746.961	3.935.271	4.282.826
Caixa Econ. Federal, recursos vinculados a operações do PASEP	37.500	37.500	37.500
Depósitos obrigatórios — FGTS	264.569	265.187	208.001
Caixa Econômica Federal — PIS	22.398	24.039	22.816
Governo Federal — Fundo Alemão de Desenvolvimento	58.482	58.497	58.497
Outras contas	4.934.942	4.665.782	5.053.797
CONTAS DE RESULTADO PENDENTE	5.062.673	5.430.644	6.101.663
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	22.329.198	22.380.265	24.189.178
TOTAL	108.005.898	111.440.980	115.299.220

BANCO DO BRASIL

REDE DE DEPENDÊNCIAS

Agências em Funcionamento

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Jan	Fev	Mar	Dez	Jan	Fev	Mar
NO PAÍS	814	814	814	815	835	837	850	852
Norte	21	21	21	21	22	22	23	23
Nordeste	165	165	165	165	171	171	173	173
Sudeste	359	359	359	360	366	366	367	368
Sul	188	188	188	188	194	195	204	204
Centro-Oeste	81	81	81	81	82	83	83	84
NO EXTERIOR	14	15	15	15	16	16	16	16
América do Sul	6	6	6	6	6	6	6	6
América Central	1	1	1	1	1	1	1	1
América do Norte	2	2	2	2	3	3	3	3
Europa	4	5	5	5	5	5	5	5
Ásia	1	1	1	1	1	1	1	1
TOTAL	828	829	829	830	851	853	866	868

BANCO DO BRASIL

DEPÓSITOS

Saldos em Cr$ milhões

ESPECIFICAÇÃO	1971	1973				1974		
	Dez	Jan	Fev	Mar	Dez	Jan	Fev	Mar
À VISTA E A CURTO PRAZO	22.742,7	24.902,5	27.557,1	27.702,1	32.632,9	34.310,9	35.959,7	38.050,3
Do Público	9.600,5	9.266,0	9.676,7	9.826,8	13.742,5	13.138,5	12.160,1	13.075,0
De domiciliados no exterior	1,6	1,8	1,6	1,8	1,7	2,0	2,4	2,6
De instituições financeiras	2.913,2	2.476,3	2.756,1	2.472,6	3.519,5	3.075,4	1.717,8	1.946,2
Bancos	2.299,8	1.933,0	2.045,5	1.733,3	2.466,8	2.059,7	511,5	596,7
Outras instituições financeiras	613,4	543,3	710,6	739,3	1.052,7	1.015,7	1.206,3	1.349,5
Outros	6.685,7	6.787,9	6.919,0	7.352,4	10.221,3	10.061,1	10.439,9	11.126,2
De Entidades Públicas	13.142,2	15.636,5	17.880,4	17.875,3	18.890,4	21.172,4	23.799,6	24.975,3
Do Tesouro Nacional	7.078,2	9.611,8	11.090,6	11.259,4	10.927,6	12.985,7	15.162,6	15.969,4
Operações anteriores à Lei 4595/64	1.604,4	1.604,4	1.604,4	1.604,4	1.604,4	1.604,4	1.604,4	1.604,4
Governo Federal, obrigações em moedas estrangeiras por empréstimos contraídos	1.110,6	1.131,1	1.142,9	1.140,2	1.373,3	1.369,5	1.379,7	1.389,2
Outras Contas	4.363,2	6.876,3	8.343,3	8.514,8	7.949,9	10.011,8	12.178,5	12.975,8
De Governos Estaduais e Municipais	469,6	504,6	555,6	579,5	707,0	792,2	817,4	859,6
De Autarquias	4.572,3	4.545,1	5.003,6	5.092,3	5.630,9	5.842,3	6.169,4	6.659,3
Banco Central, suprimentos especiais	1.405,5	1.405,5	1.405,5	1.405,5	1.405,4	1.405,4	1.405,4	1.405,3
Outras Autarquias	3.166,8	3.139,6	3.598,1	3.686,8	4.225,5	4.436,9	4.764,0	5.254,0
De Sociedades de Economia Mista	805,6	546,6	624,2	649,5	1.070,0	1.016,7	1.036,6	919,4
De Empresas Públicas	216,5	428,4	606,4	294,6	554,9	535,5	611,6	567,6
A MÉDIO PRAZO	535,5	590,6	640,6	749,6	845,5	850,8	845,2	845,5
Do Público	535,5	590,6	640,6	749,6	845,5	850,8	845,2	845,5
Com correção monetária	532,7	588,1	636,1	747,2	843,4	848,5	842,8	842,9
Outros depósitos	2,8	2,5	2,5	2,4	2,1	2,3	2,4	2,6
De Entidades Públicas	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL	23.278,2	25.493,1	28.197,7	28.451,7	33.478,4	33.161,7	36.804,9	38.895,8

BANCO DO BRASIL

EMPRÉSTIMOS

Saldos em Cr$ milhões

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Jan	Fev	Mar	Dez	Jan	Fev	Mar
ENTIDADES PÚBLICAS	**3.498,8**	**3.564,7**	**3.488,2**	**3.503,1**	**3.511,8**	**3.505,4**	**3.550,4**	**3.580,4**
Tesouro Nacional	3.403,3	3.403,3	3.403,3	3.403,3	3.403,3	3.403,3	3.403,3	3.403,3
Governos Estaduais	15,8	5,5	5,4	20,3	68,4	62,1	107,1	137,0
Governos Municipais	0,3	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1
Autarquias	79,4	155,7	79,4	79,4	40,0	40,0	40,0	40,0
PRODUÇÃO, COMÉRCIO E OUTRAS ATIVIDADES	**28.257,0**	**28.336,2**	**28.707,1**	**29.552,2**	**40.768,8**	**41.114,5**	**41.944,9**	**44.173,1**
Produção	21.113,2	21.057,5	21.329,3	22.055,4	30.532,4	30.801,0	31.400,0	33.153,4
Agrícola	8.644,2	8.760,2	8.910,4	9.187,1	13.065,4	13.181,2	13.591,8	14.351,2
Animal	3.868,0	3.907,5	3.982,2	4.047,8	5.967,6	6.148,8	6.244,1	6.581,5
Industrial	7.575,3	7.359,6	7.415,1	7.821,2	10.189,2	10.241,8	10.349,8	10.940,7
Cooperativas de produção	1.025,7	1.030,2	1.021,6	999,3	1.309,6	1.229,2	1.214,3	1.280,0
Agrícola	823,9	802,3	780,5	773,6	1.024,2	895,0	864,6	911,7
Animal	114,5	132,1	150,7	151,8	163,5	199,7	233,9	240,2
Industrial	87,3	95,8	90,4	73,9	121,9	134,5	115,8	128,1
Comércio	**4.393,9**	**4.465,9**	**4.432,8**	**4.426,1**	**5.653,9**	**5.821,9**	**5.857,1**	**5.988,9**
De produtos agrícolas	1.937,5	2.020,1	2.036,6	1.992,7	2.629,1	2.667,8	2.616,3	2.530,1
De produtos de origem animal	49,5	48,9	52,5	51,4	54,2	55,1	50,0	57,0
De produtos industriais	2.406,9	2.396,9	2.343,7	2.382,0	2.970,6	3.099,0	3.190,8	3.401,8
Não especificado	–	–	–	–	–	–	–	–
Outras Atividades	**2.749,9**	**2.812,8**	**2.945,0**	**3.070,7**	**4.582,5**	**4.491,6**	**4.687,8**	**5.030,8**
TOTAL	**31.755,8**	**31.900,9**	**32.195,3**	**33.055,3**	**44.280,6**	**44.620,0**	**45.633,8**	**47.753,5**

BANCO DO BRASIL

EMPRÉSTIMOS À PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Saldos em Cr$ mil

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Jan	Fev	Mar	Dez	Jan	Fev	Mar
PRODUTOS	**4.138.506**	**4.189.433**	**4.279.148**	**4.447.901**	**6.226.483**	**6.338.624**	**6.605.152**	**7.068.721**
Agave ou Sisal	2.419	2.532	2.709	2.655	2.598	5.672	3.392	4.075
Algodão	344.662	341.150	356.934	404.635	412.780	417.771	471.136	543.334
Amendoim	21.821	24.682	31.200	30.758	33.816	36.113	40.424	53.720
Arroz	523.592	561.189	589.879	631.218	707.401	764.275	817.763	889.908
Babaçu	1.052	1.038	968	945	1.293	1.450	1.676	1.819
Batata-inglesa	7.098	7.261	7.933	8.632	14.201	14.134	15.580	18.863
Borracha	525	490	477	490	2.826	4.732	5.539	5.777
Cacau	61.779	57.231	55.230	53.578	57.531	51.503	50.390	51.354
Café	1.320.384	1.480.850	1.548.992	1.615.074	1.944.486	2.143.411	2.233.391	2.389.229
Cana-de-Açúcar	246.803	254.698	289.953	302.828	754.975	749.145	788.490	825.444
Castanha do Pará	10.402	12.420	13.311	12.869	12.375	14.650	14.149	15.375
Cera de Carnaúba	3.471	3.343	3.100	2.804	3.692	3.792	3.958	4.201
Erva-Mate	1.162	831	847	720	798	693	896	1.014
Feijão	46.137	45.151	59.107	74.177	113.968	124.092	142.083	155.077
Fumo	28.890	27.361	24.561	23.327	40.730	39.973	36.544	39.606
Girassol	43	28	14	15	40	8	–	–
Juta e Malva	13.189	15.791	17.355	18.631	14.814	16.314	18.147	20.259
Mandioca	90.106	89.400	89.860	90.393	95.907	91.602	91.150	91.401
Mamona	1.609	1.436	1.363	1.385	1.947	1.452	1.356	1.443
Milho	298.374	307.743	310.872	313.910	562.059	594.463	615.302	643.480
Mudas e Sementes	3.198	3.219	3.080	2.923	4.815	5.919	6.819	6.545
Soja	184.965	197.481	200.872	216.910	418.305	416.953	408.255	428.292
Sorgo granífero	272	126	117	109	73	81	263	228
Trigo	156.893	139.585	135.111	127.105	157.194	107.400	113.151	115.396
Outros	769.660	614.397	536.303	511.810	867.859	733.026	725.308	762.881
MELHORAMENTOS E EQUIPAMENTOS	**3.092.536**	**3.139.805**	**3.204.793**	**3.312.717**	**4.962.196**	**4.986.366**	**5.098.298**	**5.313.479**
Animais de Serviço	64.304	62.371	62.126	62.367	85.405	83.556	83.345	84.649
Florestamento e Reflorestamento	12.256	11.940	11.886	11.744	10.823	10.606	10.681	10.857
Máquinas e Aparelhos Agrícolas	505.656	510.283	525.552	557.175	872.404	876.380	911.655	988.379
Recuperação e Reforma de Máquinas e Implementos	10.256	10.417	10.594	11.060	11.920	11.916	12.172	12.357
Tratores Agrícolas e Implementos de Fabricação Nacional	1.332.748	1.336.643	1.350.656	1.373.831	1.970.579	1.967.539	2.009.197	2.075.293
Tratores Agrícolas e Implementos	29.827	30.715	31.486	31.708	41.594	41.805	41.544	41.905
Veículos Automotores, Autopeças e Acessórios	119.561	122.239	127.593	133.528	200.567	199.892	205.059	210.531
Outros Veículos e Materiais de Transporte	8.061	8.179	8.398	8.620	11.058	11.079	11.242	11.425
Outros	1.009.867	1.047.018	1.076.502	1.122.684	1.757.846	1.783.593	1.813.403	1.122.684
COMPOSIÇÕES	**197.872**	**196.286**	**198.099**	**200.983**	**220.761**	**218.453**	**224.817**	**224.616**
INSUMOS MODERNOS	**1.069.914**	**1.088.390**	**1.081.496**	**1.074.804**	**1.467.498**	**1.448.173**	**1.462.808**	**1.514.310**
ADUBOS E FERTILIZANTES	**21.198**	**20.749**	**19.052**	**15.996**	**12.750**	**11.000**	**10.536**	**9.738**
SACARIA	**13.917**	**12.023**	**12.064**	**13.231**	**10.169**	**8.944**	**10.623**	**26.471**
CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉNS	**31.706**	**33.454**	**35.230**	**39.541**	**59.129**	**63.003**	**72.361**	**85.548**
FUNDIÁRIOS	**78.596**	**80.033**	**80.501**	**81.887**	**106.517**	**106.587**	**107.138**	**108.361**
TOTAL	**8.644.245**	**8.760.173**	**8.910.383**	**9.187.060**	**13.065.503**	**13.181.150**	**13.591.733**	**14.351.244**

BANCO DO BRASIL

EMPRÉSTIMOS AO COMÉRCIO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS

Saldos em Cr$ mil

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Jan	Fev	Mar	Dez	Jan	Fev	Mar
PRODUTOS	**1.919.100**	**2.001.840**	**2.018.634**	**1.974.312**	**2.608.992**	**2.648.116**	**2.596.995**	**2.514.006**
Agave ou Sisal	1.983	1.534	1.487	1.888	5.000	5.415	5.720	4.595
Algodão	69.132	64.460	66.114	62.893	113.841	123.960	120.042	122.285
Amendoim	1.455	2.665	3.187	3.484	2.494	2.213	2.777	4.577
Arroz	35.906	31.749	30.046	26.193	151.292	142.960	139.334	114.628
Babaçu	4.339	3.750	3.450	3.104	3.181	3.190	4.157	5.141
Cacau	983	923	1.044	1.196	2.212	1.733	1.935	2.619
Café	798.943	808.773	820.227	793.280	619.194	599.117	563.123	491.439
Castanha do Pará	1.109	1.245	1.120	1.038	918	714	283	983
Cera de Carnaúba	785	837	817	640	2.087	2.158	1.736	2.575
Feijão	3.658	4.378	4.923	4.845	7.436	9.802	9.523	9.547
Fumo	3.646	3.997	4.260	4.549	5.930	8.046	9.138	9.149
Girassol	–	19	19	14	–	25	–	–
Juta e Malva	8.472	6.423	5.358	4.434	9.272	12.926	14.561	16.607
Mandioca	517	488	485	418	461	373	308	310
Mamona	84	15	347	423	2.030	1.743	2.116	1.943
Milho	4.165	4.474	3.858	3.210	7.121	8.199	7.776	6.954
Soja	1.634	1.532	2.067	2.707	5.516	5.580	4.589	7.912
Sorgo granífero	–	–	–	–	371	371	371	371
Trigo	826.284	911.126	917.373	906.037	1.479.383	1.507.857	1.486.342	1.475.064
Outros	156.005	153.452	152.452	153.959	191.253	211.734	223.164	237.307
COMPOSIÇÕES	**17.856**	**17.793**	**17.460**	**17.924**	**19.748**	**19.342**	**18.930**	**15.819**
INVESTIMENTOS	**569**	**542**	**459**	**434**	**391**	**353**	**348**	**272**
TOTAL	**1.937.525**	**2.020.175**	**2.036.553**	**1.992.670**	**2.629.131**	**2.667.811**	**2.616.273**	**2.530.097**

BANCO DO BRASIL

EMPRÉSTIMOS À COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Saldos em Cr$ mil

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Jan	Fev	Mar	Dez	Jan	Fev	Mar
PRODUTOS	**493.208**	**473.097**	**457.561**	**453.309**	**507.233**	**457.816**	**443.956**	**441.940**
Algodão	20.213	20.288	24.109	23.856	34.588	32.057	30.333	35.447
Arroz	18.012	22.303	20.085	14.429	33.432	29.226	22.935	17.613
Batata-inglesa	67	77	79	77	200	187	451	506
Cacau	488	205	531	598	4.302	2.969	2.223	1.012
Café	339.131	330.400	322.933	323.452	278.254	250.405	218.340	208.067
Cana-de-Açúcar	29.640	22.103	16.813	14.624	26.927	18.398	19.975	15.237
Cera de Carnaúba	68	91	93	93	—	—	—	—
Erva-Mate	—	—	—	—	—	—	—	—
Feijão	1.221	1.215	1.465	1.582	2.783	2.672	1.971	2.893
Fumo	3.198	3.137	3.153	3.165	4.594	4.706	4.742	4.798
Mandioca	617	501	468	669	1.545	1.184	1.013	1.143
Milho	8.806	6.564	5.941	6.210	6.173	7.147	7.348	6.861
Soja	41.752	43.417	41.980	44.681	82.806	85.957	102.472	115.796
Sorgo granífero	—	32	113	81	342	332	161	104
Trigo	20.348	14.978	12.644	12.468	23.599	12.814	20.559	19.916
Outros	9.647	7.786	7.154	7.324	7.688	9.762	11.433	12.547
MELHORAMENTOS E EQUIPAMENTOS	**66.651**	**71.442**	**71.655**	**71.727**	**108.366**	**98.164**	**103.012**	**112.850**
Máquinas e Aparelhos Agrícolas	992	954	983	973	1.403	1.329	1.105	1.087
Tratores Agrícolas e Implementos de Fabricação Nacional	7.721	7.691	7.659	7.548	6.821	6.346	6.115	6.020
Tratores Agrícolas e Implementos	273	273	261	261	895	896	789	788
Outros	57.665	62.524	62.752	62.945	99.247	89.593	95.003	104.955
ARMAZENAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO	**24.788**	**19.840**	**17.935**	**18.447**	**53.640**	**26.076**	**26.877**	**27.780**
COMPOSIÇÕES	**1.690**	**1.558**	**1.558**	**1.553**	**6.029**	**6.330**	**6.386**	**6.155**
INSUMOS MODERNOS	**153.008**	**151.239**	**146.319**	**143.056**	**265.183**	**226.039**	**206.254**	**246.223**
ADUBOS E FERTILIZANTES	**575**	**10**	**10**	**10**	**199**	**33**	**5**	**5**
SACARIA	**103**	**1.008**	**1.008**	**1.022**	**960**	**214**	**51**	**42**
CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉNS	**83.897**	**84.144**	**84.443**	**84.490**	**82.443**	**80.321**	**78.135**	**76.578**
TOTAL	**823.920**	**802.338**	**780.489**	**773.614**	**1.024.053**	**894.993**	**864.676**	**911.573**

BANCO DO BRASIL

EMPRÉSTIMOS À PRODUÇÃO ANIMAL

Saldos em Cr$ mil

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Jan	Fev	Mar	Dez	Jan	Fev	Mar
AVICULTURA	**76.952**	**68.267**	**62.062**	**58.158**	**107.707**	**96.528**	**88.774**	**85.641**
Custeio	76.952	68.267	62.062	58.158	107.707	96.528	88.774	85.641
Aquisição de Aves	–	–	–	–	–	–	–	–
Melhoramentos e Equipamentos	–	–	–	–	–	–	–	–
BOVINOCULTURA	**1.749.227**	**1.846.609**	**1.835.864**	**1.843.783**	**2.589.628**	**2.703.763**	**2.875.614**	**3.064.061**
Custeio	650.224	677.508	688.514	681.801	955.819	1.062.363	1.061.064	1.214.657
para engorda	206.499	220.541	226.005	227.068	280.828	283.430	291.683	332.638
para produção de carne	313.334	321.548	324.067	315.985	476.344	568.342	548.425	645.867
para produção de leite	72.264	73.723	76.757	76.844	104.558	111.957	114.222	124.041
para recriação	58.127	61.696	61.685	61.904	94.089	98.634	106.734	112.111
Aquisição de Bovinos	1.042.585	1.086.804	1.101.262	1.118.546	1.568.066	1.562.164	1.673.265	1.698.105
para engorda	28.524	28.653	28.437	28.685	53.143	49.594	48.607	49.078
para produção de carne	719.186	712.887	719.226	726.334	960.229	955.121	956.612	962.502
para produção de leite	208.446	201.811	203.114	208.215	337.237	341.575	349.067	366.512
para recriação	86.429	143.453	150.485	155.312	217.457	215.874	318.979	320.013
Melhoramentos e Equipamentos	39.052	63.312	27.356	24.963	41.554	49.650	107.299	114.554
para engorda	–	–	–	–	563	607	574	555
para produção de carne	39.052	39.817	–	–	–	–	–	–
para produção de leite	–	–	–	–	6.848	13.905	18.586	25.781
para recriação	–	23.495	27.356	24.963	34.153	35.138	88.139	88.218
Leite	17.366	18.985	18.732	18.473	24.189	29.586	33.986	36.745
OVINOCULTURA	**22.842**	**24.411**	**25.468**	**25.583**	**31.388**	**33.594**	**35.879**	**39.198**
Custeio	2.713	2.567	2.444	2.496	3.444	4.036	4.219	4.297
Aquisição de Ovinos	9.726	9.244	9.859	10.328	23.172	23.644	23.785	24.701
Melhoramentos e Equipamentos	291	282	–	–	–	–	–	–
Lã	10.112	12.318	13.165	12.759	4.772	5.914	7.875	10.200
PESCA	**4.745**	**4.844**	**4.398**	**4.144**	**10.337**	**11.046**	**9.046**	**9.509**
Custeio	4.059	4.218	3.787	3.557	5.318	5.599	3.170	3.352
Melhoramentos e Equipamentos	686	626	611	587	5.019	5.447	5.876	6.157
SUINOCULTURA	**65.365**	**61.963**	**59.568**	**58.274**	**71.179**	**70.459**	**72.631**	**70.162**
Custeio	58.353	54.969	52.452	51.080	63.781	63.218	65.286	62.383
Aquisição de Suínos	7.012	6.994	7.116	7.194	7.398	7.241	7.345	7.779
Melhoramentos e Equipamentos	–	–	–	–	–	–	–	–
OUTROS REBANHOS	**500.482**	**434.608**	**435.488**	**441.126**	**514.850**	**502.904**	**396.535**	**401.787**
Custeio	350.114	341.332	342.036	344.929	357.220	351.449	345.865	351.517
Aquisição de Animais	150.368	93.276	93.452	96.197	157.630	151.455	50.670	50.270
ADUBOS E FERTILIZANTES	**905**	**842**	**780**	**716**	**852**	**787**	**616**	**569**
COMPOSIÇÕES	**64.549**	**64.327**	**64.244**	**63.952**	**74.690**	**72.549**	**71.249**	**71.283**
FUNDIÁRIOS	**37.290**	**37.874**	**39.296**	**40.429**	**53.782**	**53.528**	**53.736**	**55.119**
INSUMOS MODERNOS	**56.185**	**56.019**	**56.825**	**57.561**	**97.089**	**98.562**	**101.276**	**102.186**
MELHORAMENTOS E EQUIPAMENTOS	**1.289.006**	**1.307.326**	**1.397.987**	**1.453.686**	**2.416.113**	**2.505.039**	**2.538.533**	**2.682.033**
Animais de Serviço	5.972	5.928	6.219	6.207	5.941	5.835	5.789	5.873
Máquinas e Aparelhos Agrícolas	16.982	17.090	17.885	18.747	28.279	28.574	29.252	30.131
Recuperação e Reforma de Máquinas e Implementos	317	331	348	364	342	352	334	375
Tratores Agrícolas e Implementos de Fabricação Nacional	226.018	226.693	230.535	235.087	324.925	327.439	335.390	347.497
Tratores Agrícolas e Implementos	6.347	6.572	6.836	8.034	12.716	12.868	13.171	13.389
Veículos Automotores, Autopeças e Acessórios	59.830	60.653	62.919	64.130	82.890	81.258	81.669	82.397
Outros Veículos e Materiais de Transporte	1.595	1.567	1.074	1.082	1.724	1.769	1.777	1.802
Outros	971.945	988.492	1.072.171	1.120.035	1.959.296	2.046.944	2.071.151	2.200.569
MORATÓRIA	**94**	**93**	**93**	**92**	**83**	**83**	**83**	**82**
NÃO ESPECIFICADOS	**313**	**274**	**234**	**347**	**47**	**47**	**47**	**35**
TOTAL	**3.867.955**	**3.907.457**	**3.982.307**	**4.047.851**	**5.967.745**	**6.148.889**	**6.244.019**	**6.581.665**

BANCO DO BRASIL
EMPRÉSTIMOS AO COMÉRCIO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL
Saldos em Cr$ mil

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Jan	Fev	Mar	Dez	Jan	Fev	Mar
BOVINOS	6.659	8.646	8.386	6.998	7.682	6.757	6.700	8.018
para engorda	4.283	5.027	4.872	4.105	4.595	3.892	3.873	4.774
para produção de carne	2.196	3.268	3.099	2.487	2.764	2.526	2.477	2.795
para produção de leite	159	335	375	377	218	334	345	411
para recriação	21	16	40	29	105	5	5	38
CARNE	15.124	13.245	13.287	12.886	16.365	13.576	7.559	7.339
COUROS E PELES	12.840	13.752	14.173	14.974	15.697	15.333	15.806	19.310
LÃ	2.735	4.030	5.072	4.816	3.887	6.336	7.069	7.165
LEITE	4.371	2.716	4.602	5.162	4.420	6.244	7.078	8.714
PESCADO	729	802	489	661	867	1.065	709	832
OUTROS	5.545	4.442	5.319	4.794	4.688	5.287	4.556	5.091
COMPOSIÇÕES	1.446	1.309	1.173	1.055	546	519	513	513
TOTAL	49.449	48.942	52.501	51.346	54.152	55.117	49.990	56.982

Fonte: COGER/BALAN

BANCO DO BRASIL

EMPRÉSTIMOS À COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO ANIMAL

Saldos em Cr$ mil

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Jan	Fev	Mar	Dez	Jan	Fev	Mar
AVICULTURA	**3.394**	**3.165**	**3.035**	**2.613**	**3.236**	**4.459**	**4.212**	**5.136**
Custeio	3.394	3.165	3.035	2.613	3.236	4.459	4.212	5.136
BOVINOCULTURA	**21.188**	**21.415**	**21.694**	**22.064**	**25.638**	**29.479**	**31.202**	**27.477**
Custeio	15.475	15.523	15.889	16.060	20.905	25.626	27.691	24.793
para engorda	50	25	–	–	15	15	15	15
para produção de carne	177	229	205	241	545	1.177	1.025	728
para produção de leite	15.248	15.269	15.684	15.819	20.345	24.434	26.651	24.050
para recriação	–	–	–	–	–	–	–	–
Aquisição de Bovinos	1.206	1.160	1.131	1.059	689	619	599	510
para produção de carne	775	738	708	644	591	553	539	450
para produção de leite	431	422	423	415	98	66	60	60
para recriação	–	–	–	–	–	–	–	–
Carne	4.507	4.732	4.674	4.945	4.044	3.234	2.912	2.174
Melhoramentos e Equipamentos	–	–	–	–	–	–	–	–
para produção de carne	–	–	–	–	–	–	–	–
para produção de leite	–	–	–	–	–	–	–	–
OVINOCULTURA	**46.084**	**62.784**	**80.233**	**84.666**	**49.271**	**80.224**	**115.809**	**124.248**
Custeio	990	1.030	1.110	1.128	418	557	592	632
Aquisição de Ovinos	142	121	121	121	14	–	–	–
Lã	44.952	61.633	79.002	83.419	48.839	79.667	115.217	123.616
Melhoramentos e Equipamentos	–	–	–	–	–	–	–	–
SUINOCULTURA	**10.374**	**10.368**	**10.142**	**8.325**	**20.495**	**19.895**	**18.208**	**16.908**
Custeio	10.241	10.238	10.012	8.116	20.403	19.811	18.124	16.824
Aquisição de Suínos	133	130	130	209	92	84	84	84
Melhoramentos e Equipamentos	–	–	–	–	–	–	–	–
PESCA	**194**	**217**	**187**	**316**	**345**	**376**	**375**	**584**
Custeio	194	217	187	316	345	376	375	584
OUTROS REBANHOS	**13.372**	**14.296**	**15.485**	**14.248**	**21.077**	**23.363**	**21.708**	**25.234**
Custeio	12.839	13.796	15.185	14.248	20.017	22.303	20.708	24.393
Aquisição de Animais	533	500	300	–	1.060	1.060	1.000	841
ADUBOS E FERTILIZANTES	–	–	–	–	–	–	–	–
COMPOSIÇÕES	**1.141**	**1.104**	**1.086**	**1.070**	**664**	**642**	**623**	**604**
INSUMOS MODERNOS	**5.398**	**4.978**	**5.029**	**4.409**	**14.368**	**12.968**	**12.440**	**9.716**
OUTROS PRODUTOS	**787**	**1.018**	**886**	**988**	**307**	**307**	**604**	**904**
MELHORAMENTOS E EQUIPAMENTOS	**12.523**	**12.698**	**12.926**	**13.114**	**28.052**	**28.037**	**28.727**	**29.386**
Animais de Serviço	54	56	61	61	49	49	49	49
Máquinas e Aparelhos Agrícolas	16	16	16	16	8	8	8	7
Recuperação e Reforma de Máquinas e Implementos	6	6	6	6	3	3	3	3
Tratores Agrícolas e Implementos de Fabricação Nacional	727	672	652	678	1.190	1.229	1.283	1.328
Tratores Agrícolas e Implementos	120	104	95	95	167	174	166	164
Outros	11.600	11.844	12.096	12.258	26.635	26.574	27.218	27.835
TOTAL	**114.455**	**132.043**	**150.703**	**151.813**	**163.453**	**199.750**	**233.908**	**240.197**

BANCO DO BRASIL

EMPRÉSTIMOS À PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Saldos em Cr$ mil

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Jan	Fev	Mar	Dez	Jan	Fev	Mar
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	**88.686**	**93.044**	**95.986**	**100.088**	**125.986**	**129.501**	**128.546**	**136.450**
Adubos e fertilizantes	4.267	8.348	7.672	7.713	6.227	7.744	6.043	9.423
Carvão mineral	7.500	8.455	6.843	7.655	9.524	9.511	10.086	9.641
Minério de ferro	628	570	595	588	1.379	1.853	1.579	1.735
Minério de manganês	517	550	729	753	658	631	729	647
Sal marinho	21.833	22.754	23.819	25.524	26.363	28.060	25.170	26.261
Outros minerais metálicos	5.067	4.660	5.377	5.028	4.288	4.132	4.930	4.059
Outros minerais não metálicos	24.397	23.922	23.853	25.223	36.162	37.219	40.603	43.835
Outros	24.477	23.785	27.098	27.604	41.385	40.351	39.406	40.849
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	**7.323.206**	**7.114.482**	**7.159.084**	**7.541.007**	**9.793.519**	**9.842.074**	**9.937.515**	**10.490.724**
Açúcar	212.860	144.692	129.883	317.032	641.238	720.745	721.283	790.345
Adubos e fertilizantes	77.565	71.198	80.163	90.653	86.256	90.279	98.937	118.359
Agave ou Sisal	–	–	–	–	152	473	–	176
Algodão	48.823	46.395	42.296	47.938	227.847	207.645	180.503	179.967
Amendoim	2.211	670	254	479	1.514	1.217	467	41
Aparelhos eletrodomésticos	79.698	78.320	78.147	73.899	95.970	108.755	109.122	111.641
Arroz	53.054	48.645	46.739	41.709	90.883	78.862	72.476	63.843
Borracha	26.864	26.688	27.507	28.241	39.764	43.500	46.543	50.361
Cacau	3.973	3.655	3.639	3.377	2.342	2.204	2.174	397
Carne	169.116	142.281	120.098	116.169	202.371	162.485	154.259	164.401
Couros e Peles	47.150	39.733	40.624	62.132	79.140	66.144	68.032	76.166
Fumo	10.269	6.574	6.433	11.121	6.935	4.051	3.850	6.649
Juta e Malva	1.110	1.189	1.697	1.572	1.653	1.437	1.347	1.394
Leite	19.781	19.323	19.416	19.223	18.020	17.530	17.389	19.601
Mandioca	2.619	2.219	1.988	1.571	6.080	5.515	8.277	7.821
Mamona	988	509	310	46	288	362	776	570
Máquinas e Aparelhos Agrícolas	47.331	46.058	47.282	47.480	52.701	57.190	59.210	65.435
Metalúrgica	1.060.984	1.057.078	1.056.870	1.078.578	1.361.759	1.432.232	1.450.379	1.489.885
Milho	1.359	2.015	1.758	1.418	4.216	6.185	7.190	6.182
Papel e Papelão	147.702	144.663	140.731	148.955	181.253	182.619	178.183	189.374
Pescado	25.968	23.133	21.650	24.791	36.602	35.478	37.742	40.053
Petróleo	1.801	2.001	1.990	2.074	3.798	3.914	3.776	3.807
Produtos farmacêuticos	63.909	60.350	64.572	67.379	91.497	91.312	91.746	91.844
Sacaria	9.201	8.491	10.103	11.194	18.715	19.742	20.651	24.581
Sal marinho	–	–	–	–	–	–	–	–
Soja	20.957	20.644	16.735	9.231	20.357	11.962	9.486	9.303
Têxtil	981.858	1.003.065	993.022	1.011.401	1.202.804	1.209.439	1.225.259	1.288.666
Tratores agrícolas	4.119	3.662	3.675	3.486	1.497	1.434	1.421	1.591
Trigo estrangeiro	104.811	118.742	121.958	128.187	95.546	78.706	80.184	88.073
Veículos automotores	217.226	217.754	231.644	229.100	240.410	242.598	250.519	263.550
Vestuário e Calçados	441.984	416.420	415.820	434.121	633.585	600.582	568.334	638.222
Embarcações e Motores	237	331	376	383	499	445	435	451
Outros mat. elétricos e de comunicações	163.354	152.079	163.288	167.516	224.603	212.787	235.089	263.739
Outros veículos e materiais de transporte	15.802	26.745	27.550	29.857	35.022	34.294	51.416	34.467
Outros produtos alimentares	445.690	426.960	417.048	431.051	549.594	602.924	627.884	639.087
Outros produtos da indústria mecânica	231.229	235.625	236.303	244.090	291.811	287.035	302.840	315.956
Outros produtos químicos	289.080	267.502	292.011	310.933	359.859	364.262	362.983	388.103
Outros	2.282.463	2.249.067	2.295.504	2.344.620	2.886.938	2.855.730	2.887.403	3.056.618
CONSTRUÇÃO CIVIL	**27.268**	**25.664**	**26.262**	**28.152**	**43.445**	**48.105**	**53.657**	**66.515**
MELHORAMENTOS E EQUIPAMENTOS	**40.499**	**38.052**	**37.477**	**39.176**	**38.547**	**34.761**	**34.675**	**34.686**
SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	**3.757**	**4.083**	**4.753**	**4.314**	**7.020**	**6.922**	**6.470**	**7.876**
COMPOSIÇÕES	**34.576**	**31.016**	**35.519**	**51.170**	**59.727**	**58.394**	**53.351**	**52.108**
AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	**10.220**	**9.594**	**9.308**	**9.142**	**9.175**	**8.195**	**7.876**	**7.623**
ARMAZENAMENTO	**499**	**499**	**499**	**455**	–	–	–	–
OUTROS FINS	**43.641**	**40.126**	**39.311**	**39.672**	**42.057**	**42.243**	**45.754**	**47.687**
FIN. AQUIS. PAPEL DE IMPRENSA	–	–	–	–	–	–	–	–
PROTERRA	**2.980**	**3.070**	**6.872**	**8.038**	**70.355**	**71.541**	**81.930**	**96.982**
TOTAL	**7.575.332**	**7.359.630**	**7.415.071**	**7.821.214**	**10.189.831**	**10.241.736**	**10.349.774**	**10.940.651**

BANCO DO BRASIL

EMPRÉSTIMOS AO COMÉRCIO DE PRODUTOS INDUSTRIAIS

Saldos em Cr$ mil

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Jan	Fev	Mar	Dez	Jan	Fev	Mar
Açúcar	555.506	602.972	509.541	495.848	555.564	631.059	590.825	600.665
Adubos e Fertilizantes	5.117	5.837	6.125	6.829	8.186	11.022	14.672	17.766
Agave e Sisal	–	–	–	–	–	–	–	–
Algodão	6.385	8.471	11.234	12.862	21.066	21.032	24.372	25.976
Amendoim	–	–	–	–	–	–	–	33
Aparelhos eletrodomésticos	51.992	53.040	54.454	54.813	64.317	67.369	69.289	72.984
Arroz	5.758	5.328	5.266	4.126	10.603	9.013	7.394	7.438
Borracha	6.286	5.970	6.654	6.525	9.365	10.887	10.087	9.980
Cacau	293	288	288	142	–	–	–	–
Carne	1.150	833	1.286	686	1.954	1.933	1.969	1.837
Carvão mineral	520	512	508	580	548	579	674	632
Feijão	–	–	–	227	–	–	29	17
Juta e Malva	5.772	5.200	5.767	4.545	4.736	3.994	3.684	2.438
Mandioca	7	22	26	20	140	147	107	58
Mamona	–	–	–	–	50	20	–	–
Máquinas e aparelhos agrícolas	23.714	22.597	26.743	27.926	28.459	31.452	33.811	38.661
Metalúrgica	88.063	88.271	93.854	95.488	109.123	102.353	111.892	114.831
Milho	90	76	71	92	51	40	128	88
Papel e Papelão	12.536	12.193	12.289	12.895	14.733	14.510	15.478	15.080
Pescado	422	645	656	642	509	501	555	511
Produtos farmacêuticos	30.799	31.003	32.515	33.482	48.562	48.403	50.562	54.536
Sacaria	1.975	1.671	2.025	2.493	2.433	2.718	3.498	5.247
Sal marinho	743	768	610	675	408	381	375	184
Soja	1.029	664	538	443	1.215	1.295	932	632
Têxtil	43.567	42.531	42.832	46.361	43.014	42.948	46.041	49.846
Tratores agrícolas e Implementos de fabricação nacional	986	893	862	857	250	224	191	167
Trigo estrangeiro	–	–	–	–	–	–	–	–
Veículos automotores	332.267	324.655	327.472	328.537	345.943	345.320	356.094	381.918
Vestuário e Calçados	46.358	43.955	45.861	48.817	54.761	53.782	56.245	62.624
Outros materiais elétricos	23.870	23.323	24.514	25.570	41.578	42.155	42.020	45.656
Outros veíc. e materiais de transporte	4.218	3.777	3.765	3.698	5.273	4.785	4.973	5.648
Outros produtos alimentares	41.777	38.593	41.415	41.543	60.338	59.884	63.393	69.498
Outros produtos da ind. mecânica	106.626	96.713	96.407	94.417	140.777	144.266	145.055	155.440
Outros produtos químicos	32.077	32.847	33.161	34.491	48.529	53.941	59.453	61.554
Outros	976.925	943.189	957.028	996.286	1.348.118	1.393.020	1.476.998	1.599.875
TOTAL	2.406.828	2.396.837	2.343.767	2.381.916	2.970.603	3.099.033	3.190.796	3.401.820

BANCO DO BRASIL

EMPRÉSTIMOS A COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Saldos em Cr$ mil

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Jan	Fev	Mar	Dez	Jan	Fev	Mar
Açúcar	70.872	79.944	75.854	63.055	106.303	117.723	99.392	110.176
Algodão	6.895	6.685	4.805	2.672	1.216	915	355	3.072
Arroz	3.152	2.117	2.482	1.106	3.005	2.867	3.585	2.587
Carne	1.013	1.388	1.054	815	2.877	2.643	1.690	1.709
Mandioca	535	777	687	510	902	475	161	36
Soja	105	–	40	40	727	262	3.165	1.722
Outros produtos alimentares	2.748	2.867	2.880	3.027	4.134	4.870	4.352	5.000
Outros	1.972	1.991	2.600	2.723	2.751	4.734	3.122	3.793
TOTAL	**87.292**	**95.769**	**90.402**	**73.948**	**121.915**	**134.489**	**115.822**	**128.095**

BANCO DO BRASIL
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PASEP
Saldos em Cr$ milhões

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Jan	Fev	Mar	Dez	Jan	Fev	Mar
ATIVOS TOTAIS	**1.354,0**	**1.378,2**	**1.636,0**	**1.772,7**	**4.099,9**	**4.057,8**	**4.137,7**	**4.354,2**
Empréstimos a Autarquias	–	–	–	–	153,6	153,4	153,3	153,4
Empréstimos p/Investimentos	145,4	152,7	314,9	339,9	545,4	572,1	611,3	677,2
Empréstimos a Governos Estaduais	9,7	12,3	23,4	25,7	49,4	54,8	61,7	71,1
Empréstimos a Governos Municipais	157,6	159,2	157,3	161,9	292,4	292,6	296,7	324,7
Empréstimos p/Capital de Trabalho – Impostos e Contribuições	323,6	345,9	384,5	422,3	972,2	962,5	976,6	959,6
Empréstimos Diversos p/Capital de Trabalho	637,7	638,1	695,9	772,7	2.018,8	1.954,8	1.970,4	2.097,3
Créditos em Liquidação	0,0	0,0	0,0	0,2	1,8	2,0	2,1	2,1
Aplicações Financeiras	80,0	70,0	60,0	50,0	–	–	–	–
Recursos Repassados	–	–	–	–	66,3	65,6	65,5	68,8
RECURSOS	**1.353,6**	**1.490,0**	**1.603,8**	**1.771,8**	**3.602,2**	**3.784,5**	**3.972,8**	**4.320,3**
Próprios	**1.303,6**	**1.440,0**	**1.553,8**	**1.721,8**	**3.552,2**	**3.747,0**	**3.935,3**	**4.282,8**
Recolhimentos favor PASEP	517,5	654,3	767,1	893,6	1.037,9	1.238,5	1.436,7	1.613,8
Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	676,3	676,3	676,0	675,1	2.227,7	2.221,6	2.209,7	2.196,3
PASEP – Provisões Receitas do Exercício	51,9	52,2	52,7	88,5	137,3	137,3	137,3	221,2
PASEP – Recursos do Exercício Anterior – a Distribuir	–	–	–	–	–	–	–	–
Receitas s/Empréstimos a apropriar	57,9	57,2	58,0	64,6	149,1	149,6	151,5	251,5
PASEP – Lucros/Rendas em Suspenso	–	–	–	–	0,2	–	0,1	0,0
De Repasse	**50,0**	**50,0**	**50,0**	**50,0**	**50,0**	**37,5**	**37,5**	**37,5**
Caixa Econômica Federal – Recursos Vinculados a Operações	50,0	50,0	50,0	50,0	50,0	37,5	37,5	37,5

EXPORTAÇÃO
PRINCIPAIS PRODUTOS
US$ 1.000 FOB

Valores Acumulados no Ano

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Jan	Fev	Mar	Dez	Jan	Fev	Mar
A – PRODUTOS BÁSICOS	**2.724.615**	**201.957**	**467.574**	**714.165**	**4.095.466**	**231.747**	**486.251**	**784.123**
1 – Açúcar cristal	89.401	4.190	11.886	18.538	97.847	13.232	19.256	33.802
2 – Açúcar demerara	314.147	21.080	71.854	107.861	454.861	17.865	73.040	122.185
3 – Algodão em rama	188.682	5.505	14.890	27.018	218.023	6.396	15.228	18.410
4 – Algodão "linters"	1.860	60	119	154	1.512	295	502	646
5 – Amendoim em grãos	13.651	483	1.565	4.287	19.483	652	2.882	4.197
6 – Arroz	152	–	–	–	4.233	9	3.683	3.691
7 – Banana	9.583	1.320	2.668	4.213	14.870	2.250	3.955	5.774
8 – Cacau em amêndoas	59.158	6.356	11.481	15.563	88.521	13.709	20.845	39.776
9 – Café cru, em grãos	989.219	86.219	161.871	248.726	1.243.256	92.000	180.027	287.275
10 – Camarão	17.954	469	1.408	1.951	8.000	506	777	1.677
11 – Carne bovina fresca, refrigerada ou congelada	169.205	7.674	21.672	33.947	148.681	5.860	7.878	7.878
12 – Carne eqüina fresca, refrigerada ou congelada	21.847	2.592	6.498	10.231	44.037	3.329	6.173	10.826
13 – Castanha de caju	8.853	618	1.643	2.225	9.856	472	909	2.137
14 – Castanha do Pará	20.229	983	1.592	1.861	22.764	1.774	2.725	2.909
15 – Couro de gado bovino, em bruto	11.166	525	1.100	1.478	2.916	–	–	–
16 – Couro de gado, exceto bovino, em bruto	10.514	1.043	2.522	4.005	14.868	–	–	–
17 – Erva-Mate	3.235	506	732	972	3.475	522	609	764
18 – Farelo e torta de amendoim	14.563	940	4.618	8.232	14.521	453	1.020	1.223
19 – Farelo e torta de caroço de algodão	11.720	669	2.233	4.239	14.500	384	384	779
20 – Farelo e torta de soja	152.348	16.965	37.424	53.350	422.634	8.307	20.137	26.424
21 – Frutas em estado natural (exceto itens 7, 13 e 14)	5.848	59	80	122	6.541	208	314	409
22 – Fumo em folhas	46.674	4.120	7.500	10.113	58.456	2.860	8.378	14.824
23 – Lã (exclusive fios)	15.937	6.047	13.304	19.729	45.216	1.258	2.647	7.708
24 – Lagosta	16.352	439	1.724	3.697	18.031	1.031	1.661	3.755
25 – Milho em grãos	9.629	54	101	310	3.146	–	–	–
26 – Minério de ferro	231.708	19.938	54.997	77.406	362.811	32.330	54.806	96.615
27 – Minério de manganês	27.264	798	2.647	6.292	18.867	2.120	10.795	10.795
28 – Minérios (exceto os itens 26 e 27)	14.954	1.206	3.347	5.646	17.562	1.136	2.001	3.683
29 – Óleo bruto de petróleo	15.991	376	2.201	3.743	15.729	844	1.716	1.716
30 – Pimenta em grãos	12.708	1.562	3.117	4.256	16.955	3.013	5.435	6.440
31 – Sisal	22.497	1.916	4.895	9.106	59.446	6.428	14.963	32.795
32 – Soja em grãos	127.927	–	–	–	494.153	425	514	514
33 – Outros produtos básicos	69.639	7.245	15.885	24.894	129.695	12.079	22.991	34.496
B – PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	**1.221.749**	**108.712**	**240.013**	**394.811**	**1.941.253**	**214.122**	**402.971**	**610.258**
a) Semimanufaturados	**310.013**	**31.819**	**66.390**	**110.809**	**475.129**	**44.974**	**92.594**	**143.882**
34 – Cera de carnaúba	11.220	941	1.912	2.847	13.311	835	4.035	7.992
35 – Ferro e aço em peças simplesmente desbastadas	4.111	894	1.901	2.249	10.665	739	1.189	1.631
36 – Ferro fundido, em bruto	11.765	2.599	3.876	6.051	23.554	607	607	4.118
37 – Ferro-ligas, em bruto	16.550	1.584	2.804	5.073	23.663	1.021	2.977	4.757
38 – Madeira de pinho, serrada	59.719	4.649	11.273	16.347	62.752	4.007	8.040	10.289
39 – Madeira serrada (exceto pinho)	12.849	1.224	2.489	9.295	27.200	3.634	6.596	8.132
40 – Manteiga de cacau	33.134	5.279	7.996	12.479	47.655	5.498	12.934	21.388
41 – Óleo de amendoim, em bruto	27.425	1.527	6.210	11.002	19.359	23	23	662
42 – Óleo de mamona, em bruto	53.818	4.519	11.031	17.516	122.376	17.095	35.018	52.782
43 – Óleos vegetais, em bruto (exceto os itens 41 e 42)	2.345	216	1.218	1.362	28.364	2.319	5.815	8.469
44 – Pasta para fabricação de papel	13.296	1.920	2.434	5.247	23.580	3.724	4.455	4.835
45 – Peles e couros, preparados ou curtidos	40.679	4.303	8.314	13.508	40.049	2.826	5.810	8.475
46 – Produtos siderúrgicos semimanufaturados (exceto os itens 35, 36 e 37)	3.160	230	1.634	2.295	7.497	10	18	18
47 – Outros produtos semimanufaturados	19.942	1.934	3.298	5.538	25.140	2.636	5.077	10.334

EXPORTAÇÃO
PRINCIPAIS PRODUTOS
US$ 1.000 FOB
Valores Acumulados no Ano

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Jan	Fev	Mar	Dez	Jan	Fev	Mar
b) Manufaturados	**911.736**	**76.893**	**173.623**	**284.002**	**1.466.124**	**169.148**	**310.377**	**466.376**
48 – Borracha manufaturada	4.297	382	920	1.420	6.990	572	1.043	1.571
49 – Café industrializado	67.945	7.277	15.439	22.630	99.792	8.008	19.224	27.278
50 – Calçados	54.563	6.298	14.701	25.949	93.478	12.520	21.915	32.148
51 – Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (exceto os itens 58, 59 e 60)	55.255	4.808	8.920	14.817	72.222	7.165	14.411	24.635
52 – Carne de boi industrializada	50.509	2.122	4.027	5.014	69.776	10.162	19.246	21.967
53 – Chapas laminadas a quente ou a frio	23.767	1.373	4.200	5.521	18.070	1.524	1.715	2.438
54 – Extrato de carne	10.985	225	514	1.060	11.575	1.424	2.250	2.761
55 – Fios de algodão	22.782	1.980	4.538	8.190	45.028	6.159	11.596	17.159
56 – Madeiras laminadas (exceto jacarandá)	10.512	785	1.472	3.200	17.565	1.629	3.096	4.317
57 – Madeiras laminadas de jacarandá	14.377	1.061	2.095	3.680	15.843	778	1.208	1.803
58 – Máquinas e aparelhos elétricos e objetos destinados a uso eletrotécnico	38.704	3.253	7.545	12.708	83.789	12.098	19.969	30.592
59 – Máquinas e aparelhos para escritório, seus pertences e acessórios	30.949	1.573	3.510	6.927	41.155	4.428	6.994	12.247
60 – Máquinas e aparelhos para extração, movimentação da terra, escavação ou perfuração do solo	5.953	1.032	1.569	1.770	6.553	643	1.215	1.981
61 – Máquinas e ferramentas, pertences e acessórios	7.682	209	563	959	6.200	413	999	1.714
62 – Material de transporte	68.588	3.458	8.143	12.810	76.183	6.658	14.593	21.584
63 – Melaço comestível e não comestível	13.523	2.490	6.286	9.734	31.047	4.825	10.515	19.683
64 – Mentol	21.781	1.808	4.044	6.519	28.682	4.702	6.026	8.199
65 – Óleos combustíveis do petróleo	19.815	3.049	9.116	13.118	36.450	–	517	611
66 – Óleos essenciais	12.021	1.235	2.990	4.279	19.137	4.017	5.838	8.715
67 – Óleo de soja purificado ou refinado	14.536	1.262	1.272	2.452	9.125	–	0	7
68 – Pedras preciosas lapidadas	10.728	732	2.157	3.848	19.186	563	1.350	2.358
69 – Produtos siderúrgicos manufaturados (exceto item 53)	28.563	2.947	5.328	8.253	34.801	4.976	7.820	11.196
70 – Sucos de frutas e hortaliças (exceto laranja)	2.150	200	358	557	5.349	1.532	1.967	2.276
71 – Suco de laranja	41.499	4.288	11.213	13.752	62.244	5.404	7.634	10.113
72 – Tecidos de algodão	25.815	1.773	4.376	8.459	52.620	6.177	11.527	18.440
73 – Vidros e manufaturas de vidro	11.500	861	1.788	3.025	11.981	1.011	1.943	3.219
74 – Outros produtos manufaturados	242.937	20.412	46.539	83.351	491.283	61.760	115.766	177.364
C – CONSUMO DE BORDO	**9.799**	**1.781**	**3.569**	**4.734**	**35.134**	**3.422**	**7.802**	**11.264**
D – REEXPORTAÇÃO	**10.745**	**89**	**386**	**608**	**43.502**	**2.874**	**8.666**	**20.932**
E – TRANSAÇÕES ESPECIAIS	**24.311**	**2.557**	**5.784**	**26.017**	**82.582**	**2.659**	**4.216**	**8.080**
TOTAL GERAL (A + B + C + D + E)	**3.991.219**	**315.096**	**717.326**	**1.140.335**	**6.197.937**	**454.824**	**909.906**	**1.434.657**

EXPORTAÇÃO
PRINCIPAIS PRODUTOS
Toneladas
Valores Acumulados no Ano

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Jan	Fev	Mar	Dez	Jan	Fev	Mar
A – PRODUTOS BÁSICOS	**41.047.544**	**3.289.654**	**8.659.827**	**12.366.620**	**56.291.827**	**4.488.754**	**8.056.667**	**13.159.614**
1 – Açúcar cristal	480.456	19.807	54.869	84.323	444.353	50.817	72.834	111.877
2 – Açúcar demerara	2.054.454	125.449	401.835	595.162	2.353.572	85.816	322.743	505.939
3 – Algodão em rama	284.201	9.233	24.135	42.838	282.792	6.681	13.016	15.351
4 – Algodão "linters"	16.276	300	611	866	6.978	1.118	1.902	2.393
5 – Amendoim em grãos	55.924	1.866	5.776	15.325	54.285	1.284	5.812	9.174
6 – Arroz	1.898	–	–	–	33.432	19	16.275	16.298
7 – Paraná	114.189	14.343	28.573	43.617	138.492	17.022	29.202	43.030
8 – Cacau em amêndoas	102.256	9.024	15.970	21.119	82.775	9.711	15.321	29.792
9 – Café cru, em grãos	1.050.156	83.324	156.482	238.123	1.065.334	78.000	146.283	231.769
10 – Camarão	6.703	233	528	772	2.622	142	239	481
11 – Carne bovina fresca, refrigerada ou congelada	155.627	5.750	16.060	25.073	98.628	3.688	4.884	4.884
12 – Carne eqüina fresca, refrigerada ou congelada	37.536	3.761	8.908	13.575	51.530	3.984	7.101	11.992
13 – Castanha do caju	7.171	527	1.341	1.794	5.998	228	419	977
14 – Castanha-do-Pará	37.579	1.169	2.043	2.478	33.849	2.061	2.952	3.141
15 – Couro de gado bovino, em bruto	22.606	525	1.056	1.354	2.503	–	–	–
16 – Couro de gado, exceto bovino, em bruto	5.615	352	888	1.276	5.134	–	–	–
17 – Erva-Mate	17.862	2.895	4.179	5.577	18.195	1.875	2.255	2.758
18 – Farelo e torta de amendoim	169.963	6.585	29.125	50.013	80.380	1.562	4.476	5.548
19 – Farelo e torta de caroço de algodão	165.921	7.827	25.549	43.940	103.676	2.490	2.490	5.890
20 – Farelo e torta de soja	1.405.329	128.701	248.503	336.409	1.581.494	31.853	85.887	116.087
21 – Frutas em estado natural (exceto itens 7, 13 e 14)	76.876	403	535	652	53.049	860	1.258	1.415
22 – Fumo em folhas	63.218	5.670	9.707	13.078	63.588	3.355	9.008	15.770
23 – Lã (exclusive fios)	14.376	2.864	6.246	9.046	17.792	549	988	2.737
24 – Lagosta	2.630	71	277	586	2.549	130	209	450
25 – Milho em grãos	172.074	843	1.342	3.952	41.010	–	–	–
26 – Minério de ferro	30.512.460	2.728.851	7.194.869	10.070.115	44.962.858	3.949.667	6.590.525	11.218.823
27 – Minério de manganês	1.174.682	42.812	115.699	273.319	188.435	81.043	426.968	426.968
28 – Minérios (exceto os itens 26 e 27)	50.190	5.952	11.688	17.256	53.602	19.397	24.277	32.272
29 – Óleo bruto de petróleo	1.038.771	24.765	144.065	243.008	960.995	43.902	89.343	89.343
30 – Pimenta em grãos	14.298	1.695	3.300	4.311	13.761	1.937	3.520	4.099
31 – Sisal	152.124	8.215	19.175	33.481	160.241	11.637	23.939	45.404
32 – Soja em grãos	1.037.273	–	–	–	1.786.138	1.680	2.105	2.105
33 – Outros produtos básicos	546.850	45.842	126.493	174.182	941.787	76.246	150.436	202.847
B – PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	**4.368.978**	**494.455**	**1.206.899**	**1.869.808**	**5.858.735**	**361.623**	**678.271**	**1.045.002**
a) Semimanufaturados	**1.447.773**	**153.911**	**305.955**	**533.315**	**1.810.495**	**103.544**	**176.046**	**266.865**
34 – Cera de carnaúba	12.572	1.049	2.128	3.132	14.149	573	2.325	3.664
35 – Ferro e aço em peças simplesmente desbastadas	44.642	4.430	16.142	20.181	92.004	5.117	7.617	9.119
36 – Ferro fundido, em bruto	255.712	56.724	81.597	125.639	428.040	7.318	7.318	42.424
37 – Ferro-ligas, em bruto	43.404	1.503	3.329	10.243	44.195	1.018	44.255	8.732
38 – Madeira de pinho, serrada	432.173	28.721	70.407	100.684	303.202	12.813	23.911	29.990
39 – Madeira serrada (exceto pinho)	156.608	13.040	27.061	97.882	266.388	25.317	42.254	50.393
40 – Manteiga de cacau	27.333	3.289	4.983	7.720	24.234	1.855	4.270	7.143
41 – Óleo de amendoim, em bruto	77.189	3.587	14.649	26.017	44.092	44	44	785
42 – Óleo de mamona, em bruto	127.182	6.010	14.283	20.817	131.254	18.102	36.812	55.201
43 – Óleos vegetais, em bruto (exceto itens 41 e 42)	13.220	1.107	6.136	7.130	78.207	3.204	10.081	13.443
44 – Pasta para fabricação de papel	140.697	22.321	25.090	55.572	194.178	22.410	24.998	26.404
45 – Peles e couros, preparados ou curtidos	11.381	991	2.143	3.151	8.362	584	1.180	1.625
46 – Produtos siderúrgicos semimanufaturados (exceto os itens 35, 36 e 37)	35.305	1.837	23.057	30.255	90.801	41	91	91
47 – Outros produtos semimanufaturados	70.355	9.302	14.950	24.892	91.389	5.148	10.890	17.851

EXPORTAÇÃO
PRINCIPAIS PRODUTOS
Toneladas
Valores Acumulados no Ano

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Jan	Fev	Mar	Dez	Jan	Fev	Mar
b) Manufaturados	**2.921.205**	**340.544**	**900.944**	**1.336.493**	**4.048.240**	**258.079**	**502.225**	**778.137**
48 – Borracha manufaturada	3.209	259	686	1.133	5.586	428	736	1.066
49 – Café industrializado	84.254	3.210	6.822	10.038	39.227	3.147	6.380	9.160
50 – Calçados	11.569	1.340	3.074	5.299	17.558	2.237	3.970	5.867
51 – Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (exceto os itens 58, 59 e 60)	27.353	2.872	5.071	7.842	31.702	2.842	5.874	10.004
52 – Carne de boi industrializada	36.144	1.603	3.010	3.745	35.804	4.468	8.081	9.221
53 – Chapas laminadas a quente ou a frio	171.463	10.427	25.698	34.124	103.839	4.669	5.523	8.195
54 – Extrato de carne	1.430	31	70	140	1.131	97	151	184
55 – Fios de algodão	19.237	1.539	3.564	6.458	29.384	2.917	5.174	7.353
56 – Madeiras laminadas (exceto jacarandá)	35.550	1.004	3.766	7.121	32.420	2.726	3.725	4.676
57 – Madeiras laminadas de jacarandá	3.365	209	413	743	2.647	122	181	250
58 – Máquinas e aparelhos elétricos e objetos destinados a uso eletrotécnico	8.723	815	1.599	2.352	13.372	1.604	2.943	4.279
59 – Máquinas e aparelhos para escritório, seus pertences e acessórios	1.932	146	305	492	2.708	283	417	692
60 – Máquinas e aparelhos para extração, movimentação da terra, escavação ou perfuração do solo	3.104	481	748	871	3.327	294	602	897
61 – Máquinas e ferramentas, pertences e acessórios	3.112	115	352	554	2.916	217	439	728
62 – Material de transporte	37.255	2.683	5.844	9.330	52.631	3.615	8.576	13.189
63 – Melaço comestível e não comestível	587.437	96.167	231.197	355.454	799.349	93.623	199.075	355.503
64 – Mentol	2.226	208	466	749	2.938	252	322	430
65 – Óleos combustíveis do petróleo	1.130.644	148.299	463.617	645.918	1.655.070	–	17.528	19.378
66 – Óleos essenciais	5.462	565	1.383	1.963	6.315	762	1.191	1.900
67 – Óleo de soja purificado ou refinado	59.443	5.038	5.060	10.154	30.528	–	0	1
68 – Pedras preciosas lapidadas	13	0	0	0	2	0	3	3
69 – Produtos siderúrgicos manufaturados (exceto item 53)	180.028	20.391	31.371	45.605	164.068	19.628	27.769	36.864
70 – Sucos de frutas e hortaliças (exceto de laranja)	3.871	307	601	932	8.545	2.090	2.715	3.203
71 – Suco de laranja	87.157	9.376	24.461	30.028	118.572	9.817	13.748	17.953
72 – Tecidos de algodão	18.361	1.201	2.919	5.711	25.269	2.217	4.010	6.266
73 – Vidros e manufaturas de vidro	18.700	1.076	2.362	4.067	16.586	1.551	3.175	4.631
74 – Outros produtos manufaturados	430.163	31.182	76.485	145.670	846.696	98.473	179.917	256.244
C – CONSUMO DE BORDO	**254.806**	**58.268**	**116.341**	**153.355**	**796.969**	**22.129**	**48.217**	**78.868**
D – REEXPORTAÇÃO	**14.010**	**22**	**597**	**610**	**1.075.038**	**65.477**	**258.171**	**608.249**
E – TRANSAÇÕES ESPECIAIS	**8.490**	**970**	**1.609**	**2.120**	**31.018**	**885**	**1.406**	**2.444**
TOTAL GERAL (A + B + C + D + E)	**45.693.828**	**3.843.369**	**9.985.273**	**14.392.513**	**64.053.587**	**4.938.868**	**9.042.732**	**14.894.177**

COMPENSAÇÃO DE CHEQUES

CHEQUES E OUTROS PAPÉIS COMPENSADOS

Número de Documentos

PRINCIPAIS PRAÇAS (1)	1973			1974		
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar
Rio de Janeiro (GB)	5.549.252	5.200.994	5.543.433	6.332.087	5.474.593	6.673.868
São Paulo (SP)	10.721.775	9.991.560	10.592.167	11.411.426	10.424.242	12.741.636
Belo Horizonte (MG)	1.298.006	1.207.315	1.261.652	1.528.187	1.353.373	1.596.556
Porto Alegre (RS)	1.101.471	1.040.078	1.146.381	1.348.916	1.162.784	1.461.199
Curitiba (PR)	745.977	684.118	740.400	1.276.080	1.171.006	1.373.764
Recife (PE)	900.019	830.569	851.661	964.766	864.361	1.008.247
Salvador (BA)	999.214	855.351	871.338	1.156.303	958.137	1.149.031
Fortaleza (CE)	313.734	270.463	268.803	333.846	278.965	333.580
Santos (SP)	486.870	467.420	467.187	573.330	513.856	586.139
Brasília (DF)	663.477	651.716	709.608	834.877	728.528	888.191
Londrina (PR)	385.033	357.998	397.082	1.114.489	1.008.758	1.178.221
Campinas (SP)	469.992	417.118	480.342	520.941	452.983	534.671
Goiânia (GO)	425.159	376.725	414.245	487.717	420.841	514.925
Belém (PA)	132.040	116.675	127.933	143.872	121.790	147.786
Vitória (ES)	203.512	177.827	189.367	221.789	186.598	233.394
Maringá (PR)	293.019	284.704	291.705	291.077	264.143	312.651
Ribeirão Preto (SP)	508.046	485.967	534.061	577.648	524.773	609.730
Niterói (RJ)	198.566	180.057	184.978	285.618	210.219	266.120
Manaus (AM)	91.539	81.368	88.126	102.591	88.034	99.747
Florianópolis (SC)	191.917	177.467	199.247	233.162	204.489	247.988
São José do Rio Preto (SP)	258.210	238.788	254.235	283.661	256.192	288.472
Maceió (AL)	98.114	92.533	98.979	111.111	98.468	115.503
Piracicaba (SP)	235.015	211.846	232.449	269.730	242.600	270.458
Campo Grande (MT)	154.033	139.491	153.678	179.838	153.967	185.660
Uberlândia (MG)	162.343	145.869	158.428	166.751	152.033	170.263
Presidente Prudente (SP)	246.083	234.431	250.330	256.746	240.876	269.288
Natal (RN)	145.075	128.960	139.409	169.472	151.960	177.735
Bauru (SP)	394.284	354.412	392.589	398.690	358.787	407.612
João Pessoa (PB)	68.713	62.912	67.391	80.924	72.348	83.961
Blumenau (SC)	133.553	125.298	142.261	154.223	135.698	159.572
Outras	11.181.287	10.250.207	11.201.375	11.927.363	10.659.249	(2) 12.325.072
BRASIL	**38.755.328**	**35.840.237**	**38.450.840**	**43.737.231**	**38.934.651**	**(2) 46.411.040**

(1) Selecionadas com base no valor dos documentos compensados em janeiro de 1974.
(2) Dados provisórios.

COMPENSAÇÃO DE CHEQUES
CHEQUES E OUTROS PAPÉIS COMPENSADOS
Cr$ 1.000

PRINCIPAIS PRAÇAS (1)	1973			1974		
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar
Rio de Janeiro (GB)	57.326.710	61.986.349	67.058.634	92.312.900	73.416.263	114.904.437
São Paulo (SP)	57.417.764	54.063.329	58.884.109	83.669.377	69.660.635	97.739.748
Belo Horizonte (MG)	5.017.656	4.779.761	5.370.794	6.844.847	5.448.890	7.341.337
Porto Alegre (RS)	3.666.315	3.314.348	3.910.295	5.911.297	4.997.867	6.312.237
Curitiba (PR)	2.814.735	2.794.094	2.964.260	4.935.839	4.351.184	5.074.970
Recife (PE)	2.617.707	2.390.732	2.385.668	3.727.903	3.080.308	3.592.073
Salvador (BA)	2.171.576	1.915.151	2.164.255	3.001.050	2.687.958	3.191.023
Fortaleza (CE)	923.582	768.797	791.532	2.724.284	2.061.311	2.737.163
Santos (SP)	1.600.021	1.662.512	1.823.846	2.380.534	2.313.131	2.565.257
Brasília (DF)	1.118.889	1.081.463	1.259.889	1.937.316	2.162.356	2.543.542
Londrina (PR)	628.401	611.216	629.281	1.422.117	1.253.395	1.515.791
Campinas (SP)	688.494	696.008	820.668	1.353.883	1.156.118	1.598.766
Goiânia (GO)	718.451	643.007	781.902	1.086.522	1.046.517	1.354.390
Belém (PA)	544.037	510.428	545.173	859.825	764.209	848.396
Vitória (ES)	501.461	513.646	514.876	784.492	644.010	821.631
Maringá (PR)	421.415	463.097	517.652	637.052	557.657	688.635
Ribeirão Preto (SP)	406.310	371.306	418.120	622.403	526.197	634.732
Niterói (RJ)	346.430	312.432	344.956	574.010	462.386	565.263
Manaus (AM)	377.488	379.298	382.060	566.761	495.243	624.562
Florianópolis (SC)	284.589	267.282	303.558	423.770	422.846	517.241
São José do Rio Preto (SP)	283.892	289.919	302.122	409.569	367.318	453.062
Maceió (AL)	269.436	265.968	273.087	398.746	377.775	417.990
Piracicaba (SP)	209.814	176.846	196.450	364.175	330.060	424.832
Campo Grande (MT)	240.396	226.969	247.204	356.649	324.373	440.718
Uberlândia (MG)	240.016	209.086	258.922	352.362	329.799	411.427
Presidente Prudente (SP)	239.794	231.790	256.418	335.014	304.421	400.874
Natal (RN)	210.293	196.010	203.475	334.748	299.473	351.462
Bauru (SP)	221.205	216.166	220.819	304.358	264.553	334.023
João Pessoa (PB)	185.250	156.424	169.578	302.552	270.429	310.296
Blumenau (SC)	190.251	171.636	196.470	295.667	283.970	335.828
Outras	10.907.817	10.040.568	11.092.600	15.289.320	13.950.366	(2) 16.946.881
BRASIL	**152.790.195**	**151.705.638**	**165.288.673**	**234.519.342**	**194.611.018**	**(2) 275.998.592**

(1) Selecionadas com base no valor dos documentos compensados em janeiro de 1974.

(2) Dados provisórios.

EXPORTAÇÃO FINANCIADA PELA CACEX

US$ 1.000 FOB

Valores Acumulados no Ano

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974
	Dez	Mar	Jun	Set	Dez	Mar
TOTAL	**65.987**	**8.349**	**13.969**	**26.208**	**42.988**	**14.981**
I — Setor Energético e de Telecomunicações	**735**	**308**	**510**	**717**	**951**	**175**
Aparelhos de telefonia	669	250	452	639	786	71
Grupo gerador	24	19	19	19	99	92
Transformadores elétricos	29	28	28	28	33	—
Demais	13	11	11	31	33	12
II — Setor Industrial	**59.449**	**7.215**	**12.116**	**23.373**	**38.729**	**14.311**
a) Indústria extrativa, preparo do solo e beneficiamento de produtos agrícolas	1.742	454	862	3.290	5.694	1.468
Máquinas agrícolas	1.373	454	625	3.036	5.434	1.383
Demais	369	—	237	254	260	85
b) Indústria de Construção	4.568	998	1.542	2.931	4.434	875
Betoneiras	43	—	—	—	—	—
Britadores e equipamentos para britagem	907	473	485	786	1.166	414
Escavadeiras	129	—	—	—	105	—
Máquinas para pavimentação	30	48	48	48	48	—
Moto-escavo transportadores	1.133	—	147	147	450	85
Moto-niveladores	1.073	—	142	282	329	85
Rolos compactadores	538	292	335	642	900	204
Demais	715	185	385	1.026	1.436	87
c) Indústria Gráfica	775	—	4	4	1.585	143
Guilhotina	11	—	4	4	23	—
Demais	764	—	—	—	1.562	143
d) Indústria de Plásticos	14	—	37	117	275	57
Máquinas e aparelhos para indústria de plásticos	14	—	37	117	275	36
Demais	—	—	—	—	—	21
e) Indústria Metalúrgica	2.462	43	1.168	1.249	1.777	522
1) Máquinas e equipamentos	162	31	54	135	389	14
Plainas limadores	153	31	35	58	84	14
Demais	9	—	19	77	1.304	—
2) Bens de manut. da produção	2.300	12	1.114	1.114	1.388	508
Tubos de aço cobreado	7	12	—	—	243	—
Palanquilhas p/relaminação de aço	217	—	93	93	120	—
Demais	2.076	—	1.021	1.021	1.025	508

EXPORTAÇÃO FINANCIADA PELA CACEX
US$ 1.000 FOB

Valores Acumulados no Ano

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974
	Dez	Mar	Jun	Set	Dez	Mar
f) Indústria de transporte e elevação	43.000	4.176	6.445	12.860	18.888	8.996
Veículos	25.033	4.100	5.677	11.604	17.354	8.388
a) automóveis	710	791	1.478	5.752	9.166	5.744
b) ônibus, caminhões e utilitários	22.097	2.923	3.621	4.788	5.270	572
c) carrocerias completas	78	81	188	188	235	–
d) chassis	1.579	23	108	455	2.071	1.766
e) pert. e acessórios p/ônibus, automóveis, etc.	569	282	282	421	612	306
Elevadores	1.261	76	625	1.016	1.196	97
Escadas e pontes rolantes	218	–	–	25	26	8
Garagens automáticas	171	–	–	72	72	–
Demais	16.317	–	143	143	240	503
g) Indústria mecânica	1.501	375	632	1.118	1.807	602
Frezadeira	22	–	–	21	26	–
Talhas elétricas	72	53	102	115	115	59
Tornos	1.096	252	389	747	1.452	526
Transformadores de solda e acessórios	58	19	34	34	34	–
Demais	253	51	107	201	180	17
h) Indústria alimentícia	4.709	260	350	599	1.945	927
Confeitaria e panificação	62	–	–	–	–	–
Engenho açucareiro	4.462	13	13	237	1.550	927
Máquina p/empacotar biscoito	33	38	128	128	140	–
Máquinas e aparelhos p/indústria de óleos vegetais	–	209	209	209	209	–
Demais	152	–	–	25	46	–
i) Indústria têxtil	–	834	834	872	872	284
Máquinas e apar. p/indústria têxtil	–	731	731	769	769	268
Máquinas e equipamentos	–	103	103	103	103	16
Demais	–	–	–	–	–	–
j) Indústria de fumo	423	–	–	72	208	134
l) Indústria de refrigeração	218	35	62	62	660	268
m) Outras indústrias	37	40	180	199	584	35
III – Setor de Saúde	**144**	**81**	**81**	**88**	**223**	**19**
Equipamentos e aparelhos para odontologia	144	81	81	81	172	6
Demais	–	–	–	7	51	13
IV – Artigos de Consumo	**4.725**	**741**	**1.068**	**1.626**	**2.387**	**462**
Conjuntos sanitários	[illegible]	–	–	–	–	–
Máquinas de costura, seus pertences e acessórios	809	643	686	813	1.239	262
Móveis	234	–	81	118	207	56
Televisores	37	40	192	359	391	8
Demais	3.639	58	109	336	550	136
V – Gado	**22**	**4**	**194**	**366**	**660**	**14**
VI – Demais	**912**	**–**	**–**	**38**	**38**	**–**

BANCO DO BRASIL S.A.

Contador Geral — Délio Brito

Gerente Geral de Agências no Exterior — Antônio Machado de Macedo

Inspetor Geral — Humberto M. Riella da Fonseca

Gerentes de Carteira

Câmbio

Fiscalização e Controle — Jayme Maia
Operações — Edgardo Amorim Rego

Comércio Exterior

Operações Financeiras — Fernando de Souza Oliveira

Crédito Geral e Rural

1.ª Região — Wilson Ribeiro Lopes
2.ª Região — Fernando Baptista Martins
3.ª Região — Pedro Guerizoli Filho
4.ª Região — Antônio Barcelos
5.ª Região — Arnaldo Jorge Fábregas da Costa Júnior
6.ª Região — Nélson Meira de Lucena
7.ª Região — César Socias Schenkel

Chefes de Departamento

Administração de Serviços — Rogério Soares Teixeira
Assistência ao Pessoal — Luiz Augusto Costa Guimarães
Assuntos Especiais (CACEX) — Nilton Gomes de Mendonça Arraes
Assuntos do PASEP — Joubert de Barros Fernandes
Bens Patrimoniais — Rubem de Almeida Serra
Cadastro — Rosemberg de Araújo Gouveia
Comercialização do Trigo — Antônio Carlos Silveira Abbott
Controle e Prevenção — Paulino Jaguaribe de Oliveira
Exportação — Maurício Gomes Beviláqua
Funcionalismo — Celso Albano Costa
Importação — Francisco de Assis Martins Costa
Material e Comunicações — Waldemar Soares de Almeida
Normas Operacionais — Roberto Hatab
Processamento de Dados — André de Moraes Périllier
Seleção e Desenvolvimento do Pessoal — Joaquim Ferreira Amaro
Tesouraria — José Carlos Lebeis Soares

BANCO DO BRASIL - BOLETIM - ANO IX - 1974 - Nº 2

BANCO DO BRASIL S.A.

PRESIDENTE – Ângelo Calmon de Sá

DIRETORES

Administração – Oswaldo Roberto Colin

Pessoal – Admon Ganem

Câmbio – Cesar Dantas Bacellar Sobrinho

Comércio Exterior – Benedicto Fonseca Moreira

Crédito Geral e Rural

1.ª Região – Antonio Arnaldo Gomes Taveira
Estados do Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Mato Grosso e Territórios de Rondônia, Roraima e Amapá.

2.ª Região – José Aristóphanes Pereira
Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Território de Fernando de Noronha.

3.ª Região – Carlos Brandão
Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Guanabara.

4.ª Região – Mário Pacini
Estados de Goiás, Minas Gerais e Distrito Federal.

5.ª Região – Rodrigo Horácio Garcia da Costa
Estado de São Paulo

6.ª Região – Walter Peracchi Barcellos
Estados do Paraná e Santa Catarina

7.ª Região – Dinar Goyheneix Gigante
Estado do Rio Grande do Sul

Chefe do Gabinete da Presidência – Amilcar de Souza Martins

Consultor Jurídico – Benedicto Martins de Napoleão do Rêgo

Consultor Técnico – Renato Manfredini

ÍNDICE

BANCO DO BRASIL S.A. – BOLETIM – ANO IX – 1974 – N.º 2

EDITADO PELA CONSULTORIA TÉCNICA
Setor Bancário Sul
Edifício Sede do Banco do Brasil, 21.º andar
Brasília (DF) – 70.000

Capa, Programação Visual e Efeitos Fotográficos:
Equipe de Arte da Gráfica do Banco do Brasil

IMPRESSO NA GRÁFICA DO BANCO DO BRASIL – DEMAC/DIGRA
Rua General Bruce, 55-A, São Cristóvão, Rio de Janeiro (GB) – 20.000

PARANÁ
SANTA CATARINA

Walter Peracchi Barcellos

Paraná e Santa Catarina, a partir da reestruturação administrativa promovida em dezembro de 1969 pelo Banco do Brasil, com base geoeconômica, compõem a Sexta Região de Operações, conhecida pela sigla DICAP.

O Estado do Paraná ocupa área de 199.554 km², com população de 6.929.868 habitantes, sendo de 4.425.490 pessoas a população rural e de 2.504.378 a urbana (dados do Censo/1970).

O Estado de Santa Catarina conta, por sua vez, com área de 95.985 km² e uma população de 2.901.734 habitantes, dos quais 1.665.691, na zona rural e 1.246.043, na urbana (Censo de 1970).

O contingente populacional das duas Unidades alcançava, portanto, em 1970, 9.831.602 habitantes, equivalendo a aproximadamente 11% do número apurado pelo Censo para o País.

A população economicamente ativa, segundo o conceito adotado naquele trabalho, atingia a 3.158.983 pessoas, assim distribuídas:

ESTADOS	SETORES			
	Primário	Secundário	Terciário	Total
PARANÁ	1.438.838	232.576	605.340	2.276.754
– *Homens*	*1.287.064*	*220.067*	*389.530*	*1.896.661*
– *Mulheres*	*151.774*	*12.509*	*215.810*	*380.093*
SANTA CATARINA	451.697	174.020	256.512	882.229
– *Homens*	*390.159*	*153.854*	*160.806*	*704.819*
– *Mulheres*	*61.538*	*20.166*	*95.706*	*177.410*
REGIÃO	**1.890.535**	**406.596**	**861.852**	**3.158.983**

O Paraná está dividido em 25 microrregiões homogêneas, abrangendo um total de 288 municípios, enquanto Santa Catarina se subdivide em 13 microrregiões, comportando 197 municípios.

O Banco do Brasil está presente em todos os municípios, através de adequada distribuição de Agências e de zonas de jurisdição, onde quer que o crédito se faça necessário.

SÍNTESE HISTÓRICA

A história econômica do Paraná assinala como primeira atividade a corrida do ouro, *nas areias da Baía de Paranaguá, na subida da Serra do Mar, no planalto de Curitiba,* o que permitiu, paralelamente, o surgimento de uma agricultura de subsistência, principalmente voltada para o trigo.

Em decorrência do ciclo da mineração, não só ali, como em outros Estados, surgiu a demanda de animais para o serviço de transporte, tornando-se a Região Sul a principal fornecedora e com isso propiciando a abertura de caminhos por onde passavam as tropas. Em conseqüência, formaram-se invernadas por todo o trajeto, além de pontos de repouso, os quais, mais tarde, transformaram-se em arraiais, berços de futuras vilas e cidades.

É a fase do tropeirismo, plantando os alicerces da atividade pecuária.

Grande desenvolvimento viria com a abertura do chamado *Caminho de Viamão,* que ligava pelo planalto o estuário do Guaíba a Sorocaba, em São Paulo, cruzando os campos de Vacaria, Lages e Curitiba, nos Estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná.

Assim, de um período ainda sem autonomia política, considerado como *lugar de passagem,* verdadeira ponte entre o Centro e o Sul, palmilhada pelo tropeiro em sua função de intermediário na venda de animais, surge uma nova fase para o Paraná, cujo território foi desmembrado de São Paulo em 1853.

À decadência da mineração e à queda dos negócios com animais, segue-se o *ciclo do mate* que atingiu sua maior expressão com a conquista do mercado externo, exportando-se a erva cancheada para Argentina, Uruguai e Chile.

O declínio da atividade ervateira possibilitou a diversificação da economia paranaense, que passou a não mais depender de uma única fonte. Assim é que, enquanto as vastas florestas paranaenses e os grandes pinheirais nativos impulsionavam a expansão madeireira, no nordeste do Estado iniciava-se a cultura do café como simples prolongamento da lavoura cafeeira paulista, mas que veio a ganhar apreciável alento após o Convênio de Taubaté, em 1906, quando o Governo de São Paulo passou a adotar medidas visando a limitar as colheitas, o que forçou a transferência dos produtores para o Paraná.

Outro marco significativo na história econômica do Paraná é a ligação ferroviária entre Paranaguá e Curitiba — executada entre 1880 e 1885 — que tornou mais fácil o escoamento da produção agrícola e a expansão das atividades comerciais, antes dependentes do precário *Caminho da Graciosa,* mandado abrir em 1807, ligando Curitiba ao litoral.

A fertilidade do solo, cujas terras roxas tornaram realidade o sonho de muitos, e uma política de povoamento bem conduzida permitiram rápido crescimento da população paranaense, a qual provém, principalmente, de duas correntes migratórias. De um lado, imigrantes eslavos (ucranianos e poloneses), alemães e italianos, que desenvolveram parreirais, lavouras de linho, de aveia, de centeio, de cevada, de batata inglesa; incrementaram a triticultura e elevaram a produção de suínos, leite e laticínios. E, de outro, deslocamentos internos de verdadeiras massas

humanas, notadamente no período de 1940/60 quando, aproximadamente, dois milhões de brasileiros se fixaram no Paraná, Estado que, hoje, detém o 4.º lugar dentre os maiores contingentes demográficos do País.

Curitiba, antes mesmo da emancipação política do Estado, se afirmou como *centro de irradiação e de influência,* disputando com Paranaguá — expressiva pelo seu intenso comércio e porto de grande movimento — as honras de pólo de maior significação da economia paranaense.

Atualmente, o Paraná ostenta o segundo lugar no total das exportações do País, apenas com o produto da agricultura, que possui condições de dar suporte ao surto de industrialização que ora se verifica naquele Estado.

Por seu turno, o início das atividades econômicas em Santa Catarina remonta ao século XVIII, com o transporte de gado e efetivo povoamento do território, cuja ocupação mais se acentuou com o estabelecimento de imigrantes alemães e italianos, a partir do século XIX, nos vales do Itajaí e do Tijucas e, posteriormente, no litoral Sul.

Os imigrantes que se radicaram no Vale do Itajaí introduziram as atividades fabris, com predominância da indústria têxtil, enquanto que os que se localizaram no Sul, e depois no interior, dedicaram-se à exploração agropecuária.

A ocupação do oeste catarinense, em época mais recente, foi promovida por descendentes de alemães e italianos originários do Rio Grande do Sul que firmaram sua base econômica na agricultura e na suinocultura.

Nas primeiras décadas do século XX, Santa Catarina era uma região essencialmente agrícola, não obstante os surgimentos industriais no Vale do Itajaí e no nordeste do Estado, em Joinville.

WALTER PERACCHI BARCELLOS

Nasceu em Porto Alegre, em 1907. Em 1922, era Praça da Brigada Militar de seu Estado.

Possui o Curso Superior de Formação de Oficiais da Brigada Militar do Rio Grande do Sul e o de Aperfeiçoamento da Escola de Oficiais do Exército.

Chegou ao posto de Coronel, em 1949, e Comandante-Geral da Brigada Militar.

Chefe da Casa Militar de dois Governadores do Rio Grande do Sul (Cordeiro de Farias e Ernesto Dornelles).

Iniciou sua carreira política em 1947.

Foi Deputado Estadual em duas legislaturas, 1951 e 1955.

Deputado Federal, Vice-Líder da Bancada Nacional do Partido Social Democrático e Presidente da Comissão de Finanças da Câmara.

Secretário de Estado do Interior e Justiça e Secretário da Fazenda do Governo do Rio Grande do Sul.

Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho e Previdência Social, no Governo Castello Branco.

Governador do Estado do Rio Grande do Sul, no quatriênio 1967/1971.

Possui diversas condecorações, onde se destacam a Grã-Cruz da Ordem do Mérito Rio Branco; a Grã-Cruz da Ordem do Mérito do Trabalho; a Ordem do Mérito Militar, no grau de Grande Oficial; a Ordem do Mérito Aeronáutico; a Ordem do Mérito Naval e a Medalha do Mérito Tamandaré.

Foi agraciado pelo Governo Italiano com a Ordem do Mérito, no grau de Grande Oficial, e com a Stella della Solidarietá, de Primeira Classe.

Diretor Operacional da Sexta Região — Paraná e Santa Catarina — do Banco do Brasil, desde 1971.

A partir da Primeira Guerra Mundial e da crise de 1929, as indústrias têxtil, alimentar e madeireira passaram a tomar expressão na economia catarinense. Ao findar a Segunda Guerra novo surto de progresso surgiu trazendo o aprimoramento do ramo têxtil e a implantação das atividades metalúrgicas, mecânicas, de equipamento elétrico, de papel e papelão.

Mesmo com a diversificação da atividade industrial no pós-guerra, cabe destaque ao setor alimentar, em decorrência de boas bases estruturais na produção agropecuária do Estado.

A exploração agrícola, caracterizada pela predominância do minifúndio, está disseminada em todo o território catarinense, mais acentuadamente na região Oeste e no Planalto. Nesta, também é expressiva a pecuária bovina, ao contrário do Oeste onde se destaca a suinocultura.

O Banco do Brasil sempre se manteve atento a evolução daquelas Unidades da Federação. Basta assinalar que, quando contava apenas com a Matriz e 7 Agências, em todo o País, o Banco implantou, em janeiro de 1916, a sua filial de Curitiba. Em setembro do mesmo ano, inaugurava a filial de Florianópolis, já, então, dispondo de uma rede de 14 dependências. Em 1918, instalou a Agência de Ponta Grossa, e, em 1919, a de Joinville. De lá para cá, o Banco vem impondo cada vez mais sua presença no Paraná e em Santa Catarina, impulsionando com sua decisiva ajuda creditícia o desenvolvimento desses dois Estados.

Num último levantamento, a 6.ª Região dispunha de 107 agências assim distribuídas:

Paraná — 60 em funcionamento e 7 em instalação;
Santa Catarina — 37 em funcionamento e 3 em instalação.

ASPECTOS DA ECONOMIA REGIONAL

Café — O Paraná retornou à liderança na produção cafeeira do Brasil, estando previsto que, na safra 1974/75, aquele Estado contribuirá com a expressiva parcela de 10,2 milhões de sacas de café beneficiado, do total de 26,4 milhões, conforme se verifica do seguinte quadro:

Estado	Milhões de Sacas
Paraná	10,2
São Paulo	9,8
Minas Gerais	4,7
Espírito Santo	1,2
Outros	0,5

Depois de atravessar uma fase de acentuado decréscimo, o parque cafeeiro nacional começou a experimentar bom índice de crescimento a partir de 1970/71, em decorrência da implantação de novas lavouras de café através do Plano de Renovação e Revigoramento de Cafezais, instituído pelo IBC. De 1971 a 1973, houve um aumento de 441 milhões de árvores, passando a totalizar 2.712 milhões de pés, dos quais 904 milhões no Paraná (33,3%), distribuídos em 723 milhões de cafeeiros adultos e 181 milhões de cafeeiros novos.

Para tanto, contribuiu o Banco decisivamente ao instituir condições especiais para prestação de assistência financeira a lavouras cafeeiras atingidas pelas geadas em 1972 e que, em conseqüência do fenômeno, não comportassem empréstimos para o respectivo custeio dentro das bases estabelecidas para as culturas normais. Como requisito essencial

para concessão dessas operações, ficou estabelecido que só seriam beneficiadas as lavouras que apresentassem evidente perspectiva de voltar a produzir economicamente já na safra seguinte (período agrícola 73/74), respeitados, ainda, índices mínimos de produtividade. Além disso, facultou-se aos cafeicultores prejudicados a concessão de empréstimos para cultivo de lavouras de feijão ou de milho, arroz, girassol e amendoim, intercaladas nas áreas ocupadas pelos cafezais geados.

Diante da importância que representa o café para a economia brasileira — tendo propiciado, ano passado, receita cambial da ordem de 1.340 milhões de dólares — a assistência do Banco à cafeicultura abrange desde os primeiros tratos culturais até a comercialização do produto nos centros consumidores internos e sua exportação para os mercados mundiais.

Esses financiamentos são realizados, não só com recursos próprios do Banco, como também, através daqueles alocados para execução do Plano de Renovação e Revigoramento de Cafezais, programa que concede estímulos especiais ao plantio de novas lavouras de café, à instalação de viveiros e formação de mudas, à recepa de cafeeiros e, ainda, à aquisição de fertilizantes, defensivos e equipamentos de defesa fitossanitária, por conta do qual a Sexta Região efetuou, no período agrícola 1973/74, contratações globais da ordem de Cr$ 262 milhões (posição em 31.05.74), conforme demonstrativo a seguir:

BANCO DO BRASIL S.A. – SEXTA REGIÃO
Plano de Renovação e Revigoramento de Cafezais
Em Cr$ mil

Discriminação	Fertilizantes/Corretivos						Defensivos					
	Período 1972/73			Período 1973/74			Período 1972/73			Período 1973/74		
	Contratos	Valor	Saldo Devedor (1)	Contratos	Valor	Saldo Devedor (2)	Contratos	Valor	Saldo Devedor (1)	Contratos	Valor	Saldo Devedor (2)
Sexta Região	9.034	79.308	75.133	8.792	110.129	103.679	4.448	45.422	34.425	8.061	75.322	69.427
BRASIL	21.879	172.154	164.822	21.151	243.722	232.147	12.786	115.995	95.226	15.080	151.492	133.616

Discriminação	Equipamento Fitossanitário						Formação de Lavouras					
	Período 1972/73			Período 1973/74			Período 1972/73			Período 1973/74		
	Contratos	Valor	Saldo Devedor (1)	Contratos	Valor	Saldo Devedor (2)	Contratos	Valor	Saldo Devedor (1)	Contratos	Valor	Saldo Devedor (2)
Sexta Região	4.778	45.418	39.616	5.718	42.242	40.578	2.612	159 576	83.832	639	32 469	14.146
BRASIL	14.812	132.056	118.382	11.074	76.624	74.264	14.371	724.641	386.393	8.625	350.168	182.515

Discriminação	Recepa e Decote de Cafezais						Viveiros e Mudas					
	Período 1972/73			Período 1973/74			Período 1972/73			Período 1973/74		
	Contratos	Valor	Saldo Devedor (1)	Contratos	Valor	Saldo Devedor (2)	Contratos	Valor	Saldo Devedor (1)	Contratos	Valor	Saldo Devedor (2)
Sexta Região	3	12	8	27	216	194	92	4.570	4.398	45	1.983	1.890
BRASIL	115	614	543	88	531	508	522	21.395	20.644	386	13.868	13.365

1) Posição em 31.05.73
2) Posição em 31.05.74

A crescente assistência da Carteira Rural aos cafeicultores, não só em número de contratos como no substancial incremento dos créditos concedidos no Paraná, está resumida no quadro seguinte:

Ano	Contratos	Valor — Cr$
1971	15.192	195.871
1972	22.893	321.448
1973	26.324	471.740

De outra parte, também a Carteira de Crédito Geral, no Setor Comercial, vem ensejando maciço apoio ao produto, sendo que, em 31.05.74, o saldo das aplicações da espécie atingia a cifra de Cr$ 307.623 mil.

Soja — A soja era praticamente desconhecida no Paraná, há dez anos, sendo hoje a oleaginosa que reúne amplos aspectos de motivação na área rural, notadamente pelas perspectivas geradas pelo mercado externo, sujeito a flutuações de preços e a outras contingências que aconselham moderação na **euforia** com que muitos se lançaram àquela leguminosa. Com a crescente produção, o Brasil coloca-se em terceiro lugar entre os maiores produtores mundiais, após os Estados Unidos da América e a China.

A exemplo do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina dispõem de solo propício para as culturas de soja, bem assim para o rodízio com o trigo. Dessa forma, a mesma área utilizada na triticultura, no inverno, é aproveitada para o plantio da soja e outras lavouras, no verão, ensejando com isso não só grande estímulo aos produtores, como possibilidades de recuperação em eventuais insucessos de suas atividades.

A excelente produção paranaense estimada em 2.170 mil toneladas, no período 73/74, decorre da área plantada nesta safra (1.120 mil ha), que experimentou um incremento sobre a anterior da ordem de 48%. A produtividade da lavoura, entretanto, permaneceu idêntica à do ano agrícola anterior devido à invasão de ervas daninhas e ataques de pragas propiciados pelas prolongadas chuvas de março de 1974. Em Santa Catarina a estimativa de colheita é de 400 mil toneladas, neste ano.

Atento ao crescimento vertiginoso dessa lavoura, o Banco ampliou consideravelmente sua assistência ao sojicultor.

Assistência à Lavoura de Soja

ANO	PARANÁ		SANTA CATARINA		6.ª REGIÃO	
	Contratos	Cr$ Mil	Contratos	Cr$ Mil	Contratos	Cr$ Mil
1971	3.962	56.482	294	2.021	4.256	58.503
1972	4.633	127.370	312	4.834	4.945	132.204
1973	5.519	276.475	834	21.402	6.353	297.877

Trigo — Em decorrência de anormalidades climáticas ocorridas em fins de 1972, acarretando generalizada quebra na produção de trigo, o Banco adotou em 1973 medidas especiais com vistas a aliviar as dificuldades financeiras dos agricultores financiados. Permitiu-se aos produtores dispor livremente de parte da colheita obtida esquematizando a reposição dos débitos decorrentes tanto de operações de custeio de lavouras, como de investimentos, cujo resgate estivesse vinculado aos resultados das explorações tritícolas.

Esse apoio ensejou reflexos favoráveis, como se verifica pela comparação, a seguir, da área plantada, no Estado do Paraná:

1972 – 375.000 ha.
1973 – 310.000 ha.
1974 – 500.000 ha.,

bem assim pelo crescimento da produção, de 450.000 toneladas em 1973 para uma previsão de 730.000 toneladas em 1974.

Do mesmo modo, a produção em Santa Catarina, embora de menor porte, experimentou um acréscimo de 100%, passando de 30 mil para 60 mil toneladas, em 1974.

Considerando a importância que este cereal representa para a balança comercial brasileira, o Banco vem estimulando os esforços despendidos no sentido de diminuir os encargos que a importação do produto acarreta. Assim, no âmbito da Sexta Região (Setor Rural), no triênio 71/73, foram concedidos créditos nos valores de Cr$ 42.299 mil, Cr$ 84.058 mil e Cr$99.230 mil, respectivamente. Em 1974, até fim de maio, tais empréstimos já atingiam Cr$ 27.790 mil.

Milho – Com os novos estímulos do Governo Federal, a produção de milho, que se vinha mantendo estacionária, deverá experimentar na safra em curso um crescimento da ordem de 15%, propiciando, inclusive, a formação de excedentes exportáveis.

No Paraná, a estimativa da safra 73/74 é de 3.430 mil toneladas, envolvendo um acréscimo de 13,4% na produção sobre o período anterior e de 23,8% na produtividade. Já em Santa Catarina, deverão ser colhidas no período 73/74 aproximadamente 2 milhões de toneladas, o que representa um incremento de 17,6% em relação à safra passada.

No setor rural, a assistência do Banco a essa lavoura está assim expressa:

ANO	PARANÁ		SANTA CATARINA		6.ª REGIÃO	
	Contratos	Cr$ Mil	Contratos	Cr$ Mil	Contratos	Cr$ Mil
1971	16.284	52.512	8.440	23.314	24.724	75.826
1972	15.958	68.033	9.315	24.903	25.273	92.936
1973	17.765	142.588	9.645	39.190	27.410	181.778

Algodão – A produção brasileira vem declinando nos últimos anos, apesar dos incentivos proporcionados à lavoura algodoeira.

Todavia, com a recente crise do petróleo e conseqüente escassez das fibras sintéticas, esta tendência poderá inverter-se, a fim de atender à demanda dos mercados interno e externo.

No Paraná, confirmando o quadro geral, a safra 73/74 ostenta ligeira queda na área plantada e bem assim um pequeno decréscimo na produção, estimando-se uma colheita de 395.700 toneladas.

Assistência à Lavoura de Algodão

1971		1972		1973	
Contratos	Cr$ Mil	Contratos	Cr$ Mil	Contratos	Cr$ Mil
5.372	56.737	4.829	72.110	4.474	111.556

Feijão — Em face da escassez ocorrida no mercado interno, foram ampliados os estímulos financeiros para o cultivo dessa leguminosa. Tal política, aliada ao bom preço alcançado na safra passada e às boas condições climáticas, propiciou uma produção de 622 mil toneladas no Paraná e de 120 mil toneladas em Santa Catarina, no ano agrícola 73/74.

Assistência à Lavoura do Feijão

Estado	1971		1972		1973	
	Contratos	Cr$ Mil	Contratos	Cr$ Mil	Contratos	Cr$ Mil
Paraná	1.873	7.875	2.173	10.613	4.386	38.486
S. Catarina	351	1.218	192	766	2.323	6.538

Outros Produtos — Além das lavouras citadas, a economia regional se beneficia ainda com a produção de diversas outras culturas, onde se destacam as de amendoim, arroz, batata e mandioca, cuja colheita, na safra 72/73 em confronto com a estimativa do período agrícola 73/74, está assim configurada:

PRODUTO(*)	PARANÁ		SANTA CATARINA	
	72/73	73/74	72/73	73/74
Amendoim	28.600	29.200	—	—
Arroz	624.500	601.100	240.000	250.000
Batata	283.050	486.700	100.000	110.000
Mandioca	—	—	2.800.000	2.600.000

(*) Em toneladas

Para o custeio dessas e de outras lavouras, também expressivas no âmbito da Sexta Região, não tem faltado a assistência do Banco, aspecto demonstrado no quadro a seguir, que retrata os créditos concedidos, no triênio 1971/73, pela Carteira de Crédito Rural:

Produtos	1971		1972		1973	
	Contratos	Cr$ Mil	Contratos	Cr$ Mil	Contratos	Cr$ Mil
PARANÁ						
Amendoim	1.333	5.811	483	3.437	355	2.907
Arroz	1.569	11.875	2.323	26.203	1.989	45.810
Batata	1.228	6.509	1.192	9.056	1.292	18.072
Cana-de-Açúcar	—	—	—	—	31	5.444
Mandioca	188	795	476	2.713	281	2.229
S. CATARINA						
Arroz	2.957	11.081	3.125	14.259	3.006	17.155
Batata	327	2.429	334	4.553	431	3.616
Cana-de-Açúcar	32	538	255	1.438	122	1.385
Fumo	5.189	9.636	4.864	11.691	5.959	17.573
Mandioca	4.761	8.897	6.451	14.743	5.274	15.519

Com relação à agroindústria canavieira, embora pequena a participação relativa da região, o Plano da safra 1974/75, expedido pelo I.A.A., autoriza a produção de 3 milhões de sacas de açúcar no Paraná e 700 mil em Santa Catarina.

O Banco, na qualidade de agente financeiro do I.A.A., vem promovendo os financiamentos do Fundo de Racionalização da Agroindústria Canavieira da Região Centro-Sul — FURAISUL, bem assim do Fundo para o Programa de Apoio à Agroindústria Açucareira — FUNPROÇÚCAR, superando as contratações a cifra de Cr$ 180 milhões na Sexta Região, ainda em fase de utilização, registrando o balancete de 31.05.74, aplicações de Cr$ 75.796 mil à conta do FURAISUL e de Cr$ 2.483 mil do FUNPROÇÚCAR, no Estado do Paraná.

Com recursos próprios, na área da Sexta Região, a assistência do Banco ao setor importava, na mesma data, em Cr$ 1.832 mil, na Carteira de Crédito Rural e em Cr$ 4.595 mil, na de Crédito Geral.

PREÇOS MÍNIMOS

Na qualidade de executor da política de sustentação dos preços mínimos, instituiu o Banco, no Paraná e em Santa Catarina, Coordenadorias visando a dinamizar as operações da espécie e conscientizar os agricultores das vantagens propiciadas, dentre as quais ressalta a proteção da renda do produtor rural. Ao se valerem desse dispositivo, armazenando sua produção, os agricultores ficam em melhor situação financeira para enfrentar as suas necessidades, enquanto aguardam a melhoria conjuntural dos preços de entressafra.

Longe, porém, de favorecer manobras especulativas, o objetivo precípuo dessa política é o de impedir o aviltamento das cotações nas fontes produtoras e de formar estoques reguladores que evitem flutuações prejudiciais nos centros consumidores.

A fécula e a farinha de mandioca, por exemplo, tiveram seus preços situados em níveis bastante inferiores aos mínimos que vieram a ser fixados. No tocante à fécula, a medida surtiu os efeitos esperados, ao passo que relativamente à farinha, o quadro pré-existente não se modificou, vindo a Comissão de Financiamento da Produção a adquirir aproximadamente 1.100 mil sacos, evitando, assim, crise de graves conseqüências.

Na execução da política de preços mínimos, nos Estados do Paraná e de Santa Catarina, o Banco apresenta os seguintes totais:

ESTADOS Especificação Produtos	1971		1972		1973	
	Contratos	Cr$ Mil	Contratos	Cr$ Mil	Contratos	Cr$ Mil
PARANÁ	**1.732**	**95.491**	**2.158**	**228.154**	**1.643**	**211.074**
Algodão	227	51.359	236	90.255	116	67.759
Amendoim	59	4.616	35	5.652	2	675
Arroz	101	2.964	318	9.544	543	30.281
Feijão	345	2.181	388	10.478	37	1.071
Mamona	17	1.506	6	653	14	2.092
Milho	381	4.609	695	16.704	852	37.935
Soja	326	18.748	326	79.302	28	67.748
Outros	276	9.508	154	15.566	51	3.513
S. CATARINA	**205**	**20.011**	**351**	**40.076**	**973**	**73.025**
Arroz	107	9.503	140	17.906	153	24.994
Feijão	37	3.507	45	3.587	1	32
Mandioca	9	406	65	2.279	769	40.447
Milho	15	1.211	30	2.408	41	6.871
Soja	22	4.237	51	11.752	1	184
Outros	15	1.147	20	2.144	8	497

A menor incidência, em 1973, das operações de soja, deve-se à instituição pelo Banco de linha especial de crédito destinada a financiar a estocagem daquele produto, da safra 1972/73, seguindo, contudo, os mesmos critérios básicos dos negócios da Política de Preços Mínimos. Naquela modalidade foram concedidos, em 1973, créditos no montante de Cr$ 145.555 mil no Paraná e de Cr$ 25.431 mil em Santa Catarina.

Em face dos bons preços vigentes na safra, outros produtos, como o feijão, não apresentaram maior demanda de crédito através dessa política de sustentação.

PROGRAMAS ESPECIAIS

Estrutura de Armazenagem — PRODESAR

Com recursos próprios e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD, vem o Banco implementando o Projeto de Desenvolvimento de Estrutura de Armazenagem — PRODESAR — programa financeiro destinado a auxiliar a realização de inversões fixas para instalação, ampliação, reforma ou equipamento de armazéns e silos, destinados à guarda ou beneficiamento de arroz, feijão, milho, soja e trigo.

Objetivando conferir mais dinamismo à realização dos financiamentos da espécie, quando solicitados por produtores, para execução de projetos de menor vulto, que beneficiem suas propriedades rurais, decidiu o Banco simplificar substancialmente os procedimentos concernentes ao exame e solução das operações.

Dada a carência de instalações de armazenagem em número suficiente para acondicionar as crescentes safras agrícolas, a Sexta Região, que jurisdiciona área eminentemente rural, empresta decidido apoio aos projetos que lhe são submetidos, razão por que, em maio/74, ocupava o segundo lugar nas aplicações do PRODESAR com a cifra de Cr$ 44.423 mil.

Fruticultura de Clima Temperado — PROFIT

Projeto pioneiro e dos mais arrojados, implantado no Estado de Santa Catarina, objetiva decisivamente o aumento da produção de frutas de clima temperado no País, beneficiando uma atividade que exige tecnologia avançada e cujos resultados só aparecem, de forma significativa, anos após sua fundação.

O programa para execução no período de 1970 a 1975 prevê a formação de 6.300 ha. de macieiras, ameixeiras, pereiras, nectarinas etc. — em 1973 já haviam sido plantados 5.200 ha. —, beneficiando preferentemente pequenos e médios agricultores, contando com assistência técnica da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina — ACARESC — e contribuindo para transformar o minifúndio anti-econômico em uma empresa rural, por essa mudança de atividade.

Os financiamentos destinam-se às seguintes inversões:

a. formação de lavouras permanentes de árvores frutíferas de clima temperado, que só produzem economicamente depois de decorridos três anos;
b. custeio da produção de mudas de árvores frutíferas de clima temperado;
c. custeio de culturas intercalares em pomares de árvores de clima temperado;

d. melhoramentos relacionados com a atividade frutícola, de modo especial os que digam respeito à recuperação e defesa do solo.

Compreendem, pois, os gastos com trabalhos de preparo do solo, correção, aquisição de mudas, plantio, adubação, tratamentos fitossanitários e tratos culturais.

De grande importância sócio-econômica para a região, o projeto de fruticultura vem apresentando resultados verdadeiramente surpreendentes, já que a produção de frutas tem permitido a elevação, em escala crescente, do nível de vida dos agricultores da área, com reflexos altamente positivos em todos os setores da economia, não havendo nenhum problema no tocante ao escoamento das safras, rapidamente comercializados.

As perspectivas são bastantes alentadoras, estimando-se para a safra 73/74 a seguinte produção:

Fruticultura	Toneladas
Maçã	1.350
Ameixa	130
Pêssego	110
Nectarina	290
Uva	35.000

Devido à magnitude do programa, o Banco, além dos recursos inicialmente alocados pelo Banco Central, investiu verbas ordinárias, atingindo tais aplicações, em 31.05.74, a soma de Cr$ 5.990 mil.

SILVICULTURA

A exploração madeireira desordenada e uma agricultura baseada em métodos irracionais devastaram grande parte das florestas naturais da região, esgotando a fertilidade do solo e provocando a erosão da camada agricultável.

Com o melhor esclarecimento do homem do campo, através de campanhas elucidativas e com a execução da política de incentivos fiscais para o reflorestamento, surge no Brasil a mentalidade florestal a exemplo da existente em países desenvolvidos.

Em conseqüência, verifica-se o interesse dos meios empresariais na ampliação de novas florestas, onde se destacam essências exóticas de rápido crescimento como o **pinus** e o eucalipto. O programa de reflorestamento já resultou no plantio de 450 milhões de árvores no Paraná e de 350 milhões, em Santa Catarina. A assistência do Banco a essa atividade importava, em 31.05.74, em Cr$ 2.010 mil, no Paraná e em Cr$ 31.420 mil, em Santa Catarina.

BOVINOCULTURA

Os dados dos censos agropecuários evidenciam o significatívo aumento de 131% no rebanho bovino da Sexta Região, sendo que no Paraná o plantel praticamente triplicou durante a década dos 60, como se verifica a seguir:

Estados	1960	1970	VARIAÇÃO	
			Absoluta	Percentual
Paraná	1.666	4.681	3.015	181%
Santa Catarina	1.202	1.956	754	63%
Totais	**2.868**	**6.637**	**3.759**	**131%**

Paralelamente a esse crescimento, os pecuaristas da região vêm procurando melhorar seus rebanhos, com a aplicação de métodos avançados, tais como inseminação artificial, engorda em confinamento e seleção de reprodutores de alta linhagem e matrizes, para o que muito contribui a realização periódica, na área, de exposições-feira.

Os créditos concedidos à bovinocultura, no triênio 71/73, assim se expressam:

BANCO DO BRASIL S.A. – Sexta Região
Créditos concedidos

ANO	PARANÁ		SANTA CATARINA		6.ª REGIÃO	
	Contratos	Cr$ Mil	Contratos	Cr$ Mil	Contratos	Cr$ Mil
1971	1.842	36.476	2.104	9.823	3.946	46.299
1972	2.504	59.673	1.866	11.551	4.370	71.224
1973	2.597	79.009	1.726	15.507	4.323	94.516

CONDEPE

As atividades pecuárias receberam benéfico impulso com a criação, em 1967, do Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária – CONDEPE – que coordenou a implantação de programa específico em favor da pecuária de corte, através de crédito a longo prazo e assistência técnica.

O objetivo básico do programa é a promoção do aumento da produtividade dos plantéis bovino e ovino nas principais regiões produtoras, definindo como sua área de atuação o Centro-Sul.

Uma das metas do CONDEPE consiste em elevar o desfrute de nosso rebanho de 12% para 25%, procurando assim atingir percentuais alcançados em alguns países do Hemisfério Sul, como o Uruguai (22%), a Argentina (30%) e a Austrália (26%).

A assistência prestada com recursos do CONDEPE permite a formação de pastagens mais produtivas, a construção de cercas e instalações de aguadas, o manejo do rebanho, a utilização de reprodutores de alto padrão zootécnico, estando também em seus objetivos o controle sanitário do gado.

As aplicações do Banco no Paraná e em Santa Catarina, com recursos do CONDEPE, alcançavam, em maio/74, o montante de Cr$ 6.326 mil.

Como decidido pelo Conselho Monetário Nacional, o CONDEPE traçou as diretrizes e coordenou o *Programa de Estímulos Técnicos e Financeiros para o Desenvolvimento da Pecuária Leiteira,* criado em maio de 1973 e que se estende às bacias leiteiras dos Estados da região Centro-Sul do País, atendendo técnica e financeiramente aos produtores, com financiamentos a longo prazo e juros favorecidos.

Com recursos desse Programa, a Sexta Região já havia aplicado, em 28.06.74, a soma de Cr$ 14.902 mil, estando, por outro lado, comprometido para breve contratação o montante de Cr$ 41.279 mil, assim distribuídos:

Estados	Parcela Aplicada (Cr$ Mil)	Propostas em Estudo (Cr$ Mil)
Paraná	7.695	21.680
Santa Catarina	7.207	19.599
Total	14.902	41.279

SUINOCULTURA

O rebanho suíno situava-se, conforme dados de 1970, ao redor de 8.700 mil cabeças no Paraná e 5.400 mil em Santa Catarina, concentrando-se nas regiões de maior produção de milho, principal componente da alimentação desses animais.

A nova conjuntura do mercado, com a penetração maciça de óleos vegetais, vem impondo uma reformulação básica na suinocultura, visando a transformar a carne suína no produto principal e a banha em subproduto. A substituição gradual do porco-banha por outros tipos que ensejem a produção de carne vem processando-se, paralelamente à adoção de práticas racionais de criação, formando assim condições propícias para a expansão do setor.

No decisivo apoio do Banco à atividade, estão incluídos estímulos para a melhoria das raças, através da importação de reprodutores de alta linhagem, reaparelhamento de instalações, realização de exposições-feiras, entre outras medidas.

BANCO DO BRASIL S. A. — Sexta Região
Assistência à Suinocultura

ANO	PARANÁ		SANTA CATARINA		6ª REGIÃO	
	Contratos	Cr$ Mil	Contratos	Cr$ Mil	Contratos	Cr$ Mil
1971	1.950	7.607	3.187	10.614	5.137	18.221
1972	1.819	14.267	6.437	26.150	8.256	40.417
1973	1.570	18.031	4.952	33.405	6.522	51.436

AVICULTURA

O crescimento da exploração avícola contribui paulatinamente para a melhor diversificação da dieta alimentar do povo brasileiro que consome, sobretudo, proteínas animais provenientes da carne bovina.

Daí, o interesse que o Banco vem demonstrando na assistência à atividade.

Assistência à Avicultura

ESTADOS	1971		1972		1973	
	Contratos	Cr$ Mil	Contratos	Cr$ Mil	Contratos	Cr$ Mil
PARANÁ	302	5.072	371	8.040	534	15.571
S. CATARINA	64	2.722	93	7.303	240	31.039

A recente evolução da avicultura em Santa Catarina tende a situar o Estado, a curto prazo, entre os maiores produtores do País.

Estima-se que o abate atual, da ordem de 11 milhões de aves (10,2 milhões de frangos), deverá subir a 44 milhões em 1976, com a instalação de cinco novos abatedouros localizados no oeste catarinense.

Esse expressivo desenvolvimento é fruto sobretudo dos grandes investimentos realizados pelas empresas frigoríficas, sob o sistema de integração vertical (agro-indústria), estimulados por incentivos fiscais, facilidades de crédito e assistência técnica, com efetiva participação do Governo do Estado. Os complexos industriais compreendem a produção de aves de um dia, fábrica de rações balanceadas, abate, industrialização e estocagem de frangos e perus.

PESCA

As atividades pesqueiras vêm apresentando evolução de uma fase anteriormente apenas artesanal para outra em que são aplicados os mais sofisticados recursos tecnológicos, com embarcações dotadas de sonar, eco-batímetro, radar etc., conquanto ainda se apontem descompassos no suprimento de pescado às instalações de terra, que aparentemente teriam sido superdimensionadas.

Buscando corrigir certas distorções, estão sendo empreendidos esforços com vistas a melhorar a produtividade dos barcos, inclusive mediante a capacitação técnica do pessoal e a realização de pesquisas sobre os mananciais pesqueiros, ocorrências cíclicas das espécies e outros estudos adequados. Vale mencionar, como exemplo da imaginação e do entusiasmo que animam o setor, a criação artificial de camarões.

A pesca é variada e abundante nos 531 km da faixa litorânea catarinense. Sardinhas, anchovas, cações, tainhas e camarões são as espécies mais pródigas. Em 1973, foram capturadas em águas catarinenses aproximadamente 65 mil toneladas de pescado.

Os estaleiros implantados na região vêm acrescentando novas unidades à frota pesqueira nacional e, numa demonstração da alta tecnologia já alcançada, têm exportado suas embarcações para o Uruguai, Equador e Estados Unidos da América, com reflexos benéficos sobre a nossa balança comercial. Para complementação do complexo pesqueiro, os portos de Laguna e de Itajaí estão sendo aparelhados para funcionar como terminais especializados.

O Banco não faltou com seu amplo e decidido apoio ao setor, mediante financiamentos destinados à implantação, reforma, ampliação, modernização, aquisição de barcos e equipamentos para captura, não apenas com recursos próprios como utilizando os do Fundo de Desenvolvimento de Industrialização de Produtos Agropecuários e de Pesca — FUNDIPRA. E, presentemente, mantém assistência especial que beneficia pescadores, suas cooperativas e pequenas indústrias de pesca, com inversões relacionadas com a manutenção e incremento das atividades pesqueiras, atuando ainda em sintonia com o convênio firmado com a Associação de Crédito e Assistência Rural à Pesca em Santa Catarina — ACARPESC.

A política de captação de recursos oriundos de incentivos fiscais vem sendo coordenada pela SUDEPE através do estudo e aprovação de projetos especializados, abrangendo todas as fases da exploração da pesca. No âmbito da Sexta Região, procura-se acompanhar o esforço desenvolvido pelas autoridades governamentais para intensificar a produção, melhorar a produtividade da pesca e corrigir eventuais desequilíbrios nesse campo de atividade.

COOPERATIVISMO

O sistema cooperativista, mundialmente reconhecido como importante instrumento de progresso econômico, vem merecendo, da parte das Autoridades, especial atenção, visando a propiciar aos produtores rurais meios que assegurem a comercialização de suas safras aos preços normais de mercado.

Esse apoio, aliado a fatores que decorrem da origem étnica dos agricultores paranaenses e catarinenses, faz com que frutifique o ideal cooperativista na Região, onde os estabelecimentos da espécie são superiores a trezentos.

Tradicionalmente, o Banco vem propiciando a tais associações toda a assistência possível, incentivando sua organização e financiando, de forma ampla, suas atividades, sendo que, em 31.05.74, a assistência creditícia global, na área da Sexta Região, era de Cr$ 433.398 mil, assim discriminada:

CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL	Cr$ mil	Cr$ mil
PARANÁ		
Cooperativas de Produção Agrícola	270.926	
Cooperativas de Produção Animal	5.595	276.521
SANTA CATARINA		
Cooperativas de Produção Agrícola	28.129	
Cooperativas de Produção Animal	19.166	47.295
		323.816

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL	Cr$ mil	Cr$ mil
PARANÁ		
Cooperativas de Produção Agrícola	91.858	
Cooperativas de Produção Animal	554	
Cooperativas de Produção Industrial	10.177	102.589
SANTA CATARINA		
Cooperativas de Produção Agrícola	6.156	
Cooperativas de Produção Animal	741	
Cooperativas de Produção Industrial	96	6.993
		109.582

Nas operações de refinanciamento de maior vulto, o Banco participa também com a designação de funcionários para atuar permanentemente junto às cooperativas, a fim de assegurar a eficiente aplicação e liquidez dos negócios.

Sintetizando o que até agora foi relatado sobre o Setor Primário da economia regional e a atuação do Banco, segue-se o resumo da evolução dos créditos concedidos, no triênio 71/73:

BANCO DO BRASIL S.A – SEXTA REGIÃO
Créditos Concedidos pela Carteira de Crédito Rural
Cr$ mil

ESTADOS	1971		1972		1973	
PARANÁ						
– Setor Agrícola	749.491		1.485.785		2.272.025	
– Setor Pecuário	54.589	804.080	90.226	1.576.011	173.590	2.445.615
SANTA CATARINA						
– Setor Agrícola	151.207		230.716		339.134	
– Setor Pecuário	29.893	181.100	54.733	285.449	139.623	478.757
SEXTA REGIÃO		985.180 (100)		1.861.460 (189)		2.924.372 (296)

Nota: 1971 = (100)

Paralelamente a essa assistência, realizada com capitais próprios, beneficia-se o setor secundário de linhas especiais oriundas de recursos externos ou de convênios firmados pelo Banco e que suplementam suas crescentes necessidades de crédito para investimento e também para o giro de seus negócios.

PRINCIPAIS PROGRAMAS E FUNDOS

		Cr$ Mil
FUNDECE	– *Fundo de Democratização do Capital das Empresas*	*5.882*
FDI	– *Fundo de Desenvolvimento Industrial*	*5.602*
FUNDIPRA	– *Fundo de Desenvolvimento da Industrialização de Produtos Agropecuários e de Pesca*	*24.136*
FIREX	– *Financiamentos com Recursos Externos, e*	
FIRAI	– *Financiamentos com Recursos de Agências do Exterior (US$ 15 milhões)*	*101.625*

Visando ao abastecimento dos grandes centros consumidores, no período de entressafra, a Sexta Região participa, ainda que em pequena escala, do plano de estocagem de carne bovina congelada.

Essa atuação abrange a concessão de financiamentos especiais beneficiando frigoríficos localizados no Estado do Paraná, para os quais foram alocados em 1974 recursos da ordem de 33,4 milhões de cruzeiros.

São positivos os resultados colhidos com o esquema adotado, em favor da regularização do mercado interno, uma vez que se estabelece estreita correlação entre a estocagem e a exportação de carne bovina.

ATIVIDADE INDUSTRIAL

O período 1960/70 foi extremamente propício à evolução industrial dos Estados do Paraná e de Santa Catarina, tanto na área das indústrias extrativas, como nas de transformação.

Classes de Indústrias	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS			
	1960	1970	Incremento %	
			Absoluto	Relativo
PARANÁ				
Indústrias Extrativas	91	201	110	121
Indústrias de Transformação	6.326	10.654	4.328	68
SANTA CATARINA				
Indústrias Extrativas	46	114	68	148
Indústrias de Transformação	5.868	8.781	2.913	50

Otimamente localizados junto às mais diversas fontes de matérias-primas e dos maiores mercados consumidores do País e possuindo, ainda, sólido suporte infra-estrutural, Paraná e Santa Catarina lançaram-se, também, à industrialização como forma de assegurar a seus habitantes altos padrões de produtividade e de vida.

Em ambos os Estados predominam as indústrias alimentares, cabendo destaque, ainda, às de madeira e têxtil, seguidas dos ramos químico e de papel e papelão.

BANCO DO BRASIL S.A.
Produção industrial – 1970

ESTADOS	INDÚSTRIAS (Gênero)	Valor da Produção (em Cr$ Mil)
PARANÁ	Madeira	784.870
	Mecânica	105.660
	Metalúrgica	112.808
	Mobiliário	135.317
	Papel e Papelão	198.864
	Produtos Alimentares	1.428.407
	Produtos de Minerais Não Metálicos	182.346
	Química	425.889
	Têxtil	467.951
	Outras	382.420
SANTA CATARINA	Extração de Minerais	111.654
	Madeira	520.744
	Mecânica	163.235
	Metalúrgica	143.899
	Papel e Papelão	167.380
	Produtos Alimentares	646.931
	Produtos de Matérias Plásticas	138.021
	Produtos de Minerais Não Metálicos	106.700
	Têxtil	454.509
	Outras	494.232

O bom desempenho da indústria de produtos alimentares funda-se, sobretudo, nas crescentes safras agrícolas da região que asseguram abundância de matérias-primas indispensáveis ao seu funcionamento, destacando-se, entre outras, as de óleos comestíveis, gêneros enlatados e carnes.

As indústrias madeireiras, de rudimentares serrarias no passado, evoluíram para atividades mais sofisticadas, elaborando mobiliário, chapas de aglomerados, compensados, celulose, papel e papelão, agregando, assim, maior parcela de resultado à economia regional.

Os créditos industriais deferidos pelo Banco no âmbito da Sexta Região figuram no quadro a seguir:

BANCO DO BRASIL S.A. – SEXTA REGIÃO
Créditos Industriais Concedidos pela Carteira de Crédito Geral

ATIVIDADE	1971		1972		1973	
	Contratos	Valor	Contratos	Valor	Contratos	Valor
Metalúrgica	59	3.363	82	9.592	101	11.228
Eletricidade e Comunicações	22	2.314	22	4.247	21	1.943
Madeira	342	21.622	421	34.348	434	43.578
Mobiliário	83	3.124	138	9.473	123	10.655
Celulose – Papel e Papelão	31	6.704	32	5.909	29	8.329
Mecânica	63	2.736	76	6.013	92	8.629
Produtos de Matéria Plástica	19	1.896	21	2.804	15	2.737
Têxtil	72	10.794	95	26.566	82	37.182
Produtos Alimentares	396	54.008	495	77.977	444	118.864
OUTRAS	366	18.290	478	31.210	393	40.556
TOTAL	**1.453**	**124.851**	**1.860**	**208.139**	**1.734**	**283.701**

ENERGIA

Entre os projetos energéticos a serem concretizados no Sul do País, destaca-se a da Usina de Itaipu, cuja construção se tornou viável com o recente acordo assinado entre o Brasil e o Paraguai, estando prevista sua conclusão para 1980.

Última hidrelétrica do Brasil no Baixo Paraná, Itaipu contará com 14 grupos turbo-geradores, tendo cada um a capacidade de 800 mil kw.

Essa obra — que provocará significativo impacto na economia paranaense — contará com a presença do Banco, seja na fase pré-industrial, quando atenderá às empresas que vierem a beneficiar-se da extraordinária vantagem locacional, instalando-se nas imediações, a fim de fornecer bens e serviços necessários à construção da Usina, seja após a inauguração do complexo, que deverá desencadear impressionante fluxo de investimentos industriais atraídos pela oferta abundante não só de matéria-prima como, também, de energia.

Quando concluída, Itaipu será a maior hidrelétrica do mundo — capacidade de 12 milhões de kw — proporcionando um aumento no potencial instalado, equivalente ao total dos kw de que hoje dispõe o Brasil para atender as suas necessidades. O País terá, assim, em conjugação com as usinas existentes e aquelas já em fase de construção, garantido o fornecimento de energia elétrica de que se ressente para suportar o seu desenvolvimento, até que se implementem projetos com base em outras fontes energéticas.

Aspecto paralelo, mas de grande importância, é que a barragem permitirá, ainda, que o Rio Paraná se torne totalmente navegável, possibilitando, em conseqüência, o livre tráfego fluvial desde a cidade de São Paulo até Buenos Aires, mediante sistemas de eclusas já existentes no Rio Tietê e nas Usinas de Jupiá e Ilha Solteira.

CARVÃO

Embora modesto em relação às reservas mundiais, o potencial carbonífero brasileiro está estimado em 3,5 bilhões de toneladas, distribuindo-se as jazidas da seguinte forma:

Estado	Produção (ton)
Rio Grande do Sul	1.930 milhões
Santa Catarina	1.500 milhões
Paraná	37 milhões

Conquanto as maiores reservas estejam situadas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina apresenta-se como o maior produtor nacional de carvão, concorrendo com 75% de toda a produção brasileira, esperando-se o aceleramento dessa atividade com a modernização e total mecanização das empresas. O Governo Federal, através do Decreto 71.248, de 18 de outubro de 1972, instituiu incentivos à indústria de mineração, inclusive financiamentos em condições especiais.

As minas catarinenses suprem parcialmente de carvão o parque siderúrgico do País e fornecem carvão-vapor para as unidades termelétricas que operam no Sul, enquanto o rejeito piritoso permitirá a implantação de um complexo carboquímico de grande porte na região.

Pela importância da atividade, as empresas carboníferas são beneficiárias de assistência especial do Banco, equivalente a 75% do faturamento, para desconto de duplicatas, representando substancial auxílio destinado ao giro de seus negócios, além da assistência para investimentos fixos. Em 31.05.74, as operações do setor comercial da CREGE acusavam o montante de Cr$ 12.089 mil aplicados.

XISTO

A recente crise mundial de petróleo tornou economicamente viável a exploração das reservas de xisto pirobetuminoso localizadas na região de São Mateus do Sul, a 120 km de Curitiba. As reservas desse mineral, no Paraná, são suficientes para suprir as necessidades do País, mantidos os níveis atuais de consumo, por muitos anos.

O aproveitamento, em escala industrial, dessa riqueza paranaense permitirá excepcional contribuição para a economia do Estado, pois, além do óleo, a destilação do xisto proporcionará enxofre e uma série de subprodutos industrializáveis.

Para tanto está sendo projetada uma usina com capacidade para produzir 50 mil barris diários de óleo, 900 toneladas de enxofre, 1.700 mil m³ de gás combustível e cerca de 400 toneladas de gás liquefeito de petróleo, a partir de 1980.

Além disso, em 1976, deverá entrar em funcionamento a refinaria de petróleo de Araucária, cuja capacidade é de 125 mil barris diários, uma das maiores do Brasil.

Esse quadro de grandes realizações, é fácil prever, impulsionará a economia regional, carreando vultosos investimentos industriais para o Paraná. O Banco, desde já, vem dando o seu apoio financeiro às obras de infra-estrutura que ali se processam.

ATIVIDADE COMERCIAL

Como decorrência lógica do extraordinário desempenho das atividades agropecuárias e industriais, o comércio paranaense e catarinense apresenta-se pujante e diversificado, contribuindo com sua parcela de esforço para o desenvolvimento regional. Da mesma forma, o setor de prestação de serviços evoluiu satisfatoriamente, acompanhando o crescimento da economia como um todo.

Para o atendimento das necessidades creditícias do comércio e das empresas prestadoras de serviço, o Banco, através de sua Carteira de Crédito Geral e, ainda, com recursos do PASEP, tinha aplicado, em 31.05.74, o montante de Cr$ 516.983 mil.

Especificação	Cr$ Mil	
	CREGE	PASEP
PARANÁ	237.992	103.417
SANTA CATARINA	97.314	78.260
SEXTA REGIÃO	**335.306**	**181.677**

Nos empréstimos realizados pela Carteira de Crédito Geral, com recursos próprios, destacam-se, face à expressão econômica do café, as operações cum esse produto e que equivalendo a 28,3% do total, demonstram a assistência especial que sua comercialização merece por parte do Banco.

TURISMO

O turismo vem sendo estimulado no Brasil de forma ampla, pelo muito que representa como fator de desenvolvimento e até mesmo de integração nacional.

No Paraná, o turista encontra os curiosos efeitos da erosão nas rochas de Vila Velha, em Ponta Grossa; os Parques Nacionais e as florestas exuberantes; os cursos de água freqüentemente encachoeirados; a ponte

Internacional ligando o Brasil ao Paraguai, com um vão livre dos maiores do mundo; o Marco das Três Fronteiras; e muitos outros pontosde atração, que se somam à tradicional hospitalidade paranaense.

Localizam-se no Paraná o Parque Nacional do Iguaçu, o maior do País, com 134 mil hectares, e o Parque Nacional das Sete Quedas, relativamente pequeno (233 hectares), mas de grande beleza. No primeiro encontram-se as Cataratas do Iguaçu, espetáculo único no mundo, com uma série de dezenas de quedas, destacando-se a de Santa Maria, onde as águas se precipitam de 80 metros de altura. Nas Sete Quedas, ou Guaíra, o Rio Paraná desce por sete degraus sucessivos de rochas de basalto, numa altura total de 115 metros.

A cidade de Foz do Iguaçu já atrai um fluxo turístico anual de mais de 300.000 pessoas e, agora, a Usina de Itaipu, em início de construção, se constituirá, sem dúvida, em mais um pólo de atração.

Igualmente, em Santa Catarina, é imenso o potencial turístico. Seu clima temperado e ameno e sua privilegiada posição geográfica proporcionam ao visitante uma variedade de atrações naturais.

O litoral, com dezenas de praias, algumas ainda intocadas pelo homem e alheias ao progresso, atrai milhares de turistas, não só do País como do Exterior, estando entre as mais procuradas as de Barra Velha, Itajuba, Piçarras, Cabeçudas, Enseada, Itapema e Camboriú, sendo que esta última dispõe de grande número de hotéis, alguns de categoria internacional. Destacamos, também, a Lagoa da Conceição, com suas dunas e camarões, na Ilha de Santa Catarina.

Outras atrações de Santa Catarina são: a serra, com suas nevadas, principalmente nos municípios de São Joaquim e Curitibanos, incluídos na rota turística do frio; o *Verde Vale do Itajaí,* área de colonização alemã, com suas cidades dinâmicas, acolhedoras e que impressionam, sobretudo, pela sua conservação urbana; e, ainda, as estâncias balneárias, com diversas fontes com propriedades minerais e radiativas, dentre elas destacando-se as de Gravatal e Santo Amaro da Imperatriz.

O turismo em Santa Catarina recebeu maior incremento com a conclusão da BR-101, eixo básico da ligação do Sul com os principais centros urbanos do País, esperando-se para o Estado um fluxo turístico anual de mais de 100 mil pessoas.

Em face da importância do turismo, não apenas no fortalecimento da economia interna, e principalmente como fonte de divisas para o País, o Banco, nas áreas próprias da Sexta Região, dedicou especial atenção aos projetos destinados à construção de Centros ou Hotéis de indiscutível expressão para o ramo, e, ainda, àqueles ligados à ampliação de instalações, assistidos uns e outros com recursos do PASEP.

SETOR PÚBLICO

As obras de infra-estrutura e a aquisição de máquinas e equipamentos levadas a efeito pelo Setor Público contam também com a assistência do Banco através de recursos do PASEP e, ainda, do FDU – Fundo de Desenvolvimento Urbano.

Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público — PASEP

No tocante ao PASEP, as aplicações na área da Sexta Região, em 30.5.74, assim se expressam, em Cr$ mil:

Especificação	PARANÁ	SANTA CATARINA	SEXTA REGIÃO
À Produção	81.843	106.006	187.849
Ao Comércio	89.761	61.899	151.660
A Entidades Públicas	44.134	24.935	69.069
Outros	10.077	65	10.142
Total	**225.815**	**192.905**	**418.720**

Na forma da Lei Complementar n.º 19, os recursos específicos do PASEP passam, a partir de 1.7.74, a ser geridos pelo BNDE, dentro de prioridades estabelecidas pelas Autoridades Monetárias.

Fundo de Desenvolvimento Urbano — FDU

O Banco do Brasil firmou convênio, em abril/73, com o Banco Nacional de Habitação e a Caixa Econômica Federal, constituindo o Fundo de Desenvolvimento Urbano, com recursos do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público — PASEP, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS e Programa de Integração Social — PIS, assim ensejando a concessão de empréstimos a Estados, Municípios, Autarquias, Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas e concessionárias de serviços públicos, com a finalidade de implantação ou ampliação da infra-estrutura da obras prioritárias nos principais centros urbanos, tais como as capitais dos Estados, municípios com população urbana superior a 50.000 habitantes e áreas metropolitanas.

Dos itens financiáveis, é dada preferência, na ordem de alocação de recursos, à implantação ou remanejamento da rede viária urbana e suburbana.

Coube à Sexta Região a primazia de conceder o primeiro financiamento do FDU, beneficiando a Prefeitura Municipal de Curitiba, com recursos da ordem de Cr$ 51 milhões, em projeto de suma importância para o desenvolvimento integrado do Município e de sua respectiva área metropolitana. Na oportunidade, a Prefeitura contou ainda com assistência creditícia no valor de Cr$ 40 milhões, à conta do Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados — FDPI, do Ministério do Planejamento, que investiu o Banco do Brasil nas funções de seu Agente Financeiro.

O Plano Viário de Curitiba, com obras orçadas em Cr$ 159 milhões, permite o equacionamento de vários aspectos ligados ao sistema de transportes, propiciando à Municipalidade intervir no processo de desenvolvimento da Capital, com a adoção de medidas preventivas, cuidando, inclusive, do crucial problema de circulação naquela Metrópole.

Ao Governo de Santa Catarina foi concedido empréstimo da espécie, no valor de Cr$ 50 milhões, destinado à complementação dos recursos necessários à conclusão das obras da nova ponte Ilha-Continente, em Florianópolis, empreendimento da mais alta relevância, pois, a *Hercílio Luz,* um dos mais belos exemplares de ponte pênsil existentes, já não tem condições de suportar o intenso e crescente tráfego de veículos da capital catarinense, provocando grandes congestionamentos com sérios prejuízos para a economia estadual.

Além desses negócios, de maior repercussão, diversas Prefeituras Municipais foram contempladas com recursos do FDU, como as de Florianópolis, Criciúma e Joinville, no total de Cr$ 35.500 mil. Outros projetos estão em vias de elaboração, em estudos, ou, ainda, pendentes de decisão. O montante até agora contratado, na área da Sexta Região, atinge a cifra de Cr$ 136.500 mil.

CORREDORES DE EXPORTAÇÃO

O Programa *Corredores de Exportação,* patrocinado pelo Governo Federal, constitui-se em complexo infra-estrutural, visando a fomentar a produção agropecuária e eliminar os principais pontos de estrangulamento que dificultam o fluxo dos produtos, transportados a granel, dos centros de produção em direção aos terminais marítimos e mercados consumidores.

Integrado no programa, o porto paranaense de Paranaguá, considerado o segundo em importância no País, está capacitado a operar as mais variadas espécies de mercadorias, atuando como terminal no escoamento da produção estadual e da parte oeste de Santa Catarina, além de funcionar como porto livre do Paraguai, por força de acordo internacional firmado entre o Brasil e aquele País.

O reaparelhamento e montagem do sistema de carga rápida nos portos de Santos, Paranaguá e Rio Grande representam pontos-chaves do programa, sendo que, especificamente, no que toca ao Paraná e ao Porto de Paranaguá, o esquema está assim delineado:

a) instalações portuárias para escoamento a granel, inclusive serviços complementares;

b) circulação de granéis, da armazenagem ao material rodante;

c) assistência técnica à agropecuária, incluindo preparo e formação de pessoal técnico.

Para a maior funcionalidade do porto de Paranaguá, foram executadas obras de ampliação, dragagem, e construção de armazéns graneleiros. Essas obras se justificam diante do volume das exportações ali processadas e que, em 1973, alcançou a extraordinária cifra de Cr$ 5.502 milhões, equivalentes a aproximadamente US$ 901,2 milhões.

Paralelamente a esse Programa, o Banco instituiu o chamado *Projeto Agro-indústria,* que propicia no Paraná e em Santa Catarina, dentre outros Estados, a implantação, ampliação, reforma ou reequipamento de unidades industriais que processam, beneficiam ou transformam produtos de origem agropecuária, com vistas à criação de excedentes exportáveis para o mercado mundial.

Essa nova linha de crédito abrange, como beneficiários os frigoríficos, as empresas de processamento e industrialização do leite e seus derivados, as produtoras de óleos comestíveis, os abatedouros ou indústrias de carnes de suínos, aves e coelhos, fábricas de rações (farelos e tortas), de sucos de frutas, doces e de conservas (frutas e legumes) e outras empresas, inclusive cooperativas de produção industrial, que processem produtos de origem agropecuária para alimentação humana.

SUDESUL

O Governo Federal criou a Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, cujo raio de ação abrange os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, visando a consolidar, fortalecer e dinamizar o desenvolvimento regional mediante o acompanhamento de programas, projetos e atividades definidas por aquele Órgão.

Como representante do Banco junto a essa Agência de Desenvolvimento Regional, vem a Diretoria da Sexta Região emprestando toda a sua colaboração, participando das reuniões do Conselho Deliberativo, onde são tratados temas da maior importância para os Estados Sulinos, destacando-se, no Paraná, o combate e a prevenção à erosão e, ainda, o estudo sobre a Política de Desenvolvimento Urbano e, em Santa Catarina, o equacionamento do chamado Projeto do Litoral Sul do Estado.

SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA

Devido a fatores climáticos os Estados jurisdicionados pela Sexta Região vêm, periodicamente, enfrentando situações de emergência que afetam sua economia, como geadas e inundações, oportunidade em que o Banco, no seu âmbito de ação, procura reduzir os prejuízos sofridos pelas classes produtoras locais, autorizando operações sob condições especiais.

Tal é o caso das enchentes que atingiram a zona de Canoinhas, em setembro de 1973, acarretando a frustração das safras, a interrupção do fluxo de matérias-primas destinadas a indústria, com reflexos negativos também para o comércio em geral.

Em março de 1974, o Sul de Santa Catarina foi assolado por intensas precipitações pluviométricas que afetaram a totalidade dos municípios componentes das microrregiões AMUREL — Associação dos Municípios da Região de Laguna e AMSESC — Associação dos Municípios do Sul do Estado de Santa Catarina, correspondendo, aproximadamente, a 10% da área estadual, tendo sido decretado o estado de *calamidade pública* naquela zona.

O Município de Tubarão foi o que mais sofreu os efeitos da catástrofe que abalou todos os setores das atividades econômicas, sendo expressivo o número de estabelecimentos agropecuários, industriais, comerciais e de prestação de serviços destruídos em parte ou totalmente.

Verificada a extensão da calamidade, e em consonância com as medidas tomadas pelas Autoridades, o Banco adotou as providências de sua alçada, visando a minorar a aflitiva situação da população e empresas locais. Autorizou, preliminarmente, concessão de faixas fixas para desconto em condições especiais, prorrogação de vencimentos e reforma de títulos pelo prazo de 60 a 120 dias. E veio a deferir, posteriormente, em vários casos, a composição de dívidas a prazo mais amplo e tratamento excepcional no tocante às garantias.

Paralelamente, o Banco vinculou-se, na qualidade de agente financeiro, ao Programa Especial de Assistência Financeira para Recuperação de Agropecuaristas da Região Sul Catarinense — PROESC, que objetiva promover a recuperação da infra-estrutura das propriedades rurais atingidas pelas enchentes verificadas em março de 1974, estimulando a reorganização das atividades agropecuárias de forma ordenada e produtiva.

Os recursos do Programa destinam-se tanto a financiamentos rurais de custeio, quanto a operações de investimento, ficando sua aplicação subordinada a laudo técnico que comprove a extensão e a amplitude dos danos sofridos pela propriedade rural e ateste a conveniência das inversões recuperadoras, contando, ainda, com a assistência técnica a ser prestada pela ACARESC.

Ao Banco foram destinados recursos da ordem de Cr$ 80 milhões para a concretização dos empréstimos em foco, tendo a Sexta Região promovido a distribuição entre as agências de Tubarão, Braço do Norte, Criciúma e Laguna em Santa Catarina, contemplando também a filial de Torres, no Rio Grande do Sul, com uma parcela daqueles recursos, uma vez que jurisdiciona os municípios catarinenses de São João do Sul e Praia Grande, também atingidos pela catástrofe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim retratamos, não só aspectos da economia regional, como da atuação marcante do Banco do Brasil, na área, sob a ótica do desenvolvimento.

Essa expansão se equilibra no tripé: maior produção agrícola em face do aumento da produtividade e novos investimentos pecuários, especialmente na bovinocultura (carne e leite), avicultura e suinocultura; no promissor surto industrial que se tornou possível através das obras de infra-estrutura levadas a efeito na região; e na capacidade de resposta a esses estímulos por parte do comércio e do setor de prestação de serviços.

A presença do Banco do Brasil em todas essas atividades está sintetizada no quadro a seguir que espelha a evolução das aplicações globais, incluindo as operações do PASEP, no âmbito da Sexta Região:

APLICAÇÕES GLOBAIS DA SEXTA REGIÃO
Cr$ Milhões

	31.12.73		31.05.74	
CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL				
– Paraná	1.158		1.369	
– Santa Catarina	609	1.767	726	2.095
CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL				
– Paraná	2.441		3.452	
– Santa Catarina	579	3.020	659	4.111
OPERAÇÕES DO PASEP				
– Paraná	199		226	
– Santa Catarina	159	358	193	419
TOTAIS DA SEXTA REGIÃO		5.145		6.625

Política de Preços Mínimos para Produção Agrícola

1. Fixação
2. Aquisição
3. Estocagem
4. Abastecimento

Elaborado pela Equipe do Departamento Geral de Normas Operacionais — DENOP

Preço Mínimo é, por definição, aquele capaz de remunerar adequadamente o agricultor, cobrindo os seus custos e assegurando-lhe, por outro lado, meios necessários para o melhoramento de sua atividade. Representa um preço de suporte e de garantia de produção.

Objetiva estabilizar a agricultura como atividade econômica e garantir a normalidade do abastecimento. No período forte das safras, os preços tendem normalmente a baixar e os **mínimos** concorrem para o suporte das cotações, pois o Governo pode adquirir e armazenar a produção. Nas entressafras, tais estoques são paulatinamente comercializados sem especulação.

O preço mínimo — quando abaixo do preço de mercado — não tem maiores conseqüências, pois as forças da oferta e demanda dos produtos agrícolas encontram-se contrabalançadas.

Quando o preço de mercado tende a ser menor que o **mínimo**, o Governo precisa intervir, adquirindo a produção ou parte dela, para que se reconstitua o equilíbrio. Para isso é necessária a existência de uma estrutura governamental em condições de, com a rapidez que o caso exigir, adquirir o produto, armazená-lo e posteriormente destiná-lo ao abastecimento.

Sem essa máquina montada, na qual o Banco do Brasil exerce papel de destaque, não seria possível a execução da política de preços mínimos. Para o entendimento dessa política, torna-se necessária, também, a análise dos aspectos relativos à aquisição, armazenamento e abastecimento dos produtos.

BREVE HISTÓRICO

A garantia de preços mínimos para produtos agrícolas, no Brasil, passou a ser encarada com maior objetividade e interesse com a Lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951, quando foi iniciada sua execução.

Decorridos os primeiros dez anos de vigência dessa legislação e avaliados seus efeitos no período, foi o sistema objeto de profundas modificações introduzidas pela Lei Delegada n.º 2, de 26 de setembro de 1962.

A partir daí, a garantia de preços mínimos, que contemplava apenas cereais e outros gêneros, foi estendida aos produtos da atividade pecuária e extrativa; passou a ser estabelecida exclusivamente em favor dos produtores e de suas cooperativas; introduziu-se o sistema de financiamento **com ou sem opção de venda**, inclusive para beneficiamento, acondicionamento e transporte dos produtos; estabeleceu-se que os preços seriam fixados por Decreto do Poder Executivo; facultou-se a majoração dos preços mínimos estipulados, no caso de alterações

nos custos; e, finalmente, transformou-se a Comissão de Financiamento da Produção em Autarquia Federal, incumbida da política de preços mínimos, sob jurisdição da Superintendência Nacional de Abastecimento – SUNAB.

Atualmente, a política de preços mínimos é disciplinada pelo Decreto-lei n.º 79, de 19 de dezembro de 1966, que substituiu toda a legislação anterior, consolidando as disposições pertinentes à matéria.

Em face do Decreto n.º 62.163, de 23 de janeiro de 1968, definindo a estrutura básica do Ministério da Agricultura, a Comissão de Financiamento da Produção, – Superintendência Nacional do Abastecimento – SUNAB, e a Cia. Brasileira de Armazenamento – CIBRAZEM passaram, no mesmo nível administrativo, a ser vinculadas àquele Ministério, sujeitas, portanto, à sua supervisão, orientação, coordenação e controle.

OBJETIVOS DA POLÍTICA DE PREÇOS MÍNIMOS

No quadro dos instrumentos básicos, condicionantes ou estimulantes do crescimento econômico, tem vital importância a política de preços mínimos, eis que objetiva, precipuamente, assegurar ao agricultor uma retribuição razoável por seu trabalho e capital. Pouco incentivo teriam os produtores para aumentar seu cultivo e mudar seus métodos de trabalho, se não pudessem fazer planos com base real em preços mínimos razoáveis e estáveis. Contrário aos princípios da política de desenvolvimento econômico, seria permitir que os efeitos da oscilação de preços, em decorrência da sazonalidade da produção, viessem a recair sobre os agricultores, já que os encargos remuneratórios do crédito aplicado na agricultura, embora reduzidos, representam muito para o produtor. O capital adicional necessário ao aumento da atividade deve provir de maiores rendimentos gerados dentro do próprio setor agrícola. Isso se obtém não apenas com a garantia de preços razoáveis, mas também com preços firmes que assegurem relativa estabilidade na renda agrícola.

Consiste a garantia de preços mínimos no principal componente do conjunto de motivações que condiciona o agricultor, quando o mercado, ainda vulnerável, possa ficar desfavorável. Apesar de fundamental, a assistência direta ao ruralista, através do crédito bancário, nas linhas tradicionais de financiamento para custeio e investimento, pode, sob determinadas circunstâncias, não ser suficiente para proporcionar-lhe estímulo.

Sem a garantia do preço estaria o homem do campo à mercê de intermediários na comercialização de seus produtos, com o conseqüente prejuízo, que o levaria a se descapitalizar.

Tal política vem sendo elaborada com base em estudos do comportamento da agricultura e de seu mercado, pois, de sua inadequação, podem resultar sérias conseqüências nocivas ao equilíbrio entre abastecimento e mobilização de recursos produtivos.

Visam os preços mínimos a atingir as seguintes metas:

- evitar a baixa excessiva nos preços, de maneira que se situem a níveis inferiores aos custos;
- proporcionar maior estabilidade à produção, pelo constante ajustamento à demanda;
- orientar a atividade do agricultor na escolha de suas culturas, com base, sobretudo, nas informações do mercado nacional e internacional, geralmente fora do seu conhecimento;
- incentivar a prática de comercialização direta, a fim de que aos próprios agricultores sejam asseguradas as vantagens que seriam absorvidas pela intermediação;
- contribuir para que a renda da agricultura dê justa retribuição aos fatores, de forma a motivar o desenvolvimento equilibrado do País, permitindo nível de vida mais adequado ao agricultor e ao trabalhador rural em consonância com o padrão geral do brasileiro.

FIXAÇÃO E REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Os reajustamentos, coerentes com os índices nacionais de evolução de preços, constituem estímulo ao plantio, permitindo as correções necessárias da oferta agrícola e em relação às necessidades de abastecimento. Os preços de suporte devem ter tal equilíbrio que não sejam superestimados, a fim de não provocarem aumentos indesejáveis na produção; se subestimados, podem constituir-se num forte desestímulo à normal expansão do cultivo do produto.

Os estudos e levantamentos destinados a conhecer a estrutura da oferta e de custos, bem como a conjuntura interna e externa, são realizados, em princípio, pela Comissão de Financiamento da Produção – CFP, que considera os fluxos naturais de comercialização, identificando os centros de convergência da produção do interior, os pontos de comercialização mais intensa, e outros fatores que são levados em conta no processo de fixação da garantia de preços.

Nos produtos exportáveis observa-se a conjuntura internacional para fixação do preço. Já aqueles produtos, nitidamente de consumo interno ou que só sejam exportados ocasionalmente, têm a análise de estrutura de custo e de conjuntura nacional. E

para aqueles produtos, tipicamente de subsistência, adotam-se critérios específicos.

Outro fator relevante nos estudos destinados à fixação de preços é representado pelas diferenças regionais, dada a variedade dos produtos cultivados nos diversos pontos do País. Consideramos aqui o desequilíbrio nas condições infra-estruturais caracterizado pelo **Norte/Nordeste** relativamente às demais regiões.

A decretação do preço deve ser feita com a antecipação mínima de 60 dias do início dos tratos culturais do produto, a fim de que o agricultor possa levá-lo em conta nas suas decisões.

A Comissão de Financiamento da Produção encaminha a proposta de fixação de preços ao Conselho do Desenvolvimento Econômico, que após aprová-la, a encaminha ao Poder Executivo para assinatura do decreto.

Realiza ainda a CFP, através de seu Departamento de Operações, estudos destinados à permanente atualização das normas que regem as operações de preços mínimos. Incumbe-se também do exame dos problemas submetidos à sua consideração, acompanhando o movimento dos estoques de seus produtos, adquiridos pelo Banco, e mantendo o relacionamento com os demais órgãos intervenientes no processo.

A política de sustentação de preços requer, evidentemente, uma infra-estrutura adequada aos fins a que se propõe, devendo desfrutar de suficiente flexibilidade para ajustar-se à contínua evolução que se processa no setor.

CLASSIFICAÇÃO DOS PRODUTOS

Os técnicos do Serviço do Acordo de Classificação, ligados ao Ministério da Agricultura ou às Secretarias de Agricultura, incumbem-se de realizar a classificação dos produtos, segundo técnicas fixadas pela Divisão de Padronização e Classificação daquele Ministério. Já os critérios são estabelecidos ou através de decretos específicos, ou de Resoluções do Conselho Nacional de Comércio Exterior — CONCEX, sendo este último encarregado de fixar a tipificação dos produtos exportáveis, normas essas que, à falta de sucedâneas para os bens de consumo interno no País, são adotadas também para a classificação de preços mínimos.

AQUISIÇÃO DE PRODUTOS

O Governo também adquire o produto através do Banco do Brasil quando o preço de mercado é inferior ao mínimo estabelecido. Essa aquisição é feita diretamente, ou indiretamente, através de financiamento, permitindo assim a sustentação do preço a níveis desejáveis.

Os financiamentos com **opção de venda** são realizados mediante recebimento do produto, em garantia, nas mesmas condições em que se processam as aquisições, que são sempre feitas pelo preço mínimo.

A **opção de venda** significa que a entrega do produto ao Governo, em garantia do financiamento, não impede o produtor de vendê-lo posteriormente a preço melhor que o mínimo e resgatar a dívida.

Na hipótese de preferir o agricultor transferir ao Governo Federal a posse do produto objeto da garantia, o valor total é debitado à conta da CFP. Optando pela liquidação do mútuo, correrão por conta do devedor os encargos do financiamento.

Exige-se que o produto esteja depositado à ordem do Banco, de preferência em armazéns gerais, ou de particulares, locados em nome da CFP, devendo estar classificado e acondicionado na forma das exigências específicas.

Nos financiamentos **sem opção de venda**, o produto permanece em poder do mutuário, geralmente no seu próprio imóvel rural, recebendo adiantamento de valor correspondente a 70% do preço mínimo. É dispensável a classificação oficial, substituída pela vistoria do fiscal da Carteira Agrícola do Banco. Sendo estocado sob controle da Agência do Banco do Brasil e entregue a fiel depositário, que não o próprio devedor, o adiantamento pode chegar a 80% do valor do preço-mínimo estabelecido para o produto.

Dando maior flexibilidade ao processo de comercialização, é admitida, ainda, no curso dos financiamentos, a substituição da garantia inicial dos contratos por duplicatas mercantis, representativas da venda do produto; ou, por outro lado, admite-se o seu beneficiamento ou sua industrialização, vinculando-se à garantia o produto resultante.

BENEFICIÁRIOS DO FINANCIAMENTO

Os financiamentos da política de preços mínimos, concedidos exclusivamente pelo Banco, destinam-se aos produtores, diretamente ou através de suas cooperativas.

Podem ainda ser assistidos por esses créditos os beneficiadores dos produtos industriais, exportadores, desde que comprovem haver pago aos produtores ou às suas cooperativas, preços nunca inferiores aos mínimos estabelecidos pelo Governo Federal, proporcionando, assim, em última instância, assistência indireta àqueles clientes.

PRAZOS E ACESSÓRIOS

Os prazos dessas operações variam segundo o produto, podendo atingir até 300 dias, como é o caso do arroz em casca, respeitando-se sempre a data limite da safra. Normalmente são pactuadas amortizações obrigatórias, com o objetivo de proporcionar ingresso paulatino de produtos no mercado consumidor e paralelamente desestimular retenções com fito especulativo.

TRANSPORTES

A rede de transportes se vincula às operações de preços garantidos pelo Governo Federal, quer na etapa inicial do escoamento da produção das fazendas para os depósitos, quer na etapa final de remoção dos estoques para os centros consumidores. Mantendo a CFP convênio com a Rede Ferroviária Federal para utilização desse meio de transporte, ainda assim o sistema é obrigado a utilizar maciçamente a rodovia.

ESTOCAGEM

A efetivação da garantia de preços exige razoável capacidade instalada de armazenamento de produtos agrícolas. Há naturais dificuldades em se contar, permanentemente, com uma rede de armazenadoras em condições de atender às necessidades da produção. A extrema variação que se registra, de ano para ano, no volume das safras, cuja comercialização está sempre na dependência da situação momentânea do mercado, permite a ocorrência de uma série de fatos que determinam a necessidade de o Governo Federal intervir ou não na comercialização.

A rigor, além da CIBRAZEM, cada Unidade da Federação conta com uma rede de armazéns próprios, utilizados pelos produtores para as operações de preços mínimos. Além desses depósitos, recorre-se com freqüência a Armazéns Gerais e a armazéns de particulares locados em nome da CFP.

É o que ocorre atualmente no Estado de Goiás, principalmente na Região Sul/Sudeste, onde se registra uma safra excepcional de milho, em volume muito superior à capacidade normal de absorção do mercado, surpreendendo produtores e autoridades. Dada a conseqüente baixa de preços em face da insuficiência de depósitos, quer da Companhia Brasileira de Armazenamento — CIBRAZEM, quer da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás — CASEGO, difícil tem sido a atuação do Governo.

As agências do Banco têm procurado locar, em nome da CFP, todos os armazéns particulares disponíveis, sem condições, contudo, de resolver o problema gerado pela deficiência estrutural. Nesse caso, diversas soluções tiveram de ser adotadas para não prejudicar o escoamento da produção. Recebeu-se, por exemplo, o milho ao relento, visando à sua remoção imediata, ainda enquanto no pátio da armazenadora, ou mesmo de caminhão para caminhão e até do produtor para a transportadora, com o que foi obtido um processo mais rápido de escoamento.

ABASTECIMENTO

A necessidade de manter regular o abastecimento dos produtos agrícolas é outro fator importante da política de preço-mínimo. Ao mesmo tempo que se evita prejuízo aos produtores nas safras pela aquisição do produto e seu armazenamento à disposição do Governo, permite-se o escoamento gradativo da produção sem a tendência altista dos preços que caracterizam as entressafras, prejudicando os consumidores.

ATUAÇÃO DO BANCO DO BRASIL

Como centro nervoso do sistema — onde atuam as mais importantes instituições do Governo — cabe ao Banco executar, através de suas agências, as operações de garantia de preços mínimos, quer adquirindo os produtos, quer financiando-os, com ou sem opção de venda.

A ação do Banco não se restringe apenas à concessão de financiamentos e a adquirir produtos. No campo específico das operações mencionadas, cuida dos aspectos relativos ao armazenamento e conservação dos estoques, ao seu controle, ao embarque para pontos de comercialização, e da alienação desses mesmos estoques.

Mantém o Banco ainda linhas especiais de crédito destinadas ao financiamento para aquisição de sacaria.

Na Carteira de Crédito Geral, encontram-se linhas de assistência creditícia complementares à política de preços mínimos, em que podem ser descontados títulos representativos da venda da produção feita pelos agricultores e suas cooperativas.

No Banco do Brasil, a política de preços-mínimos é administrada pelo Departamento Geral de Normas Operacionais — DENOP, que recebe apoio de coordenadorias regionais. As atribuições do DENOP, na área, transcendem o âmbito interno, de elaboração e divulgação de normas para se projetar na orientação dada às agências diretamente ou através dos Coordenadores Regionais. São instruções sobre peculiaridades da matéria, inclusive fora da rotina bancária típica, como preservação, classificação, armazenagem, transporte dos produtos amparados, compra por conta do governo federal, estocagem de sacaria, pagamento de ICM e eventuais dúvidas surgidas. Cabe ainda ao DENOP o acompanhamento das operações realizadas em cada safra, mediante o recebimento e totalização, mês a mês, dos mapas de operações fornecidos pelas Coordenadorias, a nível de Unidade da Federação. Esse Departamento é também responsável pelo relacionamento entre o Banco do Brasil e a Comissão de Financiamento da Produção — CFP.

As Coordenadorias Regionais funcionam como elemento de ligação entre a Direção do Banco e suas filiais, em cada Estado, solucionando "in loco" problemas que se anteponham à normal realização das operações, colaborando, ainda, no planejamento levado a efeito pelo Governo. Prestam, também, todas as informações solicitadas, contando, para isso, com o conhecimento das particularidades locais.

Aos órgãos operacionais está afeta a parte relativa ao exame, deferimento e condução das operações de financiamento.

Aplicações do Banco

Apresentamos aqui o quadro das operações realizadas pelo Banco na última safra.

PREÇOS MÍNIMOS
Operações Realizadas

PRODUTOS	Centro-Oeste, Sudeste e Sul — Safra 72/73						Norte/Nordeste — Safra 1973					
	Financiamentos			Aquisições			Financiamentos			Aquisições		
	n.°	t.	$ mil	n.°	t.	$ mil	n.°	t.	$ mil	n.°	t.	$ mil
ALGODÃO	602	47.666	140.480	—	—	—	276	21.563	76.092	—	—	—
AMENDOIM	58	21.333	14.390	1	10	5	—	—	—	—	—	—
ARROZ EM CASCA	5.844	594.347	438.770	104	4.416	2.853	765	47.996	26.155	2.393	8.965	5.234
CERA DE CARNAÚBA	—	—	—	—	—	—	47	752	2.752	2	2	10
FARINHA	773	71.499	33.324	855	63.878	29.726	31	466	184	35	785	345
FÉCULA	93	17.388	13.542	—	—	—	—	—	—	—	—	—
FEIJÃO	243	3.950	2.958	1	4	4	30	170	158	—	—	—
JUTA e MALVA	—	—	—	—	—	—	74	10.626	14.655	—	—	—
MAMONA	30	6.437	3.909	—	—	—	—	—	—	—	—	—
MILHO	3.329	395.269	113.705	14	636	198	243	4.659	2.216	12	16	4
SOJA	8	4.895	2.483	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SORGO	10	12.379	3.064	—	—	—	—	—	—	—	—	—
GERGELIM	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
GIRASSOL	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SISAL	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAIS	10.990	—	766.625	975	—	32.786	1.466	—	122.212	2.442	—	5.593

Produtos Beneficiados

São dezesseis os produtos assistidos atualmente pela política de preços-mínimos.

Agave ou Sisal — Não tem preços fixados desde a safra de 1971, em conseqüência da acentuada elevação de suas cotações no mercado internacional; tal situação se reflete no mercado interno, onde o

produto alcança preços bastante compensadores, não se justificando, assim, a decretação de preços de garantia.

Podem operar com o sisal as agências situadas nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Paraíba, disputando estes últimos, o primeiro lugar em sua produção.

Algodão — A assistência é proporcionada unicamente ao algodão em pluma. Além de produtores rurais e suas cooperativas, a assistência alcança também os beneficiadores, desde que comprovem haver pago àqueles os preços mínimos fixados para o algodão em caroço.

Mesmo com a elevação das cotações do produto, no último ano, a safra foi de 69.229 toneladas financiadas, através de 878 contratos, no valor de Cr$ 216.572 mil. Não foram realizadas aquisições.

Destacam-se, como os que apresentaram maior concentração de operações de financiamento, os seguintes Estados:

ALGODÃO
Financiamentos na Última Safra

ESTADOS	Contratos		Quantidade		Valor	
	Número	% s/Total	Tonelada	% s/Total	Cr$ Mil	% s/Total
São Paulo	390	44,4	12.951	18,7	40.810	18,8
Paraná	126	14,3	24.204	35,0	70.124	32,4
Ceará	115	13,1	10.900	15,7	39.806	18,3
Minas Gerais	58	6,6	2.732	3,9	8.044	3,7
Goiás	27	3,1	7.641	11,0	21.102	9,7

Amendoim — Na safra passada, foram realizadas operações nas Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul: 58 financiamentos — 21.333 toneladas — no valor de Cr$ 14.390 mil, destacando-se, no particular, o Estado de São Paulo, com a quase totalidade: 53 operações (20.255 toneladas — Cr$ 13.692 mil).

Arroz em Casca — No caso, permite-se a substituição do arroz em casca pelo beneficiado, durante os empréstimos, ou o beneficiamento do produto entregue em garantia da operação. Na região Norte/Nordeste, destacou-se o Estado do Maranhão, no período 1973/1974, com safra superior às normalmente obtidas, exigindo intensa movimentação dos órgãos vinculados ao processo de sustentação de preços, naquela área, conseguindo-se, dessa forma, superar as dificuldades.

No geral, nossas agências financiaram, em 6.609 contratos, 642.343 toneladas do produto — Cr$ 464.925 mil — e adquiriram 13.381 toneladas — Cr$ 8.087. No mesmo período, a retenção do arroz nas fontes de produção, em prejuízo do abastecimento, provocou, da parte das autoridades, a sustação de novas operações de financiamento, no últimos trimestre de 1973, forçando assim que se comercializasse o arroz.

ARROZ
Financiamentos na Última Safra

ESTADOS	Contratos		Quantidade		Valor	
	Número	% s/Total	Tonelada	% s/Total	Cr$ Mil	% s/Total
Goiás	1.628	24,6	138.857	21,6	85.772	18,4
R. G. do Sul	537	8,1	197.943	30,8	192.450	41,4
Minas Gerais	1.872	28,3	80.972	12,6	48.875	10,5
Maranhão	653	9,9	42.402	6,6	23.180	5,0
Mato Grosso	398	6,0	56.436	8,8	31.418	6,7
Piauí	94	1,4	3.141	0,5	1.753	0,4

A exemplo do ocorrido em anos anteriores, a CFP fixou condições excepcionais para aquisição do arroz produzido em Itaituba, Altamira e Marabá, na Transamazônica, pagando um complemento ao preço mínimo, a fim de estimular a produção ali obtida por colonos assistidos pelo INCRA. Foram efetuadas, naquela área, 1.881 aquisições, correspondentes a 3.918 toneladas no montante de Cr$ 1.982 mil.

Cera de Carnaúba — As operações são realizadas nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. A assistência se estende também aos exportadores tradicionais. Na última safra foram financiadas 752 toneladas — Cr$ 2752 mil — operando apenas agências do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte.

Farinha de Mandioca — A beneficiadores exige-se que comprovem haver pago aos produtores de raíz, ou suas cooperativas, preços nunca inferiores aos mínimos estabelecidos para a farinha. Na região Norte/Nordeste, o último período registrou pequeno movimento. Ainda assim, condições especiais tiveram de ser fixadas para possibilitar o enquadramento, na classificação, de produtos obtidos no Piauí e Ceará, onde o aviltamento dos preços ameaçava a situação dos produtores de mandioca, e a farinha não se ajustava à tipificação normalmente observada.

O maior problema da farinha, no período passado, registrou-se em Santa Catarina. Os elevados preços mínimos fixados, em contrapartida à reduzida possibilidade de absorção do produto pelo mercado

consumidor, provocou a aquisição, pelo Governo Federal, de aproximadamente 1,2 milhões de sacos. Parte desse total perdeu-se em virtude das inundações ocorridas na área de Tubarão, neste ano. Ainda assim, a presença de grandes estoques em poder do Governo pairava como ameaça à safra seguinte ora iniciada. A CFP, todavia, conseguiu a exportação, através da COBEC, de aproximadamente 600 mil sacos do produto, com o que — dada a redução esperada da nova safra como decorrência das inundações — poderá normalizar-se o mercado interno.

Na Região Centro-Oeste, Sudeste e Sul, foram realizados 773 financiamentos, correspondentes a 71.499 toneladas — Cr$ 33.324 mil, tendo sido adquiridas 63.878 toneladas — Cr$ 29.726 mil. Em Santa Catarina, esses financiamentos foram em número de 683 — 61.283 toneladas — Cr$ 28.810 mil — e as aquisições somaram a 701 — Cr$ 26.561 mil e 56.822 toneladas.

Fécula de Mandioca — Incluída na pauta de preços mínimos na safra 1972/1973, somente para as Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Foram realizados 93 contratos, abrangendo 17.388 toneladas — Cr$ 13.542 mil — onde se destaca Santa Catarina, com 86 operações — 14.679 toneladas — Cr$ 11.741.

Feijão — Os feijões anão e de corda ou macaçar são os financiados. Em Minas Gerais e Santa Catarina são também assistidos o Uberabinha e o Roxinho. No último período foram realizados 273 financiamentos, 4.120 toneladas — Cr$ 3.116 mil. Destacaram-se os Estados de Minas Gerais com 153 operações — 706 toneladas — Cr$ 550 mil — e Goiás com 51 operações — 1.719 toneladas — Cr$ 1.234 mil.

Gergelim — Foi incluído na pauta dos produtos assistidos na última safra, e somente para a região Norte/Nordeste. Não registramos operações com esse produto.

Girassol — Financiável em todo o País; todavia, no último período, não foi realizado nenhum negócio.

Juta e Malva — Os Estados do Amazonas e Pará, dadas as peculiaridades regionais no desenvolvimento da fibra, são os únicos assistidos. Registraram-se 74 financiamentos, relativos a 10.626 toneladas num total Cr$ 14.655 mil.

Mamona — É o único produto cujo preço é fixado simultaneamente para todas as regiões do País. A excelente cotação da mamona no mercado internacional fez com que, no último período, fossem realizadas apenas 30 operações, correspondentes a 6.437 toneladas — Cr$ 3.909 mil — nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná.

Milho — Foram realizados, na última safra, 3.572 financiamentos, correspondentes a 399.928 toneladas — Cr$ 115.921 mil. Apresentaram maiores índices os seguintes Estados:

MILHO
Financiamentos na Última Safra

ESTADOS	Contratos		Quantidade		Valor	
	Número	% s/Total	Tonelada	% s/Total	Cr$ Mil	% s/Total
Minas Gerais	1.545	43,2	58.981	14,8	16.461	14,2
São Paulo	748	20,9	172.311	43,1	47.333	40,8
Paraná	741	20,7	117.050	29,2	35.062	30,2
Goiás	119	3,3	19.572	4,9	5.390	4,6
S. Catarina	40	1,1	21.726	5,4	7.718	6,7

Soja — Na safra passada, apenas 4.895 toneladas foram financiadas, em Goiás, Paraná e São Paulo. Na safra 1972/1973 ocorreu uma extraordinária elevação do preço da soja no mercado internacional provocando uma situação anormal na sua comercialização interna, obtendo os produtores remuneração acima da expectativa mais otimista. Ocorrência refletida na queda das operações de preços mínimos, embora ocorresse a assistência prestada pelo Banco, diretamente, à comercialização do produto.

Sorgo — Somente em Mato Grosso, Rio Grande do Sul e São Paulo, foram registrados financiamentos de aquisição: 12.379 toneladas, no valor de Cr$ 3.064 mil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de Preços Mínimos envolve um grande número de órgãos desde a fase de planejamento até chegar ao seu usuário final, em vários níveis decisórios, funcionando o complexo como um todo homogêneo, em que, a rigor, é difícil distinguir onde começa e onde termina a participação de cada um dos componentes.

O trabalho de ajustamento e aprimoramento, notadamente na área da infra-estrutura do sistema, permite concluir que o mecanismo de sustentação de preços tende a proporcionar, cada vez mais, eficiente assistência aos produtores rurais, de modo a obter sempre crescente participação da agricultura no processo de crescimento global da economia do País.

A Decisão na Empresa uma Abordagem

O homem faz escolhas constantes em seu cotidiano. Da simples roupa que deve vestir à hora em que deverá ser realizado seu casamento; sobre sua permanência ou demissão no emprego; das vantagens ou desvantagens de um novo carro, assim por diante.

A escolha de um fim-de-semana na praia pode ser devidamente programada. Todas as vantagens dessa recreação poderão somar uma infinidade de argumentos favoráveis, se comparadas, com um sábado ou domingo sem sair de casa, quando optamos por passá-los jogando cartas com amigos. Porém, se o serviço de meteorologia prevê chuvas no correr do período, a segunda alternativa ganha um reforço adicional e será, fatalmente a melhor opção.

No processo da tomada de decisão existe uma preocupação constante com as variáveis que envolvem o dinamismo da escolha. No exemplo anterior, duas classes de variáveis são distintamente assinaláveis: uma é o valor pessoal da relativa atração que um banho de mar, num dia de sol, pode exercer se o comparamos com a possibilidade de passarmos uma tarde na contemplação da chuva que cai, enquanto se joga cartas. A primeira opção é relativamente mais fascinante. A outra variável é representada pela avaliação que poderemos fazer sobre as nossas chances, quanto às condições meteorológicas do fim-de-semana em questão.

À primeira classe de variáveis costuma-se denominar utilidade e à segunda probabilidade.

Essas duas condicionantes, intimamente inter-relacionadas, são a base estrutural da teoria clássica das decisões.

Se uma pessoa, por exemplo, propusesse um jogo honesto de "par ou ímpar" com a seguinte condicionante — para cada vez que ela acertasse receberia Cr$ 100,00, e para cada vez que errasse perderia Cr$ 200,00. Ninguém hesitaria em aceitar, imediatamente, tal oferta. No entanto, se a mesma proposta fosse feita num dia em que a nossa disponibilidade somasse apenas Cr$ 100,00, que poderiam estar comprometidos, inclusive, para pagamento de outras necessidades, a resposta já não seria dada com a mesma facilidade. E é bem possível que a negativa se constituísse na melhor escolha. Nas diferentes ocasiões, a mesma importância de Cr$ 100,00 foram atribuídos diferentes graus de utilidade pela mesma pessoa.

As determinantes, baseadas na probabilidade, estão ligadas a eventos de um tipo especial, considerados aleatórios.

A ocorrência de um resultado por chance se distingue quando comparados com outros eventos similares e, um grande número de casos concorrerá para indicar uma tendência final.

O clássico exemplo é o de jogar uma moeda para cima e esperar o resultado, que deverá ser **cara ou coroa**. Os fatores que contribuíram para o resultado, embora pouco considerados à primeira vista, são muitos. A força com que a moeda foi jogada, número de voltas que a moeda deu, como foi apanhada em seu retorno, etc, são os elementos objeto dessa avaliação. A probabilidade está, pois, vinculada ao resultado. Em conseqüência, poderemos afirmar que a probabilidade do resultado, ser **cara**, nesse evento específico, é de 1/2, porque um grande número de jogadas certamente produzirá cerca de 50% de resultados iguais.

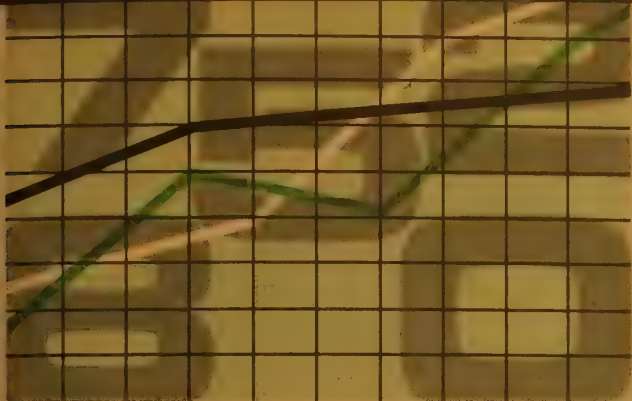
Embora a probabilidade seja usada no processo de tomada de decisões, o assunto é cheio de controvérsias, e um dos maiores argumentos é o de que ela é basicamente concebida em resultados. Sua utilização é possível, portanto, somente num limitado campo de problemas. Quanto maior a complexidade do problema, menor sua aplicabilidade.

Em outras palavras, abordamos um processo, cujas questões essenciais se resumiriam nas seguintes perguntas:

— como o indivíduo julga a atração ou a utilidade das várias coisas que o cercam na vida, atribuindo um peso a cada uma dessas utilidades?

— como a pessoa julga as probabilidades dos eventos que ocorrem em determinadas situações, medindo quantitativamente essas possibilidades?

A seqüência do processo está presa ao seguinte encadeamento:

— compreensão do significado dos dados objetivos e subjetivos requeridos para a análise do problema;

Luiz Augusto de Barros e Vasconcellos
Secretário de Gabinete da Presidência

— formulação correta do problema a decidir, com atenção especial à inter-relação entre as dificuldades e o contexto na qual ela está inserida; e
— compreensão do significado das conclusões obtidas por essa análise e dos métodos escolhidos para a consecução dos objetivos finais.

O conceito de utilidade, popularizado por James Mill, refere-se à medida do grau de satisfação obtida. Isto é, presumindo-se que o objetivo da ação do ser humano é a busca da satisfação, evitando o sofrimento, todo o curso da ação deve ser considerado do ponto de vista da quantificação do investimento que se está disposto a fazer para obter maior satisfação. Esses são os valores chamados de **utilidade do objeto.** A satisfação é portanto tida como utilidade positiva e o sofrimento como utilidade negativa.

Logicamente o objetivo é conseguir o máximo de utilidade. Assim, a escolha certa de uma alternativa, dentre várias existentes num processo, deverá acarretar sempre um excesso de utilidades positivas sobre as negativas.

A complexidade começa a surgir quando aparecem as relações de utilidade de diferentes bens a serem considerados. Alguns economistas ponderam que as utilidades de diferentes bens podem ser combinadas em uma simples soma, resultando numa **utilidade final.**

A simplicidade do processo de decisão por esse caminho é apenas aparente. Isto porque há o envolvimento do homem na questão; e como poderia funcionar um modelo matemático se o mesmo indivíduo colocado diante de uma situação idêntica, por mais de uma vez, freqüentemente não faz a mesma opção?

O advento da Segunda Guerra Mundial, contudo, muito contribuiu para o surgimento de um novo tipo de ciência, que viria auxiliar o processo de tomada de decisões, utilizando-se dos meios matemáticos, com fundamentação lógica e baseados em probabilidade.

A PESQUISA COMO BASE DE APOIO

Identificada como método científico, ou pensamento objetivo, aplicado aos problemas de administração, os pesquisadores de operações tendem a utilizar a matemática para apontar caminhos lógicos de decisão.

A pesquisa operacional tornou-se o instrumento com o qual se pode resolver certos problemas concretos de administração. Além de outros instrumentos já conhecidos dos estatísticos, matemáticos e economistas, existem alguns, relativamente novos, tais como, a Programação Linear, a Programação Dinâmica, e ainda a Teoria dos Jogos e a Teoria da Probabilidade. A Programação Linear pode ser utilizada para fornecer um modelo matemático de operação para uma fábrica de tecidos, por exemplo. A utilização da Programação Dinâmica será o modelo indicado para resolver a situação do planejamento de estoques e da produção. A Teoria dos Jogos serviria para representar problemas de comercialização, restando os modelos de probabilidade que, por serem os mais versáteis de todos, podem ser utilizados numa ampla variedade de assuntos.

Qualquer que seja o instrumental matemático escolhido, a fórmula geral para utilizá-lo, na tomada de decisões administrativas é a seguinte:

1 — construir um modelo matemático que satisfaça à condição do instrumento a ser utilizado e que, simultaneamente, reflita os fatores mais importantes da ocorrência que está sendo analisada;
2 — estabelecer a função-critério — medida que deve ser utilizada para comparar os índices relativos das várias alternativas do processo de decidir;
3 — aglutinar informações que nos dêem estimativas obtidas dos parâmetros numéricos do modelo; e
4 — efetuar uma operação matemática para encontrar-se o curso de ação dos valores especificados no modelo.

Com a aplicação das diferentes situações de tomada de decisões, teremos construído um programa teórico para as decisões nas organizações.

Na prática, as pesquisas nos revelam que os processos empregados nas decisões pela maioria dos administradores não estão fundamentalmente ligados aos conceitos rígidos de lógica matemática. O Consultor de Administração, Oliver Sheldon, nos explica que *até onde a administração se refere a coisas, seus métodos podem ser estabelecidos em*

termos científicos mas, desde que se envolva o elemento humano, torna-se complexo o emprego do método científico, isto porque não pode haver uma ciência da cooperação.

Tomar racionalmente decisões, entende-se por coletar todos os seus elementos, avaliando-se todas as alternativas de ação.

Destacamos, portanto, aquelas que tenham condições de chegar aos melhores resultados, através de um processo mental que compreende o fisiológico, associado com o cerebral, excluindo-se o emocional e o inconsciente.

Chegamos, em conseqüência, a um processo frio e calculado, que exclui as condicionantes emocionais, típicas do elemento humano.

Por outro lado, temos a considerar que o técnico, ao tomar decisões, é também pressionado pelas condicionantes impostas pelos valores das Ciências Sociais.

Assim entendido, e a título de exemplo, afirmamos que pode parecer pouco racional, do ponto de vista econômico, livrar-se de um elemento que nos causa problema em determinada função, transferindo-o para um cargo mais elevado. No entanto, sob ótica administrativa, esta pode ser considerada uma decisão eminentemente racional.

UMA QUESTÃO DE POLÍTICA

Em qualquer situação problemática, a primeira providência do responsável pela decisão deve ser a compreensão do problema. Isto é essencialmente a fase analítica, onde as ramificações e os fundamentos precisam ser conectados. Entretanto, se somente vencido o degrau analítico, nenhuma solução deve ser tomada. Para iniciar o processo decisório, alguns pressupostos concretos precisam ser definidos e estas primeiras definições podem alterar a própria concepção do problema.

Somos pressionados pela tendência inata de converter o *estranho* em *familiar*. O organismo humano é basicamente conservador e sente-se ameaçado por qualquer elemento ou conceito que não lhe seja familiar. Em contato com estes conceitos, a mente tenta enquadrá-los em padrões conhecidos, relutando muito em mudar sua própria geometria, a fim de dar lugar às novas concepções.

A isto precede, no entanto, um enorme trabalho comparativo entre o *estranho* e os conceitos *conhecidos*, e como resultante desse processo, forçamos a conversão do problema num caso *familiar*.

Freqüentemente o administrador procura um ponto de apoio para sua decisão. Obedecemos a uma tendência natural de se procurar a justificativa nos fatos antecedentes, ainda mais se considerarmos a pluralidade e maleabilidade das políticas disponíveis a serem adotadas.

É imposto ao administrador uma busca constante da solução que melhor satisfaça às circunstâncias do problema.

A uniformização, estabilização e continuidade são tendências naturais do próprio conceito de política, dentro das suas características de flexibilidade. Além disso, sua conceituação ocasional está impregnada de um forte conteúdo humanizador e social, que tem por base as considerações do poder e da ação. Sua logicidade está envolvida pela ilogicidade comum à natureza humana, sem que por isso se afaste da racionalidade da razão pura. O entendimento e o comando estão na origem desse conceito de política.

SOLUÇÃO HEURÍSTICA DE PROBLEMAS

A regra ideal é uma especificação de como alguém deveria governar sua escolha de ação, para não subotimizar seus objetivos no futuro.

Na falta de suficiente informação sobre a situação, a regra *faça aos outros o que você gostaria que os outros fizessem a você,* é uma boa heurística.

Máximas de éticas exercem constantemente uma necessária e eficiente pressão que nos forçam a considerar se nossos objetivos são razoáveis ou não. Felizmente a sociedade nos oferece uma grande quantidade de princípios.

Chamamos de heurísticas, os programas que são executados através de complexos processos de coleta de informações, utilizando também o mesmo tipo de seletividade na exploração e as mesmas espécies de regras empíricas utilizadas pelo homem. Este ponto de vista implica que os programas não deverão ser limitados apenas a processamentos numéricos, ou mesmo a algoritmos não numéricos ordenados e sistemáticos dos tipos conhecidos na utilização mais tradicional dos computadores, mas

que as idéias deveriam ser buscadas nos processos menos sistemáticos e mais seletivos, como os utilizados no manuseio dos inúmeros problemas não reduzidos a algoritmos.

Felizmente, existe uma importante parte dessa experiência à nossa disposição. Hoje, praticamente, ninguém é o primeiro a defrontar qualquer tipo específico de problema de decisão. A sociedade acumulou um imenso estoque de informações pertinentes à natureza dos mais variados problemas, suas possíveis soluções e o acesso a elas.

Este conhecimento compreende um acervo que inclui regras, princípios, máximas éticas, que nos permitem considerar certos fatores, ou optar por proceder de modo próprio.

Em resumo, o processo da tomada de decisões aplicado à administração, por certo, contém muitos componentes estabelecidos através da razão, mas não se ajusta a um padrão único de modelo universalmente estabelecido. O administrador, quando toma a decisão, procura fazê-lo com lógica, apoiando suas escolhas em razões aparentemente válidas.

O administrador utiliza-se ainda tanto do processo lógico, que é identificado pela escolha consciente, facilmente representado por palavras ou demonstrado como o uso de símbolos, como faz uso também do processo não lógico, que é revelado sob a forma de julgamentos fundamentados nos lastros de conhecimento, intuição, experiência e crenças.

Podemos afirmar, portanto, que, na prática da administração, os modelos de tomada de decisão percorrem uma imensa escala que vai do pólo onde se situaria a racionalidade clássica e rigidamente matemática ao extremo da intuição.

Muitas vezes as decisões admitidas pelo administrador não são consideradas fruto de um pensamento lógico. Isto se deve ao fato de que ele, ao decidir, considera um número bem maior de elementos, resultado de um exame global das variáveis parciais; estas, conhecidas apenas em parte pelos demais técnicos, que são responsáveis somente pela elaboração de segmentos do todo, restritos à sua área de especialização.

APLICAÇÃO DE UMA TÉCNICA

É possível estabelecer medidas genéricas para orientação nas tomadas de decisão. A própria **avaliação da situação**, muito comum nas escolas de comando militares, constitui um exemplo prático dessa medida.

Como a decisão envolve também processos psicológicos, ainda não convenientemente explicados, as teorias sobre a tomada de decisão sempre funcionaram como princípios de utilização moderada.

Uma coisa entretanto aprendemos sobre as decisões, é que elas podem ser sempre melhoradas. Além disso, pode ser também otimizada sua capacidade de realizações, com predominância maior dos acertos, na solução dos problemas da organização.

O ser humano desenvolve sua capacidade de aprendizagem em virtude da seqüência de situações incomuns e das dificuldades crescentes com que vai deparando. A par dessa experiência natural, o homem está habilitado a se utilizar do treinamento programado, como meio de intensificar sua capacidade de decidir com maior eficácia.

É comum ouvirmos dizer que um determinado elemento *tem o dom inato de decidir acertadamente,* como se isso fosse parte dos componentes da hereditariedade de uma pessoa, e jamais parte de sua formação profissional.

Os exemplos administrativos estão cheios de homens comprovadamente muito inteligentes, até mesmo brilhantes, que ficam completamente perdidos quando colocados em situações de direção.

Em nossa cultura se processa um crescimento vertiginoso da tecnocracia e uma das revoluções por que passa o século atual é a do conhecimento humano. Os tecnocratas passaram a contribuir acentuadamente na tomada de decisões, de acordo com suas habilidades particulares, em seus próprios campos de atuação. A experiência profissional simplesmente acha-se em curva descendente, ante a nova realidade mundial em que a instrumentação está cada vez mais apoiada no conhecimento e na atualização sistemática do elemento humano.

Os componentes de uma organização, seja qual for a sua natureza, são dotados de um potencial que pode ser relativamente avaliado. Se esse potencial sofresse um desenvolvimento ideal, chegaríamos provavelmente, a organização de maior eficiência no mundo.

Depois, a administração, que promove a formação de valores e procura despertar o seu interesse

pela empresa, apresentará, certamente, um comportamento valorizado pela afinidade pretendida entre os objetivos da instituição e os dos que trabalham para ela.

As organizações são constantemente pressionadas pelas forças ambientais que, por sua vez, sofrem rápidas modificações; assim também como a vida política, social, econômica e tudo o que mais acreditávamos imutáveis. Ignorar essas circunstâncias é suicídio. Responder utilizando os mesmos velhos programas e métodos é perder tempo. O administrador do nosso tempo, que sentiu essa mudança radical, processada em tão curto período, hoje recebe em massa as informações necessárias à formulação de suas decisões. Isto faz com que o ritmo de crescimento de uma empresa, que está intimamente associado à capacidade de decisão de seus dirigentes, seja extremamente veloz. O comportamento de uma organização está, portanto, baseado numa rede complexa de sucessivos e acelerados processos de decisão.

Os biólogos indicam a **especialização** como um dos mais importantes meios pelos quais as mais variadas espécies de animais obtêm as condições necessárias para competir, em seu meio ambiente, cheio de adversidades, e encontrar o necessário à sua sobrevivência. O mesmo se dá com as organizações. Essa é uma analogia que não receamos fazer no campo da administração.

Nenhuma teoria ou programa de treinamento, jamais fará de um incompetente um gênio. Não obstante, o apoio que pode ser extraído dessa escolaridade dá ao administrador a capacidade de trabalhar muito mais eficientemente do que o gênio do século passado, e ainda possibilita que o bom dirigente de hoje realize aquilo que o mago da administração de ontem jamais poderia ter sonhado.

A análise do processo decisório evidencia a necessidade de melhor distribuição das responsabilidades de decidir, por toda a organização. Na centralização das decisões de política e de controle e na descentralização das responsabilidades e das decisões operacionais residem os fundamentos de uma boa gestão administrativa.

O primeiro fator condicionante dessa descentralização está preso à capacidade dos funcionários para tomar decisões. Essas decisões por sua vez são muitos similares às da alta administração, embora seu campo de ação seja muito mais restrito, mas para isso devem estar preparados todos os membros da organização.

Se os diretores de uma empresa são os responsáveis pelo seu planejamento estratégico, a qualidade desses planos não pode ser superior aos níveis dos responsáveis pela sua implementação. Uma performance satisfatória só pode ocorrer se os dirigentes operacionais estiverem qualificados para o desenvolvimento das estratégias originárias da cúpula administrativa.

Por outro lado, a maioria das grandes empresas possui algum tipo de treinamento ou programa de desenvolvimento para seus funcionários. Muitos desses programas, entretanto, nem sempre correspondem às expectativas.

RECICLAGEM E PROGRAMAS

As seguintes observações, evidentemente, não se aplicam a todos os programas de desenvolvimento, mas, estamos certos de que muitos deles estão encontrando sérias dificuldades que se originam, em sua maioria, nas suas deficiências conceituais, na abordagem ou no seu conteúdo.

Desenvolvimento sem Especificação de Tipo e Nível

Pouco esforço tem sido feito na formulação de programas para um específico nível requerido pelo desenvolvimento das técnicas. Alguns julgam que a variedade das atividades do treinamento é o fator mais importante, valorizando muito pouco o nível a ser apresentado em cada conferência ou cada curso. Assim, também, poucos se ocupam com otimização dos tempos e das etapas do desenvolvimento de cada programa. E quase nunca sabemos dos resultados efetivos da experiência.

Treinamento sem Especificação de Objetivos

Nos programas para desenvolvimento de executivos é defendida, como parte mais importante, a

tese da troca de experiências entre os participantes e seu respectivo intercâmbio de idéias. É ainda comum acreditar-se que o retorno do investimento em treinamento somente pode ser percebido algum tempo depois, num futuro distante e que esse melhoramento será de ordem muito geral. Recentes estudos, no entanto, nos indicam que o desenvolvimento de conhecimentos e de habilidades são um resultado direto do programa de atividades no treinamento e que devem estar destinados a uma aplicação imediata. Se as empresas e suas unidades organizacionais possuem objetivos específicos e dimensionados, por que deveria ser adotado um comportamento diferente no que toca ao desenvolvimento de seus funcionários? Uma vez especificados os objetivos do treinamento, seus resultados podem ser tão imediatos quanto a sua aplicabilidade.

Tem sido demonstrado que os resultados individuais, assim como os dos programas de treinamento de pessoal como um todo, podem ser medidos e avaliados, quando os objetivos são específicos, em comparação com os padrões predominantes na empresa.

Identificação das Necessidades Específicas do Treinamento

Uma atitude comum na formulação de programas de desenvolvimento é a que se baseia no efeito-demonstração: *se outras empresas do mesmo porte estão engajadas num mesmo programa, por exemplo, mandando seu pessoal se especializar em determinada escola, cujo status poderá significar maior aproveitamento, nós também devemos...* As necessidades presentes e futuras, no tocante aos recursos humanos de uma organização, devem ser determinadas pelo levantamento do potencial existente, com uma extrapolação do passado bem próximo. Os planos de desenvolvimento devem incluir as determinações das necessidades, baseadas nos objetivos organizacionais e individuais a longo e curto prazos.

Uma linha extensa de outras ponderações poderia ser aqui considerada, para enfatizar a necessidade do treinamento adequado como infra-estrutura, que dará ao administrador a certeza de que o processo de descentralização de decisões pode ser implementado em sua própria empresa, com real proveito.

Não somente a demanda de executivos qualificados é superior à oferta, como também novas e melhores qualificações são essenciais para enfrentar o desafio das rápidas mudanças e modernas condições administrativas.

A qualidade dos recursos humanos é fator essencial à efetiva e eficiente performance de uma organização. Todos os demais recursos, quando utilizados, declinam em valor. Enquanto isso, os recursos humanos têm a capacidade inerente de se desenvolverem e se tornarem cada vez mais valiosos. Se as direções das empresas estão suficientemente conscientizadas para bem utilizar esse potencial, a questão se modifica.

Até bem pouco tempo, quase não eram conhecidos os processos relativos à tomada de decisões nas organizações. O pensamento humano, a aprendizagem, os métodos para solucionar constituem conhecimentos que costumamos definir, mas não explicar. Faltando-nos, portanto, a compreensão desses processos, somos forçados a recorrer às técnicas, primeiramente empíricas, e posteriormente, àquelas ligadas ao treinamento específico de pessoal.

O papel do executivo mudou. Daquele simples administrador, preocupado essencialmente com o **como fazer**, para o coordenador de um sistema de decisões descentralizadas, composto de vários outros especialistas, agora identificados com o que **fazer**; o passo foi gigantesco.

Não podemos afirmar, entretanto, que as técnicas tradicionais do processo decisório sejam absolutamente falhas. Diariamente decisões são tomadas em milhares de organizações, que ainda seguem os velhos princípios administrativos, sem que esse comportamento comprometa substancialmente os seus lucros. Mas nem por isso podemos deixar de afirmar e, cada vez mais, enfatizar as maiores e melhores perspectivas de eficiência e desempenho que aumentam sempre, à medida em que se ampliam os nossos horizontes e expectativas sobre a experiência do processo de tomada de decisões.

Análise elaborada pela Consultoria Técnica – COTEC

ATIVIDADES DO BANCO DO BRASIL

ABRIL – JUNHO DE 1974

NO PAÍS

REDE DE DEPENDÊNCIAS

Encontravam-se em funcionamento, ao final do 1.º semestre de 1974, 862 dependências – inclusive Postos de Serviço – assim distribuídas pelas Diretorias Operacionais:

Diretorias	Posição Anterior	Acréscimo no Período	Posição em 30.06.74	Participação Percentual
DIRAM	63	2	65	7,5
DINOR	157	5	162	18,8
DIREG	80	–	80	9,3
DIMIG	168	6	174	20,2
DISAP	173	–	173	20,1
DICAP	93	8	101	11,7
DISUL	101	6	107	12,4
	835	27	862	100,0

RESULTADOS FINANCEIROS

O lucro líquido do Banco apresentado em balanço foi de Cr$ 891,3 milhões, superior em 64,8% ao observado no primeiro semestre do ano passado:

Distribuição	Cr$ milhões
Fundo de Reserva	89,1
Fundo de Reserva de Risco em Operações de Câmbio	17,8
Gratificação à Diretoria	1,5
Dividendos aos acionistas	230,4
Fundo de Previsão	552,5
	891,3

RECEITAS

As receitas no semestre totalizaram Cr$ 5.161,3 milhões, tendo evoluído 52,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Daquele total, 93%, ou seja, Cr$ 4.797,5 milhões representam **Rendas Operacionais** do Banco, com preponderância da conta **Rendas de Juros e Comissões**, que participou com Cr$ 3.417,8 milhões. Para o total contribuiram também **Outras Rendas** e **Lucros Diversos**, com Cr$ 155,8 milhões e Cr$ 208,0 milhões, respectivamente.

DESPESAS

As despesas totais do Banco se elevaram a Cr$ 2.393,6 milhões, ocorrendo decréscimo de 13,2%, em relação ao 2.º semestre de 1973, e crescimento de 36,7% em comparação com igual período do ano anterior.

As despesas administrativas — constituídas em sua maior parte pelos gastos com pessoal e encargos sociais — e as operacionais — representativas dos custos financeiros necessários à captação de alguns dos recursos do Banco — somavam Cr$ 2.093,9 e Cr$ 299,7 milhões.

RECURSOS

Com um saldo de Cr$ 100,9 bilhões, os recursos totais do Banco no País aumentaram, no 1.º semestre de 1974, em 27,4% relativamente à posição de dezembro de 1973, revelando maior expansão em confronto com o crescimento de 24,5% ocorrido no 1.º semestre de 1973. Os recursos alheios — Exigível — responderam por 90% do acréscimo no semestre, contribuição praticamente idêntica à verificada nos seis primeiros meses de 1973.

A exemplo do semestre anterior, os depósitos tiveram participação de 53% naquele total.

A contribuição das **Obrigações Especiais** no aumento global dos recursos foi da ordem de 31%. O PASEP, os refinanciamentos e repasses especiais, os recolhimentos efetuados para subscrição de ORTN e a provisão para pagamento a efetuar no semestre seguinte foram os principais fatores desse crescimento. As **Outras Exigibilidades** representou apenas 6% do acréscimo total.

Por outro lado, os recursos normais do Banco — incluídos o **Não Exigível** e o **Resultado Pendente** balanceado — se mantiveram em níveis idênticos aos do 1.º semestre do ano passado.

DEPÓSITOS

O saldo de Cr$ 44,9 bilhões, ao final do 1.º semestre de 1974, representa evolução de 34,2% em relação a dezembro de 1973. Nos últimos doze meses, o acréscimo foi de 31,6% contra 28,8% observados no período de junho/72 a junho/73.

Os depósitos do público — à vista e a curto prazo — excluídos os de Instituições Financeiras, sofreram expansão de 21,9% no primeiro semestre e 42,6% no período de 12 meses encerrado em junho/74.

Os depósitos de Instituições Financeiras acusaram no semestre decréscimo de 31,6%, explicável, em parte, por ajuste contábil efetuado no registro dos cheques em trânsito.

Os depósitos a prazo observaram, no semestre, redução de 146,9 milhões (33%) contra expansão de Cr$ 750,7 milhões (122%) no 1.º semestre de 1973.

OUTRAS EXIGIBILIDADES

Com saldo de Cr$ 21,8 bilhões, esse grupamento representou, no 1.º semestre, 25% do passivo total, registrando expansão de 6%. Em igual período de 1973, houve retração de 2%.

O item **Outras Contas**, incluindo os saldos de **Cheques e Documentos a Liquidar**, apresentou incremento de Cr$ 2.240 milhões no período considerado, traduzindo um acréscimo de 152,3%.

A conta de movimento do Banco Central participou com 46% nos saldos de junho/74, decrescendo 6,3% (Cr$ 670,0 milhões), em relação a

dezembro de 1973. Também a conta **Cobrança Efetuada em Trânsito** reduziu-se de Cr$ 250 milhões no período, correspondendo a 15,2%. Esses dois fatores neutralizaram parcialmente a expansão da **Outras Contas.**

OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

O saldo das Obrigações Especiais — concentrando 20% dos recursos à disposição do Banco em junho/74 — elevou-se a Cr$ 20,5 bilhões, com expansão de 49,7% no semestre. Sua contribuição, no total do acréscimo de recursos, foi de 31%.

Para esse crescimento contribuiram, precipuamente, as arrecadações de recursos através do PASEP (25%), as obrigações por refinanciamentos e repasses oficiais para aplicações de fundos e programas do Setor Público (36%) e as obrigações em moedas estrangeiras (12%).

O item **Outras Contas**, com saldo de Cr$ 5.749 milhões é responsável pela parcela de 23% do acréscimo das Obrigações Especiais, com expansão de 38,3% sobre dezembro de 1973. Este crescimento decorre, sobretudo, de recursos de subscrição de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (Cr$ 635 milhões) e de Provisão para Pagamentos a Efetuar (Cr$ 475 milhões).

APLICAÇÕES

As aplicações do Banco se elevaram a Cr$ 100,9 bilhões em junho de 1974, em confronto com o saldo de Cr$ 79,2 bilhões verificado em dezembro de 1973.

A exemplo dos períodos anteriores, o Realizável — saldo de Cr$ 99,0 bilhões — constituiu o componente mais significativo (98% das aplicações); **Empréstimos** e **Outros Créditos**, tiveram, naquele total, participação de 55,5% e 41,5%, respectivamente.

EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos do Banco somaram, em junho de 1974, Cr$ 55,0 bilhões, contra Cr$ 44,3 bilhões em dezembro último. Daquele total, 6,5% foram destinados às Entidades Públicas e 93,5% ao Setor Privado. O crescimento atingiu 48,4%, em relação ao mesmo mês do ano anterior, 24,2% no primeiro semestre de 1974 e 15,1% no último trimestre.

No período de doze meses, encerrado em junho de 1974, os empréstimos do Banco expandiram-se Cr$ 17,9 bilhões, correspondendo a crescimento de 48,0%.

Liquidez da Carteira de Empréstimos

Seguindo a tendência observada nos semestres anteriores, verificou-se, em junho de 1974, sensível melhoria nos índices dos empréstimos.

Índices de Mora dos Empréstimos
Em final de período

Índices	JUN/73	JUN/74
Créditos em Liquidação / Empréstimos + Créditos em Liquidação	0,83%	0,67%
Composições / Empréstimos + Créditos em Liquidação	1,10%	0,85%
Créditos em Liquidação + Composições / Empréstimos + Créditos em Liquidação	1,93%	1,52%

Agricultura

Os empréstimos à agricultura, em junho de 1974, atingiram Cr$ 21,9 bilhões – 42,6% dos destinados pelo Banco ao setor privado – superando em 30,9% os saldos de dezembro de 1973. No 1.º semestre do ano passado, o incremento foi de 22,1%. O crescimento de junho de 1974 em relação a junho anterior foi de 57,2%. De junho de 1972 para junho de 1973, a agricultura havia crescido 50,2%.

Os empréstimos à produção cresceram 40,9% de dezembro (Cr$ 14,1 milhões) passado para junho de 1974 (Cr$ 19,8 bilhões). No primeiro semestre do ano anterior, esse acréscimo fora de 26,4%. A participação, entretanto, nos empréstimos à agricultura passou de 85,9% para 90,7%, entre junho de 1973 para junho de 1974. O financiamento à produção através de cooperativas, vem diminuindo sua participação percentual.

O saldo dos financiamentos para comercialização dos produtos agrícolas, em junho último, equiparou-se à posição de junho de 1973, em torno de Cr$ 2 bilhões, e sua participação diminuiu de 14,1% para 9,3%, dentro dos empréstimos à agricultura.

O grupamento **Produtos** no panorama geral dos empréstimos à agricultura, continua absorvendo a maior parcela – 56,1%. Os empréstimos carreados para o item – Cr$ 12,3 bilhões – enquadrando tanto os destinados ao custeio como os de comercialização a nível de produtor, cresceram em 31,4% no primeiro semestre de 1974, contra 24,8% observados em igual período do ano passado. Comparando-se os saldos de junho último com os do mesmo mês em 1973, observa-se acréscimo de 50,2%.

Melhoramentos e Equipamentos absorveu 29,6% – Cr$ 6,5 bilhões – dos empréstimos à agricultura, tendo sido quase que totalmente deferidos a lavradores, individualmente, pois apenas 2,2% destinaram-se a cooperativas.

Insumos Modernos continua em terceiro lugar na participação, utilizando 11,2% dos empréstimos à agricultura. Do saldo de Cr$ 1,2 bilhões em junho de 1973, esses financiamentos elevaram-se para Cr$ 2,4 bilhões, representando acréscimo de 98,8%. Nesse grupo ocorre maior participação das cooperativas, com 21%.

Construções e Armazéns, que representa 0,9% dos empréstimos ao Setor, também ressalta as cooperativas, com 38,2% de participação.

PRINCIPAIS PRODUTOS

Café, cana-de-açúcar, trigo, arroz, algodão, soja e milho absorveram 80% dos financiamentos destinados à produção agrícola. Em segundo plano, surgem feijão, mandioca, fumo e cacau, com 3,4%. Os restantes 16,6% dos financiamentos beneficiam outros produtos.

Café – A produção brasileira de café na safra 74/75 foi estimada em 21,5 milhões de sacas, representando aumento de 100% em relação à do ano anterior. O mercado interno consome 8 milhões de sacas, anualmente. Normalmente as exportações alcançam 18 milhões de sacas anuais.

A forte retração no volume dos negócios internacionais com o café limitou o quantificativo exportado nos primeiros seis meses de 1974 a 362 mil toneladas – inferior em 27,7% a igual semestre de 1973 – que renderam US$ 469 milhões – 16% menos do que nos primeiros seis meses de 1973. O preço médio unitário, contudo, manteve-se superior em 16,1% ao verificado no primeiro semestre de 1973.

Visando à sustentação dos preços internacionais do café, foi constituído o **Fundo de Defesa do Café** com a participação do IBC, Federação Nacional dos Cafeicultores da Colômbia, Companhia Salvadorenha do Café, Instituto Mexicano do Café, Junta do Café da Costa Rica e Governo da Guatemala. A empresa multinacional **Café Mundial**, de que são sócios o Brasil, Colômbia, Costa do Marfim e Portugal, também poderá participar das operações do Fundo.

Assistência Financeira

Os financiamentos para o café ocupam posição de destaque na alocação dos recursos do Banco. Mantém-se, este produto, como o de maior aplicação, em termos de saldos contábeis, tendo atingido em junho de 1974 o montante de Cr$ 3,6 milhões.

Os financiamentos à produção – que absorvem 88,9% da aplicação no café – registraram saldo de Cr$ 3,2 milhões, em junho passado.

Cana-de-açúcar – A escassez mundial de açúcar estimada para este ano, mesmo levando em conta os aumentos na produção de beterraba e das produções do Brasil e da Austrália, foi considerada como a mais séria desde a Segunda Guerra Mundial.

Em 1973, o Brasil produziu cerca de 5,7 milhões de toneladas, das quais perto de 3 milhões se destinaram às exportações. De acordo com as atuais previsões, deverá ser insignificante o aumento da oferta do açúcar brasileiro no mercado internacional em 1974, pois o incremento da produção será quase totalmente absorvido pela demanda interna. Ainda assim, estima-se que as divisas a serem geradas pelas exportações desse produto em 1974, situem-no como um dos mais significativos na pauta exportável, pois as negociações vêm sendo conduzidas a preços em ascenção.

Para atender tão somente ao crescimento eventual da demanda de **álcool anidro**, agora viável economicamente para mistura com a gasolina em razão dos sucessivos acréscimos do preço desse combustível, seria necessário ampliar a produção de cana-de-açúcar. Paralelamente, também o setor industrial deveria ser reestruturado em seus aspectos quantitativos e tecnológicos para a produção desse álcool.

A análise de séries históricas da destinação do açúcar nacional sugere que o fator explicativo do aumento da sua produção no último decênio – 10,7% ao ano – reside, principalmente, no comportamento das exportações, embora se tenha registrado crescimento anual do consumo interno aparente per-capita de 2,3% no período de 1966 a 1972.

O aumento da produção Centro-Sul se deu a uma taxa anual de 11,4% e Norte-Nordeste a 9,8%. Da regularidade nessas taxas de expansão depende o êxito das exportações do produto nos próximos anos, para atendimento das metas estabelecidas pelo próprio modelo de desenvolvimento brasileiro.

A análise do quadro seguinte permite verificar que o Banco já vem destinando maior parcela de sua assistência financeira à lavoura canavieira nordestina, cujo desempenho depende, principalmente, da modernização tecnológica setorial, tanto a nível das lavouras como da organização empresarial de sua industrialização.

CRÉDITOS CONCEDIDOS E ÁREA FINANCIADA
Cana-de-açúcar

	Norte-Nordeste		Centro-Sul	
ANO	Valor Real Cr$ mil	Área mil ha	Valor Real Cr$ mil	Área mil ha
1971	116.591	544	142.789	201
1972	147.734	404	201.998	242
1973	338.081	428	191.266	272

Índice Geral de Preços da F.G.V. – vol. 2 – Ano base 1973

A variação de junho último (Cr$ 1,4 bilhão) em saldo contábil, sobre dezembro de 1973 (Cr$ 781,9 milhões) foi de 188,4%. Em junho de 1973, verificou-se um crescimento de 92,7% em relação a junho de 1972, o que denota a continuada melhoria da assistência creditícia a esse importante produto.

Os saldos dos financiamentos à produção de cana através de cooperativas, no final do semestre, foram de Cr$ 28,5 milhões, com uma participação de 2,1% nos financiamentos totais a esse produto.

Trigo — A demanda mundial de trigo continua intensa. Na última safra houve maior declínio da oferta explicado pela queda de produção da União Soviética — maior produtor mundial — o que ocorreu também em vários países, motivando uma elevação do seu preço internacional.

A produção mundial, em 1973, foi de 374,4 milhões de toneladas, onde se destacam a URSS, com 95 milhões, e os Estados Unidos com 47 milhões. Do restante (232,4 milhões) atribuído aos demais países, o Brasil participou com 1,9 milhões.

Há prognósticos do Conselho Internacional do Trigo de que a produção mundial venha a ter significativos incrementos, pois espera-se que a URSS dobre sua oferta, enquanto os Estados Unidos já obtiveram acréscimos de 27% em relação à safra de inverno (quando atingiu o recorde de 43,9 milhões de toneladas).

No Brasil, tendo o Governo concedido o maior aumento (77,8%) de preço oficial nos últimos anos para o produto, é esperada uma produção de 2,4 milhões de toneladas, que representaria melhoria de 27% sobre a safra anterior.

Os saldos dos empréstimos à triticultura, que passaram a desfrutar da 3.ª posição ao final do primeiro semestre, absorveram 11% dos financiamentos aos produtos agrícolas.

Dos recursos aplicados em trigo — Cr$ 1.338,2 milhões, em junho/74 — 18% se referem ao custeio da produção e os restantes 82% à comercialização do produto. A apreciável mudança na distribuição — no trimestre anterior, quando as taxas foram de 8% e 92% respectivamente — é explicado pelo escoamento da safra passada. Dentro das previsões efetuadas para 1974 — estimou-se em Cr$ 1.801 milhões o incremento de recursos necessários ao aumento esperado da produção de trigo — Cr$ 1.145 milhões ou 64% já foram alocados até maio passado.

Soja — A produção de soja para a safra 1973/74 foi estimada em aproximadamente 7 milhões de toneladas, apesar do excessivo aumento verificado nos preços dos insumos de que necessitava. Estima-se que somente os fertilizantes provocaram um aumento de 30% nos custos de produção da soja, dada sua alta participação. Outro aspecto inibidor foi a elevação no custo da sacaria. A diminuição nos preços no comércio exterior, por ocasião da colheita, frustrou as expectativas dos produtores pois o mercado vinha até então apresentando tendência altista.

A assistência financeira do Banco à soja possibilitou a formação de 2,3 milhões de hectares em 1973, significando expansão de 37,2% sobre a área financiada em 1972. Em 1972 foram fertilizados, com recursos do Banco, 77,6% do total da área assistida, atingindo 83,3% em 1973, o que evidencia contribuição do Banco também para a melhoria qualitativa desta lavoura.

No último trimestre, os saldos dos financiamentos à soja evoluíram de Cr$ 552 milhões para Cr$ 698 milhões, acusando crescimento de 26,4%. Em idêntico trimestre do ano anterior, esse crescimento foi bem mais

expressivo (193,9%), em virtude do **boom** ocorrido naquela época, quando os preços se elevaram extraordinariamente.

Os empréstimos a cooperativas de soja — Cr$ 123,9 milhões — absorveram 18,1% dos destinados a esta atividade, em junho último, quando apresentaram crescimento de 3,8% em relação ao mesmo mês do ano passado.

Mandioca — A colheita de mandioca atingiu a 32 milhões de toneladas em 1971. Ocorreu queda na safra de 1972, quando foram colhidas 29,8 milhões de toneladas. As estimativas preliminares indicam que a safra de 1973 teria sofrido nova e ainda mais acentuada redução.

Por sua vez, o mercado externo da fécula de mandioca nacional também se comportou negativamente, devido à elevação dos fretes marítimos, que reduziram a capacidade competitiva de nosso produto. O Estado de Santa Catarina é, atualmente, o principal produtor e exportador de pellets de mandioca. O mercado europeu constitui maior comprador, destinando esse produto à alimentação animal, em substituição a outros alimentos energéticos.

Atualmente, as fábricas catarinenses de fécula de mandioca, que funcionam somente cerca de 90 dias por ano, por ocasião da safra, operam apenas com 50% de sua capacidade.

O Banco do Brasil, em 1973, firmou 18 mil contratos de financiamento, no valor de Cr$ 59 milhões, cobrindo uma área total de 136,5 mil hectares da lavoura de mandioca, formada com recursos do crédito especializado.

Os créditos concedidos para a comercialização da farinha e fécula de mandioca, em 1973, ao amparo da Política de Preços Mínimos exigiram aplicações de Cr$ 44 milhões para estocagem de 90 mil toneladas, contra somente Cr$ 2,6 milhões para a estocagem de 8,6 toneladas, em 1972, evidenciando as dificuldades de mercado para o produto.

Quanto aos saldos contábeis, verifica-se que esta atividade vem-se mantendo com empréstimos em torno de Cr$ 96 milhões, desde junho de 1973.

A mandioca, no total dos empréstimos à produção agrícola, vem diminuindo sua participação de trimestre para trimestre, tendo atingido em junho último 0,8%.

Fumo — A produção de fumo apresenta comportamento crescente, em função sobretudo da melhoria da produtividade.

A quantidade de fumo exportado em 1973 situou-se quase ao mesmo nível do de 1972, mas a receita cambial elevou-se de 26,6%. A conjuntura internacional para este produto continua favorável, haja vista que, durante o primeiro trimestre de 1974 o volume exportado aumentou 20,6%, em confronto com igual período do ano anterior, enquanto o valor da receita cresceu 46,6%.

A assistência creditícia do Banco, em 1973, foi expressa por 14.188 contratos firmados, no valor aproximado de Cr$ 50 milhões, abrangendo área superior a 48 mil hectares.

Em 1973, o número de contratos cresceu 23% e a área da lavoura formada com recursos do Banco, relativamente a 1972, expandiu-se de 34% — expressivo impulso ao cultivo desse produto no País.

O Estado de Santa Catarina é o maior beneficiado, pois absorve cerca de 40% do valor dos créditos concedidos, para igual parcela da área assistida pelo Banco. Rio Grande do Sul, Alagoas, Bahia, Minas Gerais e Paraná vêm a seguir, quer pelo volume de contratos, quer pelo valor e área financiada.

A Bahia, 3.º colocado, participou com 10,5% da quantidade produzida e 16,5% da área cultivada no País, em 1972.

Em termos de saldos contábeis, a cultura de fumo absorveu Cr$ 72,9 milhões – 0,6% dos empréstimos aos produtos agrícolas – ao final do 1.º semestre de 1974. Esta posição evidencia evolução de 66,0%, relativamente a junho de 1973.

Durante o último semestre, estes saldos tiveram uma variação de 42,2%, superior à observada em igual período do ano passado, que foi de 22,9%.

PREÇOS MÍNIMOS

A colaboração do Banco do Brasil, como agente executivo da Política de Preços Mínimos, não se limita apenas à administração das verbas governamentais.

Paralelamente, vem destinando vultosa soma de recursos com o objetivo de financiar o armazenamento, a comercialização da produção e a compra de sacaria.

O 2.º semestre caracteriza-se como o período em que a demanda de crédito para as finalidades apontadas exerce maior pressão sobre o Banco, sendo que no período de junho a setembro, os financiamentos alcançam o seu ponto máximo, conforme revela o quadro a seguir.

PREÇOS MÍNIMOS
Evolução dos Saldos

Anos	Cr$ mil
1971	
Setembro	1.173.656
Dezembro	806.371
1972	
Março	561.003
Junho	1.346.488
Setembro	1.607.473
Dezembro	1.099.737
1973	
Março	716.176
Junho	1.561.347
Setembro	2.127.683
Dezembro	1.476.831
1974	
Março	1.150.007
Junho	2.697.296

Pecuária

Os empréstimos do Banco do Brasil à pecuária, ao final do 1.º semestre de 1974, se elevaram a Cr$ 7.857 milhões, expandindo-se 27,0% em relação a dezembro de 1973. Essa expansão, no intervalo anual terminado em junho de 1974, foi de 61%.

Nos últimos doze meses a pecuária participou com 15,3% nos saldos dos empréstimos ao setor privado, contra 14,6% no período de junho/72 a junho/73.

O crédito pecuário vem sendo dirigido, preponderantemente, à produção animal (99,3% dos saldos em junho de 1974) — custeio e investimento — com participação apenas residual do comércio de produtos de origem animal.

PRODUÇÃO ANIMAL

Do montante de Cr$ 7.805 milhões dirigido à produção animal, 97% destinaram-se aos pecuaristas, e os restantes às cooperativas de produtores. A formação de rebanhos absorveu 55% dos empréstimos, ao passo que os financiamentos para aquisição de insumos modernos apresentaram crescimento de 86,7% no período anual terminado em junho/74.

Principais Rebanhos — Os financiamentos destinados aos principais rebanhos somaram Cr$ 4.266 milhões até junho de 1974, correspondente a 23,8% de aumento em relação a dezembro/73. No mesmo período do ano passado o crescimento foi de apenas 14,3%.

A distribuição dos financiamentos à bovinocultura (81% do total da produção) está expressa no quadro seguinte:

BOVINOCULTURA
Empréstimos à Produção Animal

Finalidade das Operações	Cr$ milhões		Participação percentual	
	Jun/73	Jun/74	Jun/73	Jun/74
Custeio	799,5	1.280,0	37,2	37,2
Aquisição de bovinos	1.293,0	1.978,0	60,3	57,5
Melhoramentos e equipamentos	25,8	142,7	1,2	4,2
Leite (bovinocultores)	20,9	36,5	1,0	1,1
Carne (bovinocultores)	6,8	1,0	0,3	—
TOTAL	2.146,0	3.438,2	100,0	100,0

A participação do crédito ao custeio — que permaneceu constante — aliada à redução na aquisição de bovinos e à elevação dos empréstimos para melhoramentos, reflete tendência de incentivar o sistema produtivo, em vez de enfatizar a comercialização.

O crédito, com vistas à melhoria dos índices de produtividade, constitui importante fator a influenciar o processo decisório dos agropecuaristas na adoção de tecnologia moderna e na localização de novos frigoríficos nas próprias regiões produtoras.

O saldo dos empréstimos à suinocultura foi de Cr$ 110 milhões, correspondente a 2,6% dos financiamentos aos rebanhos. Nos últimos doze meses, verifica-se expansão de 60,1%.

A avicultura apresentou, em junho de 1974, saldo de Cr$ 119,3 milhões, participando com 2% do total dos empréstimos à pecuária. No intervalo anual até junho de 1974, o acréscimo foi de 43,5%.

A modificação na preferência dos consumidores, decorrente das sucessivas crises de abastecimento na entressafra de bovinos, vem propiciando condições favoráveis ao rápido alargamento da participação da avicultura no mercado de carnes.

A pesca, por sua vez, apresentou, no primeiro semestre de 1974, crescimento de 385,8% em relação a junho de 1973. Sua participação no financiamento à produção animal foi de 0,5%.

Couros e Peles participa com 33% dos saldos destinados ao comércio de origem animal, evoluindo 4,3% durante o período junho/73 a junho/74.

Os saldos dos empréstimos ao comércio de lã atingiram Cr$ 4,2 milhões em junho de 1974.

Carne – Em junho de 1974, o montante da assistência creditícia à carne atingiu Cr$ 687,7 milhões, sendo Cr$ 302,6 milhões com recursos próprios do Banco e Cr$ 385,1 milhões, das Autoridades Monetárias.

Das aplicações próprias do Banco, Cr$ 294,3 milhões foram destinados à execução do Plano da Carne.

Leite – O Governo vem expandindo gradativamente o volume dos financiamentos e criando programas especiais, aliados à assistência técnica, de modo a tornar cada vez mais eficiente a alocação de recursos à atividade leiteira.

Em consonância com essa orientação, o Banco tem ampliado, e de modo crescente, seus financiamentos à produção leiteira nacional. A distribuição porém, ainda se ressente de um aproveitamento das melhores oportunidades de especialização regional. Minas Gerais – que reúne condições mais propícias para a atividade – teve incremento creditício anual inferior à média nacional. Já a evolução dos financiamentos à produção leiteira paulista indica comportamento coerente com a economia regional. Dado o alto grau de diversificação de atividades alcançado, São Paulo oferece um amplo conjunto de oportunidades mais rentáveis àqueles produtores e, espontâneamente, vem reduzindo a demanda de crédito destinado ao setor.

Indústria

Os empréstimos à indústria alcançaram, no final do primeiro semestre de 1974, Cr$ 15,6 bilhões, superando os níveis de igual período do ano de 1973 em 36,3%.

No semestre considerado, os empréstimos à produção industrial mantinham saldos de Cr$ 12,3 bilhões, com evolução de 38,2% face a junho de 1973. As aplicações destinadas ao comércio dos produtos industriais cresceram 29,4%.

O débito das cooperativas de produção industrial situava-se em Cr$ 133,3 milhões, evidenciando acréscimo de 84,5%, em relação ao primeiro semestre do ano passado. Não obstante o crescimento que o grupamento vem registrando, comparativamente com outros mutuários, sua participação nos empréstimos globais ao setor industrial é apenas residual (0,8%).

Os saldos dos empréstimos à indústria de transformação atingiram Cr$ 15,1 bilhões ao final do primeiro semestre, ou seja 96,7% das aplicações no setor.

Para a expansão verificada de 35,6%, concorreram as indústrias de produtos alimentares (61,9%), mecânicas (31,3%), vestuário e calçados (29,9%), material elétrico e comunicações (29,4%) e não especificadas, com crescimento de 43,1%. Os ramos de couros e peles e fumo involuíram 3,8% e 8,4% respectivamente.

Produtos Alimentares – Os empréstimos à indústria de produtos alimentares se elevaram, ao final de junho de 1974, a Cr$ 3,3 bilhões, evoluindo 61,9% em relação a igual mês do ano passado.

O açúcar fortaleceu sua posição ao apresentar crescimento de 96,0%. Os créditos aos produtores cresceram a maior taxa que os empréstimos às cooperativas.

Além do açúcar, com Cr$ 929 milhões, contribuíram para o crescimento dos créditos deferidos ao ramo de produtos alimentares a carne (Cr$ 118 milhões), o arroz (Cr$ 39 milhões) e o trigo estrangeiro (Cr$ 26 milhões), entre outros.

Tratores – A assistência que o Banco vem concedendo a título de financiamento das aquisições de tratores agrícolas e implementos de fabricação nacional tem-se mostrado crescente. Em junho de 1974, os saldos contábeis registraram Cr$ 2,5 bilhões.

Tratores e implementos de fabricação nacional
Saldo em fim de mês

Posição	Cr$ Milhões
1972	
Dezembro	1.332,7
1973	
Março	1.373,8
Junho	1.557,3
Setembro	1.656,8
Dezembro	1.970,6
1974	
Março	2.079,3
Junho	2.465,6

OUTROS CRÉDITOS

Com saldo de Cr$ 41,1 bilhões ao final do primeiro semestre de 1974, o grupamento **Outros Créditos** apresentou a evolução de 32,8% em relação à posição de dezembro de 1973.

No sentido expansionista, destacou-se a elevação registrada nas contas de **Dependências e Correspondentes no Exterior – em moeda estrangeira** (+69,2%), atribuível às operações de câmbio de conta própria, cujos saldos cresceram em Cr$ 6,5 bilhões – 64% do acréscimo de **Outros Créditos** – decorrente de mais ativa atuação do Banco no mercado interbancário.

Segue-se o crescimento das operações registradas nas contas do Tesouro Nacional, de responsabilidade da União (+Cr$ 1,6 bilhões), decorrente dos acréscimos dos débitos líquidos imputáveis ao Governo Federal (+Cr$ 1 bilhão), pela execução do orçamento geral da União e também da atuação das autoridades governamentais na equiparação de preços entre o trigo nacional e o importado (+Cr$ 0,6 bilhão).

No sentido contracionista, verifica-se redução nas operações de ordem e conta do Governo Federal (- Cr$ 969 milhões) e em Departamentos no País (- Cr$ 614 milhões). Seguem-se os créditos registrados em **Banco Central – Outras Contas** (- Cr$ 398 milhões) e **Cheques a Receber, em Trânsito** (- Cr$ 148 milhões).

Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio

Em junho de 1974 o saldo de **Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio** atingiu a cifra de Cr$ 2.290,5 milhões, dos quais Cr$ 155,7 milhões destinados a operações com café e os demais Cr$ 2.134,0 milhões, a operações com outros produtos agropecuários e manufaturados.

Em relação à posição de dezembro de 1973, constatou-se elevação de 51,1%, contra acréscimo de 172,8% em igual período do ano anterior. Este comportamento bem mais modesto pode ser atribuído ao contingenciamento nas exportações de soja, de algodão e de carne, que vigorou nos primeiros meses do semestre, aliado à queda dos preços no mercado internacional, sobretudo de soja, levando os exportadores brasileiros a protelar as negociações à espera de reversão de tendência.

Os saldos de dezembro estavam inflados por atraso nos pagamentos, provocado por problemas de transportes decorrentes da crise mundial de petróleo.

Aplicações com Recursos do PASEP

Com a Lei n.º 19, de 25.6.74, Decreto n.º 74.333, de 30.7.74 e a Resolução n.º 298, do Banco Central do Brasil, as **aplicações do PASEP** saíram da órbita do Banco do Brasil a partir de 1.º de julho deste ano, permanecendo entretanto a seu cargo, a administração do Programa, — arrecadação, controle das contribuições e distribuições dos resultados. Além disso, continuará o Banco a suprir as necessidades de capital de giro de empresas com os retornos das aplicações da espécie anteriormente efetivadas.

Em junho de 1974, as aplicações do Programa já realizadas pelo Banco somavam Cr$ 5 bilhões, mostrando uma expansão de 24,0% com relação à posição alcançada ao final do ano passado. Desse total, 63,3% destinaram-se ao atendimento das necessidades de capital de giro do comércio e da indústria e 27,2%, aos investimentos, incluindo-se o setor público.

APLICAÇÕES DO PASEP

Especificação	Cr$ Milhões		Composição Percentual	
	DEZ.73	JUN.74	DEZ.73	JUN.74
Empréstimos a Autarquias	153,6	166,8	3,8	3,3
Empréstimos a Governos Estaduais	49,4	93,1	1,2	1,8
Empréstimos a Governos Municipais	292,4	356,5	7,1	7,0
Empréstimos à Indústria	2.481,6	2.836,4	60,5	55,8
Capital de Trabalho	2.106,3	2.310,2	51,4	45,5
Investimento	375,3	526,2	9,1	10,3
Empréstimos ao Comércio	1.054,8	1.148,4	25,7	22,6
Capital de Trabalho	884,7	903,3	21,6	17,8
Investimento	170,1	245,1	4,1	4,8
Créditos em Liquidação	1,8	12,7	0,1	0,2
Aplicações Financeiras	—	207,0	—	4,1
Recursos Repassados	66,4	261,8	1,6	5,2
TOTAL	4.100,0	5.082,7	100,0	100,0

VALORES E BENS

Nesse grupamento estão registrados os depósitos compulsórios do Banco, em títulos Federais; os investimentos decorrentes de incentivos fiscais; o capital e a conta de resultados das agências no exterior.

Nos primeiros seis meses de 1974 esta conta registrou crescimento de 23,7%.

Os depósitos compulsórios em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, à ordem do Banco Central, continuam com a mais elevada participação no total do grupamento (52%), apresentando queda de 5%. A conta de aplicações financeiras do PASEP, incluída em **Outros Valores** cresceu Cr$ 207 milhões. Merecem, ainda, ser citadas as contas de capital e reservas das agências no exterior e resultados colocados pelas mesmas à disposição da Direção Geral, responsáveis pela parcela de 16% do acréscimo.

AGÊNCIAS NO EXTERIOR

REDE DE DEPENDÊNCIAS

Manteve-se inalterado, no primeiro semestre de 1974, o número de dependências do Banco no exterior, consistindo em 14 agências e 2 escritórios de representação.

RESULTADOS FINANCEIROS

O lucro obtido pelas Agências no Exterior, excluída a participação no resultado da Carteira de Câmbio — US$ 7,2 milhões — elevou-se em junho de 1974 a US$ 24,6 milhões. Este resultado representa acréscimo de 222% sobre igual período de 1973 e corresponde a 92% do lucro apurado durante todo ano de 1973.

RECURSOS E APLICAÇÕES

O saldo de recursos e aplicações das agências do Banco no Exterior atingiu, em junho de 1974, o montante de US$ 5 bilhões, superior em 39% ao observado em dezembro de 1973. Nos últimos doze meses, registrou-se expansão de 92,3%.

A principal fonte de recursos continuou sendo o setor externo — 81% do total. A captação de recursos locais cresceu 15% no semestre, contraindo sua participação no total dos recursos de 19%, em dezembro de 1973, para 16% em junho de 1974. Os recursos próprios dessas agências, que representam 2% do total, cresceram 11% no período.

Quanto às aplicações, as destinadas ao setor externo absorveram, no mês de junho de 1974, a parcela de 34% — US$ 1,7 bilhão — do total, incremento de 10% sobre o mês de dezembro de 1973. Já as aplicações no mercado interbancário local — com saldo de US$ 2,6 bilhões — utilizaram 51% dos recursos das Agências no Exterior. As aplicações destinadas ao comércio exterior apresentaram, em junho último, o saldo de US$ 413 milhões — elevação de 117% sobre a posição de dezembro de 1973.

BANCO DO BRASIL S.A.
Demonstração de Lucros e Perdas, em 28 de junho de 1974

DÉBITO

			Cr$
I - DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas de juros:			
Sobre depósitos à vista e a curto prazo	10.639.096,51		
Sobre depósitos a médio prazo	26.079.756,20		
Sobre outras exigibilidades	186.867.492,91	223.586.345,62	
Despesas de comissões		232.049,22	
Despesas de correção monetária		75.847.149,94	299.665.544,78
II - DESPESAS ADMINISTRATIVAS			
Honorários da Diretoria e do Conselho Fiscal		1.488.116,08	
Pessoal.			
Vencimentos	648.882.433,00		
Outras remunerações	372.480.173,88	1.021.362.606,88	
Encargos sociais		439.125.143,52	
Impostos e taxas		225.110.072,21	
Material de expediente consumido		26.875.800,65	
Donativos para assistência social		392.210,17	
Despesas gerais:			
Aluguéis	4.741.437,17		
Publicações de interesse do Banco	7.390.340,52		
Conservação de imóveis, comunicações, fiscalização de operações, transporte de numerário, frete de material de expediente, locação e manutenção de equipamento e outras despesas	367.466.836,17	379.598.613,86	2.093.952.563,37
III - PERDAS DIVERSAS			
Em operações de exercícios anteriores	46.716.001,97		
Em transações e reajustes de valores patrimoniais e outras	9.749.382,74	56.465.384,71	
Amortização de imóveis, móveis e utensílios		181.184.351,04	237.649.735,75
IV - PROVISÕES			
Para ocorrer a encargos operacionais e administrativos previstos, inclusive gratificação a funcionários e programação de assistência social			1.138.670.892,27
V - REFORÇOS			
Ao fundo para prejuízos eventuais, na forma do Art. 37, dos Estatutos			500.000.000,00
VI - DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE - Art. 37, dos Estatutos			
Fundo de reserva		89.136.383,68	
Fundo de reserva de risco em operações de câmbio		17.827.276,73	
Dividendos aos acionistas (16% a.a.)		230.400.000,00	
Percentagem da Diretoria		1.482.589,71	
Fundo de previsão		552.517.586,75	891.363.836,87
			5.161.302.573,04

CRÉDITO

			Cr$
I - RENDAS OPERACIONAIS			
Juros e comissões			
Sobre empréstimos à produção e ao comércio	2.906.483.321,82		
Sobre empréstimos a entidades públicas e a instituições financeiras	60.648.816,02		
Outras	450 695.588,53	3.417.827.726,37	
Tarifas sobre serviços		646 999.656,71	
Outras rendas operacionais		732 729.383,45	4.797 556.766,53
II - OUTRAS RENDAS			155 762.215,72
III - LUCROS DIVERSOS			
Recuperação de créditos compensados		43.621.533,53	
Em transações e reajustes de valores patrimoniais		5.116.669,66	
Diversos		159.245.387,60	207 983.590,79
			5.161.302.573,04

Notas e comentários relativos às Normas do Banco do Brasil e à Legislação Econômico-Financeira criada ou modificada no período de ABRIL a JUNHO de 1974.

LEGISLAÇÃO E NORMAS

Coordenado e elaborado pela Consultoria Técnica – COTEC

LEI COMPLEMENTAR N.° 19, DE 25 DE JUNHO DE 1974. (D.O.U. de 26.6.74) – Dispõe sobre a aplicação dos recursos do PIS e do PASEP e dá outras providências.

Os recursos gerados, a partir de 1.º de julho de 1974, pelo Programa de Integração Social – PIS e pelo Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, passarão a ser aplicados de forma unificada, destinando-se a programas especiais de investimentos elaborados e revistos periodicamente, segundo as diretrizes e prazos de vigência dos Planos Nacionais de Desenvolvimento – PND.

A elaboração dos programas especiais e processos de aplicação dos recursos competirá ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

LEI N.° 6.036, DE 1 DE MAIO DE 1974. (D.O.U. de 2.5.74) – Dispõe sobre a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e da Secretaria de Planejamento e sobre o desdobramento do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

A presente lei, no seu art. 1.º, altera os arts. 32, 35 e 36 do Decreto-lei 200, de 25 de fevereiro de 1967, criando assim o Conselho de Desenvolvimento Econômico, a Secretaria de Planejamento e desdobrando o Ministério do Trabalho e Previdência Social em Ministério do Trabalho e Ministério da Previdência e Assistência Social. Ao Ministério do Trabalho ficarão afetos: trabalho; organização profissional e sindical; fiscalização; mercado de trabalho, política de emprego; política salarial; política de imigração; colaboração com o Ministério Público junto à Justiça do Trabalho.

O Ministério da Previdência e Assistência Social tratará da previdência e da assistência social.

Incumbe ao Conselho de Desenvolvimento Econômico assessorar o Presidente da República na formulação da política econômica e, em especial, na coordenação das atividades dos Ministérios interessados no Plano Nacional de Desenvolvimento.

À Secretaria de Planejamento da Presidência da República incumbe, em particular, assistir o Presidente da República na coordenação do sistema de planejamento, orçamento e modernização administrativa, inclusive no tocante ao acompanhamento da execução dos planos nacionais de desenvolvimento; na coordenação das medidas relativas à política de desenvolvimento econômico e social; na coordenação da política de desenvolvimento científico e tecnológico, principalmente em seus aspectos econômico-financeiros, ressalvada a competência deferida à Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional; e na coordenação de assuntos afins ou interdependentes que interessem a mais de um Ministério.

São transferidas, assim, para a área de competência da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, as atribuições do atual Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, excetuadas as que, por ato do Poder Executivo, forem expressamente cometidas e outro Ministério ou Órgão.

LEI N.° 6.045, DE 15 DE MAIO DE 1974. (D.O.U. de 16.5.74) — Altera a constituição e a competência do Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

A presente lei altera a composição do Conselho Monetário Nacional que será integrada pelo Ministro de Estado da Fazenda, como Presidente; Ministro de Estado, Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, que será o Vice-Presidente; Ministro de Estado da Indústria e Comércio, pelo Presidente do Banco Central do Brasil, pelo Presidente do Banco do Brasil S.A., pelo Presidente do Banco Nacional da Habitação, pelo Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e três membros nomeados pelo Presidente da República entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos econômico-financeiros.

Os demais Diretores do Banco Central do Brasil participarão de reuniões do Conselho Monetário Nacional, sem direito a voto.

O Presidente do Conselho poderá convidar para participar das reuniões, sem direito a voto, outros Ministros de Estado, assim como representantes de entidades públicas ou privadas.

As atribuições relativas à política nacional do abastecimento enunciadas nos arts. 2.º e 3.º, da Lei Delegada n.º 5, de 26.12.1962, e transferidas para a Competência do Conselho Monetário Nacional pelo art. 2.º, do Decreto n.º 65.769, de 3 de dezembro de 1969, serão exercidas conjuntamente pelo Ministro de Estado, Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e pelos Ministros de Estado da Fazenda, dos Transportes e da Agricultura, sob a coordenação deste último.

DECRETO N.° 74.143, DE 4 DE JUNHO DE 1974. (D.O.U. de 4.6.74) — Dispõe sobre viagens ao exterior, a serviço ou com fins de aperfeiçoamento e dá outras providências.

As viagens ao exterior do pessoal civil da administração direta ou indireta, a serviço ou com a finalidade de aperfeiçoamento, poderão ser com ônus, com ônus limitado e sem ônus.

Os afastamentos do País que dependerem de autorização do Presidente da República deverão ser propostos mediante Exposição de Motivos onde se indicarão as vantagens para a Administração, do afastamento do proposto, especificando como serão aproveitados no Brasil os conhecimentos adquiridos e em que entidade; custo total da viagem; fontes de recursos, à conta dos quais correrão as despesas e juntada de documentação, se for o caso, da concessão de bolsas-de-estudo, convite ou outra forma de iniciativa da viagem.

DECRETO N.° 74.154, DE 6 DE JUNHO DE 1974. (D.O.U. de 7.6.74) — Dispõe sobre a COMPATER.

Pelo presente Decreto, foi criada no Ministério da Agricultura a Comissão Nacional de Pesquisa Agropecuária e de Assistência Técnica e Extensão Rural — COMPATER. O propósito básico desta Comissão é assegurar articulação orgânica entre as entidades incumbidas da programação, coordenação e execução de atividades de pesquisa agropecuária, assistência técnica e expansão rural; proceder à compatibilização de planos e programas anuais de assistência técnica e extensão rural, por entidades de pesquisa agropecuária, vinculadas ao Ministério da Agricultura; acompanhar a execução dos planos e várias outras atribuições.

DECRETO N.° 74.155, DE 6 DE JUNHO DE 1974. (D.O.U. de 7.6.74) — Dispõe sobre a COMCRED.

O Presidente da República, no uso das suas atribuições, criou a Comissão Coordenadora da Política Nacional de Crédito Rural — COMCRED, com as seguintes atribuições:

Propor ao Conselho Monetário as diretrizes do crédito rural, de acordo com as políticas globais relativas ao instrumento creditício e ao desenvolvimento agropecuário do País;

Propor ao Conselho as diretrizes necessárias ao funcionamento do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária — PROAGRO, bem como aos demais recursos de desenvolvimento rural;

Propor normas de planejamento operativo da aplicação de crédito rural, mediante difusão de diretrizes e prestação de assessoramento; promover a avaliação periódica do Programa Operativo de Crédito Rural do País, com o objetivo de verificar a sua eficiência como instrumento de execução da política de desenvolvimento agropecuário do País.

Integram a Comissão: como presidente, o Ministro da Agricultura; um representante do Ministério da Fazenda; o Diretor do Banco Central do Brasil, responsável pelo crédito rural; um representante do Banco do Brasil S.A.; um representante dos órgãos de assistência técnica, designado pelo Ministro da Agricultura e o Secretário Executivo da COMCRED, também designado pelo Ministro da Agricultura.

DECRETO N.° 74.156, DE 6 DE JUNHO DE 1974. (D.O.U. de 7.6.74) – Cria a CNPU.

A Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana – CNPU, tem a finalidade de acompanhar a implantação do sistema de regiões metropolitanas e de propor as diretrizes, estratégia e instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, e também avaliar a sua execução.

Será integrada pelo Secretário Geral da Secretaria de Planejamento da Presidência da República – SEPLAN, na qualidade de Presidente; pelo Secretário Geral do Ministério do Interior, na qualidade de Vice-Presidente; pelo Presidente do Banco Nacional da Habitação; por representante do Ministério da Fazenda; por representante do Ministério da Indústria e do Comércio e por quatro membros escolhidos em conjunto pela SEPLAN e pelo Ministério do Interior.

DECRETO N.° 74.158, DE 6 DE JUNHO DE 1974. (D.O.U. de 7.6.74) – Institui o CONAB.

Foi instituído o Conselho Nacional de Abastecimento – CONAB – com o fito de baixar Resoluções e Atos, consubstanciados nos arts. 2.º e 3.º da Lei Delegada n.º 5, de 28 de setembro de 1962; coordenar a ação dos órgãos públicos e privados que, direta ou indiretamente, interfiram no abastecimento de gêneros alimentícios; estabelecer prioridade para o armazenamento e transporte de gêneros alimentícios; propor, quando necessário, isenção de impostos e taxas federais incidentes sobre a importação e distribuição de gêneros alimentícios, essenciais ou em carência; instituir o cadastramento das unidades armazenadoras existentes no território nacional, objetivando a implantação de um Sistema Nacional de Armazenamento de gêneros alimentícios, criando-lhe condições de segurança, eficiência e flexibilidade. O Conselho também terá entre suas atribuições, a de implantar em todo o território nacional, progressivamente, processos de acompanhamento conjuntural do mercado de gêneros alimentícios.

COMUNICADO N.° 475. (D.O.U. de 19.4.74) – Dispõe sobre normas de exportação de soja.

A Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil comunica que, segundo decisão do Conselho Monetário Nacional, as exportações de soja em grão, farelo e torta de soja, não estão mais sujeitas ao regime de venda prévia à CACEX, estabelecido no Comunicado n.º 470, de 22.2.1974, o qual fica cancelado.

Outras normas foram estipuladas, como o registro prévio obrigatório das vendas contratadas com o exterior, com prazo de validade de 90 dias; prazo de 30 dias de validade das respectivas guias de exportação; e permanência da suspensão da exportação de óleo de soja.

CONVÊNIO AE 2-72. (D.O.U. de 17.6.74) – Redução do Imposto de Circulação de Mercadorias.

Sob a presidência do Ministro da Fazenda, reuniram-se os Secretários da Fazenda dos Estados de Goiás, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, a fim de assinarem convênio para conceder até 31.12.74, nas saídas de soja em grão para o exterior, uma redução de 25% na

base de cálculo do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias.

Nas saídas para o exterior de soja em grão, recebida de outro Estado, proceder-se-á ao estorno do crédito do ICM, proporcionalmente à redução prevista.

O BANCO DO BRASIL E A EXPANSÃO DA LAVOURA CANAVIEIRA

Conforme decisão do Conselho Monetário Nacional, foi autorizada a concessão de financiamento para expansão de áreas de canaviais. Serão beneficiários as usinas de açúcar e os produtores, detentores ou não de cota oficial de fornecimento de cana concedida pelo IAA.

AUXÍLIO À PECUÁRIA LEITEIRA

O Banco do Brasil participa como agente financeiro da nova linha de crédito instituída pelo Banco Central, que tem como objetivo o desenvolvimento da pecuária leiteira e o aumento de produtividade dessa exploração em áreas especialmente selecionadas. Os créditos irão beneficiar diretamente os projetos a serem implantados nos Estados do Norte e Nordeste, à exceção do Amazonas e Acre.

Como condição básica para o deferimento das operações, é necessária a elaboração de um projeto e sua aprovação preliminar pelas entidades prestadoras de assistência técnica que mantenham convênio com o Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária — CONDEPE.

A finalidade desses financiamentos é a formação e melhoria de pastagens; melhoramento das instalações; aquisição de matrizes, reprodutores e equipamentos em geral. Os empréstimos não deverão ser inferiores a Cr$ 30 mil, nem superiores a Cr$ 300 mil. Os prazos das operações variam entre 8 e 12 anos, com carência de até 4 anos.

Os beneficiários desses créditos são os produtores rurais — pessoa física ou jurídica — que sejam fornecedores regulares de leite todo o ano, com média superior a 50 litros diários. É condição também que os mutuários sejam proprietários do imóvel explorado.

A entidade encarregada da elaboração do projeto deverá opinar sobre suas condições de viabilidade e rentabilidade, bem como fazer uma previsão para o desenvolvimento do empreendimento, acompanhando-o até a liquidação do contrato, através de relatórios trimestrais. Por sua vez, o beneficiário se comprometerá contratualmente a implantar o projeto, segundo a orientação do órgão técnico.

CORREDORES DE EXPORTAÇÃO

O Banco do Brasil, como agente financeiro, vinculou-se ao Projeto Agro-Indústria, instituído dentro do **Programa Corredores de Exportação**, para financiar a implantação, ampliação, reforma e reequipamento de unidades industriais em que se processem ou venham a se processar o beneficiamento e transformação de produtos de origem agropecuária, com vista à criação de excedentes exportáveis para o mercado mundial.

Os recursos do Projeto são provenientes do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD.

Vários ramos serão beneficiados, como o abate de bovinos e processamento de carnes, extração de óleos vegetais, laticínios e miscelânia — abatedouros ou indústrias de processamento de carnes — assim como os frigoríficos, industrialização de leite e derivados, fábricas de sucos de frutas, fábricas de doces, farelo e tortas e cooperativas que processem produtos de origem agropecuária para alimentação humana.

BANCO DO BRASIL INCENTIVA PRODUTORES

O Banco está financiando a aquisição de colheitadeiras argentinas.

Os beneficiários serão estritamente os produtores de trigo, soja e arroz e o

limite será de 90% do valor CIF da máquina posta em Uruguaiana, no Rio Grande do Sul.

O prazo de resgate é de no máximo 5 anos, em função da capacidade de pagamento dos interessados e de forma que as amortizações anuais não sejam inferiores a 20% do valor do crédito aberto.

Será financiada uma unidade por cliente, propiciando, assim, um atendimento mais amplo entre os produtores.

AUXÍLIO ÀS REGIÕES INUNDADAS

O Banco adotou providências a fim de auxiliar economicamente às regiões atingidas por inundações nos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte. Entre as providências tomadas, destacam-se a criação de faixas fixas para desconto de duplicatas, até 20% sobre os respectivos tetos rotativos e créditos fixos existentes; desconto de notas promissórias à ordem do Banco, até o valor máximo de Cr$ 50 mil por beneficiário; e reforma, por prazo não superior a 120 dias, de títulos que venceram até 31.5.74.

No Setor Rural, foram deferidos créditos suplementares para plantio, tratos culturais e colheita de lavouras a serem cultivadas após a baixa das águas.

Estudou-se, ainda, a concessão de créditos adicionais para a reconstrução de benfeitorias destruídas ou danificadas pelas enchentes.

Os títulos em cobrança, dentro das áreas abrangidas pelo Estado de Calamidade Pública, tiveram seus prazos de resgate prorrogados por 60 dias.

AGÊNCIAS JUNTO ÀS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO

Foram criadas junto às Centrais de Abastecimento de Alagoas, Minas Gerais e Pará, novas Agências do Banco, a fim de apoiarem o Programa de Modernização do Sistema de Abastecimento aos grandes centros urbanos. A CEASA é um órgão estreitamente ligado aos interesses públicos, dada a importância estratégica do abastecimento da população e, portanto, merecedor de apoio do Banco.

RECURSOS EXTERNOS

Foi reduzido do equivalente em cruzeiros a US$ 50 mil para US$ 20 mil o valor mínimo para contratação de empréstimos com recursos provenientes da conversão em moeda nacional, de financiamentos externos.

A resolução tem por fim beneficiar significativa faixa de clientes que, a partir de agora, terão acesso a essa modalidade de crédito.

Com o mesmo interesse, de alargar a faixa de atendimento a clientes, através de diversas linhas de crédito com recursos externos, o Banco atribuiu a todas as Agências-Centro no País um limite de até US$ 80 mil por cliente, para deferimento de operações da espécie.

A critério de cada uma das Diretorias Operacionais, essa medida poderá ser estendida às demais filiais do Banco, até o limite de US$ 50 mil.

ESTOCAGEM DE CARNE E AJUDA AOS FRIGORÍFICOS

De acordo com as diretrizes do Plano de Estocagem de Carne para o ano de 1974, o Banco resolveu conceder financiamento aos frigoríficos do Estado do Rio Grande do Sul que participam daquela programação governamental. Foram fixadas as cotas para cada empresa.

Prevalecem as condições de financiamentos de anos anteriores — margem de adiantamento de 50% sobre as garantias efetivamente constituídas, juros de 12% a.a., debitáveis ao mutuário e comissão de 0,3% a.m., à conta do FUNDAG.

Os frigoríficos terão, ainda, ressarcidas suas despesas comprováveis de estocagem, desde que, como limite máximo, se equiparem às adotadas pela rede oficial de armazenagem a frio.

O objetivo da medida é evitar que as empresas arrendem instalações a preços que lhes resultem em prejuízos.

PRESENÇA DO BB NA HOLANDA

Amsterdam e Roterdã – separadas apenas por 80 quilômetros – rivalizam-se em pujança econômica e na possibilidade de negócios, sendo a primeira núcleo financeiro e centro das grandes decisões comerciais, enquanto a segunda impressiona pela movimentação de seu porto.

O interesse de atuação do Banco do Brasil, voltado para o incremento do intercâmbio comercial, notadamente de nossas exportações, definiu, para instalação de nova agência no Exterior, Amsterdam que, como centro de decisões e sede dos principais organismos financeiros, leva significativa vantagem sobre Roterdã. Entretanto, o fato de ter-se fixado Amsterdam como sede da nova filial, não excluiu de cogitação a praça de Roterdã, pois, tão logo a nova dependência entre em funcionamento, deverá o Banco do Brasil cuidar da instalação de um Escritório de Representação naquele porto.

AGILIZAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES INTERNAS

A Diretoria do Banco do Brasil acaba de autorizar a aquisição de mais 5 centrais NEC, modelo Nedax/201. Esse novo equipamento deverá beneficiar as comunicações de Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.

Paralelamente, o Banco autorizou o desenvolvimento de um estudo sobre a conveniência de aproveitamento da característica especial do equipamento NEC, que permite a comutação simultânea de circuitos de voz e telegrafia, facilidade que favorecerá a automatização da rede interurbana de fonia do Banco.

A expansão da rede de telecomunicações do Banco do Brasil, apoiada na instalação de terminais teleimpressores, tem dependido, em grande parte, do desenvolvimento do sistema implantado pela EMBRATEL. Por sua vez, os esforços do Banco, em trabalho pioneiro, fizeram chegar os terminais de telex e seu sistema a 74 localidades ainda não atingidas pela rede oficial.

O objetivo agora é dirigir a automação para as regiões Centro-Leste e Nordeste do País, relocando centrais existentes e adquirindo novas que substituirão as unidades cuja capacidade de ampliação se encontre esgotada.

Com o remanejamento programado e aquisição das 5 novas centrais, elevar-se-á para 98 o número de agências atendidas pela rede própria do Banco, localizadas em praças não atingidas pela rede oficial.

FINANCIAMENTO DE IMPORTAÇÕES CHILENAS

Uma linha de crédito de US$ 5 milhões destinada ao financiamento de importações chilenas de bens de capital, inclusive veículos, e bens de consumo durável de origem brasileira, acaba de ser autorizada pela Diretoria do Banco do Brasil.

As operações amparadas pela nova linha deverão ter curso através da filial em Santiago, contando com recursos do FINEX, e sofrerão uma sobretaxa, a ser cobrada do exportador, a título de remuneração pela dispensa do direito de regresso da CACEX.

REESTRUTURAÇÃO DA CACEX

Para acompanhar a evolução do comércio exterior, que vem desempenhando importante papel na estratégia global do desenvolvimento econômico, o Banco do Brasil resolveu dotar a Carteira de Comércio Exterior de novos quadros, bem como autorizar a criação de um novo Departamento naquela Carteira.

O Departamento Geral de Programação e Estudos de Mercados – DEPEM terá a seu cargo a responsabilidade da ação interna, particularmente a reali-

zação dos estudos de coordenação da política de produtos, além do comando de setores próprios das agências e promoção e informação comercial. Esse novo órgão passará a operar como centro de estudos econômicos da Carteira, realizando trabalhos de macroeconomia e preparação e programação global do comércio exterior e mercados externos.

ESCRITORIO EM BEIRUTE – SUPORTE DE NOSSAS RELAÇÕES COM O ORIENTE MÉDIO

O Banco do Brasil contará com mais um Escritório de Representação. Beirute será sua nova praça. Essa dependência estenderá seu raio de ação aos demais países do Oriente Médio e, inclusive, a Chipre, Turquia e Irã.

O Escritório de Beirute deverá ter características especiais, em função das peculiaridades dos diversos mercados financeiros do Oriente Médio. Para tanto, o quadro funcional da nova unidade contará com uma equipe dinâmica, que atue nos diversos países da área, transformando o Escritório em Beirute num centro de ação regional, em condições competitivas com outros bancos estrangeiros, que também fazem de suas representações no Líbano, o grande pólo das atividades multidirecionais. Além disso, essa atuação singular vai favorecer a canalização das aplicações dos capitais árabes por intermédio das agências do Banco no Exterior, especialmente por Paris.

O Escritório de Representações no Líbano também constituirá base de apoio de nossas exportações para o Oriente Médio, tendo em vista a complementariedade de nossa economia. Estará em condições de detectar novas oportunidades para colocação de produtos brasileiros naquele mercado, atendendo a uma das imposições básicas do nosso comércio exterior. Por outro lado, assegurará ao mercado nacional condições favoráveis ao suprimento de sua crescente necessidade de petróleo.

ESTATÍSTICAS DO BANCO DO BRASIL

BANCO DO BRASIL

BALANCETES

Saldos em Cr$ 1.000

ATIVO	30.04.74	31.05.74	28.06.74
DISPONÍVEL – Caixa	677.909	477.225	433.989
REALIZÁVEL	91.788.631	95.816.695	102.123.414
EMPRÉSTIMOS – Carteira de Crédito Geral	23.680.040	24.534.846	26.253.337
À produção	12.457.120	13.186.653	14.392.307
Agrícola	957.418	1.209.736	1.383.238
Animal	1.137.325	1.145.593	1.177.817
Industrial	9.939.429	10.388.563	11.352.755
À cooperativas de produção	422.948	442.761	478.497
Ao comércio	3.320.675	3.285.610	3.404.103
De produtos agrícolas	757.007	698.971	724.161
De produtos de origem animal	50.250	55.218	51.155
De produtos industriais	2.513.418	2.531.421	2.628.787
A atividades não especificadas	4.269.310	4.430.240	4.810.606
Ao Tesouro Nacional (Operações anteriores à Lei 4.595/64)	3.403.312	3.403.312	3.403.312
A governos estaduais e municipais	138.155	138.061	149.865
A autarquias	40.000	40.000	40.000
A instituições financeiras	51.468	50.970	53.144
EMPRÉSTIMOS – Carteira de Crédito Rural	22.462.196	24.008.686	26.041.082
À produção	20.927.760	22.638.963	24.749.693
Agrícola	14.741.071	16.173.929	17.771.373
Animal	5.657.244	5.919.295	6.398.964
A cooperativas de produção	529.445	545.739	579.356
Ao comércio – De produtos agrícolas	1.534.035	1.369.322	1.290.983
A governos estaduais	401	401	406
EMPRÉSTIMOS – Carteira de Comércio Exterior	1.399.176	1.557.226	1.692.425
À produção – Industrial	503.331	525.106	537.725
Ao comércio – De produtos industriais	64.930	77.034	121.998
Operações vinculadas ao FINEX	830.915	955.086	1.032.702
EMPRÉSTIMOS – Carteira de Câmbio	1.374.012	1.055.392	998.480
À produção	534.060	339.992	265.775
Agrícola	855	855	855
Industrial	533.205	339.137	264.920
Ao comércio	754.441	635.091	556.413
De produtos agrícolas	36.574	25.333	18.306
De produtos de origem animal	1.146	544	823
De produtos industriais	716.721	609.214	537.284
A atividades não especificadas	85.511	80.309	176.292
OUTROS CRÉDITOS	40.402.534	42.162.819	44.244.580
Banco Central, recolhimento compulsório	1.369.935	1.405.165	1.500.990
Tesouro Nacional – responsabilidades da União	2.930.259	3.859.459	4.060.568
Carteira de Comércio Exterior – De ordem e conta do Governo Federal	1.797.962	1.832.261	695.427
Aplicações do programa de formação do PASEP	4.446.597	4.538.076	4.875.684
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.699.246	1.716.513	2.288.958
Créditos em liquidação	338.826	357.303	349.890
Correspondentes no país	30.414	39.619	38.199
Operações de câmbio e outras contas vinculadas a câmbio	16.954.739	18.459.034	21.319.743
Devedores por repasses de recursos externos	1.387.680	1.383.208	1.394.131
Outras contas	9.446.876	8.572.181	7.720.990
VALORES E BENS	2.470.673	2.497.726	2.893.510
IMOBILIZADO	1.380.940	1.423.510	1.444.619
CONTAS DE RESULTADO PENDENTE	1.536.452	1.950.766	132
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	34.105.033	37.487.969	53.995.325
TOTAL	129.488.965	137.156.165	157.997.479

BANCO DO BRASIL

BALANCETES / BALANÇOS

Saldos em Cr$ 1.000

PASSIVO	30.04.74	31.05.74	28.06.74
NÃO EXIGÍVEL — Capital e reservas	7.168.559	7.169.382	8.518.841
EXIGÍVEL	81.616.435	85.341.200	90.268.260
DEPÓSITOS À VISTA E A CURTO PRAZO	40.509.885	42.880.656	44.235.265
Do público (diversos)	10.713.288	11.131.271	11.656.231
Do público (Obrigatório e Judiciais)	575.347	695.260	808.666
Saldos credores de empréstimos	482	488	910
De bancos	918.458	734.403	1.159.189
De outras instituições financeiras	1.669.486	1.351.960	1.247.299
Do Tesouro Nacional	16.919.055	18.413.839	18.974.268
De governos estaduais	477.720	440.339	470.187
De governos municipais	420.683	460.142	463.447
De autarquias — Banco Central	1.405.333	1.405.333	1.405.333
De outras autarquias	5.815.550	6.478.400	6.518.638
De sociedades de economia mista	1.119.946	1.158.670	935.803
De empresas públicas	474.527	610.551	595.294
DEPÓSITOS A MÉDIO PRAZO	866.190	873.578	698.634
Do público (diversos)	865.670	873.045	698.082
Do público (Obrigatórios e Judiciais	520	533	552
OUTRAS EXIGIBILIDADES	22.911.320	23.635.568	24.865.673
Cheques e documentos a liquidar	569.491	547.581	490.518
Cobrança efetuada, em trânsito	1.510.508	1.640.582	1.391.685
Ordens de pagamento	515.948	730.067	519.966
Correspondentes no País	81.995	104.248	74.080
Operações de câmbio e outras contas vinculadas a câmbio	6.122.436	5.911.793	6.150.097
Banco Central — conta de movimento	10.245.045	10.544.737	9.907.828
Outras contas	3.865.897	4.156.560	6.331.499
OBRIGAÇÕES (Especiais)	17.329.040	17.951.398	20.468.688
Letras a pagar — SUMOC e BANCO CENTRAL	152	152	152
Banco Central, refinanciamento de operações	257.159	268.188	272.132
Banco Central, aprovisionamento de recursos destinados a operações do Fundo de Investimentos Sociais	59.188	59.188	59.194
Banco Central, suprimento para operações sobre exportações (Lei n.º 5.025/66)	1.095.645	1.111.290	1.135.333
Aprovisionamento de recursos para desenvolvimento industrial, financiamento à indústria salineira, à agroindústria canavieira, empréstimos à atividade pesqueira, atendimento de convênios com o IBC-GERCA e com o MINIPLAN, e aplicações especiais	3.808.438	4.170.410	5.100.090
Fundo de desenvolvimento da industrialização de produtos agropecuários e da pesca	89.373	89.512	91.201
Recebimento por conta do Tesouro Nacional	1.625.090	1.635.238	966.983
Programa de Formação do PASEP	4.508.449	4.720.974	5.272.068
Caixa Econ. Federal, recursos vinculados a operações do PASEP	25.000	25.000	25.000
Depósitos obrigatórios — FGTS	219.940	235.396	211.644
Caixa Econômica Federal — PIS	32.537	39.152	35.129
Governo Federal — Fundo Alemão de Desenvolvimento	58.895	58.895	54.383
Outras contas	5.549.174	5.538.003	7.245.379
CONTAS DE RESULTADO PENDENTE	6.598.938	7.157.614	5.215.053
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	34.105.033	37.487.969	53.995.325
TOTAL	129.488.965	137.156.165	157.997.479

BANCO DO BRASIL

DEPÓSITOS

Saldos em Cr$ milhões

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Abr	Mai	Jun	Dez	Abr	Mai	Jun
À VISTA E A CURTO PRAZO	22.742,7	29.851,6	30.602,5	32.849,8	32.632,9	40.509,9	42.880,6	44.236,3
Do Público	9.600,5	10.944,6	11.095,7	12.685,5	13.742,2	13.877,5	13.913,3	13.742,5
De domiciliados no exterior	1,6	2,2	3,0	2,9	1,7	2,0	2,0	2,4
De instituições financeiras	2.913,2	2.922,0	3.013,2	3.945,4	3.519,5	2.587,9	2.086,4	2.406,5
Bancos	2.299,8	2.064,7	2.122,2	2.901,6	2.466,8	918,4	734,4	1.159,2
Outras instituições financeiras	613,4	857,3	891,0	1.043,8	1.052,7	1.669,5	1.352,0	1.247,3
Outros	6.685,7	8.020,4	8.079,5	8.737,2	10.221,3	11.287,3	11.824,9	12.463,4
De Entidades Públicas	13.142,2	18.907,0	19.506,8	20.164,3	18.890,4	26.632,7	28.967,3	29.363,0
Do Tesouro Nacional	7.078,2	11.903,1	12.131,7	13.335,5	10.927,6	16.919,0	18.413,8	18.974,3
Operações anteriores à Lei 4595/64	1.604,4	1.604,4	1.604,4	1.604,4	1.604,4	1.604,4	1.604,4	1.604,5
Governo Federal, obrigações em moedas estrangeiras por empréstimos contraídos	1.110,6	1.135,8	1.137,6	1.135,8	1.373,3	1.391,8	1.387,3	1.398,2
Outras contas	4.363,2	9.162,9	9.389,7	10.595,3	7.949,9	13.922,8	15.422,1	15.971,6
De Governos Estaduais e Municipais	469,6	626,7	768,6	661,0	707,0	898,4	900,5	933,6
De Autarquias	4.572,3	5.205,2	5.189,6	5.206,5	5.630,9	7.220,9	7.883,7	7.924,0
Banco Central, suprimentos especiais	1.405,5	1.405,4	1.405,4	1.405,5	1.405,4	1.405,3	1.405,3	1.405,3
Outras autarquias	3.166,8	3.799,8	3.784,2	3.801,0	4.225,5	5.815,6	6.478,4	6.518,7
De Sociedades de Economia Mista	805,6	592,3	799,5	642,9	1.070,0	1.119,9	1.158,7	935,8
De Empresas Públicas	216,5	579,7	617,4	318,4	554,9	474,5	610,6	595,3
A MÉDIO PRAZO	535,5	848,4	1.281,5	1.286,2	845,5	866,2	873,6	698,6
Do Público	535,5	848,4	1.281,5	1.286,2	845,5	866,2	873,6	698,6
Com correção monetária	532,7	846,2	1.279,6	1.284,3	843,4	863,6	870,9	695,8
Outros depósitos	2,8	2,2	1,9	1,9	2,1	2,6	2,7	2,8
De Entidades Públicas	–	–	–	–	–	–	–	–
TOTAL	23.278,2	30.700,0	31.884,0	34.136,0	33.478,4	41.376,1	43.754,2	44.933,9

BANCO DO BRASIL

EMPRÉSTIMOS

Saldos em Cr$ milhões

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Abr	Mai	Jun	Dez	Abr	Mai	Jun
ENTIDADES PÚBLICAS	3.498,8	3.517,7	3.532,3	3.591,0	3.511,8	3.581,8	3.581,8	3.593,6
Tesouro Nacional	3.403,3	3.403,3	3.403,3	3.403,3	3.403,3	3.403,3	3.403,3	3.403,3
Governos estaduais	15,8	35,0	49,5	66,4	68,4	137,0	136,7	148,4
Governos municipais	0,3	—	0,1	0,1	0,1	1,5	1,8	1,9
Autarquias	79,4	79,4	79,4	121,2	40,0	40,0	40,0	40,0
PRODUÇÃO, COMÉRCIO E OUTRAS ATIVIDADES	28.257,0	30.372,9	31.285,2	33.467,1	40.768,8	45.333,6	47.574,3	51.391,7
Produção	21.113,2	22.726,4	23.720,0	25.657,5	30.532,4	34.422,4	36.690,8	39.945,4
Agrícola	8.644,2	9.554,1	10.114,4	10.993,3	13.065,4	15.279,8	16.872,2	18.545,6
Animal	3.868,0	4.161,8	4.315,0	4.665,9	5.967,6	6.784,6	7.050,3	7.561,2
Industrial	7.575,3	8.008,8	8.229,7	8.818,2	10.189,8	10.975,9	11.252,7	12.155,2
Cooperativas de produção	1.025,7	1.001,7	1.060,9	1.180,1	1.309,6	1.382,1	1.515,6	1.683,4
Agrícola	823,9	775,8	839,5	973,5	1.024,2	1.004,3	1.128,4	1.304,9
Animal	114,5	150,7	138,0	134,4	163,5	250,3	243,4	245,0
Industrial	87,3	75,2	83,4	72,2	121,9	127,5	143,8	133,5
Comércio	4.393,9	4.493,8	4.356,2	4.576,6	5.653,9	5.674,0	5.366,9	5.373,5
De produtos agrícolas	1.937,5	1.936,1	1.895,4	1.958,8	2.629,1	2.327,6	2.093,5	2.033,6
De produtos de origem animal	49,5	45,1	47,3	76,5	54,2	51,3	55,8	51,9
De produtos industriais	2.406,9	2.512,6	2.413,5	2.541,3	2.970,6	3.295,1	3.217,6	3.288,0
Não especificado	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras Atividades	2.749,9	3.152,7	3.209,0	3.233,0	4.582,5	5.237,2	5.516,6	6.072,8
TOTAL	31.755,8	33.890,6	34.817,5	37.058,1	44.280,6	48.915,4	51.156,1	54.985,3

BANCO DO BRASIL S.A.

EMPRÉSTIMOS À PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Saldos em Cr$ mil

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Abr	Mai	Jun	Dez	Abr	Mai	Jun
PRODUTOS	**4.138.506**	**4.700.517**	**5.206.634**	**5.726.563**	**6.226.483**	**7.669.566**	**8.814.272**	**9.747.294**
Agave ou Sisal	2.419	2.576	2.563	2.567	2.598	4.591	4.774	5.343
Algodão	344.662	447.154	496.578	512.238	412.780	617.618	712.257	749.996
Amendoim	21.821	26.535	18.979	18.217	33.816	55.062	51.733	44.063
Arroz	523.592	651.094	634.825	654.137	707.401	946.978	976.505	1.020.348
Babaçu	1.052	972	1.023	1.029	1.293	1.830	2.013	2.046
Batata-Inglesa	7.098	9.806	11.236	13.923	14.201	19.462	22.681	27.218
Borracha	525	563	537	562	2.826	6.519	7.021	7.398
Cacau	61.779	54.294	55.768	58.774	57.531	51.413	48.098	50.979
Café	1.320.384	1.685.914	1.751.301	1.820.566	1.944.486	2.556.518	2.746.193	2.951.080
Cana-de-Açúcar	246.803	328.970	363.315	443.364	754.975	894.148	1.178.063	1.319.214
Castanha do Pará	10.402	12.990	13.458	15.243	12.375	16.044	16.337	17.103
Cera de Carnaúba	3.471	2.701	2.335	2.158	3.692	3.860	3.400	3.409
Erva-Mate	1.162	691	622	709	798	1.169	1.023	1.639
Feijão	46.137	80.871	83.886	88.459	113.968	159.089	161.643	172.237
Fumo	28.890	24.641	28.907	32.060	40.730	41.301	51.427	56.020
Girassol	43	16	32	52	40	–	–	–
Juta e Malva	13.189	20.033	22.382	22.665	14.814	22.262	21.679	18.304
Mandioca	90.106	91.192	92.063	97.012	95.907	91.431	89.121	94.527
Mamona	1.609	1.396	1.499	1.459	1.947	1.628	1.918	1.784
Milho	298.374	315.499	309.628	313.904	562.059	655.360	648.711	681.093
Mudas e Sementes	3.198	3.264	3.375	3.554	4.815	7.000	7.307	8.080
Soja	184.965	252.273	506.628	652.758	418.305	457.113	493.790	561.495
Sorgo Granífero	272	383	540	590	73	335	620	754
Trigo	156.893	128.697	146.218	169.446	157.194	138.010	182.459	207.439
Outros	769.660	557.992	658.936	801.117	867.859	920.825	1.385.499	1.745.725
MELHORAMENTOS E EQUIPAMENTOS	**3.092.536**	**3.440.797**	**3.555.204**	**3.867.224**	**4.962.196**	**5.523.866**	**5.807.273**	**6.327.645**
Animais de serviço	64.304	63.823	65.375	68.790	85.405	86.287	88.842	95.609
Florestamento e Reflorestamento	12.256	11.708	11.347	12.048	10.823	10.783	10.642	11.347
Máquinas e Aparelhos Agrícolas	505.656	602.743	633.371	685.489	872.404	1.073.567	1.159.904	1.256.776
Recuperação e Reforma de Máquinas e Implementos	10.256	11.139	10.912	11.570	11.920	12.658	12.627	13.376
Tratores Agrícolas e Implementos de Fabricação Nacional	1.332.748	1.403.953	1.426.217	1.557.306	1.970.579	2.135.149	2.239.047	2.465.521
Tratores Agrícolas e Implementos	29.827	31.529	31.351	33.584	41.594	43.649	47.039	51.871
Veículos Automotores, Autopeças e Acessórios	119.561	138.697	146.828	162.358	200.567	217.307	222.420	242.170
Outros Veículos e Materiais de Transporte	8.061	8.621	8.740	9.154	11.058	11.746	12.383	13.253
Outros	1.009.867	1.168.584	1.221.063	1.326.925	1.757.846	1.932.720	2.014.369	2.177.722
COMPOSIÇÕES	**197.872**	**202.815**	**204.663**	**213.081**	**220.761**	**220.561**	**219.080**	**222.568**
INSUMOS MODERNOS	**1.069.914**	**1.055.269**	**986.874**	**1.012.365**	**1.467.498**	**1.606.225**	**1.753.462**	**1.940.272**
ADUBOS E FERTILIZANTES	**21.198**	**15.094**	**12.822**	**11.708**	**12.750**	**8.915**	**7.471**	**7.798**
SACARIA	**13.917**	**14.673**	**17.536**	**20.012**	**10.169**	**41.782**	**52.753**	**59.028**
CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉNS	**31.706**	**42.270**	**46.308**	**51.434**	**59.129**	**99.595**	**107.634**	**123.294**
FUNDIÁRIOS	**78.596**	**82.634**	**84.325**	**90.937**	**106.517**	**109.321**	**110.318**	**117.651**
TOTAL	**8.644.245**	**9.554.069**	**10.114.366**	**10.993.324**	**13.065.503**	**15.279.831**	**16.872.263**	**18.545.550**

BANCO DO BRASIL

EMPRÉSTIMOS A COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Saldos em Cr$ mil

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Abr	Mai	Jun	Dez	Abr	Mai	Jun
PRODUTOS	493.208	454.307	463.829	512.156	507.233	429.082	450.536	514.280
Algodão	20.213	20.028	22.789	27.758	34.588	39.742	44.629	50.943
Arroz	18.012	12.320	11.155	12.520	33.432	12.934	14.755	15.571
Batata-inglesa	67	78	85	121	200	616	719	834
Cacau	488	225	1.399	1.922	4.302	526	1.252	1.256
Café	339.131	313.267	300.864	279.607	278.254	205.114	207.399	222.930
Cana-de-açúcar	29.640	13.190	13.936	23.933	26.927	14.680	18.554	28.504
Cera de Carnaúba	68	93	93	96	–	–	–	–
Erva-mate	–	–	–	–	–	–	–	–
Feijão	1.221	2.066	1.771	2.832	2.783	4.189	4.144	4.677
Fumo	3.198	3.080	5.228	6.277	4.594	3.964	4.834	6.997
Mandioca	617	686	675	644	1.545	1.183	1.409	1.535
Milho	8.806	6.009	5.467	5.613	6.173	6.826	6.570	7.042
Soja	41.752	63.352	75.196	119.387	82.806	105.859	97.045	123.933
Sorgo granífero	–	116	136	577	342	52	–	–
Trigo	20.348	11.753	16.957	22.572	23.599	20.433	36.827	35.814
Outros	9.647	8.044	8.078	8.297	7.688	12.964	12.399	14.244
MELHORAMENTOS E EQUIPAMENTOS	66.651	73.591	73.761	83.351	108.366	112.995	121.034	140.102
Máquinas e aparelhos agrícolas	992	1.271	1.285	1.370	1.403	1.179	1.165	1.240
Tratores agrícolas e implementos de fabricação nacional	7.721	7.389	7.139	7.239	6.821	5.841	5.932	6.211
Tratores agrícolas e implementos	273	261	235	254	895	790	780	847
Outros	57.665	64.670	65.102	74.488	99.247	105.185	113.157	131.804
ARMAZENAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO	24.788	16.293	29.995	63.806	53.640	27.701	38.465	51.523
COMPOSIÇÕES	1.690	1.270	1.256	1.330	6.029	6.106	6.107	6.530
INSUMOS MODERNOS	153.008	145.038	184.900	223.297	265.183	354.046	440.629	515.928
ADUBOS E FERTILIZANTES	575	10	807	561	199	5	5	–
SACARIA	103	1.060	1.099	1.029	960	–	78	371
CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉNS	83.897	84.366	83.919	88.038	82.443	74.342	71.470	76.284
TOTAL	823.920	775.935	839.566	973.568	1.024.053	1.004.277	1.128.324	1.305.018

BANCO DO BRASIL

EMPRÉSTIMOS AO COMÉRCIO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS

Saldos em Cr$ mil

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Abr	Mai	Jun	Dez	Abr	Mai	Jun
PRODUTOS	1.919.100	1.918.212	1.877.744	1.939.554	2.608.992	2.514.006	2.080.423	2.019.099
Agave ou sisal	1.983	2.708	2.439	2.653	5.000	4.595	3.240	4.398
Algodão	69.132	62.482	67.506	71.623	113.841	122.285	116.884	106.502
Amendoim	1.455	2.800	1.915	2.364	2.494	4.577	4.012	2.813
Arroz	35.906	45.814	86.495	108.930	151.292	114.628	83.422	99.072
Babaçu	4.339	2.355	2.070	1.841	3.181	5.141	3.647	3.511
Cacau	983	1.260	962	1.141	2.212	2.619	1.995	2.572
Café	798.943	708.458	634.086	658.433	619.194	491.439	383.175	396.204
Castanha do Pará	1.109	1.011	1.077	1.244	918	983	922	707
Cera de Carnaúba	785	438	424	364	2.087	2.575	2.999	2.496
Feijão	3.658	3.476	5.801	6.201	7.436	9.547	11.844	10.397
Fumo	3.646	4.945	5.003	5.574	5.930	9.149	8.822	9.883
Girassol	–	–	–	7	–	–	–	–
Juta e malva	8.472	4.749	6.694	8.691	9.272	16.607	14.535	11.362
Mandioca	517	395	392	307	461	310	283	265
Mamona	84	430	480	480	2.030	1.943	2.053	1.399
Milho	4.165	3.500	4.694	4.841	7.121	6.954	6.267	6.403
Soja	1.634	3.788	4.582	4.654	5.516	7.912	9.577	12.511
Sorgo granífero	–	–	–	–	371	371	371	371
Trigo	826.284	911.547	897.214	894.286	1.479.383	1.475.064	1.185.752	1.095.036
Outros	156.005	158.056	155.910	165.920	191.253	237.307	240.623	253.197
COMPOSIÇÕES	17.856	17.557	17.227	18.864	19.748	15.819	12.946	14.064
INVESTIMENTOS	569	414	407	429	391	272	259	287
TOTAL	1.937.525	1.936.183	1.895.378	1.958.847	2.629.131	2.530.097	2.093.628	2.033.450

BANCO DO BRASIL S.A.

EMPRÉSTIMOS À PRODUÇÃO ANIMAL

Saldos em Cr$ mil

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Abr	Mai	Jun	Dez	Abr	Mai	Jun
AVICULTURA	**76.952**	**56.217**	**61.191**	**79.617**	**107.707**	**74.766**	**88.425**	**113.091**
Custeio	76.952	56.217	61.191	79.617	107.707	74.766	88.425	113.091
Aquisição de Aves	–	–	–	–	–	–	–	–
Melhoramentos e Equipamentos	–	–	–	–	–	–	–	–
BOVINOCULTURA	**1.749.227**	**1.906.005**	**1.966.976**	**2.119.074**	**2.589.628**	**3.119.433**	**3.193.979**	**3.411.786**
Custeio	650,224	715.932	755.180	780.250	955.819	1.189.813	1.203.723	1.255.155
para engorda	206.499	229.150	231.378	239.404	280.828	349.419	360.954	375.214
para produção de carne	313.334	340.862	371.449	381.078	476.344	601.367	606.279	636.611
para produção de leite	72.264	80.295	83.673	88.150	104.558	126.509	125.018	128.354
para recriação	58.127	65.625	68.680	71.618	94.089	112.518	111.472	114.976
Aquisição de Bovinos	1.042.585	1.142.932	1.167.500	1.292.180	1.568.066	1.769.574	1.822.362	1.977.444
para engorda	28.524	32.695	39.369	44.769	53.143	50.317	49.257	52.075
para produção de carne	719.186	731.458	734.125	807.132	960.229	992.133	1.004.866	1.086.923
para produção de leite	208.446	216.192	226.766	256.360	337.237	400.856	439.687	486.584
para recriação	86.429	162.587	167.240	183.919	217.457	326.268	328.552	351.862
Melhoramentos e Equipamentos	39.052	28.099	24.013	25.755	41.554	123.454	130.866	142.654
para engorda	–	–	–	–	563	503	545	604
para produção de carne	39.052	–	–	–	–	–	–	–
para produção de leite	–	–	–	–	6.848	33.094	40.027	44.928
para recriação	–	28.099	24.013	25.755	34.153	89.857	90.294	97.122
Leite	17.366	19.042	20.283	20.889	24.189	36.592	37.028	36.533
OVINOCULTURA	**22.842**	**24.192**	**21.086**	**20.529**	**31.388**	**39.191**	**39.722**	**40.661**
Custeio	2.713	2.434	2.086	2.197	3.444	4.239	4.879	5.469
Aquisição de Ovinos	9.726	11.474	12.535	14.386	23.172	26.005	27.044	29.235
Melhoramentos e Equipamentos	291	–	–	–	–	–	–	–
Lã	10.112	10.284	6.465	3.946	4.772	8.947	7.799	5.957
PESCA	**4.745**	**4.173**	**3.990**	**3.639**	**10.337**	**12.273**	**16.696**	**19.145**
Custeio	4.059	3.603	3.434	3.054	5.318	4.455	7.838	8.852
Melhoramentos e Equipamentos	686	570	556	585	5.019	7.818	8.858	10.293
SUINOCULTURA	**65.365**	**56.504**	**57.524**	**60.838**	**71.179**	**77.734**	**88.363**	**93.974**
Custeio	58.353	49.356	50.417	53.343	63.781	69.599	79.747	84.667
Aquisição de Suínos	7.012	7.148	7.107	7.495	7.398	8.135	8.616	9.307
Melhoramentos e Equipamentos	–	–	–	–	–	–	–	–
OUTROS REBANHOS	**500.482**	**442.080**	**454.119**	**479.915**	**514.850**	**384.122**	**380.049**	**389.235**
Custeio	350.114	342.800	345.645	358.841	357.220	348.546	342.041	351.469
Aquisição de Animais	150.368	99.280	108.474	121.074	157.630	35.576	38.008	37.766
ADUBOS E FERTILIZANTES	**905**	**687**	**623**	**643**	**852**	**534**	**589**	**592**
COMPOSIÇÕES	**64.549**	**63.802**	**64.399**	**68.011**	**74.690**	**70.949**	**70.255**	**73.397**
FUNDIÁRIOS	**37.290**	**41.805**	**42.893**	**45.990**	**53.782**	**55.341**	**56.642**	**59.956**
INSUMOS MODERNOS	**56.185**	**57.650**	**59.322**	**64.700**	**97.089**	**104.500**	**110.458**	**120.886**
MELHORAMENTOS E EQUIPAMENTOS	**1.289.006**	**1.508.277**	**1.582.503**	**1.722.501**	**2.416.113**	**2.845.619**	**3.005.042**	**3.238.342**
Animais de serviço	5.972	6.170	6.174	6.198	5.941	6.116	6.223	6.589
Máquinas e Aparelhos Agrícolas	16.982	19.429	20.113	21.718	28.279	31.441	33.327	36.165
Recuperação e Reforma de Máquinas e Implementos	317	342	333	316	342	345	327	337
Tratores Agrícolas e Implementos de Fabricação Nacional	226.018	240.050	245.882	268.402	324.925	361.600	379.986	419.152
Tratores Agrícolas e Implementos	6.347	8.143	8.542	9.365	12.716	14.520	14.765	17.870
Veículos automotores, Autopeças e Acessórios	59.830	65.544	66.347	72.054	82.890	83.724	84.163	89.309
Outros Veículos e Materiais de Transporte	1.595	1.108	1.108	1.151	1.724	1.861	1.952	2.110
Outros	971.945	1.167.491	1.234.000	1.343.297	1.959.296	2.346.012	2.484.299	2.666.810
MORATÓRIA	**94**	**92**	**91**	**92**	**83**	**69**	**69**	**68**
NÃO ESPECIFICADOS	**313**	**317**	**313**	**313**	**47**	–	–	–
TOTAL	**3.867.955**	**4.161.801**	**4.315.030**	**4.665.852**	**5.967.745**	**6.784.531**	**7.050.289**	**7.561.133**

BANCO DO BRASIL S.A.

EMPRÉSTIMOS A COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO ANIMAL

Saldos em Cr$ mil

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Abr	Mai	Jun	Dez	Abr	Mai	Jun
AVICULTURA	**3.394**	**2.472**	**3.144**	**3.511**	**3.236**	**4.950**	**6.471**	**6.179**
Custeio	3.394	2.472	3.144	3.511	3.236	4.950	6.471	6.179
BOVINOCULTURA	**21.188**	**22.963**	**22.544**	**26.829**	**25.638**	**28.152**	**25.762**	**26.389**
Custeio	15.475	16.718	16.046	19.204	20.905	25.544	24.040	24.918
para engorda	50	–	–	–	15	15	15	16
para produção de carne	177	147	124	319	545	377	782	1.451
para produção de leite	15.248	16.571	15.922	18.885	20.345	25.152	23.243	23.451
para recriação	–	–	–	–	–	–	–	–
Aquisição de Bovinos	1.206	1.053	839	833	689	508	490	507
para produção de carne	775	639	633	664	591	449	446	470
para produção de leite	431	414	206	169	98	59	44	37
para recriação	–	–	–	–	–	–	–	–
Carne	4.507	5.192	5.659	6.792	4.044	2.100	1.232	964
Melhoramentos e Equipamentos	–	–	–	–	–	–	–	–
para produção de carne	–	–	–	–	–	–	–	–
para produção de leite	–	–	–	–	–	–	–	–
OVINOCULTURA	**46.084**	**80.323**	**66.102**	**54.979**	**49.271**	**131.883**	**123.680**	**121.753**
Custeio	990	138	98	42	418	690	740	785
Aquisição de Ovinos	142	88	88	92	14	–	–	–
Lã	44.952	80.097	65.916	54.845	48.839	131.193	122.940	120.968
Melhoramentos e Equipamentos	–	–	–	–	–	–	–	–
SUINOCULTURA	**10.374**	**9.078**	**8.740**	**7.929**	**20.495**	**15.622**	**13.908**	**16.094**
Custeio	10.241	8.849	8.509	7.685	20.403	15.559	13.845	15.522
Aquisição de Suínos	133	229	231	244	92	63	63	572
Melhoramentos e Equipamentos	–	–	–	–	–	–	–	–
PESCA	**194**	**303**	**260**	**393**	**345**	**334**	**880**	**441**
Custeio	194	303	260	393	345	334	880	441
OUTROS REBANHOS	**13.372**	**14.523**	**15.468**	**15.361**	**21.077**	**29.389**	**29.082**	**27.250**
Custeio	12.839	14.523	15.468	15.361	20.017	28.548	28.572	26.675
Aquisição de Animais	533	–	–	–	1.060	841	510	575
ADUBOS E FERTILIZANTES	–	–	–	–	–	–	–	–
COMPOSIÇÕES	**1.141**	**1.061**	**1.033**	**1.088**	**664**	**604**	**604**	**640**
INSUMOS MODERNOS	**5.398**	**5.264**	**5.058**	**6.233**	**14.368**	**7.913**	**10.773**	**11.516**
OUTROS PRODUTOS	**787**	**801**	**674**	**572**	**307**	**904**	**1.015**	**1.176**
MELHORAMENTOS E EQUIPAMENTOS	**12.523**	**13.879**	**14.943**	**17.576**	**28.052**	**30.460**	**31.136**	**33.710**
Animais de Serviço	54	61	61	64	49	46	46	46
Máquinas e Aparelhos Agrícolas	16	10	7	8	8	–	–	–
Recuperação e Reforma de Máquinas e Implementos	6	6	6	6	3	3	3	–
Tratores Agrícolas e Implementos de Fabricação Nacional	727	744	767	916	1.190	1.304	1.382	1.464
Tratores Agrícolas e Implementos	120	96	97	98	167	161	159	160
Outros	11.600	12.962	14.005	16.484	26.635	28.946	29.546	32.040
TOTAL	**114.455**	**150.667**	**137.958**	**134.471**	**163.453**	**250.211**	**243.311**	**245.148**

BANCO DO BRASIL S.A.

EMPRÉSTIMOS AO COMÉRCIO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Saldos em Cr$ mil

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Abr	Mai	Jun	Dez	Abr	Mai	Jun
BOVINOS	6.659	6.639	6.722	6 995	7.682	7.918	11.290	11.089
para engorda	4.283	3.791	3.887	3.711	4.595	4.563	4.774	5.328
para produção de carne	2.196	2.564	2.548	2.943	2.764	2.992	5.955	5.172
para produção de leite	159	255	238	232	218	325	523	566
para recriação	21	29	49	109	105	38	38	23
CARNE	15.124	6.162	6.048	36.425	16.365	7.015	8.153	7.314
COUROS E PELES	12.840	16.794	16.636	16.387	15.697	18.928	17.151	17.096
LÃ	2.735	5.585	5.314	5.271	3.887	6.702	6.086	4.175
LEITE	4.371	3.507	5.563	5.011	4.420	5.067	6.187	4.815
PESCADO	729	584	594	623	867	892	1.131	1.263
OUTROS	5.545	4.854	5.416	5.075	4.688	4.366	5.281	5.793
COMPOSIÇÕES	1.446	1.026	971	668	546	513	485	430
TOTAL	49.449	45.151	47.264	76.455	54.152	51.401	55.764	51.975

BANCO DO BRASIL S.A.

EMPRÉSTIMOS À PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Saldos em Cr$ mil

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Abr	Mai	Jun	Dez	Abr	Mai	Jun
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	**88.686**	**100.074**	**103.825**	**104.990**	**125.986**	**142.007**	**146.096**	**149.664**
Adubos e Fertilizantes	4.267	7.536	8.044	6.940	6.227	10.852	9.355	10.900
Carvão Mineral	7.500	7.332	7.895	7.572	9.524	10.468	12.125	10.373
Minério de Ferro	628	785	1.129	1.353	1.379	1.965	2.235	2.073
Minério de Manganês	517	508	605	640	658	696	604	602
Sal Marinho	21.833	25.583	26.765	26.185	26.363	30.721	32.307	32.333
Outros Minerais Metálicos	5.067	3.575	3.699	3.520	4.288	5.117	5.243	4.683
Outros Minerais Não Metálicos	24.397	25.951	26.962	28.912	36.162	42.242	43.451	46.870
Outros	24.477	28.804	28.726	29.868	41.385	39.946	40.776	41.830
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	**7.323.206**	**7.726.384**	**7.938.347**	**8.500.451**	**9.793.519**	**10.514.337**	**10.775.331**	**11.644.534**
Açúcar	212.860	348.730	384.024	478.746	641.238	939.789	1.101.526	1.285.793
Adubos e Fertilizantes	77.565	99.454	98.065	109.350	86.256	120.188	107.950	97.539
Agave ou Sisal	–	–	–	–	152	147	–	178
Algodão	48.823	60.576	68.437	75.582	227.347	183.849	189.158	191.645
Amendoim	2.211	450	2.547	2.225	1.514	2.730	4.071	4.410
Aparelhos Eletrodomésticos	79.698	72.455	73.276	77.817	95.970	110.369	107.679	104.811
Arroz	53.054	44.589	49.581	54.137	90.883	84.468	93.953	89.726
Borracha	26.864	29.556	29.558	30.524	39.764	50.147	46.557	47.217
Cacau	3.973	2.399	2.377	2.452	2.342	–	–	–
Carne	169.116	144.226	216.142	349.431	202.371	166.612	244.750	465.300
Couros e Peles	47.150	72.216	82.943	94.795	79.140	83.410	87.217	91.217
Fumo	10.269	12.519	12.417	12.063	6.935	9.063	10.716	11.051
Juta e Malva	1.110	1.119	1.074	808	1.653	1.098	703	1.067
Leite	19.781	18.210	17.532	19.380	18.020	18.346	18.595	15.897
Mandioca	2.619	1.600	1.714	2.635	6.080	4.241	5.693	6.130
Mamona	988	–	–	–	288	613	710	1.252
Máquinas e Aparelhos Agrícolas	47.331	49.899	54.138	54.297	52.701	63.420	59.688	62.908
Metalúrgica	1.060.984	1.113.029	1.160.289	1.255.403	1.361.759	1.385.415	1.364.072	1.475.938
Milho	1.359	1.264	1.348	1.141	4.216	4.658	4.473	4.596
Papel e Papelão	147.702	148.767	150.539	154.013	181.253	180.129	174.409	180.209
Pescado	25.968	26.378	22.493	24.833	36.602	36.216	32.496	30.710
Petróleo	1.801	2.092	2.142	2.424	3.798	3.720	3.598	3.747
Produtos Farmacêuticos	63.909	66.538	67.993	74.381	91.497	95.885	94.646	96.619
Sacaria	9.261	12.189	17.255	18.173	18.715	30.346	31.292	31.754
Sal Marinho	–	–	–	–	–	–	–	–
Soja	20.957	5.778	8.007	4.440	20.357	5.348	5.111	5.907
Têxtil	981.858	1.004.711	997.975	1.017.798	1.202.804	1.259.720	1.299.456	1.350.504
Tratores Agrícolas	4.119	3.287	2.852	2.319	1.497	1.746	1.707	1.920
Trigo Estrangeiro	104.811	124.473	101.104	90.011	95.546	89.603	93.039	116.445
Veículos Automotores	217.226	222.183	217.162	223.629	240.410	263.946	278.723	295.863
Vestuário e Calçados	441.984	458.030	482.920	513.212	633.585	653.638	655.095	665.734
Embarcações e Motores	237	361	346	377	499	537	528	705
Outros Materiais Elétricos e de Comunicações	163.354	167.812	173.900	181.018	224.603	260.286	230.067	212.161
Outros Veículos e Materiais de Transporte	25.802	29.922	27.613	30.347	35.022	33.651	33.035	35.243
Outros Produtos Alimentares	445.690	453.839	459.594	476.829	549.594	579.924	581.265	607.938
Outros Produtos da Indústria Mecânica	231.229	245.622	251.004	260.822	291.811	322.930	330.443	360.333
Outros Produtos Químicos	289.080	312.791	323.917	332.977	359.859	376.118	355.534	323.411
Outros	2.282.463	2.369.330	2.376.069	2.472.062	2.886.938	3.092.031	3.127.376	3.368.656
CONSTRUÇÃO CIVIL	**27.268**	**29.079**	**30.145**	**33.342**	**43.445**	**58.216**	**62.841**	**65.335**
MELHORAMENTOS E EQUIPAMENTOS	**40.499**	**38.709**	**38.075**	**41.571**	**38.547**	**33.961**	**33.987**	**37.809**
SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	**3.757**	**3.577**	**3.930**	**4.962**	**7.020**	**6.518**	**5.769**	**6.989**
COMPOSIÇÕES	**34.576**	**50.696**	**49.842**	**59.392**	**59.727**	**53.130**	**52.361**	**60.550**
AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	**10.220**	**9.085**	**9.136**	**9.741**	**9.175**	**7.298**	**7.133**	**7.458**
ARMAZENAMENTO	**499**	**455**	**381**	**338**	–	–	–	–
OUTROS FINS	**43.641**	**39.512**	**40.982**	**45.852**	**42.057**	**50.657**	**52.405**	**52.686**
FINANCIAMENTO DA AQUISIÇÃO DE PAPEL DE IMPRENSA	–	–	–	–	–	–	–	–
PROTERRA	**2.980**	**11.095**	**15.151**	**17.583**	**70.355**	**109.866**	**116.897**	**130.345**
TOTAL	**7.575.332**	**8.008.666**	**8.229.814**	**8.818.222**	**10.189.831**	**10.975.990**	**11.252.820**	**12.155.370**

BANCO DO BRASIL S.A.

EMPRÉSTIMOS A COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Saldos em Cr$ mil

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Abr	Mai	Jun	Dez	Abr	Mai	Jun
Açúcar	70.872	65.534	72.484	58.916	106.303	108.669	118.990	107.733
Algodão	6.895	1.551	2.289	3.016	1.216	6.935	9.520	10.898
Arroz	3.152	738	1 366	2.205	3.005	1.064	2.892	2.553
Carne	1.013	1.555	1.727	1.956	2.877	1.539	2.565	2 030
Mandioca	535	448	562	437	902	345	540	397
Soja	105	40	20	526	727	120	159	381
Outros Produtos Alimentares	2.748	2.474	2.818	3.691	4.134	3.865	4.188	3.515
Outros	1.972	2.806	2.096	1.473	2.751	4.941	4.897	5.762
TOTAL	**87.292**	**75.146**	**83.362**	**72.220**	**121.915**	**127.478**	**143.751**	**133.269**

BANCO DO BRASIL

EMPRÉSTIMOS AO COMÉRCIO DE PRODUTOS INDUSTRIAIS

Saldos em Cr$ mil

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Abr	Mai	Jun	Dez	Abr	Mai	Jun
Açúcar	555.506	555.931	422.675	430.775	555.564	523.394	478.084	504.263
Adubos e fertilizantes	5.117	9.047	8.730	9.060	8.186	15.412	13.799	12.846
Agave ou sisal	–	–	–	–	–	–	–	–
Algodão	6.385	20.493	20.529	19.088	21.066	28.325	30.711	25.636
Amendoim	–	–	–	–	–	33	33	48
Aparelhos eletrodomésticos	51.992	55.202	56.808	59.677	64.317	76.604	80.906	86.752
Arroz	5.758	4.762	5.057	5.563	10.603	8.516	9.837	8.533
Borracha	6.286	7.835	6.910	6.714	9.365	8.264	8.027	7.692
Cacau	293	125	74	–	–	–	–	–
Carne	1.150	745	829	1.157	1.954	2.690	2.273	3.252
Carvão mineral	520	523	386	561	548	571	657	753
Feijão	–	244	243	697	–	73	130	293
Juta e malva	5.772	4.608	4.624	6.192	4.736	2.667	3.686	2.652
Mandioca	7	15	28	44	140	72	175	214
Mamona	–	–	–	–	50	–	–	180
Máquinas e aparelhos agrícolas	23.714	28.064	28.823	27.705	28.459	42.362	40.127	38.860
Metalúrgica	88.063	94.720	96.727	103.950	109.123	123.913	122.513	127.056
Milho	90	96	77	94	51	104	82	51
Papel e papelão	12.536	12.190	12.160	12.324	14.733	14.131	15.085	15.334
Pescado	422	533	478	380	509	886	925	1.269
Produtos farmacêuticos	30.799	35.297	37.793	39.827	48.562	53.295	51.492	53.533
Sacaria	1.975	3.618	3.713	2.996	2.433	7.134	7.070	6.466
Sal marinho	743	609	358	310	408	234	576	516
Soja	1.029	239	693	1.632	1.215	1.302	1.776	2.083
Têxtil	43.567	40.125	39.790	39.763	43.014	50.410	52.367	54.207
Tratores agrícolas e implementos de fabricação nacional	986	854	806	790	250	166	134	90
Trigo estrangeiro	–	–	–	–	–	–	–	–
Veículos automotores	332.267	332.261	334.332	351.311	345.943	384.246	392.168	417.554
Vestuário e calçados	46.358	47.554	49.634	49.921	54.761	62.937	65.082	65.611
Outros materiais elétricos	23.870	26.449	28.068	29.845	41.578	46.887	45.458	47.180
Outros veíc. e materiais de transporte	4.218	3.677	3.974	3.682	5.273	5.552	5.558	5.968
Outros produtos alimentares	41.777	42.971	44.861	46.688	60.338	71.319	69.448	68.334
Outros produtos da ind. mecânica	106.626	96.580	108.115	118.388	140.777	149.744	141.278	144.884
Outros produtos químicos	32.077	37.320	34.491	35.253	48.529	70.911	62.876	64.686
Outros	976.925	1.049.831	1.061.734	1.136.906	1.348.118	1.542.917	1.515.343	1.521.286
TOTAL	**2.406.828**	**2.512.518**	**2.413.520**	**2.541.293**	**2.970.603**	**3.295.071**	**3.217.676**	**3.288.082**

BANCO DO BRASIL

PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PASEP

Saldos em Cr$ milhões

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Abr	Mai	Jun	Dez	Abr	Mai	Jun
APLICAÇÕES	**1.354,0**	**1.865,7**	**1.991,2**	**2.194,2**	**4.099,9**	**4.446,6**	**4.538,1**	**5.082,7**
Empréstimos a Autarquias	–	–	152,0	152,1	153,6	153,2	163,0	166,8
Empréstimos para investimentos	145,4	374,2	243,4	273,2	545,4	665,2	699,3	771,3
Empréstimos a Governos Estaduais	9,7	29,3	32,3	34,2	49,4	73,9	82,9	93,1
Empréstimos a Governos Municipais	157,6	162,2	173,1	195,1	292,4	319,6	328,7	356,5
Empréstimos para capital de trabalho – Impostos e Contribuições	323,6	490,9	522,7	572,8	972,2	1.007,8	1.011,4	1.020,8
Empréstimos Diversos para capital de trabalho	637,7	787,1	855,9	965,8	2.018,8	2.056,5	2.054,2	2.192,7
Créditos em Liquidação	0,0	0,2	0,9	1,0	1,8	2,5	10,7	12,7
Aplicações Financeiras	80,0	21,8	10,9	–	–	–	–	207,0
Recursos repassados	–	–	–	–	66,3	167,9	187,9	261,8
RECURSOS	**1.353,6**	**1.910,1**	**2.051,3**	**2.357,4**	**3.602,2**	**4.533,4**	**4.746,0**	**5.297,1**
PRÓPRIOS	**1.303,6**	**1.860,1**	**2.001,3**	**2.307,4**	**3.552,2**	**4.508,4**	**4.721,0**	**5.272,1**
Recolhimentos em favor do PASEP	517,5	1.028,0	1.167,4	1.375,2	1.037,9	1.844,7	2.066,4	2.334,4
Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	676,3	674,0	673,6	672,2	2.227,7	2.183,3	2.170,1	2.160,5
PASEP – Provisões e Receitas do Exercício	51,9	90,7	91,7	155,3	137,3	221,2	221,3	463,6
Receitas sobre Empréstimos a apropriar	57,9	67,4	68,6	104,6	149,1	259,2	261,9	312,2
PASEP – Lucros e Rendas em Suspenso	–	–	0,0	0,1	0,2	0,0	1,3	1,4
DE REPASSE	**50,0**	**50,0**	**50,0**	**50,0**	**50,0**	**25,0**	**25,0**	**25,0**
Caixa Econômica Federal – Recursos vinculados a operações	50,0	50,0	50,0	50,0	50,0	25,0	25,0	25,0

EXPORTAÇÃO

PRINCIPAIS PRODUTOS

Valores Acumulados no Ano – Toneladas

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Abr	Mai	Jun	Dez	Abr	Mai	Jun
A) PRODUTOS BÁSICOS	41.047.544	15.908.480	22.000.757	26.743.624	56.298.060	18.616.566	25.382.544	30.302.067
1 – Açúcar cristal	480.456	85.323	154.326	218.234	444.353	122.877	144.502	186.821
2 – Açúcar demerara	2.054.454	789.097	930.353	1.025.665	2.353.573	556.114	564.252	614.335
3 – Algodão em rama	284.201	75.269	122.274	155.838	282.867	22.063	29.996	45.129
4 – Algodão "linters"	16.276	1.245	2.040	2.436	6.978	2.662	2.929	3.176
5 – Amendoim em grãos	55.924	20.189	25.711	32.379	54.285	13.599	16.195	28.691
6 – Arroz	1.898	–	3.876	11.634	33.432	16.321	16.396	19.532
7 – Banana	114.189	58.859	74.884	89.109	138.493	53.844	71.550	82.742
8 – Cacau em amêndoas	102.256	22.741	24.176	26.053	82.774	37.815	40.065	42.957
9 – Café cru, em grãos	1.050.156	323.807	409.265	500.169	1.071.377	285.997	313.206	361.701
10 – Camarão	6.703	1.130	1.371	1.697	2.622	661	966	1.235
11 – Carne bovina fresca, refrigerada ou congelada	155.627	31.449	47.955	62.400	98.530	5.434	7.235	9.442
12 – Carne eqüina fresca, refrigerada ou congelada	37.536	17.561	23.130	27.576	51.528	16.304	19.853	24.314
13 – Castanha de caju	7.171	2.173	2.701	3.189	5.998	1.301	2.207	2.815
14 – Castanha-do-Pará	37.579	4.141	9.126	14.366	33.849	3.551	4.416	6.904
15 – Chá em folhas	–	2.513	3.082	3.817	5.281	2.176	2.610	2.869
16 – Erva-mate	17.862	7.040	9.570	11.660	18.195	4.375	5.082	6.610
17 – Farelo e torta de amendoim	169.963	58.794	63.369	69.815	80.380	20.815	29.305	42.284
18 – Farelo e torta de caroço de algodão	165.921	49.087	59.392	77.455	103.988	27.852	32.080	46.234
19 – Farelo e torta de soja	1.405.329	395.359	497.100	662.428	1.581.493	150.859	240.397	372.887
20 – Frutas em estado natural (exceto itens 7, 13 e 14)	76.876	1.113	5.399	16.554	53.045	1.440	1.550	2.142
21 – Fumo em folhas	63.218	19.925	27.077	33.890	63.599	26.437	32.987	41.890
22 – Lã (exclusive fios)	14.376	11.324	13.181	14.399	17.792	4.029	6.567	8.463
23 – Lagosta	2.630	944	1.173	1.455	2.549	631	908	1.303
24 – Milho em grãos	172.074	6.689	26.491	36.919	41.010	–	385	1.815
25 – Minério de ferro	30.512.460	12.880.004	17.848.278	21.261.809	44.962.858	15.984.500	22.182.588	26.132.801
26 – Minério em manganês	1.174.682	373.330	488.911	605.110	788.435	642.065	677.625	787.080
27 – Minérios (exceto os itens 25 e 26)	50.190	22.408	23.498	24.748	53.603	43.688	51.462	54.394
28 – Óleo bruto de petróleo	1.038.771	335.114	499.429	582.682	960.995	183.143	284.743	378.461
29 – Pimenta em grãos	14.298	4.986	5.601	5.901	13.761	5.193	5.803	7.256
30 – Sisal	152.124	42.786	59.084	71.413	160.241	52.899	67.975	79.675
31 – Soja em grãos	1.037.273	23.755	222.920	662.710	1.786.139	34.281	191.358	546.749
32 – Outros produtos básicos	575.071	240.325	316.014	430.114	944.038	293.640	335.351	359.360
B) PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	4.368.978	2.333.988	2.910.685	3.355.800	5.858.673	1.715.191	2.069.372	2.368.262
a) Semimanufaturados	1.447.773	650.839	847.804	953.625	1.812.849	444.309	569.617	659.610
33 – Cera de carnaúba	12.572	4.578	6.265	7.442	14.150	4.397	4.963	5.993
34 – Estanho em bruto	–	286	406	525	1.215	816	965	1.359
35 – Ferro e aço em peças simplesmente desbastadas	44.642	22.597	35.146	44.917	91.932	57.056	67.470	67.471
36 – Ferro fundido, em bruto	255.712	181.865	221.637	232.192	428.040	82.870	117.614	143.866
37 – Ferro-ligas, em bruto	43.404	14.726	22.117	22.906	44.195	14.597	15.798	22.419
38 – Madeira de pinho, serrada	432.173	130.691	168.202	195.471	303.195	45.916	56.384	67.357
39 – Madeira serrada (exceto pinho)	156.608	76.828	99.279	125.693	266.386	78.254	96.782	111.530
40 – Manteiga de cacau	27.333	9.170	11.073	12.243	24.234	10.828	12.301	13.982
41 – Óleo de amendoim	77.189	31.297	34.701	38.029	44.331	5.540	9.235	15.362
42 – Óleo de mamona, em bruto	127.182	26.334	33.725	40.900	131.683	69.375	79.935	87.506
43 – Óleo de soja, em bruto	600	–	–	2.408	61.408	3	3	3
44 – Óleos vegetais, em bruto (exceto os itens 41, 42 e 43)	12.620	7.657	8.879	12.205	18.560	19.502	23.641	27.612
45 – Pasta para fabricação de papel	140.697	77.646	79.968	83.635	194.178	26.404	46.379	47.079
46 – Peles e couros, preparados ou curtidos	11.381	3.846	4.728	5.427	8.366	2.254	3.100	4.042
47 – Produtos siderúrgicos semimanufaturados (exceto os itens 35, 36 e 37)	35.305	30.971	83.278	83.348	90.801	125	127	127
48 – Outros produtos semimanufaturados	70.355	32.347	46.284	49.217	90.175	26.372	34.920	43.902

EXPORTAÇÃO

PRINCIPAIS PRODUTOS

Valores Acumulados no Ano – Toneladas

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Abr	Mai	Jun	Dez	Abr	Mai	Jun
b) Manufaturados	2.921.205	1.683.149	2.062.881	2.402.175	4.045.824	1.270.882	1.499.755	1.708.652
49 – Borracha manufaturada	3.209	1.558	1.944	2.345	5.589	1.686	2.171	2.661
50 – Café industrializado	34.254	12.584	14.983	18.646	39.236	14.198	18.626	21.404
51 – Calçados	11.569	6.883	8.303	9.691	17.548	7.160	9.009	10.710
52 – Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (exceto os itens 60, 61 e 62)	27.353	10.376	12.442	14.712	31.697	13.304	17.862	21.649
53 – Carne de boi industrializada	36.144	3.756	9.834	13.962	35.801	9.229	11.491	16.916
54 – Chapas laminadas a quente ou a frio	171.463	53.588	69.611	74.863	103.889	12.742	14.962	19.130
55 – Extrato de carne	1.430	234	343	408	1.130	310	348	533
56 – Fios de algodão	19.237	9.162	12.054	14.257	29.388	9.869	12.593	14.976
57 – Madeiras laminadas (exceto jacarandá	35.550	9.576	12.495	16.336	32.418	9.435	11.299	14.258
58 – Madeiras laminadas de jacarandá	3.365	1.083	1.412	1.618	2.646	336	420	438
59 – Máquinas e aparelhos elétricos e objetos para uso eletrotécnico	8.723	3.245	4.474	5.644	13.361	5.364	6.985	8.685
60 – Máquinas e aparelhos para escritório, seus pertences e acessórios	1.932	704	930	1.225	2.704	947	1.195	1.552
61 – Máquinas e aparelhos para extração, movimentação da terra, escavação ou perfuração do solo	3.104	1.210	1.343	1.536	3.328	1.188	1.429	1.787
62 – Máquinas - ferramentas, pertences e acessórios	3.112	917	1.069	1.397	2.914	1.010	1.325	1.524
63 – Materiai de transporte	37.255	13.747	16.320	21.270	52.624	19.160	25.145	33.912
64 – Melaço comestível e não comestível	587.437	395.297	450.310	476.931	799.349	517.158	570.238	594.708
65 – Mentol	2.226	1.020	1.357	1.702	2.938	672	815	1.038
66 – Óleos combustíveis do petróleo	1.130.644	799.091	1.004.991	1.193.161	1.655.069	178.517	224.212	250.212
67 – Óleos essenciais	5.462	2.583	3.062	3.649	6.311	2.704	3.090	3.575
68 – Óleo de soja purificado ou refinado	59.443	10.181	10.202	13.680	29.452	1	1	1
69 – Pedras preciosas e semipreciosas lapidadas	2	0	0	0	2	3	4	4
70 – Produtos siderúrgicos manufaturados (exceto item 54)	180.028	64.061	75.329	90.422	164.139	49.088	60.839	69.172
71 – Roupa de cama e mesa, toalhas e artigos semelhantes	–	1.745	2.431	2.788	5.575	2.277	2.831	3.348
72 – Sucos de frutas e hortaliças (exceto laranja)	3.871	1.435	2.058	2.847	6.128	3.556	3.808	5.300
73 – Suco de laranja	85.157	36.684	41.470	48.014	120.990	21.700	24.606	29.476
74 – Tecidos de algodão	18.361	7.660	9.878	12.202	25.267	8.153	9.503	11.385
75 – Tecidos e artigos de malharia e ponto de meia	–	852	1.157	1.324	3.339	1.645	1.993	2.512
76 – Vestuário e seus acessórios de tecidos	–	1.531	1.980	2.370	5.212	1.762	2.177	2.557
77 – Vidros e manufaturados de vidro	18.700	5.224	6.217	7.982	16.584	6.342	8.075	9.691
78 – Outros produtos manufaturados	430.174	227.162	284.882	347.193	831.196	371.366	452.703	555.538
C) CONSUMO DE BORDO	254.806	221.393	261.311	327.486	796.965	223.761	271.141	328.014
D) REEXPORTAÇÃO	14.010	1.143	3.237	76.241	1.074.429	820.719	935.775	935.825
E) TRANSAÇÕES ESPECIAIS	8.490	21.193	22.551	24.004	31.041	3.157	6.256	7.485
TOTAL GERAL (A+B+C+D+E)	45.693.828	18.486.197	25.198.541	30.527.155	64.059.168	21.379.394	28.665.088	33.941.653

EXPORTAÇÃO

PRINCIPAIS PRODUTOS

Valores Acumulados no Ano – US$ 1.000 (FOB)

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Abr	Mai	Jun	Dez	Abr	Mai	Jun
A) PRODUTOS BÁSICOS	**2.724.615**	**962.529**	**1.331.218**	**1.743.543**	**4.096.501**	**1.047.230**	**1.282.223**	**1.618.199**
1 – Açúcar cristal	89.401	18.758	34.060	47.885	97.848	39.852	49.561	71.534
2 – Açúcar demerara	314.147	142.875	170.606	189.776	454.863	145.890	153.905	177.918
3 – Algodão em rama	188.682	49.724	83.965	108.551	218.068	26.753	35.566	53.574
4 – Algodão "linters"	1.860	245	435	529	1.512	725	804	885
5 – Amendoim em grãos	13.651	5.773	7.475	9.486	19.483	6.690	8.120	15.044
6 – Arroz	152	–	445	1.430	4.233	3.697	3.718	4.507
7 – Banana	9.583	5.962	7.752	9.127	14.870	7.146	9.542	11.050
8 – Cacau em amêndoas	59.158	16.901	18.246	19.728	88.522	52.433	56.618	59.966
9 – Café cru, em grãos	989.219	343.992	447.010	558.340	1.244.272	369.620	403.157	468.772
10 – Camarão	17.954	2.973	3.663	4.739	8.000	2.118	3.163	4.177
11 – Carne bovina fresca, refrigerada ou congelada	169.205	44.260	68.459	90.704	148.547	8.938	12.080	15.791
12 – Carne eqüina fresca, refrigerada ou congelada	21.847	13.766	19.037	23.259	44.037	15.292	18.657	22.822
13 – Castanha de caju	8.853	2.733	3.522	4.368	9.855	2.824	4.672	6.062
14 – Castanha-do-Pará	20.229	3.025	5.754	8.515	22.763	3.187	4.050	6.627
15 – Chá em folhas	–	1.832	2.234	2.741	3.866	1.726	2.083	2.321
16 – Erva-mate	3.235	1.224	1.697	2.085	3.475	1.316	1.557	2.194
17 – Farelo e torta de amendoim	14.563	9.857	10.803	12.175	14.521	3.340	4.393	5.915
18 – Farelo e torta de caroço de algodão	11.720	4.851	6.240	8.959	14.514	3.177	3.560	4.948
19 – Farelo e torta de soja	152.348	64.191	86.489	126.062	422.635	32.965	47.709	67.471
20 – Frutas em estado natural (exceto itens 7, 13 e 14)	5.848	161	663	1.803	6.541	426	508	699
21 – Fumo em folhas	46.674	16.174	25.314	31.096	58.458	27.233	36.552	48.094
22 – Lã (exclusive fios)	15.937	24.952	30.756	33.763	45.215	12.425	18.339	22.345
23 – Lagosta	16.352	6.191	7.815	9.852	18.033	–	7.951	11.621
24 – Milho em grãos	9.629	544	1.892	2.628	3.146	–	56	271
25 – Minério de ferro	231.708	99.973	138.820	165.680	362.811	143.116	200.886	237.539
26 – Minério de manganês	27.264	8.475	11.280	14.159	18.866	16.266	18.942	21.805
27 – Minérios (exceto os itens 25 e 26)	14.954	7.195	8.522	9.990	17.562	5.386	6.562	7.940
28 – Óleo bruto de petróleo	15.991	5.177	7.773	9.149	15.730	4.075	9.346	11.703
29 – Pimenta em grãos	12.708	5.040	5.754	6.149	16.955	8.372	9.471	12.021
30 – Sisal	22.497	12.024	16.890	20.433	59.445	39.498	53.137	63.541
31 – Soja em grãos	127.927	4.065	43.564	143.396	494.153	7.794	39.586	110.278
32 – Outros produtos básicos	91.319	39.616	54.283	66.986	143.702	47.536	58.972	68.764
B) PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	**1.221.749**	**527.366**	**683.388**	**832.215**	**1.941.518**	**874.314**	**1.102.998**	**1.360.560**
a) Semimanufaturados	**310.013**	**140.184**	**181.061**	**211.656**	**476.201**	**211.350**	**264.863**	**314.257**
33 – Cera de carnaúba	11.220	4.082	5.639	6.683	13.311	10.824	12.958	16.737
34 – Estanho em bruto	–	1.140	1.653	2.175	5.609	5.326	6.414	9.896
35 – Ferro e aço em peças simplesmente desbastadas	4.111	2.502	3.708	4.882	10.619	7.747	9.063	9.063
36 – Ferro fundido, em bruto	11.765	8.922	11.048	11.670	23.553	7.059	10.713	13.662
37 – Ferro-ligas, em bruto	16.550	7.978	11.022	12.683	23.662	8.778	11.193	14.377
38 – Madeira de pinho, serrada	59.719	22.005	29.709	35.566	62.752	16.658	20.897	25.310
39 – Madeira serrada (exceto pinho)	12.849	6.869	8.977	11.410	27.200	12.053	15.004	17.366
40 – Manteiga de cacau	33.134	14.911	18.415	20.435	47.656	32.539	37.241	43.197
41 – Óleo de amendoim	27.425	13.248	14.690	16.191	19.460	4.908	8.478	14.422
42 – Óleo de mamona, em bruto	53.818	23.476	30.605	37.033	122.807	66.378	76.442	83.110
43 – Óleo de soja, em bruto	160	–	–	719	23.808	2	2	2
44 – Óleos vegetais, em bruto (exceto os itens 41, 42 e 43)	2.185	1.450	1.660	2.555	5.139	13.932	17.814	21.193
45 – Pasta para fabricação de papel	13.296	7.307	7.773	8.488	23.580	4.835	10.713	11.012
46 – Peles e couros, preparados ou curtidos	40.679	17.356	21.638	25.257	40.051	11.260	15.419	19.799
47 – Produtos siderúrgicos semimanufaturados (exceto os itens 35, 36 e 37)	3.160	2.381	6.339	6.349	7.496	24	27	27
48 – Outros produtos semimanufaturados	19.942	6.557	8.175	9.560	19.499	9.027	12.485	15.084

EXPORTAÇÃO

PRINCIPAIS PRODUTOS

Valores Acumulados no Ano — US$ 1.000 (FOB)

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Abr	Mai	Jun	Dez	Abr	Mai	Jun
b) Manufaturados	911.736	387.182	502.337	620.559	1.465.317	662.964	838.135	1.046.303
49 – Borracha manufaturada	4.297	1.983	2.514	3.060	6.992	2.461	3.219	4.028
50 – Café industrializado	67.945	28.455	34.341	43.210	99.966	42.628	57.397	64.654
51 – Calçados	54.563	33.625	41.309	49.149	93.478	38.711	48.518	58.418
52 – Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (exceto os itens 60, 61 e 62)	55.255	20.411	25.396	30.386	72.208	33.042	43.794	53.824
53 – Carne de boi industrializada	50.509	5.027	16.170	24.909	69.769	21.979	27.598	41.286
54 – Chapas laminadas a quente ou a frio	23.767	8.264	10.575	11.648	18.070	3.322	3.999	5.268
55 – Extrato de carne	10.985	1.806	2.770	3.409	11.577	4.686	5.303	8.173
56 – Fios de algodão	22.782	11.776	15.645	18.669	45.028	23.317	30.187	36.264
57 – Madeiras laminadas (exceto jacarandá)	10.512	4.644	5.840	7.222	17.565	6.573	8.603	9.606
58 – Madeiras laminadas de jacarandá	14.377	5.760	7.772	9.179	15.843	2.573	3.239	3.491
59 – Máquinas e aparelhos elétricos e objetos para uso eletrotécnico	38.704	19.354	25.779	33.627	83.851	42.921	56.641	72.859
60 – Máquinas e aparelhos para escritório, seus pertences e acessórios	30.949	10.148	14.282	19.178	41.197	15.971	21.109	29.052
61 – Máquinas e aparelhos para extração, movimentação da terra, escavação ou perfuração do solo	5.953	2.598	2.763	3.132	6.551	2.555	3.106	3.946
62 – Máquinas - ferramentas, pertences e acessórios	7.682	1.620	1.918	2.675	6.198	2.623	3.478	4.071
63 – Material de transporte	68.588	18.109	21.357	28.614	76.182	32.219	42.592	57.028
64 – Melaço comestível e não comestível	13.523	11.102	13.439	14.496	31.047	29.211	33.286	34.297
65 – Mentol	21.781	8.858	11.771	14.740	28.682	13.276	16.879	22.560
66 – Óleos combustíveis do petróleo	19.815	16.684	20.874	24.738	36.452	15.633	19.792	22.017
67 – Óleos essenciais	12.021	5.678	7.059	8.732	19.137	13.924	17.435	22.001
68 – Óleo de soja purificado ou refinado	14.536	2.464	2.475	3.550	8.753	8	8	■
69 – Pedras preciosas e semipreciosas lapidadas	10.728	6.007	7.655	8.923	19.185	3.713	5.624	6.902
70 – Produtos siderúrgicos manufaturados (exceto item 54)	28.563	11.750	13.888	16.787	34.847	15.376	19.904	23.645
71 – Roupa de cama e mesa, toalhas e artigos semelhantes	–	5.368	7.581	8.661	18.717	9.031	11.492	13.866
72 – Sucos de frutas e hortaliças (exceto laranja)	2.150	817	1.249	1.743	3.971	2.473	2.638	3.663
73 – Suco de laranjas	41.499	16.944	19.431	22.828	63.622	12.256	13.992	16.825
74 – Tecidos de algodão	25.815	11.921	15.665	20.009	52.620	24.726	29.158	34.970
75 – Tecidos e artigos de malharia e ponto de meia	13.676	8.688	11.824	13.221	39.980	25.156	30.983	39.814
76 – Vestuário e seus acessórios de tecidos	13.308	8.869	12.042	15.014	41.572	20.348	24.227	28.746
77 – Vidros e manufaturas de vidro	11.500	3.834	4.575	5.953	11.982	4.375	5.943	7.197
78 – Outros produtos manufaturados	215.953	94.618	124.378	153.097	390.274	197.877	247.991	317.824
C) CONSUMO DE BORDO	9.799	6.781	8.428	10.777	35.132	23.060	28.118	33.968
D) REEXPORTAÇÃO	10.745	843	1.231	2.825	43,206	29.311	33.919	35.744
E) TRANSAÇÕES ESPECIAIS	24.311	50.426	53.179	55.954	82.843	11.472	24.019	27.590
TOTAL GERAL (A+B+C+D+E)	3.991.219	1.547.945	2.077.444	2.645.314	6.199.200	1.985.387	2.571.277	3.076.061

EXPORTAÇÃO FINANCIADA PELA CACEX

US$ 1.000 FOB

Valores Acumulados no Ano

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974	
	Dez	Mar	Jun	Set	Dez	Mar	Jun
TOTAL	**65.987**	**8.349**	**13.969**	**26.208**	**42.988**	**14.981**	**33.008**
I – Setor Energético e de Telecomunicações	**735**	**308**	**510**	**717**	**951**	**175**	**725**
Aparelhos de telefonia	669	250	452	639	786	71	279
Grupo gerador	24	19	19	19	99	92	342
Transformadores elétricos	29	28	28	28	33	–	51
Demais	13	11	11	31	33	12	53
II – Setor Industrial	**59.449**	**7.215**	**12.116**	**23.373**	**38.729**	**14.311**	**31.088**
a) Indústria extrativa, preparo do solo e beneficiamento de produtos agrícolas	1.742	454	862	3.290	5.694	1.468	3.752
Máquinas agrícolas	1.373	454	625	3.036	5.434	1.383	1.450
Demais	369	–	237	254	260	85	2.302
b) Indústria de Construção	4.568	998	1.542	2.931	4.434	875	3.464
Betoneiras	43	–	–	–	–	–	–
Britadores e equipamentos para britagem	907	473	485	786	1.166	414	964
Escavadeiras	129	–	–	–	105	–	184
Máquinas para pavimentação	30	48	48	48	48	–	–
Moto-escavo transportadores	1.133	–	147	147	450	85	469
Moto-niveladores	1.073	–	142	282	329	85	507
Rolos compactadores	538	292	335	642	900	204	638
Demais	715	185	385	1.026	1.436	87	702
c) Indústria Gráfica	775	–	4	4	1.585	143	2.332
Guilhotinas	11	–	4	4	23	–	–
Demais	764	–	–	–	1.562	143	2.332
d) Indústria de Plásticos	14	–	37	117	275	57	320
Máquinas e aparelhos para indústria de plásticos	14	–	37	117	275	36	299
Demais	–	–	–	–	–	21	21
e) Indústria Metalúrgica	2.462	43	1.168	1.249	1.777	522	798
1) Máquinas e equipamentos	162	31	54	135	389	14	290
Plainas limadoras	153	31	35	58	84	14	35
Demais	9	–	19	77	1.304	–	255
2) Bens de manutenção da produção	2.300	12	1.114	1.114	1.388	508	508
Tubos de aço cobreado	7	12	–	–	243	–	–
Palanquilhas para relaminação de aço	217	–	93	93	120	–	–
Demais	2.076	–	1.021	1.021	1.025	508	508

EXPORTAÇÃO FINANCIADA PELA CACEX

US$ 1.000 FOB

Valores Acumulados no Ano

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974	
	Dez	Mar	Jun	Set	Dez	Mar	Jun
f) Indústria de transporte e elevação	43.000	4.176	6.445	12.860	18.888	8.996	14.923
Veículos	25.033	4.100	5.677	11.604	17.354	8.388	13.070
a) automóveis	710	791	1.478	5.752	9.166	5.744	8.033
b) ônibus, caminhões e utilitários	22.097	2.923	3.621	4.788	5.270	572	1.908
c) carrocerias completas	78	81	188	188	235	–	5.908
d) chassis	1.579	23	108	455	2.071	1.766	2.613
e) pertences e acessórios para ônibus, automóveis, etc.	569	282	282	421	621	306	516
Elevadores	1.261	76	625	1.016	1.196	97	526
Escadas e pontes rolantes	218	–	–	25	26	8	27
Garagens automáticas	171	–	–	72	72	–	–
Demais	16.317	–	143	143	240	503	1.300
g) Indústria mecânica	1.501	375	632	1.118	1.807	602	1.057
Frezadeira	22	–	–	21	26	–	–
Talhas elétricas	72	53	102	115	115	59	115
Tornos	1.096	252	389	747	1.452	526	734
Transformadores de solda e acessórios	58	19	34	34	34	–	–
Demais	253	51	107	201	180	17	208
h) Indústria alimentícia	4.709	260	350	599	1.945	927	1.495
Confeitaria e panificação	62	–	–	–	–	–	–
Engenho açucareiro	4.462	13	13	237	1.550	927	1.415
Máquina para empacotar biscoito	33	38	128	128	140	–	25
Máquinas e aparelhos para indústria de óleos vegetais	–	209	209	209	209	–	–
Demais	152	–	–	25	46	–	55
i) Indústria têxtil	–	834	834	872	872	284	434
Máquinas e aparelhos para a indústria têxtil	–	731	731	769	769	268	418
Máquinas e equipamentos	–	103	103	103	103	–	–
Demais	–	–	–	–	–	16	16
j) Indústria de fumo	423	–	–	72	208	134	361
l) Indústria de refrigeração	218	35	62	62	660	268	1.391
m) Outras indústrias	37	40	180	199	584	35	761
III – Setor de Saúde	**144**	**81**	**81**	**88**	**223**	**19**	**152**
Equipamento e aparelhos para odontologia	144	81	81	81	172	[illegible]	139
Demais	–	–	–	7	51	13	13
VI – Artigos de Consumo	**4.725**	**741**	**1.068**	**1.626**	**2.387**	**462**	**964**
Conjuntos sanitários	6	–	–	–	–	–	–
Máquinas de costura, seus pertences e acessórios	809	643	686	813	1.239	262	340
Móveis	234	–	81	118	207	56	56
Televisores	37	40	192	359	391	8	182
Demais	3.639	58	109	336	550	136	386
V – Gado	**22**	**4**	**194**	**366**	**660**	**14**	**79**
VI – Demais	**912**	**–**	**–**	**38**	**38**	**–**	**–**

Fonte: CACEX–NUCEX

COMPENSAÇÃO DE CHEQUES

CHEQUES E OUTROS PAPÉIS COMPENSADOS

Número de Documentos

PRINCIPAIS PRAÇAS (*)	1973			1974		
	Abr	Mai	Jun	Abr	Mai	Jun
Rio de Janeiro (GB)	5.525.085	6.312.810	5.715.648	6.595.134	7.028.376	5.962.252
São Paulo (SP)	10.369.854	11.994.710	10.936.946	13.064.673	13.470.545	11.653.515
Belo Horizonte (MG)	1.296.997	1.449.444	1.341.264	1.680.234	1.677.393	1.466.245
Porto Alegre (RS)	1.154.364	1.352.952	1.235.298	1.530.531	1.593.927	1.438.947
Curitiba (PR)	786.020	852.867	788.464	1.427.201	1.475.780	1.364.698
Recife (PE)	848.238	933.997	865.035	1.035.005	1.062.110	928.952
Salvador (BA)	869.341	989.301	947.420	1.125.565	1.216.775	910.958
Fortaleza (CE)	268.009	317.755	287.766	357.257	366.268	319.017
Santos (SP)	487.731	530.152	491.247	625.514	637.008	572.761
Brasília (DF)	801.498	856.126	783.018	969.145	1.002.490	846.013
Londrina (PR)	402.908	443.361	406.158	1.323.175	1.268.667	1.101.132
Campinas (SP)	423.810	528.226	467.187	584.603	595.427	505.880
Goiânia (GO)	422.046	473.595	431.476	532.390	561.824	469.547
Belém (PA)	129.015	144.998	132.012	152.034	153.037	138.089
Vitória (ES)	170.129	221.692	194.900	242.651	258.473	220.850
Maringá (PR)	283.563	318.652	292.868	322.139	314.798	283.334
Ribeirão Preto (SP)	527.926	594.844	540.061	646.039	656.480	558.750
Niterói (RJ)	191.039	211.409	197.919	248.819	220.651	186.625
Manáus (AM)	86.435	97.326	91.079	101.024	101.066	92.588
Florianópolis (SC)	202.850	227.756	209.781	265.570	275.436	239.022
São José do Rio Preto (SP)	255.928	291.667	260.981	317.957	330.946	276.510
Maceió (AL)	99.123	109.671	98.822	115.801	201.963	108.713
Piracicaba (SP)	230.897	260.172	233.664	291.470	298.167	261.397
Campo Grande (MT)	155.512	175.431	160.451	189.007	193.617	167.184
Uberlândia (MG)	158.549	179.042	162.729	180.131	184.491	159.735
Presidente Prudente (SP)	252.146	268.941	250.873	284.245	283.592	249.699
Natal (RN)	142.654	168.596	148.203	190.928	197.124	171.754
Bauru (SP)	373.778	423.888	381.192	424.577	427.563	378.968
João Pessoa (PB)	68.608	79.482	69.734	89.778	91.843	71.887
Blumenau (SC)	142.460	160.289	142.203	167.361	171.999	147.410
Outras	11.397.822	12.402.794	11.407.803	13.154.437	13.196.427	11.519.761
BRASIL	**38.524.335**	**43.371.946**	**39.672.202**	**48.234.395**	**49.433.263**	**42.772.193**

(*) Selecionadas com base no valor dos documentos compensados em janeiro de 1974.

COMPENSAÇÃO DE CHEQUES

CHEQUES E OUTROS PAPÉIS COMPENSADOS

Cr$ 1.000

PRINCIPAIS PRAÇAS (*)	1973			1974		
	Abr	Mai	Jun	Abr	Mai	Jun
Rio de Janeiro (GB)	67.829.293	84.933 053	74.523.488	104.292.355	118.664.416	105.353.368
São Paulo (SP)	58.953.653	70.776.561	64.416.705	96.770.040	104.069.511	88.653.704
Belo Horizonte (MG)	5.268.254	5.772.331	5.675.955	7.204.535	8.092.931	6.596.803
Porto Alegre (RS)	4.116.930	5.197.240	4.924.876	6.964.627	7.038.049	6.595.827
Curitiba (PR)	3.428.435	4.081.278	4.148.440	5.496.562	6.482.572	6.520.594
Recife (PE)	2.425.615	2.730.771	2.845.599	3.578.303	3.969.709	3.414.462
Salvador (BA)	2.259.432	2.424.397	2.270.004	3.326.576	3.838.850	2.967.169
Fortaleza (CE)	880.973	1.028.016	925.598	3.626.747	2.217.647	2.924.646
Santos (SP)	1.663.625	1.764.918	1.771.179	2.466.186	2.414.497	2.046.119
Brasília (DF)	1.753.595	1.568.001	1.402.990	2.742.300	2.493.474	2.194.796
Londrina (PR)	659.072	775.124	704.727	1.706.738	1.859.646	1.523.153
Campinas (SP)	824.703	990.025	761.317	1.665.611	1.789.215	1.422.780
Goiânia (GO)	785.319	966.041	977.086	1.512.963	1.456.584	1.318.484
Belém (PA)	549.452	637.867	630.789	858.679	880.260	798.299
Vitória (ES)	461.755	595.568	548.502	806.592	862.863	789.819
Maringá (PR)	546.156	773.228	751.663	760.770	913.781	814.370
Ribeirão Preto (SP)	423.023	494.229	444.722	670.891	725.513	666.095
Niterói (RJ)	362.120	409.515	389.791	599.739	634.202	548.607
Manáus (AM)	369.696	442.469	442.129	641.540	704.793	592.126
Florianópolis (SC)	305.522	342.830	340.324	496.569	560.178	486.696
São José do Rio Preto (SP)	308.848	370.242	343.626	486.457	501.652	457.493
Maceió (AL)	260.898	287.086	301.073	419.692	457.802	414.239
Piracicaba (SP)	192.200	228.400	212.549	402.923	472.019	410.207
Campo Grande (MT)	258.541	320.116	302.863	426.498	480.082	406.744
Uberlândia (MG)	266.119	326.880	306.252	438.721	453.655	425.446
Presidente Prudente (SP)	268.069	302.966	290.850	431.691	450.694	383.838
Natal (RN)	204.841	241.232	213.664	339.984	400.861	367.997
Bauru (SP)	218.173	256.557	234.468	353.915	370.481	322.843
João Pessoa (PB)	181.666	199.218	190.703	314.257	351.828	291.893
Blumenau (SC)	217.756	243.506	237.102	365.404	378.971	332.221
Outras	11.569.330	14.203.025	13.619.074	18.467.065	19.902.627	17.482.736
BRASIL	**167.813.064**	**203.682.690**	**185.148.108**	**268.634.930**	**293.889.363**	**257.523.574**

(*) Selecionadas com base no valor dos documentos compensados em janeiro de 1974.

BANCO DO BRASIL S.A.

REDE DE DEPENDÊNCIAS

Em Funcionamento

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Abr	Mai	Jun	Dez	Abr	Mai	Jun
NO PAÍS	**814**	**815**	**815**	**815**	**835**	**858**	**860**	**862**
– NORTE	21	21	21	21	22	23	23	23
– NORDESTE	165	165	165	165	171	175	175	176
– SUDESTE	359	360	360	360	366	368	369	370
– SUL	188	188	188	188	194	207	208	208
– CENTRO-OESTE	81	81	81	81	82	85	85	85
NO EXTERIOR	**14**	**15**	**15**	**15**	**16**	**16**	**16**	**16**
– AMÉRICA DO SUL	6	6	6	6	6	6	6	6
– AMÉRICA CENTRAL	1	1	1	1	1	1	1	1
– AMÉRICA DO NORTE	2	2	2	2	3	3	3	3
– EUROPA	4	5	5	5	5	5	5	5
– ÁSIA	1	1	1	1	1	1	1	1
TOTAL	**828**	**830**	**830**	**830**	**851**	**874**	**876**	**878**

BANCO DO BRASIL S.A.

Contador Geral — Délio Brito

Gerente Geral de Agências no Exterior — Antônio Machado de Macedo

Inspetor Geral — Humberto M. Riella da Fonseca

Gerentes de Carteira

Câmbio

Fiscalização e Controle — Jayme Maia
Operações — Edgardo Amorim do Rego

Comércio Exterior

Operações Financeiras — Fernando de Souza Oliveira

Crédito Geral e Rural

1.ª Região — Wilson Ribeiro Lopes
2.ª Região — José Danilo Rubens Pereira
3.ª Região — Pedro Guerizoli Filho
4.ª Região — Antonio Barcelos
5.ª Região — Arnaldo Jorge Fábregas da Costa Júnior
6.ª Região — Nélson Meira de Lucena
7.ª Região — César Socias Schenkel

Chefes de Departamento

Administração e Estatística — Nilton Gomes de Mendonça Arraes
Administração de Serviços — Rogério Soares Teixeira
Assistência ao Pessoal — Luiz Augusto Costa Guimarães
Assuntos do PASEP — Joubert de Barros Fernandes
Bens Patrimoniais — Rubem de Almeida Serra
Cadastro — Rosemberg de Araújo Gouveia
Comercialização do Trigo — Humberto Garófalo
Controle e Prevenção — Paulino Jaguaribe de Oliveira
Exportação — Raul Fernandes Carneiro Filho
Funcionalismo — Celso Albano Costa
Importação — Francisco de Assis Martins Costa
Material e Comunicações — Waldemar Soares de Almeida
Normas Operacionais — Roberto Hatab
Processamento de Dados — André de Moraes Périllier
Promoção e Estudos de Mercado — Maurício Gomes Bevilacqua
Seleção e Desenvolvimento do Pessoal — Joaquim Ferreira Amaro
Tesouraria — José Carlos Lebeis Soares

BANCO DO BRASIL
BOLETIM · ANO IX · 1974 · N.os 3/4

BANCO DO BRASIL S.A.

PRESIDENTE — Angelo Calmon de Sá

DIRETORES

Administração — Oswaldo Roberto Colin

Pessoal — Admon Ganem

Câmbio — Cesar Dantas Bacellar Sobrinho

Comércio Exterior — Benedicto Fonseca Moreira

Crédito Geral e Rural

1.ª Região — Antonio Arnaldo Gomes Taveira
Estados do Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Mato Grosso e Territórios de Rondônia, Roraima e Amapá.

2.ª Região — José Aristóphanes Pereira
Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Território de Fernando de Noronha.

3.ª Região — Carlos Brandão
Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Guanabara.

4.ª Região — Mário Pacini
Estados de Goiás, Minas Gerais e Distrito Federal.

5.ª Região — Rodrigo Horácio Garcia da Costa
Estado de São Paulo

6.ª Região — Walter Peracchi Barcellos
Estados do Paraná e Santa Catarina

7.ª Região — Dinar Goyheneix Gigante
Estado do Rio Grande do Sul

Chefe do Gabinete da Presidência — Amilcar de Souza Martins

Consultor Jurídico — Benedicto Martins de Napoleão do Rêgo

Consultor Técnico — Renato Manfredini

ÍNDICE

BANCO DO BRASIL S.A. – BOLETIM – ANO IX – 1974 – N.ºs 3/4

EDITADO PELA CONSULTORIA TÉCNICA
Setor Bancário Sul
Edifício Sede do Banco do Brasil, 21.º andar
Brasília (DF) – 70.000

Capa, Programação Visual e Efeitos Fotográficos:
Equipe de Arte da Gráfica do Banco do Brasil

IMPRESSO NA GRÁFICA DO BANCO DO BRASIL – DEMAC/DIGRA
Rua General Bruce, 55-A, São Cristóvão, Rio de Janeiro (GB) – 20.000

NESTE boletim, a Consultoria Técnica apresenta artigo em que a Diretoria da 4a. Região (DIMIG) faz amplas considerações a respeito não só de suas atividades globais, como também do desenvolvimento por que passam, na sua área, todos os setores da economia.

A DIMIG é uma das sete Regiões que vieram substituir as antigas zonas de CREAI (rural e industrial) e CREGE (comercial), às quais estavam afetos os problemas de crédito de todo o País.

Um dos inconvenientes do sistema consistia, precisamente, no fato de que as zonas de atuação das duas Carteiras não correspondiam a uma mesma divisão geográfica. Além disto, havia um Diretor para cada Carteira.

A circunstância agora de um comando único veio permitir melhor administração do crédito, de acordo com as peculiaridades regionais, mercê da visão de conjunto dos problemas. A uniformidade de critério se constituiu em outra vantagem da centralização das decisões.

CRIADA com a reorganização administrativa aprovada pela Assembléia Geral de 18.12.69, a DIMIG tem sob sua jurisdição uma área de 1.235.078 km², que compreende os Estados de Minas Gerais e Goiás, e o Distrito Federal. Por isto mesmo, foi a primeira Diretoria a instalar-se na Capital Federal, em 6.4.70.

Às peculiaridades da economia do Distrito Federal, que se destaca pela elevada absorção de mão-de-obra para construção civil, se vêm juntar as mais diversas atividades econômicas dos Estados de Minas Gerais e Goiás, em cujas áreas coexistem — num processo de desenvolvimento e consolidação — a agricultura, pecuária e indústria.

É exatamente a circunstância de abranger economias diferentes que dá à 4a. Região características realmente especiais.

ALÉM de recursos naturais abundantes, a produção da região como um todo é bastante diversificada: arroz, milho, café, bovinos — que representa 1/3 do rebanho brasileiro — alumínio, ferro-gusa e minérios de ferro compõem, em linhas gerais, o quadro produtivo.

Um outro aspecto a considerar é que — precisamente por sua configuração geográfica — a DIMIG presta assistência creditícia inclusive a regiões jurisdicionadas pela SUDAM (que abrange o norte de Goiás) e SUDENE (norte de Minas Gerais).

Essa penetração por áreas distintas, submetidas a tipos de planejamentos regionais, também diversos, dá uma idéia da dimensão dos problemas enfrentados pela Diretoria Regional para consecução de seus objetivos.

As informações mais amplas contidas no artigo nos permitem antever índices de desenvolvimento bastante otimistas para a região como um todo, contemplada como se sabe com projetos de grande importância.

Mário Pacini

DESENVOLVIMENTO NO BRASIL CENTRAL

Os analistas da economia da região representada pelos Estados de Minas Gerais e de Goiás, além do Distrito Federal, são quase unânimes na conclusão de que, até 1970, seria um exagero falar-se de desenvolvimento econômico da área. Ainda que, de modo esparso, tivessem surgido empreendimentos realmente dignos de nota, em especial nos setores siderúrgico, energético e rodoviário, identificavam aqueles estudiosos tais iniciativas como conseqüência do progresso das áreas econômicas vizinhas. Colocava-se a Região e, em especial Minas Gerais, à retaguarda daquelas áreas, num processo, por assim dizer, não autônomo de desenvolvimento.

DESARTICULAÇÃO E ATRASO

Sempre faltou à região condição de interdependência setorial entre os vários segmentos de sua economia. Deste modo, mantinha-se numa posição desfavorável de *fornecedor de gêneros alimentícios, matérias-primas e insumos básicos* para o pólo dinâmico que se estabelecera no eixo Rio-São Paulo. A agricultura e a pecuária haviam sido abandonadas à própria sorte. A primeira, por deficiências tecnológicas, atrasava-se, a cada ano, em relação às novas fronteiras agrícolas dinâmicas do Paraná e do Noroeste paulista. Estes, que haviam polarizado verdadeiros empresários agrícolas, conseguiam crescentes padrões de produtividade, praticando agricultura evoluída e assimilando modernas técnicas. Em Minas, já não se podia falar senão em agricultura de subsistência, ainda que se exibam dados – sem dúvida importantes – de sua participação relativa no conjunto da produção agrícola nacional. Neste particular, destaque-se também o quadro que encontramos ao assumir a Direção da 4.ª Região Operacional, da

O GOIASRURAL, plano do governo goiano para o desenvolvimento da agropecuária que contou com o incondicional apoio do BB, já se está tornando modelo de programa para outras áreas do Brasil.

agricultura goiana: monocultura orizícola, com desastrosos resultados causados por seguidas frustrações.

Quanto à pecuária, o quadro não era menos pessimista: mantinham-se os pecuaristas numa obstinada política de prover suas pastagens de bastante gado, sem cuidar, contudo, de formar em suas fazendas infra-estrutura mais sólida e racional. Os lucros obtidos nunca eram aplicados na melhoria tecnológica da exploração da área original, mas sistematicamente investidos na compra de novas terras.

Notava-se, contudo, preocupação dos pecuaristas em promover a melhoria genética de seus rebanhos, seja através do aprimoramento e da adaptação das raças zebuínas introduzidas no País – no que Minas Gerais foi pioneira – seja na tentativa de desenvolvimento da pecuária leiteira, uma das tradicionais atividades econômicas do Estado. A indústria de laticínios, por sua vez, era praticada por microempresas familiares, estrutura incompatível com um estágio superior de evolução econômica, que se delineava para o Brasil, caracterizado pela economia de mercado.

Tal fenômeno, peculiar na indústria de laticínios, se generalizava nos demais ramos industriais. Com molduras diferentes, o quadro que se apresentava era um só: definição de uma indústria dinâmica induzida (a siderurgia, a metalúrgia de não ferrosos); uma indústria tradicional (têxteis) e uma constelação de microempresas diversificadas que se ressentiam da falta de concentração empresarial e espacial.

Enquanto os empresários de outras regiões se sentiam suficientemente estimulados, e partiam para projetos mais arrojados e sofisticados, obstinavam-se aqueles na manutenção de suas próprias indústrias familiais. Entravavam o próprio progresso e marginalizavam-se em relação à nova dinâmica da economia brasileira.

MUDANÇA E ATUALIDADE

Serve-nos esse esboço como base de comparação com a atualidade. Campanha sistemática do Governo de Goiás, no sentido da diversificação da agricultura no Estado, com amplo apoio do Banco do Brasil, teve extraordinário êxito. Goiás já desponta hoje como importante produtor de milho, soja e algodão, ao lado do arroz, que antes dominava absolutamente a produção agrícola. Desenvolveu-se, a par disso, a agroindústria, com a instalação e ampliação de grandes beneficiadoras de cereais e de algodão e substancial ampliação de sua rede de armazenagem, cuja capacidade estatística já é hoje a quinta do País (cerca de 350.000 toneladas).

Por outro lado, sobreveio o programa PROTERRA (do qual o Banco é agente), contribuindo para a efetiva ampliação da fronteira econômica do Estado, mediante ocupação dos até então amplos vazios demográficos e econômicos que compõem a região goiana da SUDAM.

O Banco do Brasil apoiou incondicionalmente o plano do Governo goiano, de prover-se de equipamento suficiente para o desenvolvimento de sua agropecuária, através do Programa GOIASRURAL, cuja estrutura já vem servindo de modelo a programas em outras áreas do Brasil.

Criaram-se várias empresas, de pequeno e médio porte, voltadas para a agroindústria, visando ao aproveitamento das matérias-primas de que o Estado dispunha cada vez em maior escala. Tal circunstância vai conferindo a Goiás característica peculiar no contexto brasileiro, ou seja, especialização da atividade eco-

nômica geral em torno das potencialidades do seu próprio solo.

CONTRIBUIÇÕES PARA O PROGRESSO

O desenvolvimento agropecuário de Goiás, portanto, se deve principalmente à qualidade e configuração geográfica do solo. Mas esse processo tem sido facilitado, também, pela extensa rede rodoviária, que propiciou a penetração interiorana e tornou sua agropecuária competitiva com a do Sul do País. A propósito, parte do progresso de sua indústria deve-se creditar aos incentivos criados pela Lei Estadual n.º 7.700, sob cuja égide 12 projetos já começaram a ser implantados e mais 18 já foram aprovados, com investimentos de Cr$ 1,9 bilhões. A par disso, desenvolviam-se dois pólos demográficos dentro do seu território – Goiânia e Brasília – por si só viabilizadores de maior escala nos projetos agropecuários.

Embora o desenvolvimento do meio rural do Estado represente a meta básica do Governo goiano, não se descuida o mesmo do aproveitamento de suas reservas minerais. Provadamente extensas constituem-se, em especial, do amianto (maior produtor nacional) e do níquel, cujo projeto de aproveitamento já se encontra em implantação. A pecuária, por outro lado, desenvolveu-se extraordinariamente, justificando a construção de novos frigoríficos, e ampliação dos existentes. Nesse particular, o Programa PROTERRA tem tido decisiva participação.

O Banco do Brasil, como agente financeiro, aplicou vultosos recursos no Programa PRODOESTE, que visava exatamente ao desenvolvimento da agroindústria. Assim, o Estado de Goiás prossegue, em ritmo acelerado, no sentido de tornar-se um dos maiores produtores de bens agrícolas do País, e o próprio Governo Estadual, consciente disso, não demonstra maiores preocupações quanto à industrialização intensiva, a não ser no que respeita à agroindústria, ressalvados os minerais apontados, e de alguns produtos diretamente relacionados com a atividade rural.

ASPECTOS DA ECONOMIA MINEIRA

No Estado de Minas Gerais, já se pode notar com facilidade a completa transformação de sua economia. A agricultura recebeu incentivos especiais e conseguiu transmudar a fisionomia dos seus campos. Os cerrados, que dominam suas terras mecanizáveis, mereceram especial atenção, e são hoje intensamente aproveitados. Especial destaque deve ser dado à região do meio-oeste mineiro, em torno de Patrocínio, Coromandel e Patos de Minas, cujo desenvolvimento agrícola tem características de verdadeiro "rush", atraindo experimentados agricultores paulistas e paranaenses.

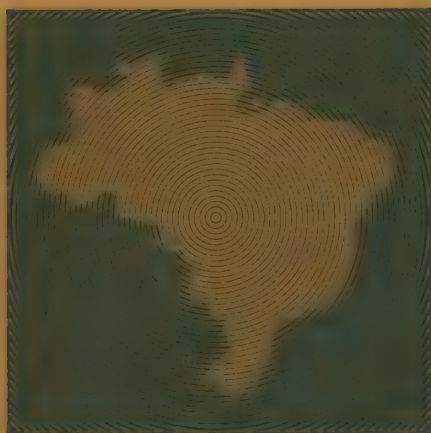
Introduziu-se, com êxito, a cultura de soja e recuperou-se a cultura do algodão, que hoje prospera no Triângulo Mineiro e no Norte do Estado. A cana-de-açúcar vem recebendo tratamento e incentivos especiais, tudo indicando que a principal zona açucareira se deslocará do centro do Estado (Região de Ponte Nova) para as margens do Rio São Francisco, onde já se instala usina com capacidade para 10 milhões de sacas (o dobro da atual produção do Estado). Estima-se o desenvolvimento de outros projetos, que alcancem a cifra global de 22 milhões de sacas em prazo médio (5/6 anos).

As indústrias beneficiadoras de algodão, que se encontravam em extremas dificuldades financeiras, devido à queda do produto, particularmente no Norte do Estado, já se recuperam, e algumas delas, estimuladas pelos novos níveis de produção, já procuram ampliar e modernizar suas instalações.

No que respeita ao café, muito sofreu o Estado com a campanha de erradicação das árvores improdutivas, o que levou os proprietários das terras a optarem pela pecuária leiteira.

Todavia, o Programa de Renovação de cafezais, encetado pelo GERCA – também executado pelo Banco, como um dos seus principais agentes financeiros – reestimulou, na região, aquela atividade anterior, sem prejuízo para a pecuária de leite, implantando ali o esquema "café-com-leite", praticado de modo tão objetivo e tranqüilo no Sul do Estado.

A introdução da pecuária de leite em bases modernas – também através de programa em que o Banco participa com exclusividade como agente financeiro – (PRÓ-LEITE) – , vem criando condições para o desenvolvimento de uma indústria leiteira moderna e de maior porte na Zona da Mata, a par de fortalecer a indústria tradicional na zona metalúrgica e no Sul de Minas. O Estado pôde, assim, manter sua posição de primeiro produtor de leite *in natura* e de laticínios no Brasil, embora a indústria do ramo se ressinta, ainda, do alcance de produção concentrada, em escala. A tendência parece indicar que essa concentração se realizará a médio prazo, e casos de fusão, recentes, fortalecem essa nossa convicção.

Quanto à pecuária de corte, vem o Banco dando todo o apoio possível a essa atividade, por meio de financiamentos com recursos normais próprios. Também os Programas CONDEPE (BID-205 e BIRD 868), tanto em Goiás, quanto em Minas Gerais, contemplaram

Depois da FIAT, grandes empresas como a General Motors, a Poclain, a Krupp e outras projetam instalar-se em território mineiro. É a fase industrial que chega querendo descontar o tempo perdido.

projetos elaborados com vista a conferir estrutura moderna à fazenda, com especial cuidado às pré-condições de suporte de reses. A demanda dos créditos da espécie permanece grande, e embora os recursos específicos sejam limitados acredita-se na continuidade do Programa, por atingir os pontos mais vitais para a pecuária regional, que são a formação de pastagens e a dotação de melhoramentos indispensáveis ao bom desempenho da exploração pastoril.

Conquanto se coloque a 4.ª Região como a detentora do mais numeroso rebanho suíno do País, o criatório ressentia-se de modernização, seja pela dimensão, seja pela qualidade das matrizes. Iniciativas de algumas empresas isoladas já se notam no Estado de Minas, em especial nas Zonas da Mata e de Patos de Minas, onde se desenvolvem projetos calcados na mais moderna técnica. Vários objetivam a venda de matrizes de raça pura, de suínos tipo carne, cuja produção regional ainda é insuficiente para atender à demanda. Surge, então, a necessidade de importação de carne suína dos estados sulinos, notadamente de Santa Catarina, onde a criação atingiu alto nível tecnológico.

Introduziram-se, também, na região, o cultivo da amoreira e a criação do *bicho da seda*. Uma fábrica de fios já se instala na Região do Alto Paranaíba, enquanto antiga indústria de Barbacena já encontra condições de recomeçar seu processo produtivo.

Tem sido notável o desenvolvimento da fruticultura intensiva no Estado de Minas. A atividade recebeu impulso extraordinário, ante a permissão do IBDF, de se aplicarem incentivos fiscais no reflorestamento com fruteiras. No Sul do Estado, e na Zona da Mata, desenvolvem-se projetos de industrialização de médio a grande portes. O Banco do Brasil vem participando ativamente de tais atividades, seja no campo agrícola, seja na industrialização.

A Zona mais subdesenvolvida do Estado – a que margeia o Jequitinhonha – tem merecido especial atenção do Governo Estadual. O Banco do Brasil, além de oferecer todo o apoio financeiro aos programas governamentais específicos, contempla as Agências da região com dotações generosas. Como predomina ali a exploração extensiva da bovinocultura, e sendo a região infestada endemicamente pela aftosa, cuidou-se de limitar os atendimentos a propostas que comprovassem a prévia vacinação dos rebanhos. Pretendeu-se, com isso, modificar o quadro sanitário, que prejudicava enormente a rentabilidade do setor, e concorria para que aquela região se mantivesse num *status* econômico incompatível com a média geral.

O DESENVOLVIMENTO DO SETOR SECUNDÁRIO

O setor industrial, entretanto, é o que registra dados mais otimistas. Embora ainda não vencidos os problemas que entravavam maior desenvolvimento da atividade, tais como a proliferação de microempresas, desconcentração e falta de integração industrial e a ausência de iniciativas de alguns empresários, pode-se notar que o Estado se transforma nessa área.

A decisão da FIAT, de implantar sua indústria de autoveículos nas proximidades de Belo Horizonte, despertou a iniciativa geral mineira, levando-a a desenvolver o ramo da mecânica, incipiente até então. Centenas de empreendimentos voltados para a FIAT se introduziram, e outros se desenvolvem, com o mesmo objetivo, sendo provável que não se incorra no erro de excessiva concentração industrial, uma vez que os projetos se disseminam pelo Estado. No ramo da

mecânica, destacamos os projetos da General Motors – Terex (fabricação de "scrapers" e caminhões "fora de estrada", além de tratores pesados), da Poclain (escavadeiras e carregadeiras de grande porte), da Krupp, da Usimec e o da Mangels. Sempre que solicitado, vem o Banco colaborando com esse esforço de industrialização. Em alguns casos foi decisiva a sua participação financeira.

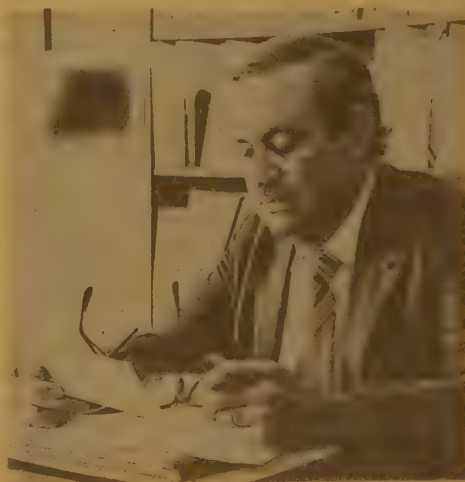
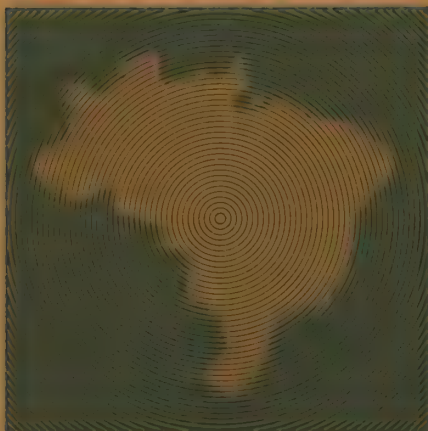
Para estímulo e coordenação do impulso à indústria, criou o Governo o Instituto de Desenvolvimento Industrial – INDI. Este estuda a viabilidade de empreendimentos no território, cuida de sua elaboração final e parte agressivamente para *vendê-los* no que tem conseguido os maiores êxitos. Minas Gerais muito deve a essa organização, que já tem servido de modelo para outros Estados. Paralelamente, a Fundação João Pinheiro realiza trabalho dos mais sérios e objetivos, tanto no campo teórico, quanto no experimental. A Fundação impôs-se a todo o País, como entidade das mais competentes, e sua atuação é fundamental para o Estado.

A Indústria de cimento que ocupa o primeiro lugar na produção nacional, vai-se desenvolvendo com a implantação de vários projetos de grande porte, um deles com produção anual prevista de um milhão de toneladas.

A Indústria siderúrgica deverá manter, dentro do programa brasileiro para o setor, sua posição de relevo no conjunto de empresas da espécie, com o desenvolvimento dos projetos da, ampliação da ACESITA, da USIMINAS, da Belgo-Mineira, da PAINS, da MANNESMANN, e com a nova usina da Mendes Jr., em Juiz de Fora. Todas essas indústrias vêm recebendo do Banco tratamento prioritário, no que tange à assistência financeira.

A ACESITA, de que o Banco é acionista majoritário, programa expansão acentuada de suas linhas de produção, além de implantar, com vista a atender à

MÁRIO PACINI

Bacharel em Direito e Técnico de Administração. Funcionário do Banco do Brasil, foi gerente da Agência Central (Brasília). Ex-Diretor da ACESITA e Diretor desde 1969 para a 4a. Região (Minas, Goiás e Distrito Federal) da CREGE e CREAI. Desempenhou Missão Especial junto às Agências do Banco do Brasil no Exterior (New York, Santiago do Chile, La Paz, Assunção, Montevidéu e Buenos Aires). Designado Suplente do Presidente do Banco do Brasil no Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária. Agraciado com o título de Presidente de Honra da Sociedade Mineira da Agricultura, com a "Ordem do Mérito de Brasília" e a "Medalha do Pacificador". É Cidadão Honorário e Benemérito do Estado de Goiás, das cidades de Goiânia e Belo Horizonte e de mais 60 municípios brasileiros. Nasceu em Manhuaçu, Minas Gerais, em 1917.

A exportação está em pauta também no Brasil Central. Uma só empresa, a Vale do Rio Doce, exportou 60 milhões de toneladas de minério de ferro. Seu propósito agora é chegar logo à marca dos 100 milhões de toneladas.

demanda do projeto FIAT, a Forjas Acesita, para fabricação de forjados. Em associação com a Vale do Rio Doce, criou a Itavale, para exportação de minérios de suas próprias jazidas.

No setor de minério de ferro, tem sido notável a contribuição do Estado para o esforço de exportação, bastando considerar que a Vale do Rio Doce já conseguiu atingir a marca dos 60 milhões de toneladas, e projeta alcançar 100 milhões, em curto prazo. Inaugurado no ano passado, o complexo de Águas Claras, nas proximidades de Belo Horizonte, e operado pela MBR, realiza esforços no sentido de ampliar ditas exportações, dentro de uma meta inicial de 20 milhões de toneladas.

A Arafértil, em Araxá, prepara-se para entrar na fase de implantação acelerada de seu projeto de "fosfatos", quando passará a ocupar posição estratégica no Brasil, para o fornecimento desse insumo agrícola. O projeto, pela sua importância, mereceu tratamento especial do Governo Federal que, ao negociar o fornecimento de gás natural com a Bolívia, inclui na sua distribuição um ramal até Araxá, para alimentar a empresa.

Enfim, parece estar se aproximando a era da industrialização do Estado, que conta com projetos em andamento que prevêem a aplicação de mais de US$ 5 bilhões em investimentos nos mais diversos setores da economia, com ênfase para a siderurgia, indústria mecânica, mineração, não-ferrosos e agroindústrias.

A excessiva concentração industrial no Grande São Paulo levou o Governo daquele estado a incentivar a interiorização das indústrias, o que tem contribuído para o desenvolvimento da limítrofe região sul mineira. Esta passou a gozar da preferência dos investidores paulistas, que vêm realizando ali vultosos investimentos. Devemos incluir os incentivos que o Governo mineiro propicia, através de órgãos como o INDI e a FJP, que vem promovendo o Estado de maneira pragmática e objetiva.

Nesta síntese, que não objetiva senão um exame superficial da economia regional, pretendemos enfatizar a contribuição que o Banco do Brasil deu ao progresso da área, inclusive acionando recursos para utilização específica em projetos de interesse da 4.ª Região. Atuações outras, que não se dimensionam por números ou cifras, reputamos igualmente importantes, e talvez mais transcendentais. Eis algumas: convênios com as Secretarias de Agricultura dos Estados de Goiás, de Minas Gerais e do Distrito Federal, para conjunção de assistência técnica e financeira; condicionamento de financiamentos à pecuária mediante prévia comprovação de vacinação contra a aftosa; entrosamento da produção agrícola com a agroindústria regional, visando à sua integração; contribuição à solução do problema de terras devolutas; colaboração com as Prefeituras Municipais para elaboração de projetos de financiamento à conta do "Fundo de Desenvolvimento Urbano"; divulgação sistemática das diretrizes da política econômica, especialmente no campo agropecuário; incentivo à diversificação da agricultura da área e à introdução de novos produtos, como o sorgo; incentivo ao cultivo da amoreira e à construção de sirgarias; incentivo às fusões de microempresas do mesmo ramo; fortalecimento da capacidade de emprestar das Agências do interior, com o objetivo de fortalecer a economia dessas comunidades; incentivo à fruticultura de clima temperado e ao reflorestamento; apoio especial às novas indústrias.

Os quadros a seguir refletem o nível de expansão das atividades do Banco, na área:

ESTADO DE MINAS GERAIS

SALDOS DAS APLICAÇÕES – Valores Constantes e Valores Correntes de 1970

Em milhões de cruzeiros

FONTE: COGER

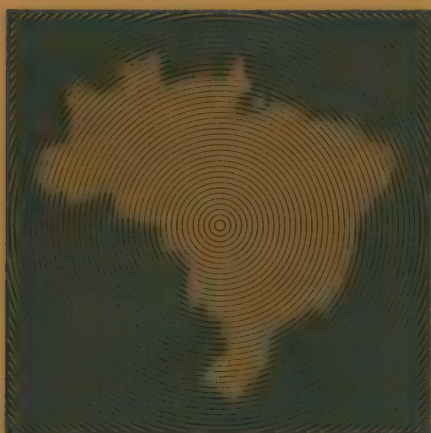
ESPECIFICAÇÃO	(A) VALORES CORRENTES						(B) VALORES CONSTANTES DE 1970						VARIAÇÃO (%) 74/DEZ 73	
	1969	1970	1971	1972	1973	AGO 74	1969	1970	1971	1972	1973	AGO 74	(A)	(B)
CREGE	486	809	953	1.242	1.691	2.229	579	809	796	898	1.056	1.110	31,8	5,1
Comercial	387	696	809	1.076	1.461	1.860	461	696	676	778	912	926	27,3	1,5
Industrial	99	113	144	166	230	369	118	113	120	120	144	184	60,4	28,2
RURAL	410	551	783	1.171	2.037	2.836	489	551	654	846	1.273	1.412	39,2	10,9
Agricultura	274	303	398	597	1.099	1.619	274	303	332	431	687	806	47,3	17,3
Pecuária	215	248	385	574	938	1.217	215	248	322	415	586	606	29,7	6,1
PASEP	–	–	69	113	384	428	–	–	57	82	240	213	11,5	– 19,6
TOTAL	896	1.360	1.805	2.526	4.112	5.493	1.068	1.360	1.507	1.826	2.569	2.735	33,6	6,4

ESTADO DE GOIÁS

SALDOS DAS APLICAÇÕES – Valores Constantes e Valores Correntes de 1970

Em milhões de cruzeiros

FONTE: COGER

ESPECIFICAÇÃO	(A) VALORES CORRENTES						(B) VALORES CONSTANTES DE 1970						VARIAÇÃO (%) 74/DEZ 73	
	1969	1970	1971	1972	1973	AGO 74	1969	1970	1971	1972	1973	AGO 74	(A)	(B)
CREGE	94	120	172	246	360	546	112	120	144	178	225	272	51,7	20,9
Comercial	81	106	156	224	318	445	97	106	130	162	199	222	39,9	11,6
Industrial	13	14	16	22	42	101	15	14	14	16	26	50	140,5	92,3
RURAL	321	361	493	694	1.064	1.421	383	361	411	502	665	708	33,6	6,5
Agricultura	246	265	343	437	613	805	293	265	286	316	383	401	31,3	4,7
Pecuária	75	96	150	257	451	616	90	96	125	186	282	307	36,6	8,9
PASEP	–	–	5	25	63	71	–	–	4	18	39	35	12,7	– 10,3
TOTAL	415	481	670	965	1.487	2.038	495	481	559	698	929	1.015	37,1	9,3

O Banco acompanha de perto as necessidades econômicas da região, a fim de bem dosar sua ajuda, atendendo no momento exato o setor de cujo concurso o progresso mais esteja dependendo.

O quadro I indica que o crescimento das aplicações nos oito primeiros meses de 1974 comportou-se dentro de taxas compatíveis com a expectativa de evolução do PIB. O Banco vem, pois, acompanhando *pari-passu* o desenvolvimento da área. A análise setorial desse comportamento mostra, entretanto, desigual evolução, sobressaindo o setor industrial e o agrícola, assim confirmando as conclusões otimistas deste estudo. Com efeito, afirmamos que tinham sido exatamente esses setores que mais dinamismo haviam apresentado no contexto da economia mineira. A taxa média de crescimento das aplicações (em valores reais) garante nível de assistência bancária coerente com o crescimento real do PIB.

O quadro II espelha a situação dos créditos do Banco do Estado de Goiás. Da mesma forma, a alta taxa de crescimento das operações do Banco nos primeiros oito meses do ano corrente, deixa-nos tranqüilos quanto à justeza do volume de crédito ao crescimento real do produto interno estadual. Deve-se levar em conta, na análise setorial, que a elevada taxa de incremento do setor comercial se deve ao fato de ao Banco caber, no Estado, a absoluta predominância na assistência à comercialização de produtos agrícolas industrializados ou semi-industrializados. A taxa do setor industrial encontra justificativa nos investimentos apoiados pelo Banco através de programas específicos como o PRODOESTE e o PROTERRA.

O crescimento real das aplicações no setor agrícola situa-se bem abaixo do observado para o Estado de Minas Gerais. Essa diferença encontra justificativa no fato de serem considerados saldos de fins de período, com as operações de culturas temporárias em fase de liquidação. Já em Minas são levadas em conta as operações de custeio de café, o que eleva os saldos das aplicações.

Deixamos de incluir nas estatísticas a posição das aplicações no Distrito Federal, tendo em vista as peculiaridades de sua economia, cujo desenvolvimento repousa em setores outros que não os tradicionais.

O Distrito Federal, contudo, já ostenta a maior taxa de habitantes/veículos, destacando-se, além do mais, como grande centro de consumo. Recentes pesquisas confirmam o alto nível de renda média da comunidade.

Por fim, registramos que a ação do Banco do Brasil, na área da DIMIG, se desenvolve através de ampla rede de Agências, ao todo 192 departamentos, sendo 178 em operação e outros 14 em instalação. Ressalte-se, ainda, que em reunião de 19.11.74, o Conselho Monetário Nacional aprovou a criação de mais 6 Agências em Goiás e 15 em Minas Gerais.

Essa decisão do Banco corrobora o otimismo predominante destas minhas notas, pois ao procurar contemplar a área com número maior de Departamentos, reconhece, conosco, a pujança de sua economia e a confiança de seu continuado desenvolvimento.

INTENSIFICOU o Banco, a partir de 1964, o envio de funcionários ao Exterior, cuja finalidade era observar como operavam os grandes Bancos internacionais. Modernizavam-se as atividades setoriais, e o Banco para acompanhar essas crescentes exigências necessitava reciclar seu quadro funcional.

Em 1965, criava-se o Departamento Geral de Seleção e Desenvolvimento do Pessoal(DESED), que desde logo adotou um novo método de seleção de pessoal, a par de uma linha de treinamento, que visava a aperfeiçoar a qualificação de seus recursos humanos, não só atualizando administradores e dirigentes como preparando novos elementos, dentro daqueles objetivos.

A partir daí, surgem os cursos intensivos para Administradores (CIPAD), Caixas Executivos (CAIEX), Coordenadores (COORD), Implantadores de Mecanização (IMPLA), entre outros. O DESED também promove a formação de alto nível, no País e no Exterior.

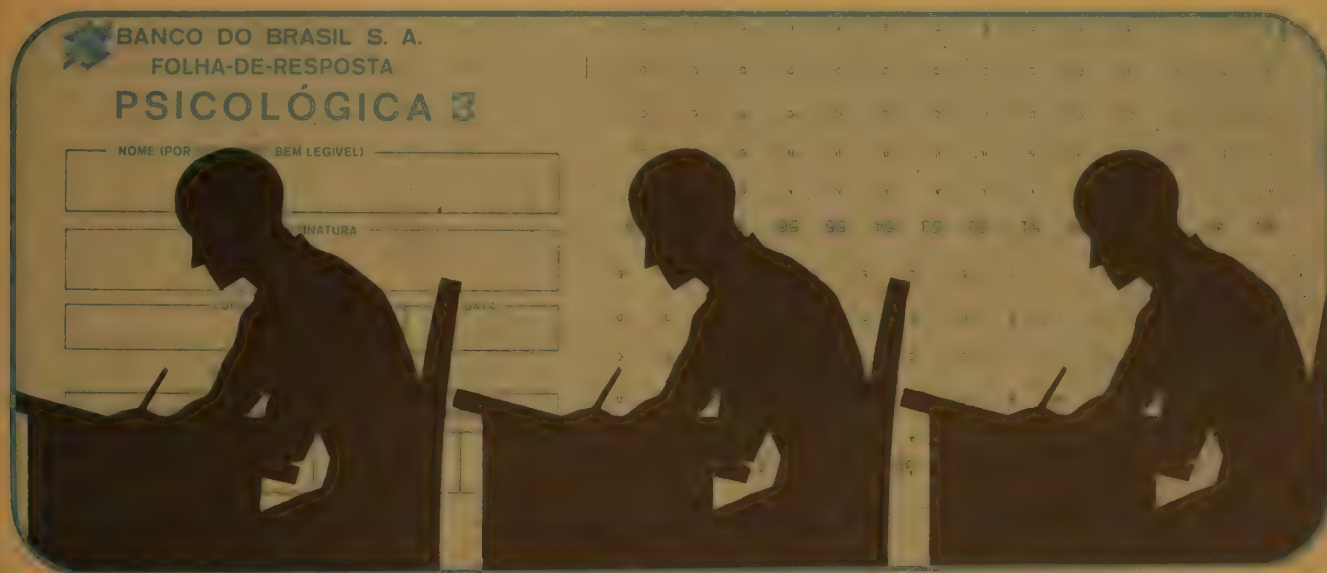
Ressalte-se, ainda, que uma das tarefas do DESED é "publicar revista destinada a servir de intermediária entre a Direção Geral e os servidores do Banco...", notadamente nas comunidades mais afastadas dos grandes centros. A Revista poderá, também, ser considerada um instrumento de treinamento. Seus artigos dão uma visão informativa do processo de funcionamento dos diversos setores do Banco, entre outros assuntos que objetivam a permanente atualização dos funcionários.

Três Divisões, além do Gabinete da Chefia, compõem seu organograma: DIVIT, RELIN e RESEL.

À Divisão de Treinamento (DIVIT) cabe o estudo e pesquisa de técnicas de orientação didático-pedagógica a instrutores e professores, planejamento e execução, controle técnico e avaliação dos cursos (CIPAD, CAIEX, COORD, etc), bem como a concessão de bolsas-de-estudo, no Brasil e Exterior.

À Divisão de Relações Internas (RELIN), o entrosamento sócio-funcional dentro do Banco, planejamento e elaboração da Revista Desed e outras publicações.

À Divisão de Recrutamento e Seleção (RESEL) os estudos e pesquisas de programas de recrutamento, orientação e controle dos trabalhos de seleção interna e externa, além da reformulação sistemática dos psicotestes.

Ainda no âmbito do DESED situam-se o MUSEU (Museu, Arquivo Histórico e Biblioteca) - com as atribuições de recolher e conservar os documentos da História do Banco, manter um Museu e uma Biblioteca Pública e promover exposições itinerantes - e os Setores Administrativos de Brasília (SETAB) e do Rio de Janeiro (SETAD), incumbindo a estes o controle dos serviços administrativos dos Centros de Treinamento ali existentes.

O DESED

DA PROVA CONVENCIONAL AO PSICOTESTE

Até 1969, o ingresso no Quadro de Contabilidade do Banco era feito através de concursos públicos para as carreiras de Auxiliar de Escrita e de Escriturário.

O de Auxiliar de Escrita tinha por objetivo recrutar elementos de pequenas cidades interioranas e, uma vez aprovados, localizá-los na região em que tivessem prestado prova. Tentava-se, assim, obter mão-de-obra em lugares onde não era possível conseguir elementos mais qualificados e, ao mesmo tempo, evitar o deslocamento dos que residiam em localidades mais desenvolvidas para outras nas quais teriam dificuldade de adaptação. O concurso constava de provas de Português, Matemática Comercial e Datilografia (grau mínimo de aprovação: 60 pontos por matéria e 180 no conjunto).

No de Escriturário, recrutavam-se candidatos das capitais e cidades mais desenvolvidas para suprir as vagas. Por se tratar de concurso que, pelo menos teoricamente, deveria apresentar concorrentes de nível mais elevado e que, se aprovados, fariam jus a salário superior ao do de Auxiliar, exigiu-se maior número de provas, com maior índice de dificuldade. O examinado submetia-se a Português, Matemática Comercial, Contabilidade Bancária, Inglês, Francês e Datilografia. O critério de nota (mínima 60) abrangia as duas primeiras disciplinas (eliminatórias), considerando-se como resultado final a média ponderada do conjunto não inferior a 60.

Ocorria, entretanto, que o longo intervalo entre a realização de concursos para a mesma carreira e a sua não-periodicidade em certas regiões do País faziam com que, ao se realizar um concurso para Auxiliar de Escrita, se inscrevessem não só os da região como os de outras mais distantes e até mesmo de capitais. Quando aprovados, alguns desses funcionários dificilmente se adaptavam à vida da cidade: além de estarem acostumados a centros mais progressistas, tinham de separar-se das famílias, abandonar os estudos e cuidar da própria subsistência (moradia, alimentação, vestuário, etc), o que tornava o salário inicial substancialmente reduzido. Decorria daí declínio na capacidade de trabalho e conseqüente queda de produção. Os pedidos de transferência logo começavam a surgir.

Fato semelhante acontecia com o concurso para Escriturário: os candidatos nem sempre moravam nas cidades de sua realização. Com o correr do tempo, a inadaptação os levava a solicitar remoção para as cidades de origem, ocasionando, para a Empresa, problemas de mobilização de pessoal.

Com vistas a tal solução, o Banco aboliu os concursos externos para Escriturário, mantendo apenas os de Auxiliar de Escrita como única forma de ingresso no Quadro de Contabilidade. Esses certames, contudo, passaram a ser periódicos e realizam-se simultaneamente nas cidades onde haja carência de mão-de-obra. A promoção à carreira de Escriturário passou a ser feita através de Seleção Interna, à qual podem candidatar-se todos os Auxiliares de Escrita que tenham, pelo menos, um ano de trabalho efetivo no Banco.

Esta modificação, entretanto, determinou uma reestruturação geral na sistemática de seleção, pois poderia ocorrer um concurso simultâneo em todo o País, com número de inscritos muito superior ao que os recursos permitiriam. Já no último para Auxiliar, realizado nos moldes tradicionais no Norte, Nordeste, Leste e Centro-Oeste do País (exceção das capitais), houve 25.076 candidatos.

BANCO DO BRASIL S. A.

DESED-RESEL

COLETA DE DADOS

Esta coleta de dados destina-se a pesquisar quais os assuntos que são mais necessários ao trabalho executado no Banco.

Permitirá à RESEL aprimorar as técnicas de seleção, colocando nas provas os temas de maior utilidade para o Banco.

Com o objetivo de maior eficiência, o preenchimento do formulário deverá ser feito individualmente, sem consulta a terceiros. Agradecemos portanto sua colaboração, fornecendo-nos dados reais.

Logo de início, entre os diversos problemas apresentados, ressaltam-se:

— a necessidade de manter nível elevado entre os selecionados (apesar da extinção do concurso para Escriturário), uma vez que iriam suprir vagas em qualquer cidade do País (capital ou não), resultando, daí, mudar-se os instrumentos de verificação até então utilizados nos concursos para Auxiliar;

— evitar a correção manual das provas e conseqüentemente seu aspecto subjetivo, pois o julgamento seria impraticável para um número elevado de candidatos;
— ampliar o número de provas ou o de questões de cada prova — antes em torno de dez — a fim de obter instrumentos que pudessem discriminar diferenças entre número muito elevado de concorrentes;
— montar infra-estrutura que, em função das modificações comentadas, permita diagramação, impressão, alceamento, embalagem e remessa do material para qualquer parte do País, em tempo relativamente curto;
— rever o critério de apuração dos resultados, pois o sistema que exigia nota mínima 60 para aprovação não permitia previsão final do número de aprovados — que poderia ficar muito além ou aquém de nossas necessidades.

Visando a conseguir esses objetivos, alterou-se toda a sistemática de seleção.

O PROCESSO DE MUDANÇA DO SISTEMA – A utilização de Provas Psicológicas – Os novos Instrumentos de Seleção.

Uma das condições primordiais da organização do trabalho é a adaptação do trabalhador às suas tarefas. Isso significa que se deve escolher entre candidatos previamente recrutados, consoante normas e critérios estipulados pela empresa, aqueles que, na função, venham a trabalhar nas melhores condições possíveis, de forma a dar rendimento ótimo, com um mínimo de esforço.

Tendo em vista que o treinamento dos funcionários do Banco passou a ser sistematizado, cabia, agora, escolher instrumentos de aferição (provas) que selecionassem não mais elementos portadores de amplos conhecimentos acadêmicos, mas sim aqueles com grande potencial para, recebendo treinamento adequado, executar suficientemente trabalhos mais complexos e específicos.

A fim de atender a essas necessidades, em 1970, introduziu-se prova Psicológica em nossas seleções.

A esta altura, a prova viria complementar critérios seletivos que, até então, se restringiam a coletar conhecimentos. Assim, se por um lado as provas de Matemática, Português, Contabilidade, etc. apuram aquilo que o candidato aprendeu, por outro as provas psicológicas se propõem a apontar suas aptidões intelectuais ou a capacidade que têm para aprender, aspectos mais amplos e importantes a serem pesquisados.

Embora se possa argumentar que "se o candidato aprendeu, é porque tem capacidade para tal", o que configura raciocínio evidentemente lógico, é preciso levar em conta que as provas de conhecimento, além de medirem a capacidade de memorização, não indicam a amplitude relativa da capacidade de aprendizagem do candidato, a qual só poderia ser prognosticada pelas provas psicológicas.

Torna-se, pois, necessário identificar aqueles que possuem condições potenciais apenas suficientes para serem aprovados e distingui-los daqueles com capacidade de acompanhar o crescimento de suas responsabilidades no serviço. Isso significa que se precisava conhecer, de antemão, quais os funcionários em condições intelectuais de assumir elevados encargos no esquema executivo e administrativo do Banco. Através da aferição de diversos atributos psicológicos, poder-se-ia prever o bom funcionário e não apenas o bom estudante capaz de ser aprovado. Desta maneira, ter-se-ia a coleta de conhecimentos adquiridos, como também um prognóstico da eficiência profissional de cada um.

Não obstante, optou-se por reduzir as provas de conhecimentos a Português e Matemática – realmente as mais necessárias ao bom desempenho das tarefas bancárias mais simples. Conhecimentos de Contabilidade, Francês e Inglês seriam fornecidos aos funcionários quando necessário, através de treinamento no próprio Banco ou fora dele.

Mantida, também, a prova de Datilografia, puramente mecânica, por se constituir aptidão necessária a todo aquele que ingressa na Empresa.

O Conteúdo das Novas Provas

Após ter-se fixado o tipo de provas, tratou-se de estudar o seu preparo: foram considerados diversos aspectos técnicos e administrativos, e fixadas algumas diretrizes básicas, nas quais até hoje se baseia a elaboração desse material de seleção:

a) técnica de aplicação simples, a fim de assegurar o máximo de uniformidade: todas as pessoas devem estar em situação semelhante durante o exame;

DURAÇÃO :
20 minutos

BANCO DO BRASIL S.A.
DESED - RESEL

QUESTIONÁRIO

RESPONDA NA FOLHA-DE-RESPOSTA

1	Sou do sexo	masculino (A) feminino (B)
2	Sou	solteiro(a) (A) casado(a) (B) viúvo(a) (C) desquitado(a) (D)
3	Filhos	não tenho (A) tenho um (B) tenho dois (C) tenho três (D) tenho mais de três (E)
4	Nasci em	1949 - 1950 (A) 1951 - 1952 (B) 1953 - 1954 (C) 1955 - 1956 (D)
5	Na ordem de nascimento, do mais velho ao mais moço,	sou o 1.º filho (A) sou o 2.º filho (B) sou o 3.º filho (C) sou o 4.º filho (D) nasci depois do 4.º filho (E)
6	Irmãos	não tenho (A) tenho um. (B) tenho dois (C) tenho três (D) tenho mais de três (E)
7	Sou filho	único (A) mais velho (B) mais moço (C)
8	Altura	até 1,54 m (A) 1,55 a 1,64 m (B) 1,65 a 1,74 m (C) 1,75 a 1,84 m (D) 1,85 ou mais (E)
9	Peso	até 49 kg (A) 50 a 59 kg (B) 60 a 69 kg (C) 70 a 79 kg (D) 80 ou mais (E)
10	Escrevo normalmente com	a mão direita (A) a mão esquerda (B) ambas as mãos (C)
11	Curso primário: maior parte em escola	pública (A) particular (B)
12	Concluí 1º ciclo (ginasial ou equivalente) cursando	ginásio secundário (A) art. 99 - 1º ciclo (B) ginásio experimental (C) ginásio industrial (D) ginásio comercial (E)
13	Concluí 1º ciclo (ginasial ou equivalente) cursando	ginásio agrícola (A) ensino militar (B) ensino religioso (C)
14	Concluí 2º ciclo (científico ou equivalente) cursando	científico (A) clássico (B) art. 99 - 2º ciclo (C) normal grau colegial (D) técnico (comercial, indust., agríc.) (E)

b) estabelecimento objetivo de padrões de respostas e, também, avaliação da taxa de segurança das informações extraídas através das respostas, expressa em probabilidades;
c) *interpretação* independente do examinador;
d) curta duração;
e) aplicação individual ou coletiva do material;
f) permissão de feitura de formas paralelas;
g) impedir adestramento antecipado;
h) assentamento em bases científicas tais que permitam o *controle* posterior dos resultados através dos crivos dos métodos estatísticos;
i) não-subordinação a qualquer teoria ou hipótese psicológica, a fim de garantir a necessária equiparação diante dos resultados colhidos experimentalmente.

Adotaram-se, então, provas que permitissem respostas por múltipla escolha, de tipo mais adaptável àquelas exigências. Com relação ao conteúdo, estabeleceram-se, também, alguns princípios, na formulação das questões, baseados na moderna técnica seletiva, tais como:
a) número de questões tecnicamente adequado a cada grupo para possibilitar a correta avaliação do candidato;
b) variedade abrangendo, tanto quanto possível, todos os conhecimentos realmente necessários ao bom desempenho da função;
c) distribuição adequada, para propiciar aos candidatos demonstrarem suas potencialidades e conhecimentos, permitindo-lhes iniciar a prova

em qualquer parte e ordem, ainda que não tivessem tempo de terminá-la;
d) fácil entendimento do que se pedia;
e) tempo de duração, o mais curto possível, proporcional ao número de quesitos — do ponto de vista técnico não convém que vários candidatos acertem todas as questões da prova, pois não seria possível discriminá-los. Administrativamente, seria preferível a seleção em apenas uma jornada e não em duas (como anteriormente), tendo em vista a redução de custos, além de permitir o regresso no mesmo dia dos que prestassem provas fora de suas cidades.

Para a elaboração da prova Psicológica, o Banco contratou os serviços do Professor Jacyr Maia que, com grande experiência no ramo de Seleção de Pessoal, ditou as novas bases científicas em que se assentariam o trabalho. Ao mesmo tempo, começou a preparar funcionários do Banco, à época estudantes de psicologia e atualmente já formados, com vistas a alcançar aquele objetivo. De 1969 até esta data, já foram construídos, por esses funcionários, 45 testes psicológicos, utilizados em seleções externas (Auxiliar de Escrita e Menor Estagiário) e internas (Escriturário, Implantador de Mecanização, Operador de Computador). A cada seleção, aplicam-se provas psicológicas inéditas, utilizando-se, contudo, a confecção de formas paralelas e a substituição de algumas questões por outras semelhantes, após a realização de estudos sobre a capacidade de discriminação e índice de entropia de cada questão.

Para a elaboração da nova prova de matemática, procedeu-se a uma pesquisa entre 5.549 funcionários, distribuídos por todas as agências. Foi pedido, entre 120 assuntos de matemática, que assinalassem os já utilizados dentro e fora do Banco, ou se nunca houve necessidade de empregá-los (anexo n.º 1). Com base nos resultados dessa pesquisa, foi elaborada a prova dando mais ênfase aos quesitos que, nos trabalhos do Banco, eram mais freqüentes.

A prova de Português tornou-se mais prática e menos acadêmica, com vistas a selecionar pessoas que potencialmente possuam condições de redigir e interpretar mensagens.

Nesse sentido, foi valioso o levantamento de cerca de 10.000 palavras, colhidas aleatoriamente em livros, revistas e jornais. Embora em termos lingüísticos tal amostra seja muito pequena, serviu de subsídios para o conhecimento de fatos fonéticos, morfológicos, sintáticos e semânticos ligados às palavras possivelmente mais freqüentes na comunicação contemporânea em língua portuguesa.

Por outro lado, esse estudo forneceu elementos para aperfeiçoar a redação da prova, no que se refere ao conteúdo de informação dos enunciados e textos.

Introduziu-se, também, questionários de dados pessoais sobre cada candidato (anexo n.º 2). Com isso, podem-se colher diversas características dos elementos que se inscrevem nos concursos e, também, comparando as respostas do grupo total dos inscritos com as dos aprovados, conhecer-se que espécie de pessoas está sendo selecionada. Outra finalidade é a de permitir que o candidato se familiarize com o material a ser usado para responder às provas.

A Confecção das Novas Provas

Paralelamente à solução dos problemas técnicos e metodológicos, tornou-se necessário modificar toda a linha executiva da Divisão de Recrutamento e Seleção, responsável pelas diversas etapas dos trabalhos.

Nº	Questão	Alternativa	
15	Curso universitário (situação)	estou no 1.º ou 2.º ano	(A)
		3.º ou 4.º ano	(B)
		5.º ou 6.º ano	(C)
		concluído	(D)
		interrompido	(E)
16	Curso universitário (cursando ou concluído)	Filosofia e Letras	(A)
		Direito	(B)
		Engenharia	(C)
		Ciências Econômicas	(D)
		Ciências Contábeis ou Atuariais	(E)
17	Curso universitário (cursando ou concluído)	Administração de Empresas ou Administração Pública	(A)
		Medicina	(B)
		Odontologia	(C)
		Serviço Social	(D)
		Arquitetura e Urbanismo	(E)
18	Curso universitário (cursando ou concluído)	Medicina Veterinária	(A)
		Estatística	(B)
		Psicologia	(C)
		Sociologia	(D)
		outro curso	(E)
19	Destas matérias escolares, gosto mais de	Português	(A)
		Matemática	(B)
		Física	(C)
		Química	(D)
		Desenho	(E)
20	Instrução de meu pai (completa ou incompleta)	superior	(A)
		secundária	(B)
		primária	(C)
21	Instrução de minha mãe (completa ou incompleta)	superior	(A)
		secundária	(B)
		primária	(C)
22	Meu pai tem	até 39 anos	(A)
		40 a 46 anos	(B)
		47 a 53 anos	(C)
		54 a 60 anos	(D)
		61 ou mais	(E)
23	Minha mãe tem	até 35 anos	(A)
		36 a 42 anos	(B)
		43 a 49 anos	(C)
		50 a 56 anos	(D)
		57 ou mais	(E)
24	Renda mensal conjunta de meus pais	até Cr$ 300,00	(A)
		de Cr$ 301,00 a Cr$ 600,00	(B)
		de Cr$ 601,00 a Cr$ 1 200,00	(C)
		de Cr$ 1.201,00 a Cr$ 1 800,00	(D)
		mais de Cr$ 1 800,00	(E)
25	Trabalho	comecei antes dos 17 anos	(A)
		comecei entre 17 e 20 anos	(B)
		comecei entre 21 e 24 anos	(C)
		comecei depois dos 24 anos	(D)
		nunca trabalhei	(E)
26	Empregos anteriores	tive mais de três	(A)
		tive três	(B)
		tive dois	(C)
		tive um	(D)
		não tive	(E)
27	Estou trabalhando	em estabelecimento bancário	(A)
		em escritório	(B)
		como operário	(C)
		em outra atividade	(D)
		não estou trabalhando	(E)
28	Ganho mensalmente	até Cr$ 213,60	(A)
		de Cr$ 213,61 a Cr$ 427,20	(B)
		de Cr$ 427,21 a Cr$ 640,80	(C)
		de Cr$ 640,81 a Cr$ 948,00	(D)
		mais de Cr$ 948,00	(E)
29	Tomei conhecimento da seleção	no próprio Banco do Brasil	(A)
		lendo o edital	(B)
		pelos meus pais	(C)
		no curso que frequento	(D)
		por informação de conhecidos	(E)
30	Número de seleções do Banco a que já me submeti:	nenhuma	(A)
		uma	(B)
		duas	(C)
		três	(D)
		mais de três	(E)

Com as alterações efetivadas na elaboração das provas, não mais era possível utilizar mimeógrafos para reproduzi-las. Reestruturaram-se, em conseqüência, as fases de preparação do material, tornando-se necessária a montagem de uma *gráfica* dentro da Divisão para garantir o sigilo necessário às diversas etapas do trabalho.

Dessa forma, foi preparado material para 100.000 candidatos (3 provas mais 1 Questionário) durante 30 dias.

Apuração dos Resultados

Cada indivíduo é um caso particular, diferente dos demais. Possui, em intensidade que lhe é própria, o que a prova revela. Essa intensidade, por conveniência, deve ser expressa através de um valor numérico, com o menor erro possível. Ocorre que as provas têm um número de questões muito aquém do número de indivíduos que a elas podem ser submetidos. Assim, se uma prova de algumas dezenas de questões for aplicada a milhares de pessoas, haverá sempre muitos indivíduos com a mesma nota bruta, embora saibamos que são diferentes.

Procurou-se, então, expressar, por meio de valor numérico, dentro de erro tolerável, as diferenças individuais. Para tanto, indispensável foi considerar-se algo mais que a quantidade de questões acertadas — a qualidade.

Foram estabelecidos, inicialmente, dois postulados:

1.º) uma questão deve valer mais quanto mais difícil se apresentar;

2.º) será tanto mais difícil quanto menor o número de candidatos que a acertar.

Com isso, a dificuldade de uma questão independe do examinador ou de quem elaborou a prova, mas passa a ser determinada de forma objetiva pelos próprios candidatos.

Assim como em um jogo eqüitativo, os benefícios são ajustados às probabilidades de ganhar, nada mais coerente do que valorar cada questão em função da probabilidade de ser acertada pelo examinado.

Admitindo-se uma distribuição normal dos percentuais de acerto, o que geralmente ocorre, é possível estabelecer um valor relativo para cada questão, com base nos seguintes requisitos:

a) verifica-se, por meio da integral de Gauss-Laplace, o valor da abscissa cuja ordenada separa a área dos acertos da dos erros;
b) expressa-se o valor encontrado em desvios-padrões;
c) toma-se o centro da escala de notas a utilizar como valor da questão de 50% de acertos (atualmente usamos a que varia de 0 a 1.000);
d) faz-se corresponder, em escala unitária, cada valor a 0,5 mais o número de desvios-padrões, de acordo com sua posição no ponto da abscissa onde se situe.

A nota ponderada de cada candidato será igual ao somatório dos valores correspondentes às questões acertadas.

O índice mínimo para aprovação passou a depender do desempenho do grupo em cada prova e das necessidades atuais do Banco.

O método evidenciou algumas vantagens práticas:

a) o estabelecimento do número aproximado de candidatos que serão aproveitados, antes do processamento final da seleção, evitando-se, desta forma, os excedentes;
b) a não ocorrência de empate — éste só acontecerá no caso, pouco provável, de dois ou mais candidatos acertarem as mesmas questões ou aquelas cujos valores coincidam;
c) a atribuição de notas distintivas em termos de valores comparáveis, sem necessidade de cálculos estatísticos;
d) a hierarquia rigorosa dos candidatos;
e) a distribuição normal das diferenças individuais;
f) o cálculo, automático, dos *acertos por acaso* na base de p = freqüência relativa e não a relação $p = \frac{1}{\text{n.º de escolhas}}$

Simultaneamente com esse sistema, as seleções passaram a ser apuradas através de computadores que, ao processarem uma prova:

— contam os candidatos que acertaram cada questão;
— calculam a percentagem de acertos em cada um dos quesitos;
— atribuem valor específico, em função dessa percentagem (conforme explicado anteriormente);
— verificam quais as questões acertadas;
— somam os valores correspondentes às questões acertadas por candidato.

Grau de Eficiência do Sistema

Como em qualquer sistema fechado, o mecanismo de *feedback* torna-se indispensável para permitir seu preciso controle. Tratando-se de Seleção de Pessoal, o *feedback*, que possibilitará concluir-se sobre a eficiência do sistema, deve vir através do *follow-up*.

Até o momento, ainda não foi sistematizada pesquisa nesse sentido, pois se tenta transpor algumas dificuldades iniciais, e também, eliminar

CONHECIMENTOS MATEMATICOS MAIS UTILIZADOS

COMO PREENCHER: – Marque com "X" ao lado do conhecimento utilizado por você:
1) – na coluna B – se utilizado nos seus trabalhos efetivos dentro do Banco;
2) – na coluna F – se utilizado fora do Banco.
3) – nas colunas B e F – se utilizado nas duas situações anteriores.

n.º	B	F	Conhecimentos
01			algarismos romanos
02			áreas de figuras planas
03			conversão de moedas (câmbio)
04			desconto composto
05			desconto simples
06			divisão de complexos
07			divisão de frações ordinárias
08			divisão de números decimais
09			divisão de números inteiros
10			divisão de números relativos
11			divisão proporcional
12			dízimas periódicas
13			equações do 1.º grau
14			equações do 2.º grau
15			fatoração
16			juros compostos
17			juros simples
18			máximo divisor comum
19			medidas agrárias (are, múltiplos, submúltiplos)
20			medidas de área (metro quadrado, idem, idem)
21			medidas de capacidade (litro, idem, idem)
22			medidas de lenha (estéreo, idem, idem)
23			medidas de massa (quilograma, idem, idem)
24			medidas de tempo (hora, minuto, segundo)
25			medidas de tempo (dia, mês, ano)
26			medidas regionais (alqueire paulista ou mineiro)
27			medidas regionais (quadra quadrada)
28			medidas de volume (metro cúbico, múltiplos, subm.)
29			mínimo múltiplo comum
30			multiplicação de complexos

n.º	B	F	Conhecimentos
31			multiplicação de frações ordinárias
32			multiplicação de números decimais
33			multiplicação de números inteiros
34			multiplicação de números relativos
35			mudança de base de numeração
36			números primos
37			percentagem
38			perímetro de figuras planas
39			potenciação de frações ordinárias
40			potenciação de números decimais
41			potenciação de números inteiros
42			potenciação de números relativos
43			radiciação de frações ordinárias
44			radiciação de números decimais
45			radiciação de números inteiros
46			radiciação de números relativos
47			relações métricas de figuras planas
48			razões e proporções
49			regra de três
50			soma de complexos
51			soma de frações ordinárias
52			soma de números decimais
53			soma de números inteiros
54			soma de números relativos
55			subtração de complexos
56			subtração de frações ordinárias
57			subtração de números decimais
58			subtração de números inteiros
59			subtração de números relativos
60			títulos de renda (ações, letras de câmbio, etc.)

B	F	Outros conhecimentos não mencionados

B	F	Outros conhecimentos não mencionados

Obs.: Não é necessário escrever seu nome. Os dados abaixo destinam-se exclusivamente a levantamento estatístico.

posse no Banco	categoria	comissão	localização	setor onde trabalha

ao máximo o conteúdo subjetivo contido em qualquer coleta de informações.

Ensaios iniciais, visando a estabelecer diretrizes para uma pesquisa de acompanhamento com 26.450 selecionados pela nova sistemática, indicaram os seguintes problemas:
a) tempo de trabalho relativamente curto em determinada dependência;
b) grande mobilidade dentro de uma única agência – funcionários trabalham em diversos setores, ficando pouco tempo em cada um deles;
c) pequeno número de superiores que se julgassem capazes de dar informações sobre a atuação de cada funcionário.

Outro sério obstáculo é saber o que, como e a quem perguntar, pois antes de se iniciar qualquer tipo de pesquisa de avaliação de mão-de-obra, devem-se traçar objetivos definidos sobre a utilização dos dados a serem conseguidos, a fim de evitar que se entre num emaranhado de informações.

Em julho deste ano, apenas com a finalidade de saber como os administradores se portariam diante da tarefa de dar informações sobre seus funcionários, distribuíram-se aos participantes do CIPAD (Curso Intensivo para Administradores) três folhas, com uma pergunta em cada, mas apenas a terceira dirigia a resposta a ser obtida.

1.ª folha: Dê a sua opinião sobre os Auxiliares de Escrita que trabalham com você;
2.ª folha: Quais os critérios adotados para a sua avaliação?

3.ª folha: Diga-nos da assiduidade, pontualidade, horários especiais, interesse na execução das tarefas e aprendizagem dos serviços de seus Auxiliares de Escrita.

Os resultados estão resumidos no anexo n.º 3, onde se tabulou o número de informações que livremente cada administrador forneceu.

Através da análise dos dados, tentar-se-á obter um Questionário de caráter mais amplo, que seria distribuído a todas as agências ou a um grupo inicial escolhido sob critério de técnicas de amostragem.

Ressalte-se, contudo, que, mesmo sem realizar uma pesquisa sistemática de *follow-up*, foram obtidos os seguintes dados parciais que permitem avaliar esse sistema seletivo:

— a comparação dos Questionários (aplicados antes das provas) do grupo total de candidatos com os do grupo dos aprovados revela as características dos funcionários em processo de admissão;

— informações verbais de diversos administradores têm sido favoráveis à nova sistemática;

— atas de reuniões mensais de agências de grande porte (Centro S.Paulo, por exemplo) registram depoimentos favoráveis de administradores sobre os novos selecionados;

— observações diretas no trabalho efetivo, efetuadas por Chefes de Departamento e de Divisão da Direção Geral, mostram-se receptivos à nova modalidade de seleção.

Nada obstante e independentemente desses fatos, que não podem ser considerados válidos em estudo de base científica, deverá ser iniciada, em breve, pesquisa de *follow-up* dentro de metodologia científica.

Perspectivas

Apesar das inúmeras modificações introduzidas nos trabalhos de Seleção de Pessoal, constantemente procura-se aperfeiçoar o sistema, visando à sua maior racionalização e à conseqüente redução de custos operacionais.

No momento, examinam-se, entre outras, as seguintes alterações:

1 — emprego de cartões para resposta de prova, em substituição a folhas até então utilizadas, tendo em vista que o Banco adquiriu nova máquina leitora de material codificado System IV/70, com capacidade de ler 36.000 provas (cartões grafitados) por hora, o que permitirá índice 90 vezes mais rápido de leitura (atualmente, média de 400 folhas de resposta por hora). Diminuídos, assim, tempo, processamento e resultado de uma seleção e, concomitantemente, o intervalo que transcorre entre a realização da prova e a posse dos candidatos;

2 — uso de cartões para efeito de inscrição — dado o elevado número de candidatos nas seleções, as fichas de inscrição, após o encerramento do prazo para recrutamento, são encaminhadas pelas dependências para serem perfuradas, formando-se um arquivo geral dos candidatos. A perfuração manual, conferência e correção do grande número de dados desse arquivo consomem demasiado tempo. Se for conseguido que os candidatos, ao se inscreverem, utilizem cartões apropriados para leitura por System IV/70, eliminar-se-á do processo a fase de perfuração manual e diminuir-se-á substancialmente o índice de erros.

	QUALIDADE	PRODUÇÃO	APRENDIZAGEM	NÍVEL ESCOLAR	EXPERIÊNCIA EM TRABALHO DA ESPÉCIE	FORMAÇÃO MORAL	NÍVEL INTELECTUAL	NÍVEL DE CULTURA GERAL	CAPACITAÇÃO A COMISSIONAMENTO	INTEGRAÇÃO À COMUNIDADE	INTERESSE PELO SERVIÇO
Ótimo(a), excelente	11	9	17	12		2	2	1		3	12
Superior, muito bom(a)	14	11		1				3			
Bom(a)	14	13		1			5	4	7	1	
Razoável, médio(a)	13	2			2						
Abaixo da média								2			
Fraco(a)			3						1		
Muito fraco(a)					2						1

3 — redução do número de questões — ao mesmo tempo que se amplia o poder de diferenciar indivíduos, procura-se reduzir a quantidade de itens que compõem os testes. Para a obtenção de conjuntos de 2, 3, ... n itens, estudos têm sido realizados acerca de seus graus de independência. Os itens uma vez reunidos valem como novas questões. Multiplicar-se-á, assim, a capacidade seletiva da prova, fazendo com que uma de 34 questões, por exemplo, funcione como se contivesse 595. Empregado esse artifício técnico, reduzir-se-á brutalmente o volume de material, daí resultando sensível diminuição de tempo e de custos dos serviços de impressão e frete;

4 — confecção de uma única prova comportando questões psicológicas, de matemática e português. Se reduzidas as três provas a uma única folha de papel, além das vantagens citadas no item 3, alcançar-se-á maior facilidade de controle do material, evitando-se sua divulgação por ser sigiloso e de propriedade do Banco.

É possivel que, no decurso do tempo, outras mudanças se façam necessárias, sempre objetivando racionalizar os serviços, diminuir os seus custos e manter, ou mesmo, melhorar a sua qualidade.

O DEMAC

AS TELECOMUNICAÇÕES NO BANCO DO BRASIL

EM 13.09.72 foi criado o Departamento Geral de Material e Comunicações com a finalidade de dotar o Banco de adequados meios de comunicação, e atender às suas necessidades gráficas e de material.

Faz parte da estrutura da Diretoria Administrativa.

Três Divisões, além do Gabinete da Chefia, compõem o seu organograma: Divisão de Comunicações (DIVCO), Divisão de Material (DIMAT) e Divisão de Serviços Gráficos (DIGRA).

À DIVCO cabe o planejamento, implantação e controle do sistema global de comunicações – telefonia, telex, teleprocessamento, *fac-simile* e outros. Nesta área, o DEMAC revolucionou o sistema de malotes, estendendo seus serviços às Agências no Exterior (as cidades de Nova Iorque, Londres e Panamá).

Os serviços de telex chegaram a alcançar mesmo cidades ainda não atingidas pela Rede Nacional.

A DIMAT – ex-Divisão de Compras, anteriormente vinculada ao Departamento Geral de Bens Patrimoniais (DEBEP) – se incumbe da aquisição, estocagem e fornecimento de material às dependências do Banco. A produção de material impresso atinge os mais avançados princípios tecnológicos.

À DIGRA, antes subunidade do Departamento Geral de Organização de Serviços e Comunicações (DESEC), estão afetos todos os encargos gráficos da Empresa, que já atingem alto nível de sofisticação, de que é exemplo o Relatório Anual. A produção, controle e distribuição de documentos circulares e outras publicações são, também, processados por sua moderna aparelhagem gráfica.

O Banco do Brasil não é, decididamente, uma aldeia: é uma empresa quase global. Em seu território podem-se apontar Porto Velho, em Rondônia, Jaguarão, no Rio Grande do Sul, La Paz, Nova Iorque ou Paris. Usando os meios mais adequados, faz chegar a todos os lugares sua linguagem de eficiência.
A supervisão do tráfego das mensagens do Banco é tarefa do DEMAC - Departamento Geral de Material e Comunicações, por intermédio de sua Divisão de Comunicações - DIVCO.

O conceito de progresso começa a se difundir no século XVIII. Desde lá quantidade e velocidade passaram a ser indissociáveis da noção de trabalho. A Revolução Industrial promoveu a máquina e o aumento da produção.

No século XIX e no início do XX, a distância como obstáculo ao progresso foi sendo ultrapassada pelo domínio sobre a velocidade, e, a par do desenvolvimento em outros setores, no campo da comunicação inventou-se o telégrafo (1837) e o telefone (1876). Hertz, em 1888, consegue enviar uma onda eletromagnética de um lado a outro de uma sala, e Marconi, em 1895, transmite sinais, sem a mediação do fio, a quilômetros de distância. A radiocomunicação, revelada e confirmada nesses dois momentos, foi o passo mais importante da história da comunicação humana a distância.

Isso veio tornar flexível o uso de eficientes transmissores de mensagens, como o teleimpressor e o *fac-símile* — que apóiam os complexos dependentes de informações rápidas — ou a televisão, o mais completo dos mídia de nossa era.

Relativamente à comunicação empresarial, a tendência moderna ao conglomerado e à extensão hoje comum do *território da empresa* exigem, de um lado, um nível ótimo de comunicabilidade, e, de outro, uma velocidade de transmissão de mensagens compatível com a rapidez de informação característica dos tempos atuais.

De tal maneira essas exigências compelem as empresas, que os sistemas públicos não suportam a demanda. As de maior porte são levadas a suplementar os meios públicos com redes próprias.

Durante muitos anos as telecomunicações no Banco do Brasil restringiram-se à utilização das redes públicas de telefonia e telegrafia. Mas nos anos 50, passada a Grande Guerra e posto o mundo no rebuliço da reconstrução, o crescimento do Banco passou a exigir, nas comunicações, uma eficácia que as concessionárias e os órgãos oficiais ainda não tinham condições de oferecer: parte por entraves burocráticos, parte por implicações conjunturais.

Na tarefa de ativar o desenvolvimento nacional, o Banco ia instalando agências, muitas delas pioneiras. Eram no início da década 278 e havia 11 mil funcionários. Dez anos depois passaram a 451 as agências e os servidores a 25 mil.

Buscou-se solucionar a carência do sistema brasileiro, que permanecia estagnado, através de uma rede própria que assegurasse à Empresa um bom nível de comunicação.

Da idéia do rádio, congelada em princípio, ao serviço de teleimpressores que ligou, em 1959, a Agência Central, no Rio de Janeiro, à Agência de São Paulo, decorreram oito anos de impedimentos, superados, afinal, pela insistência do Banco e pelas novas condições estruturais do País.

Atualmente, contando com 868 agências domésticas e 18 dependências no exterior em sua rede em permanente expansão, o Banco do Brasil, a par de se valer amplamente dos meios públicos, monta seu próprio sistema de comunicações com os serviços de telefonia, telex e *fac-símile*, estando em implantação a transmissão de dados e em fase de descongelamento a via rádio para as agências de regiões que ainda não dispõem de infra-estrutura para outros meios.

O SISTEMA BRASILEIRO

Comparado com os de alguns países, o índice brasileiro de 2,4 telefones por 100 habitantes é irrisório. Os americanos têm 60 aparelhos para 100 habitantes. Na Suíça, a proporção é de 50 para 100, no Canadá 47 e no Japão 28.

Todavia, os quase 2.700 mil aparelhos instalados mostram um aumento de mais de 70% sobre a existência de dez anos atrás. Sabendo-se que a taxa anual de crescimento da rede é cada ano maior, tendo chegado a 15% em 1973, e que o Plano Nacional de Telefonia espera dar ao País 10 milhões de terminais até 1980 (12 aparelhos por 100 habi-

tantes), observa-se que o setor de comunicações supera o ritmo do desenvolvimento brasileiro, tido como um dos milagres econômicos da atualidade.

A criação de órgãos como o CONTEL — hoje extinto — em 1962, da EMBRATEL em 65, do Ministério das Comunicações em 67 e da TELEBRÁS em 72 vieram dar fim ao caos em que cerca de 800 companhias, a maioria de pequeno porte, impediam o desenvolvimento do setor por falta de condições técnicas e econômicas.

Se o atraso brasileiro nas comunicações causou até há pouco grande estorvo ao franco desenvolvimento das empresas, pode-se dizer — e não será só para consolo — que o que se está implantando no Brasil tem a cor e o sabor da tecnologia mais avançada. Brasília já conta com equipamentos sofisticados como a telefonia móvel, enquanto se espera o videofone.

O sistema de microondas permite a tranqüila comunicação do Rio Grande do Sul com a Amazônia, utilizando dois processos que, por si, dimensionam o projeto. Pelo litoral e pelo centro do País os sinais são transmitidos de torre a torre, erguidas de 50 em 50 quilômetros e com visibilidade de uma a outra. Há duzentas estações repetidoras em 11.500 km de troncos. No Oeste e na Amazônia, onde essa técnica da visibilidade seria de difícil execução, montou-se o maior sistema de microondas em tropodifusão comercial em todo o mundo: 20 estações em 5.100 km de troncos. Por esse processo os sinais são dirigidos à troposfera, que os reflete, e retornam à terra, sendo captados, reconvertidos e retransmitidos por antenas.

Para falar com o mundo, o Brasil dispõe da via satélite do INTELSAT e dos cabos submarinos. Está em operação o BRACAN 1, com extensão de 5.500 quilômetros ligando Recife a Las Palmas, na Espanha. Outro cabo unirá em breve Fortaleza a Jacksonville, na Flórida.

Em agosto de 74 a Embratel deu um salto no futuro. Assinou contrato para utilizar 360 novos canais de INTELSAT, destinados principalmente a oferecer à Amazônia e ao Oeste melhores possibilidades de comunicação com o resto do País e com o exterior. O Brasil conta agora com 578 canais do satélite, e ocupa a terceira posição entre os usuários, atrás apenas dos Estados Unidos e do Reino Unido.

TELEFONIA NO BANCO DO BRASIL

Pode-se dizer que no Banco do Brasil é fácil falar. Se na Agência de Natal surge um assunto a ser tratado com Porto Alegre, é possível obter-se, como qualquer assinante, uma ligação telefônica na hora, através do DDD, o Sistema de Discagem Direta a Distância da Rede Nacional.

Mas além de ser assinante de muitos aparelhos em todo o Brasil, pela extensão de "seu" território e pela complexidade de seus serviços, o Banco dispõe de uma rede particular que suplementa os serviços da rede pública.

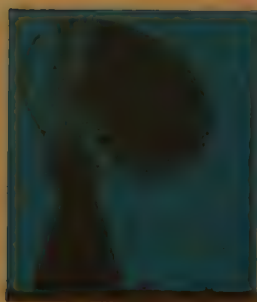
Longe de ter chegado a um ponto que se possa chamar de definitivo, a rede particular é um organismo em crescimento. Por vários motivos. Primeiro a permanente expansão do BB, que só em 74, até agosto, inaugurou 27 agências no País e duas no Exterior, estando previstas mais de 100 no País, e as de Amsterdam, Beirute, Caracas, Chicago, Frankfurt, Los Angeles, Nassau e Rotterdam. Segundo, o fato de a atualização do sistema brasileiro estar apenas no começo e oferecer cada dia novas perspectivas às comunicações. Em terceiro lugar está o rápido avanço da tecnologia, pondo à disposição dos usuários equipamentos de maior rendimento que, obviamente, devem substituir os existentes, de menor eficácia.

Há casos de agências que dispõem apenas das linhas convencionais da rede pública. Mas, procurando criar condições favoráveis à racionalização e dinamização dos serviços, sempre que as condições técnicas permitem, as dependências são dotadas de equipamento adequado.

Os aparelhos em uso no Banco vão do interfone, limitado à ligação interna, ao PABX, central comutadora de grandes recursos, que permite não só ligações internas de múltiplos ramais como também a conexão com a rede pública.

A escolha do tipo e porte do equipamento depende de fatores como a dotação do quadro, a capacidade final do prédio, as perspectivas de crescimento da dependência, e, principalmente, das possibilidades locais, tanto de infra-estrutura como de pessoal especializado.

Para considerar esses fatores, a DIVCO mantém permanente contato com os departamentos responsáveis pelos bens patrimoniais do Banco e pelas normas administrativas de serviço — DEBEP e DEPAD —, com as empresas concessionárias e com o órgão federal de controle, o Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL).

Os centros PABX são instalados nas agências de capitais e de grandes centros urbanos, exigindo-se sempre que o equipamento tenha um número de possibilidades bem maior que as oferecidas pelos fabricantes no mercado, tanto de ligação com a rede pública (troncos) como de contatos de ramais internos (enlaces). Para as agências cujo porte não justifica os altos custos de uma central PABX — equipamento caro, de manutenção e operação dispendiosas e tarifas elevadas — examina-se a possibilidade de adoção do KS, sistema de menor

capacidade, e, para as comunicações internas, a solução do PAX, um sistema automático.

A instalação de centros PABX em diversas dependências de uma região deu nascimento às redes telefônicas integradas.

Tudo começou quando, em 1968, se pensou em interligar a Direção Geral, ocupando sete prédios, e as agências da Guanabara. Os estudos indicaram a necessidade de 1.400 ramais. Não havendo na época um centro com tais dimensões na técnica desejada — CROSSBAR (barras cruzadas) —, foram adquiridos dois, com 670 ramais cada um, sendo instalados no Edifício Sede e no Edifício Visconde de Itaboraí. A ligação dos centros, permitindo seu funcionamento como um conjunto único, criou a Rede Integrada da Guanabara. São Paulo (SP), Brasília e agora a do ABC Paulista interligando Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema e Mauá são outras redes integradas do BB. A de Brasília contará em breve com o sistema *in dialling*, aperfeiçoamento que permite ao assinante da rede pública atingir ramais do PABX, sem a intermediação da telefonista, a qual permanece para prestar informações e encaminhar as chamadas dirigidas aos ramais sem acesso ao *in dialling*.

As facilidades surgidas com o advento da EMBRATEL não bastaram para atender à demanda muitos anos reprimida, permanecendo a ocorrência de congestionamento nas rotas de maior importância. Por isso o triângulo Rio-São Paulo-Brasília teve de evoluir para uma rede privada de âmbito nacional. A partir daí o Banco passou a comunicar-se telefonicamente "por dentro", desde o Rio Grande do Norte até o Rio Grande do Sul, através da Rede Interurbana Integrada, que hoje atinge 27 grandes centros atendendo a todos os setores da Direção Geral, metropolitanas, agências classe "I" e postos de serviço, e continua em expansão.

Não quer isso dizer que não haja pedras no caminho. Existem agências sem telefone. Obviamente, em localidades onde o telefone ainda não chegou. O que é possível se faz. Há vários casos, como o de Mantena (MG), onde se instalou um aparelho a magneto como extensão do aparelho do posto de serviço telefônico local.

Com relação às comunicações telefônicas internacionais, o Banco participa, desde 1971, do Sistema Executivo de Telecomunicações — SISTECOM, implantado pela EMBRATEL. Ligando o Brasil aos Estados Unidos, o SISTECOM é, basicamente, um sistema ponto-a-ponto de transmissão de dados ou de sinais telefônicos, tarifado pelo tempo que durar cada ligação. Isso representa uma vantagem para o Banco, cujo volume de serviço para a praça de Nova Iorque, embora considerável, não justifica ainda o aluguel permanente de um canal para fonia.

Todas as dependências integrantes da rede privada interurbana têm condições técnicas de utilizar o SISTECOM, uma vez que o terminal do sistema foi instalado no PBX da Agência Centro-Rio, que polariza as ligações da rede interurbana do Banco. Mas, por razões administrativas, só algumas estão autorizadas.

O TELEX

À vista de um equipamento que escreve "sozinho" e tem ao lado um disco numerado, pode-se imaginar o casamento da máquina de escrever com o telefone. Dizer que ele permite *conversar por escrito* deixa de ser metáfora quando se fica sabendo que o teleimpressor é um equipamento

transmissor e receptor que dispõe de teclado semelhante ao da máquina de escrever e, usando canais de telegrafia ou de telefonia, em microondas ou circuitos metálicos, permite a comunicação imediata entre dois pontos. À medida que um operador vai batendo nas teclas de um aparelho no Rio de Janeiro, por exemplo, em Paris os tipos de outra máquina, similar, a ele interligada, vai imprimindo a mensagem — o telex nome do sistema da transmissão, hoje confundido com a própria forma de mensagem. Como a transmissão em sentido inverso é simultânea, estabelece-se entre os dois operadores, uma verdadeira conversa, com a sensação da presença física do *interlocutor.*

A rigor, a transmissão de um aparelho a outro, unidos entre si — ligação ponto-a-ponto — , não pertence ao sistema telex, cuja característica básica é automação, através de uma central comutadora que, além da função primordial de automatizar, permite o controle total do sistema.

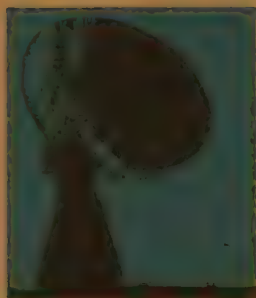
Para serviços que necessitam de rapidez e segurança, como os de uma grande empresa, o telex leva enorme vantagem sobre a velha telegrafia e o muito útil telefone, pois tem o registro escrito de uma e a instantaneidade do outro. Como muitos proveitos cabem nessa embalagem, existe ainda a facilidade de operação dos aparelhos, e a economia, que não é dos menores proveitos, pois as tarifas são bem inferiores às dos outros meios.

Em caso de necessidade um circuito de voz pode ser usado exclusivamente para telex, aplicando-se o *multiplex* telegráfico, equipamento que divide o canal em até 24 faixas telegráficas. Outros meios, como a divisão por tempo, permitem número bem mais elevado de faixas, desconhecendo-se o limite que a técnica permitirá atingir.

Mas também é possível a transmissão simultânea de telex e voz. Para isso instalam-se terminais fonotelegráficos nas extremidades das linhas. Esses terminais têm a função de separar, no canal de voz, as faixas de freqüências destinadas ao telex.

Grande qualidade desse processo é poder aproveitar a infra-estrutura da rede telefônica interurbana existente. Disso se valeu o Banco, um dos pioneiros desse método no Brasil, para dar maior alcance à sua rede privada.

A REDE PÚBLICA

A nova Rede Nacional de Telex está entrando em operação. Quarenta estações, montadas entre a capital do Pará e Pelotas, no Rio Grande do Sul, acionam 12 mil terminais de um total de 13.500, número a ser atingido quando a terceira etapa do

Plano Diretor de expansão da RNT estiver concluído, com 61 centrais locais e nove de trânsito.

A nova rede vem substituir a primitiva, cujos 3.500 terminais e 16 centrais em atividade desde 1960 mostravam clara insuficiência face à demanda provocada pelo desenvolvimento nacional. Enquanto se implantava o novo equipamento, a EMBRATEL acolheu mais de 10 mil inscrições de assinaturas. Pela obsolescência do antigo material os 3.500 assinantes da ECT foram transferidos para o atual sistema.

A par de contribuir para o desenvolvimento no campo das comunicações, o plano da EMBRATEL se liga no crescimento da indústria. Apenas 30% dos teleimpressores indispensáveis aos primeiros momentos da implantação foram importados, os demais são brasileiros, com índice de nacionalização de até 85%.

No âmbito internacional, as comunicações do Brasil via telegráfica e telex vêm-se ampliando continuamente. Em 1971, Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra e Itália eram os únicos países que atingíamos automaticamente. Hoje os sinais brasileiros chegam a cerca de 30 países nos quatro continentes.

Para empresas que desenvolvem atividades no exterior a EMBRATEL aluga canais telegráficos via satélite, capacitados a funcionarem em várias velocidades de transmissão, de acordo com as necessidades de cada usuário.

A REDE DO BANCO

De um lado o crescimento acelerado do Banco do Brasil, necessitando de agilidade em todos os seus setores. De outro, a desatualidade do sistema de comunicações brasileiro, paralisado por entraves técnicos, econômicos e burocráticos. Isso nos anos 50.

Os estudos para a instalação de uma rede particular vinham, desde 1951, oscilando entre o rádio e o teleimpressor, até se fixarem no segundo por recomendação presidencial de 1953.

Em marchas e contramarchas chega-se a 1957, quando os jornais anunciam o telex, um novo serviço do Departamento de Correios e Telégrafos, inaugurado em 1960. Em 1959 consegue o Banco uma ligação ponto-a-ponto entre a Agência Central, no Rio, e a Agência de São Paulo.

Com a inauguração da nova capital, em 1960, houve a necessidade imediata de comunicação rápida entre o Planalto e o Rio, onde funcionavam ainda efetivamente os principais órgãos do Governo.

O Banco, representando o Ministério da Fazenda e o das Relações Exteriores, é encarregado de contratar a aquisição de equipamento teleimpressor, via rádio, para um sistema de comunicações Rio-Brasília, do qual lhe couberam quatro canais.

No ano de Brasília o sistema particular deslanchou. Novas condições permitiram criar redes locais no Rio e em São Paulo entre as Agências Centro e as respectivas metropolitanas, embora ainda por ligações ponto-a-ponto.

O primeiro sistema particular automático foi montado na Guanabara, em fevereiro de 61, consistindo de uma central telex Siemens de dez ramais, ampliada mais tarde para funcionar com vinte, e posteriormente transferida para Porto Alegre.

Em 65 obtém-se autorização para substituir a central do Rio e instalar mais duas, uma em São Paulo, outra em Brasília. Importadas, montadas, em 68 a interligação das centrais de São Paulo e Rio estabeleciam o núcleo binário de nossa rede nacional particular, que em 71, com a inclusão de Brasília, tornou-se triangular.

O grande lance que deu partida à integração das redes regionais foi a utilização dos terminais fonotelegráficos, os equipamentos que possibilitam a passagem de sinais telegráficos através de um canal telefônico, sem prejuízo de sua utilização normal. Na hora do crescimento chega a vez da Rede Sul. Cinco centrais foram sendo seguidamente instaladas em Curitiba, Londrina, Blumenau, Porto Alegre e Santa Maria, esta em 1973. Em 1972, entra em funcionamento a Central Internacional para agilizar os negócios do Banco no exterior, principalmente os de câmbio, ligando o Rio de Janeiro às filiais de Buenos Aires, Hamburgo, Lisboa, Londres, Madri, Nova Iorque, Panamá, Paris e São Francisco.

Tem-se a medida do ritmo da expansão confrontando-se o ano de 1967, quando havia 23 ligações ponto-a-ponto, apenas 20 posições na antiga central do Rio de Janeiro e 17 na RNT, com o final do ano passado, em que as oito centrais domésticas atendiam a 230 terminais. Em 74, até setembro, mais 18 posições foram instaladas, sendo sete para o sistema exclusivo de câmbio, ao mesmo tempo que se interligava a central do Rio às de Curitiba e Santa Maria, e a de São Paulo a Curitiba, Blumenau e Londrina, tornando a rede cada vez mais integrada.

Em pouco mais de dez anos a iniciativa pioneira de instalar centrais privativas fez o Banco passar da situação de possuidor de alguns circuitos ponto-a-ponto e assinante de umas poucas posições na RNT para a de construtor de uma respeitável rede particular de oito centrais nacionais e uma internacional, integrando inclusive regiões até hoje não alcançadas pelos serviços públicos de teleimpressores.

Com a absorção da Rede Nacional de Telex pela EMBRATEL, a política determinada pelo Ministério das Comunicações é não mais permitir a conexão de sistemas particulares com a rede pública. Interligar as centrais do Banco é a solução. Cinco novas unidades estão já compradas para substituir as atualmente em Brasília, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Rio de Janeiro já saturadas ou em via de saturação. Quando isso ocorrer, Recife, Salvador e Belo Horizonte receberão centrais para automatizar os serviços de teleimpressores das respectivas regiões.

FAC-SÍMILE

Completando seu sistema de telecomunicações, possui o Banco uma rede de fac-símile. Esse equipamento transmite manuscritos, gráficos, textos datilografados, impressos e fotografias, guardando as características do original. Criado há bastante tempo, só agora vem obtendo aceitação entre nós. A máquina de fac-símile é acoplada ao telefone. Feita a ligação telefônica convencional, aciona-se dispositivo que põe o transmissor de imagens no circuito.

A rede do Banco conta atualmente com 32 unidades atendendo a órgãos da Direção Geral, no Rio e em Brasília, e às agências centralizadoras do Serviço de Malotes, nas capitais dos Estados, cujas redes telefônicas já integram o Sistema de Discagem Direta a Distância.

BALANÇO

O trabalho em telecomunicações é o que se pode caracterizar como de geração permanente. Cada equipamento instalado não significa missão cumprida. Ao contrário, aí começa toda uma vida de acompanhamento. O trabalho compara-se a uma pedra lançada a uma superfície líquida. Seguem-se ondas concêntricas, que se ampliam e, neste caso, necessitam de assistência e controle continuados.

Para isso a Divisão de Comunicações do DEMAC, responsável pelo setor, mantém equipes de estudos e planejamento, de implantação e de controle sempre atentas às nossas necessidades na área e aos novos oferecimentos tecnológicos, com vistas a, na medida das possibilidades, aproveitá-los na execução do Plano Global de Comunicações do Banco do Brasil.

Análise elaborada pela Consultoria Técnica – COTEC

ATIVIDADES DO BANCO DO BRASIL

JULHO – DEZEMBRO 1974

O BANCO NO PAÍS

REDE DE DEPENDÊNCIAS

REDE DE DEPENDÊNCIAS NO PAÍS
Setembro de 1974

Diretorias	Posição 30.6.74	Acréscimo jul.–set.	Posição 30.9.74	Participação percentual
DIRAM	65	–	65	7,5
DINOR	162	2	164	18,9
DIREG	80	1	81	9,3
DIMIG	174	2	176	20,3
DISAP	173	–	173	19,9
DICAP	101	1	102	11,8
DISUL	107	–	107	12,3
	862	6	868	100,0

Encontravam-se em fase de instalação, no fim de setembro, 114 unidades, assim distribuídas: 18, na DIRAM; 21, na DINOR; 18, na DIREG; 13, na DIMIG; 21, na DISAP; 10, na DICAP e 13 na DISUL.

RECURSOS

Com saldo de Cr$ 114,2 bilhões, os recursos totais do Banco aumentaram 13,2% no terceiro trimestre de 1974. Para esse crescimento contribuíram o *Exigível*: Cr$ 13,3 bilhões (92,3%); *Não Exigível*: Cr$ 29,9 milhões (0,2%); *Resultado Pendente* (balanceado): Cr$ 990 milhões (7,5%).

Posição desses grupamentos em relação a setembro de 1973:

RECURSOS
Saldos e Variações Percentuais

Especificação	Set. 1974		Set. 1973		VARIAÇÃO PERCENTUAL		
	Cr$ milhões	Composição %	Cr$ milhões	Composição %	Set.74 / Set.73	Set.74 / Dez.73	Set.73 / Dez.73
Recursos	114.196,2	100,0	77.820,1	100,0	46,7	44,2	30,8
Não Exigível	8.548,7	7,5	6.129,3	7,9	39,5	19,9	18,6
Capital	2.880,0	2,5	2.880,0	3,7	–	–	60,0
Reservas e Fundos	5.668,7	5,0	3.249,3	4,2	74,5	33,3	- 3,5
Exigível	99.442,6	87,1	67.215,3	86,4	47,9	47,1	32,3
Depósitos	48.148,7	42,2	34.691,7	44,6	38,8	43,8	49,0
Outras Exigibilidades	25.881,7	22,7	20.903,3	26,9	23,8	26,6	- 1,2
Obrigações Especiais	25.412,2	22,2	11.620,3	14,9	118,7	85,8	82,8
Resultado Pendente	6.204,9	5,4	4.475,5	5,7	38,6	38,1	26,3

DEPÓSITOS

O saldo de Cr$ 48,1 bilhões em 30.9.74 representa evolução de 7,2% no trimestre considerado. O incremento, no período, de Cr$ 3,2 bilhões contou com Cr$ 1,5 bilhão dos depósitos à vista e Cr$ 1,7 bilhão (244%) dos depósitos a médio prazo.

O fator responsável pelo crescimento destes últimos foi a captação de recursos através de depósitos a prazo, com juros e correção monetária, sem emissão de certificado, pelo prazo de 12 meses ou mais.

Noventa e cinco por cento dos depósitos são à vista e a curto prazo, e destes 65% de Entidades Públicas e 35% do público.

OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

O saldo das Obrigações Especiais – concentrando 22% dos recursos à disposição do Banco em setembro/74 – elevou-se a Cr$ 25,4 bilhões, com expansão de 24% sobre a posição de junho último. Sua contribuição, no total do acréscimo de recursos, foi de 37%.

Concorreram para o crescimento verificado, as obrigações por Refinanciamentos e Repasses Oficiais (Cr$ 3,1 bilhões), Obrigações em Moedas Estrangeiras (Cr$ 1,3 bilhão), PASEP (Cr$ 1,2 bilhão) e Recebimento por Conta do Tesouro Nacional (Cr$ 0,6 bilhão).

OUTRAS EXIGIBILIDADES

Com saldo de Cr$ 25,9 bilhões em set/74, *Outras Exigibilidades* representa 25% do passivo total. Sua evolução no terceiro trimestre foi de 19%.

A *Conta de Movimento do Banco Central* é responsável por 65% (Cr$ 2,7 bilhões) do acréscimo ocorrido no trimestre e participa com 49% do saldo global.

Seguem-se *Outras Contas Vinculadas a Câmbio* e *Cobrança Efetuada, em Trânsito*, com aumento de Cr$ 1,3 bilhão e 312 milhões, respectivamente.

APLICAÇÕES

APLICAÇÕES
Saldos e Variações Percentuais

Especificação	Set. 1974 Cr$ milhões	Set. 1974 Composição %	Set. 1973 Cr$ milhões	Set. 1973 Composição %	VARIAÇÃO PERCENTUAL Set.74 / Set.73	VARIAÇÃO PERCENTUAL Set.74 / Dez.73	VARIAÇÃO PERCENTUAL Set.73 / Dez.73
Aplicações	114.196,2	100,0	77.820,1	100,0	46,7	44,2	30,8
Disponível	391,2	0,3	251,9	0,3	55,3	8,8	- 6,3
Realizável	112.203,5	98,3	76.373,5	98,2	46,9	44,6	31,1
Empréstimos	62.385,9	54,7	38.998,1	50,1	60,0	40,9	22,8
Outros Créditos	46.693,6	40,9	35.289,5	45,4	32,3	50,7	39,2
Valores e Bens	3.124,0	2,7	2.085,9	2,7	49,8	33,5	77,8
Imobilizado	1.601,5	1,4	1.194,7	1,5	34,1	27,1	24,3

Crescendo 13,2% – um aumento de Cr$ 13,3 bilhões – no terceiro trimestre de 1974, as aplicações do Banco atigiram Cr$ 114 bilhões.

O *Realizável*, que concentra 98% das aplicações totais, respondeu por 99% (Cr$ 13,2 bilhões) do incremento verificado no período. *Empréstimos, Outros Créditos e Valores e Bens* tiveram, naquele total, participação de 56% (Cr$ 7,4 bilhões), 42% (Cr$ 5,6 bilhões) e 2% (Cr$ 0,2 bilhão).

EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos do Banco somaram, em setembro de 1974, Cr$ 62,4 bilhões. Desse total, 6% (Cr$ 3,6 bilhões) foram destinados às Entidades Públicas e 94% (Cr$ 58,8 bilhões) ao Setor Privado.

O aumento de 15% (Cr$ 7,5 bilhões), no trimestre, no saldo dos Empréstimos ao Setor Privado foi assim distribuído: Indústria – Cr$ 2,8 bi-

lhões; Agricultura — Cr$ 2,4 bilhões; Outras Atividades — Cr$1,8 bilhão e Pecuária — Cr$ 0,5 bilhão. As atividades produtivas, sobretudo rurais, foram as mais contempladas na assistência do Banco.

LIQUIDEZ DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS

Seguindo a tendência observada nos semestres anteriores, verificou-se, em setembro de 1974, sensível melhoria nos índices dos empréstimos.

ÍNDICES DE MORA DOS EMPRÉSTIMOS
Em final de período

Índices	Set/73	Set/74
$\frac{\text{Créditos em Liquidação}}{\text{Empréstimos + Créditos em Liquidação}}$	0,77%	0,61%
$\frac{\text{Composições}}{\text{Empréstimos + Créditos em Liquidação}}$	1,03%	0,65%
$\frac{\text{Créditos em Liquidação + Composições}}{\text{Empréstimos + Créditos em Liquidação}}$	1,80%	1,27%

AGROPECUÁRIA

O terceiro trimestre de 1974 foi dos mais significativos para a agropecuária nacional. O II Plano Nacional de Desenvolvimento enfatizou a responsabilidade da agricultura e pecuária no processo brasileiro de desenvolvimento. O Plano considera que este setor tem demonstrado razoável capacidade de reagir a estímulos, mas requer nova dinâmica e desempenho mais atuante, visando a duplo objetivo: beneficiar internamente o consumidor e, ao mesmo tempo, produzir excedentes exportáveis. Esses objetivos deverão ser alcançados pela expansão da fronteira agrícola, que compreende tanto a ocupação das terras virgens da Amazônia e da Região Centro-Oeste, como a melhoria de produtividade do Centro-Sul.

A evolução dos saldos dos empréstimos do Banco do Brasil ao Setor Agropecuário, no corrente ano, mostra-se coerente com os objetivos governamentais: acelerar o desenvolvimento rural, para obter-se crescimento do produto de 10 a 12%, absolutamente necessário ao equilíbrio da economia brasileira.

EMPRÉSTIMOS AO SETOR PRIVADO
Saldos em fins de período

Especificação	Set. 1974		Set. 1973		VARIAÇÃO PERCENTUAL		
	Cr$ milhões	Composição %	Cr$ milhões	Composição %	Set.74 / Set.73	Set.74 / Dez.73	Set.73 / Dez.73
Agropecuária	32.604,6	55,4	19.480,2	54,9	67,4	42,4	26,2
Agricultura	24.243,1	41,2	14.181,7	40,0	70,9	45,0	24,3
Pecuária	8.361,5	14,2	5.298,5	14,9	57,8	35,2	31,4
Indústria e outras	26.244,9	44,6	16.011,3	45,1	63,9	46,9	24,9
Total	58.849,5	100,0	35.491,5	100,0	65,8	44,3	25,6

AGRICULTURA

Maiores custos dos insumos induzem maior demanda de recursos por unidade de área plantada. Entretanto, verifica-se que também tem havido expansão do plantio, dentro do objetivo de aumentar a produção.

EMPRÉSTIMOS À AGRICULTURA
Saldos em fins de período

Especificação	Set. 1974 Cr$ milhões	Set. 1974 Composição %	Set. 1973 Cr$ milhões	Set. 1973 Composição %	Variação Percentual Set.74 / Set.73	Variação Percentual Set.74 / Dez.73	Variação Percentual Set.73 / Dez.73
Produtos	14.361,7	59,2	8.155,6	57,5	76,1	53,7	24,5
Melhor. e equipamentos	6.886,0	28,4	4.247,6	30,0	62,1	35,8	34,4
Insumos modernos	2.248,9	9,3	1.182,0	8,3	90,3	29,8	3,3
Demais itens	746,5	3,1	596,6	4,2	25,1	30,4	26,3
Total	24.243,1	100,0	14.181,8	100,0	70,9	45,0	24,3

MELHORAMENTOS E EQUIPAMENTOS

Do total dos financiamentos da espécie, Cr$ 2.522 milhões foram destinados à aquisição de tratores de fabricação nacional, evoluindo 58% de set/73 a set/74.

INSUMOS MODERNOS

A circunstância de registrar este item, em relação a set/73, a maior taxa de crescimento (90,3%) demonstra a continuidade de melhoria qualitativa da agricultura nacional. Apesar do substancial aumento dos preços dos fertilizantes — contornados pelos estímulos creditícios do Banco, que em casos especiais financia sua aquisição a juros nulos — houve crescimento real do crédito específico.

É significativo notar que *Demais itens* englobando empréstimos à Armazenagem e Comercialização, Construção de Armazéns, Fundiários e Sacaria também evidenciam maior expansão até setembro do corrente ano (30,4%) do que em 1973.

PRINCIPAIS PRODUTOS

Café, trigo, arroz, algodão, soja, milho e feijão absorveram 38,5% dos financiamentos destinados à Agricultura. Os restantes 20,7 beneficiam outros produtos.

Café — Os financiamentos para o café continuaram ocupando posição de destaque na alocação de recursos do Banco. Em termos de saldos contábeis atingiu, em setembro/74, o montante de Cr$ 5.029 milhões, o que corresponde a crescimento de 83,3% em relação a set/73.

Trigo — Segundo os indicadores mais recentes, a safra de trigo em curso estaria superando perspectivas mais otimistas. É esperada produção superior a 2,5 milhões de toneladas, mais de 55% do consumo interno.

O preço do trigo foi reajustado para Cr$ 84,00 por saco de 50 kg, em face da elevação dos custos de insumos verificada durante o cultivo.

Os saldos dos empréstimos à triticultura ocupam a 2.ª posição ao final de setembro. Dos recursos aplicados ao trigo — Cr$ 1.097,0 milhões —, Cr$ 301,0 milhões (27,4%) se referem ao custeio da produção e os restantes — Cr$ 796,0 milhões (72,6%) à comercialização do produto.

Arroz — As safras de arroz vêm apresentando instabilidade nos últimos anos, resultante de elevada quantidade de cultivo da variedade *sequeiro*, vulnerável às condições climáticas. Em decorrência, as oscilações no preço dificultam a adequação de oferta à demanda do produto.

Para a safra de 1974/75, foram estabelecidos os seguintes preços mínimos: R.G. Sul, Cr$ 57,00 (saca de 50 kg) e Goiás, Cr$ 66,00 (saca de 50 kg).

Com vistas ao normal abastecimento do produto no mercado, foi aberta linha de crédito de Cr$ 390 milhões para constituição de estoque regulador, junto ao Instituto Rio-Grandense do Arroz — IRGA.

Os saldos dos empréstimos ao cultivo do arroz, em set/74, somaram Cr$ 1.022,3 milhões; 806,9 destinam-se à produção e Cr$ 204,4 à comercialização. Esses valores revelam crescimento de 57,5% e 32,5% em relação a set/73.

Algodão – A tendência baixista nos preços internacionais dificultou a comercialização do produto. Em decorrência, os cotonicultores deixaram de saldar seus compromissos bancários, na escala prevista.

O Governo concedeu, então, novos empréstimos para o custeio no período que se iniciava, independentemente da liquidação dos financiamentos anteriores. Contudo, a safra colhida deveria permanecer em poder do agricultor.

O algodão teve seus preços mínimos reajustados para a safra 74/75, na Região Centro-Sul, nas seguintes bases: em caroço, Cr$ 35,10 por arroba, correspondendo a um acréscimo de 43,56%; em pluma, Cr$ 100,20 por arroba, equivalendo a um aumento de 43,35%. A conjugação dessas medidas visa a evitar diminuição da oferta, na próxima safra.

Os saldos, em set/74, dos empréstimos destinados ao produto atingiram Cr$ 839,9 milhões, assim distribuídos: Cr$ 738,8 para a produção; Cr$ 101,1 milhões para a comercialização. O algodão absorveu 5,8% dos saldos dos empréstimos à produção em set/74.

Soja – O mercado da soja apresentou-se bastante irregular na safra deste ano. Ainda que a participação seja pequena no mercado mundial, a época da colheita do produto é muito propícia à comercialização, por coincidir com a entressafra do produto nos E.U.A., seu maior produtor.

A soja vem-se beneficiando dos incentivos ao cultivo do trigo. Os dois produtos são plantados em rotação – na mesma área – aproveitando os mesmos implementos agrícolas.

Em função do racional aproveitamento dos fatores de produção é de se esperar que o cultivo da soja cresça a taxa excepcionalmente elevada, como nos anos anteriores, a despeito dos problemas surgidos com a comercialização da última safra.

Os saldos dos financiamentos à soja se elevaram, em set/74, a Cr$ 622,5 milhões assim distribuídos: Cr$ 593,5 milhões para custeio de produção e Cr$ 29,0 milhões para comercialização. O incremento foi de 7,7% em relação a set/73.

Feijão – Na agricultura, o feijão ocupa o 4.º lugar em área plantada. O Brasil é o primeiro produtor mundial e o maior consumidor *per capita*, com média de 28 kg/ano.

Embora careça de melhores preços de garantia, não foram substanciais os aumentos estabelecidos para a próxima safra no Centro-Sul do País. Por saca de 60kg: roxo e uberabinha, Cr$ 132,00; preto comum, Cr$ 97,80; branco e de cores, Cr$ 100,20. Esses novos preços representam acréscimos de 32,1% a 37,14% em relação à safra anterior.

Os saldos dos empréstimos ao feijão somaram Cr$ 159,8 milhões, dos quais Cr$ 148,8 milhões destinaram-se ao custeio de produção.

Os incentivos financeiros oferecidos pelo Banco aos agricultores, particularmente em 1973, permitiram a retomada dos atividades nesta lavoura, que sofria forte concorrência frente a outras mais rentáveis. Na oportunidade, a medida determinou expansão da área plantada e conseqüente aumento da produção, minimizando forte crise no abastecimento desse produto, que começava a se esboçar.

Milho – O milho ocupa o 1.º lugar em área cultivada (10,5 milhões de hectares em 1973). Dada sua ampla utilização na alimentação humana e animal, é cultura que merece especiais cuidados.

Recentemente, a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias — EMBRAPA e a Universidade de São Paulo — USP firmaram acordo visando ao fortalecimento da posição do milho no mercado. Os objetivos poderão ser atingidos através de um estudo integrado da cultura e de seus problemas — da produção de sementes melhoradas até à exportação.

A safra em curso teria atingido o recorde de 16,5 milhões de toneladas, conforme estimativas preliminares. Seriam muito boas as perspectivas de mercado, tanto interno, como externo.

Nos Estados de Goiás, Minas Gerais e Santa Catarina surgiram problemas de estocagem da produção. O Banco adquiriu quase 2 milhões de sacos no Centro-Oeste; além disso, mais de 8,3 milhões de sacos estão armazenados à ordem do Banco ao amparo da política de preços mínimos.

Dos recursos aplicados ao milho — Cr$ 584,8 milhões — Cr$ 566,6 se referem ao custeio de produção e Cr$ 7,3 milhões à comercialização. O crescimento em relação a set/73 foi de 67%.

O apoio financeiro do Banco à formação da safra constituiu fator decisivo para a obtenção da excelente colheira deste ano.

PREÇOS MÍNIMOS

O terceiro trimestre de cada ano caracteriza-se como o período em que a demanda de crédito para a estocagem das safras — através da política de preços mínimos — exerce maior pressão sobre o Banco. Este destinou vultosa soma de recursos com o objetivo de financiar o armazenamento, comercialização e compra de sacaria.

EMPRÉSTIMOS RELATIVOS À POLÍTICA DE PREÇOS-MÍNIMOS
Saldos em fins de período

Especificação	Set. 1974		Set. 1973		VARIAÇÃO PERCENTUAL		
	Cr$ milhões	Composição %	Cr$ milhões	Composição %	Set.74 / Set.73	Set.74 / Dez.73	Set.73 / Dez.73
Recursos do Governo Federal	2.221,5	55,3	1.163,8	54,7	90,9	264,2	102,8
Aquisição de produtos	272,8	6,8	130,2	6,1	164,3	85,3	7,1
Armazenamento e comercialização	1.891,0	47,1	998,4	46,9	89,4	337,2	140,5
Compra de sacaria	42,8	1,0	14,8	0,7	189,2	328,0	25,4
Construção de armazéns	14,9	0,4	20,4	1,0	-27,0	-27,3	18,7
Recursos do Banco do Brasil	1.793,8	44,7	963,2	45,3	86,2	107,1	83,2
Comercialização	1.752,8	43,7	940,8	44,3	86,3	107,7	83,7
Compra de sacaria	41,0	1,0	22,4	1,0	83,0	83,0	67,2
Total	4.015,3	100,0	2.127,0	100,0	88,8	172,0	93,5

O saldo dos financiamentos para construção de armazéns, agora através do PRODESAR, atingiu Cr$ 140,8 milhões, em setembro de 1974. Em setembro de 1973, o saldo era apenas de Cr$ 33,6 milhões.

Este fato demonstra a preocupação pelo aumento da rede de armazenagem, do que em parte depende o êxito da política de preços mínimos.

COMERCIALIZAÇÃO

O trimestre considerado veio confirmar, de certa forma, que um dos maiores problemas enfrentados pela agricultura é a comercialização de suas safras. Os agricultores, ignorando as melhores oportunidades e premidos pela necessidade de liquidar os compromissos financeiros da produção, precipitam a venda das safras, mesmo a preços baixos. Apesar da política de garantia e sustentação de preços, continua a comercialização como um problema estrutural a ser resolvido.

Os empréstimos destinados ao comércio de produtos agrícolas, até setembro de 1974, somavam Cr$ 2.503,9 milhões, montante 33,2% superior a setembro de 1973.

PECUÁRIA

O diagnóstico da pecuária brasileira revela que seus problemas mais sérios são de natureza estrutural.

Os problemas conjunturais porém exigem soluções rápidas e, se possível, o suficientemente simples para se realizarem em prazo curto.

O crédito, seja em programas de curto, médio ou longo prazo, é um dos principais mecanismos de incentivo à produção e de controle da comercialização do setor pecuário.

Os saldos dos empréstimos do Banco do Brasil à pecuária revelam que a produção animal tem crescido, enquanto a comercialização vem reduzindo sua participação no total de financiamento ao setor. Retrata, desta maneira, uma nova orientação da política de crédito.

EMPRÉSTIMOS À PECUÁRIA
Saldos em fim de período

Especificação	Set. 1974		Set. 1973		VARIAÇÃO PERCENTUAL		
	Cr$ milhões	Composição %	Cr$ milhões	Composição %	Set.74 / Set.73	Set.74 / Dez.73	Set.73 / Dez.73
Produção	8.309,3	99,4	5.214,7	98,4	59,3	35,5	30,9
a Pecuaristas	8.073,8	–	5.118,1	–	57,8	35,3	32,3
a Cooperativas	235,5	–	96,6	–	143,8	44,1	- 15,6
Comércio (•)	52,2	0,6	84,0	1,6	- 37,8	- 3,6	69,8
Total	8.361,5	100,0	5.298,7	100,0	–	–	–

(•) Comercialização a nivel do pecuarista.

BOVINOCULTURA

A bovinocultura constitui o setor mais dinâmico da pecuária absorvendo maiores somas de recursos financeiros e atraindo grande parcela da capacidade empresarial daquela atividade.

A assistência financeira do Banco à bovinocultura – saldo de Cr$ 3.461,0 milhões em setembro de 1974 – ficou assim distribuída: custeio, Cr$ 1.244,8 milhões; aquisição de animais, Cr$ 1.983,9 milhões; melhoramentos, equipamentos, leite (bovinocultores) e carne (cooperativas), Cr$ 232,2 milhões.

Esta posição revela um crescimento de 52,2% com relação ao saldo de empréstimos totais à bovinocultura em setembro/73, com aumento de 45,7% no custeio e 45,66% nos financiamentos para a aquisição de animais.

AVICULTURA

As sucessivas crises do abastecimento na entressafra de bovinos continuam propiciando condições favoráveis à participação maior da avicultura no mercado de carnes. Isso decorre, particularmente, da modificação da preferência dos consumidores.

Os Empréstimos do Banco à avicultura, em setembro de 1974, apresentavam saldo de Cr$ 174,4 milhões. Corresponde a mais 58,3% em relação a set/73.

SUINOCULTURA

A suinocultura vem experimentando expansão no mercado consumidor. Os saldos dos empréstimos, em set/74, atingiram Cr$ 145,7 milhões, tendo crescido 43,5% nos últimos doze meses. O custeio recebeu Cr$ 133,8 milhões, ou seja 91,8%.

OVINOCULTURA

A última safra de lã encontrou grandes dificuldades de comercialização. Esse problema atingiu, também, os maiores produtores mundiais, entre os quais a Austrália.

Os saldos dos empréstimos à pecuária ovina somaram Cr$ 114,8 milhões, em setembro/74; Cr$ 112,5 milhões para produção e Cr$ 2,5 milhões para comercialização.

PESCA

No fim do período considerado, o saldo dos recursos destinados à pesca era de Cr$ 19,4 milhões, o que representava uma elevação de 181,2% relativamente à posição de setembro de 1973 (Cr$ 6,9 milhões). Desse montante, as operações de custeio somaram Cr$ 5,1 milhões, ou 26,3% do total (Cr$ 19,4 milhões); e Cr$ 14,3 milhões, ou 73,7% do saldo, se referiam a melhoramentos e equipamentos para os pescadores, fato a comprovar o sentido empresarial que se procura implantar no setor pesqueiro.

A assistência financeira do Banco a *Outros Rebanhos* — em que se englobam atividades como apicultura e sericicultura — diminuiu 16% em relação a set/73. O saldo destes empréstimos, em set/74, é de Cr$ 432,3 milhões, assim distribuídos: Produção — Cr$ 424,9 milhões; Comércio — Cr$ 7,4 milhões.

Carne — O Governo, com o objetivo de proteger os consumidores e estimular os produtores, vem se utilizando, especialmente, de dois importantes mecanismos: a estocagem do produto dos períodos de entressafra e o controle seletivo de crédito.

O plano de estocagem de carne estabelecido pelo Ministério da Agricultura visa, no período de entressafra, a evitar escassez do produto e garantir seu abastecimento no mercado, em defesa do consumidor.

O saldo dos empréstimos do Banco do Brasil em setembro/74, destinados à estocagem do produto, atingia Cr$ 485,5 milhões, contra Cr$ 334,9 milhões em setembro/73 (45% de incremento).

Por meio do crédito seletivo, o Banco procura incentivar as empresas de comercialização que agem corretamente e, assim, constituem atividade de apoio ao setor produtivo, sem desconsiderarem o interesse do consumidor.

Leite — O II Plano Nacional de Desenvolvimento prevê recursos de Cr$ 192,0 milhões para execução do Plano de Melhoramentos da Alimentação e do Manejo do Gado Leiteiro — PLAMAM — no período de 1975 a 1979, e que deverá cobrir todo o território nacional, através de uma rede de 246 unidades operacionais com 645 técnicos especializados em pecuária leiteira, assistidos, diretamente, pela EMBRATER.

O Plano objetiva o aumento da produção e da produtividade da pecuária leiteira, a médio prazo. Compreende o melhoramento de pastagens; a produção e conservação de forragens e a generalização de algumas práticas melhoradas de manejo. Inclui, também, a modernização e adoção de bases empresariais; a continuação da política de implantação de novas estruturas de abastecimento; o fortalecimento da ação do setor público e a concentração regional-setorial de incentivos fiscais e creditícios.

De modo geral, o Banco tem ampliado seus financiamentos à produção leiteira nacional. Ao final de setembro, os empréstimos — oriundos do Programa Especial de Estímulos à Pecuária Leiteira — somaram Cr$ 171 milhões.

INDÚSTRIA

Os saldos dos empréstimos à indústria alcançaram, ao final do terceiro trimestre de 1974, Cr$ 18,3 bilhões superando os níveis de igual período do ano de 1973 em 50,4%.

Ao encerramento do trimestre considerado, os empréstimos à produção industrial alcançavam Cr$ 13,7 bilhões. Os débitos assumidos pelas cooperativas de produção industrial atingiram Cr$ 129,3 milhões.

Os saldos dos empréstimos à indústria de transformação somaram Cr$ 17,7 bilhões ao final do 3.º trimestre de 1974, correspondendo a 96,6% da assistência ao setor secundário.

Para a expansão de 49,5% verificada, concorreram as indústrias de produtos alimentares (92,2%), veículos e materiais de transporte (40,9%), metalúrgica (38,7%), têxtil (38,4%), indústria mecânica (33,7%) e o grupo das indústrias *não especificadas* – assim qualificadas por dificuldades de identificação perante critérios contábeis – com uma taxa de crescimento de 48,7%.

Calçados – Não faltou o apoio do Banco à indústria de calçados, face às dificuldades do mercado. Para os fabricantes de Franca e do Vale dos Sinos foram abertas 2 linhas de crédito de emergência (Cr$ 60 milhões, cada). A CACEX também concedeu-lhes financiamentos de Cr$ 10 milhões, vinculados às exportações para a área socialista.

Tratores Agrícolas – A produção de tratores nos sete primeiros meses de 1974 atinge 29.312 unidades, Em 30.9.74, os saldos dos empréstimos eram de Cr$ 2.522 milhões, tendo evoluído 58,1% em relação a igual período do ano anterior.

Têxteis – A crise dos têxteis encontrou resposta do Banco na forma de prorrogação dos créditos e incentivos à exportação e ao maior consumo de algodão.

Os saldos dos empréstimos ao ramo alcançaram Cr$ 1.769 milhões, representando 10% dos créditos à indústria de transformação.

Indústria de Produtos Alimentares – Os saldos dos empréstimos a produtos alimentares atingiram, ao final de setembro de 1974, Cr$ 4,2 bilhões, evoluindo 92,2% em confronto com os níveis alcançados em igual mês do ano anterior.

Na composição dos empréstimos destinados às indústrias de produtos alimentares preponderaram: açúcar, 57,3%; carne, 13,8%; arroz, 4,0% e trigo estrangeiro, 4,0%.

OUTROS CRÉDITOS

Com saldo de 46,7 bilhões em fins de setembro de 1974, o grupamento *Outros Créditos* apresentou evolução de 13,5% (Cr$ 5,6 bilhões) relativa à posição do primeiro semestre.

Destacaram-se os aumentos verificados em *Departamentos no País* (Cr$ 3,5 bilhões); *Departamentos e Correspondentes no Exterior em Moeda Estrangeira* (Cr$ 2,6 bilhões), esta em decorrência de intensificação das operações de câmbio de conta própria, e *Outras Contas* (Cr$ 1,8 bilhão). Verificou-se retração nas operações do *Tesouro Nacional – Responsabilidade da União* (Cr$ 3,2 bilhões).

ADIANTAMENTOS SOBRE CONTRATOS DE CÂMBIO

Em setembro de 1974, o saldo dessa conta atingiu Cr$ 2.550,4 milhões, dos quais Cr$ 239,8 milhões destinaram-se a operações de café e Cr$ 2.310,6 milhões a outros produtos agropecuários e manufaturados. Em relação a dezembro do ano anterior, a expansão foi de Cr$ 1.034,6 milhões (68,3%), inferior à registrada em idêntico período de 1973 (106,5%).

Esse decréscimo decorreu, em parte, do clima de instabilidade no mercado internacional, resultando na menor colocação de produtos brasileiros no exterior (soja, algodão, carne, etc).

PASEP

Em setembro de 1974, as aplicações com recursos do PASEP somaram Cr$ 6,2 bilhões, expandindo-se 50,0% em relação a dez/73. Ao 3.º trimestre coube a parcela de 26% daquele crescimento.

Daquele total, 54% destinaram-se ao atendimento das necessidades de capital de giro do comércio e da indústria; 26,2% a investimentos em geral, inclusive ao setor público; 9,8% a repasses de recursos ao BNDE e FDU. As transferências ao BNDE, por força da lei, e as aplicações financeiras praticamente completavam a distribuição.

APLICAÇÕES DO PASEP

Especificação	Cr$ Milhões		Composição Percentual	
	DEZ.73	SET.74	DEZ.73	SET.74
Empréstimos a Autarquias	153,6	173,5	3,8	2,8
Empréstimos a Governos Estaduais	49,4	120,5	1,2	2,0
Empréstimos a Governos Municipais	292,4	420,5	7,1	6,8
Empréstimos à Indústria	2.481,6	3.035,7	60,5	49,4
Capital de Trabalho	2.106,3	2.430,4	51,4	39,5
Investimento	375,3	605,3	9,1	9,9
Empréstimo ao Comércio	1.054,8	1.183,1	25,7	19,2
Capital de Trabalho	884,7	896,0	21,6	14,5
Investimento	170,1	287,1	4,1	4,7
Empréstimos ao Comércio	1.054,8	1.183,1	25,7	19,2
Capital de Trabalho	884,7	896,0	21,6	14,5
Investimento	170,1	287,1	4,1	4,7
Créditos em Liquidação	1,8	14,9	0,1	0,2
Aplicações Financeiras	—	207,0	—	3,4
Recursos Repassados	66,4	601,4	1,6	9,8
Recursos Tras feridos ao BNDE	—	394,4	—	6,4
TOTAL	4.100,0	6.151,0	100,0	100,0

VALORES E BENS

Em setembro de 1974, o saldo desse grupamento era de Cr$ 3.124,0 milhões. O crescimento foi de 34% em relação a dezembro/73; no trimestre, expandiu-se em 8%.

Os depósitos compulsórios em ORTN à Ordem do Banco Central continuam com a mais elevada participação no total do grupamento (49,2%), seguidos do item *Outros Valores* (40,0%).

A conta *Letras do Tesouro Nacional e Títulos Federais*, embora participe com apenas 7,2% (Cr$ 223,8 milhões) do grupamento, figura como principal componente expansionista (71,8%) no terceiro trimestre do corrente ano. O seu crescimento, nesse período, decorreu da acentuada evolução das aplicações do Banco em ORTN.

O BANCO NO EXTERIOR

Com a inauguração da Agência em Milão, em 10.7.74, e da subagência de Colón — subordinada à agência de Panamá, em 29.8.74, elevou-se para 18 o número de dependências do Banco no Exterior.

Em fase de instalação, encontram-se as Agências em Amsterdam e Los Angeles, e os escritórios de Beirute e Frankfurt.

Foi aprovada pela Diretoria, também, a abertura de dependências em Bogotá, Caracas, Cochabamba, Estocolmo, Lima, Puerto Presidente Stroessner, Quito, Roma, Roterdam e Toronto.

RECURSOS E APLICAÇÕES

Os saldos de recursos das agências do Banco no Exterior, ao final de setembro, atingiram Cr$ 4.319 milhões, representando crescimento de 8,0% no trimestre. A principal fonte continuou sendo o setor externo, com 76,5% do total. Seguem-se as fontes locais com US$ 803 milhões (18,6%), os Recursos Próprios com US$ 132 milhões (3,0%) e os Recursos Eventuais com US$ 83 milhões (1,9%).

As aplicações rentáveis – 93,4% do total – passaram a US$ 4.035 milhões, crescendo 7,0% no período considerado.

Essas aplicações foram assim distribuídas: Crédito Interno – US$ 148 milhões; Comércio Exterior – US$ 527 milhões; Interbancário – US$ 2.113 milhões; e Créditos Externos – US$ 1.247 milhões.

As dependências da América Latina têm sua base operacional nos Créditos Internos e no Comércio Exterior. As demais destacam-se nas Operações Interbancárias, salientando-se os negócios realizados no mercado do Eurodólar e no "marché monétaire".

Notas e comentários relativos às Normas do Banco do Brasil e à Legislação Econômico-Financeira criada ou modificada no período de JULHO a DEZEMBRO de 1974

LEGISLAÇÃO E NORMAS

Coordenado e elaborado pela Consultoria Técnica – COTEC

LEI N.º 6.093, DE 29 DE AGOSTO DE 1974 (D.O.U. 2.9.74) – Cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) e dá outras providências.

É criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento com o objetivo de financiar projetos prioritários em áreas estratégicas para o desenvolvimento econômico e social do País, especialmente quanto à infra-estrutura.

Integrarão o FND parcelas do produto da arrecadação dos impostos únicos sobre lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos, energia elétrica e minerais do País pertencentes à União, os recursos orçamentários específicos, empréstimos de origem externa e recursos de outras fontes.

De 1975 a 1979, percentuais que variam de 90% (noventa por cento) a 50% (cincoenta por cento) – incidentes sobre os recursos oriundos dos impostos únicos – serão automaticamente transferidos para os respectivos Fundos. Os setores de Minas e Energia, Transportes e Comunicações e outras áreas definidas como básicas em cada Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) receberão o restante das aplicações.

Cada unidade da Federação poderá constituir fundo de desenvolvimento estadual mediante a utilização de suas cotas nos tributos citados, juntamente com outros recursos.

LEI N.º 6.099, DE 12 DE SETEMBRO DE 1974 (D.O.U. 13.9.74) – Dispõe sobre o tratamento tributário das operações de arrendamento mercantil e dá outras providências.

O Conselho Monetário Nacional especificará normas para as operações de arrendamento mercantil realizadas entre pessoas jurídicas. Poderão ser objeto de arrendamento os bens de produção estrangeira que forem enumerados pelo Conselho.

Não terão o tratamento da lei as operações contratadas entre pessoas direta ou indiretamente coligadas ou interdependentes ou com o próprio fabricante. Somente farão jus a ele as operações realizadas por empresas arrendadoras que fizerem desse tipo de atividade seu objetivo principal ou por aquelas que centralizarem tais operações em um departamento especializado com escrituração própria.

Não será deduzido do lucro tributável pelo imposto de renda o prejuízo decorrente da venda dos bens. Isso se aplica às operações de arrendamento mercantil contratadas com o próprio vendedor do bem ou com pessoas jurídicas.

Serão considerados como custos das pessoas jurídicas arrendadoras as quotas de depreciação do preço de aquisição. Quando a empresa arrendadora tiver sede no exterior, será vedada a fixação de critérios condicionais na determinação do preço para a opção de compra.

A entrada temporária, no território nacional, de bens objeto de arrendamento mercantil, contratado com entidades sediadas no exterior não se confunde com as normas de que trata o Decreto-lei n.º 37, e estará sujeito às exigências legais de importação.

Na hipótese em que o preço dos bens importados para o fim de arrendamento for igual ou superior ao que seria pago pelo arrendatário se os importasse diretamente, será tomado como base para o recolhimento do Imposto Sobre Produtos Industrializados o preço por atacado desse bem na praça da empresa arrendadora, por ocasião do desembaraço alfandegário.

O Ministério da Fazenda poderá estender aos arrendatários de máquinas, aparelhos e equipamentos de produção nacional os benefícios de que trata o Decreto-lei n.º 1.136.

DECRETO–LEI N.º 1.334, DE 16 DE SETEMBRO DE 1974 (D.O.U. 17.9.74) – Autoriza o Tesouro Nacional a subscrever aumento do capital do Banco do Brasil S.A. e dá outras providências.

Fica aberto no Ministério da Fazenda crédito especial de Cr$ 440 milhões para integralização do novo aumento de capital do Banco do Brasil S.A. Além da subscrição proporcional à parcela atualmente detida pela União, o Tesouro Nacional fará subscrever as ações que não forem tomadas pelos demais acionistas no uso de seus direitos.

DECRETO–LEI N.º 1.335, DE 8 DE JULHO DE 1974 (D.O.U. 9.7.74) – Estende benefícios fiscais às vendas no mercado interno de máquinas e dá outras providências.

As vendas de máquinas e equipamentos nacionais realizadas no mercado interno receberão incentivos fiscais semelhantes aos deferidos às exportações, desde que resultem de licitações entre produtores nacionais e estrangeiros. Igual tratamento terão, nos acordos de participação entre produtores homologados pela CACEX, quando efetuados contra pagamento com recursos de financiamento concedido por instituição financeira ou entidade governamental estrangeira.

No caso de projetos ligados ao incremento das exportações nacionais, os incentivos poderão ser aplicados, quando os recursos em moeda estrangeira tenham efetivamente ingressado no País a título de investimento.

Pelo diploma legal, ficam revogados o Decreto-lei n.º 1.171, de 2 de junho de 1971 e o Decreto-lei n.º 1.250, de 21 de dezembro de 1972.

DECRETO–LEI N.º 1.336, DE 18 DE JULHO DE 1974 (D.O.U. 19.7.74) – Acrescenta parágrafo ao artigo 11 do Decreto-lei n.º 1.312, de 15 de fevereiro de 1974.

O Banco do Brasil poderá participar como financiador das operações de créditos externos através de suas agências no exterior.

Disposição complementar ao Decreto-lei n.º 1.312 autoriza o Poder Executivo a conceder a garantia do Tesouro Nacional a tais operações.

DECRETO–LEI N.º 1.337, DE 23 DE JULHO DE 1974 (D.O.U. 23.7.74) – Dispõe sobre o tratamento tributário na cessão de cartas-patente de instituições financeiras.

As instituições financeiras, inclusive entidades do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários poderão deduzir do lucro sujeito à tributação do imposto de renda as quantias pagas pela aquisição de direitos ao exercício de atividades financeiras, certificados por cartas-patente ou outros títulos de autorização.

As transações terão de ser previamente autorizadas pelo Banco Central, que expede os diplomas.

Os valores havidos pelo cedente na cessão dos referidos direitos constituem receitas de transação eventual, sujeita à tributação do imposto de renda.

O Conselho Monetário Nacional poderá autorizar a amortização das despesas referidas por seis exercícios financeiros, ajustando, também, a tributação das receitas às condições de pagamento aprovadas.

DECRETO–LEI N.º 1.338, DE 23 DE JULHO DE 1974 (D.O.U. 23.7.74) – Dispõe sobre incentivos fiscais a investimentos realizados por pessoas físicas, aplica novo tratamento fiscal aos rendimentos de investimentos e dá outras providências.

Estabelece que, a partir do exercício financeiro de 1975, ano-base de 1974, as pessoas físicas poderão reduzir o *imposto sobre a renda devido* em montante equivalente aos valores resultantes da aplicação de percentuais – que variam de 2% a 42% – sobre investimentos de interesse econômico ou social, tais como: aquisições de ORTN, letras imobiliárias, debêntures, letras de câmbio de aceite ou coobrigação de instituições financeiras, depósitos a prazo fixo, subscrição de ações de empresas industriais ou agrícolas que estejam voltadas para o desenvolvimento econômico do Nordeste ou da Amazônia, etc.

Determina que a redução não deverá exceder os limites percentuais variáveis de 60% – para renda bruta de até Cr$ 57.000,00 –, a 30% – para mais de Cr$ 301.600,00 –, nela não se incluindo a aquisição de certificados de compra de ações, que continua regida pelo Decreto-lei n.º 157, de 10.2.67.

Esclarece que, a partir de 1975, os recursos arrecadados sob a forma de depósitos ou certificados de compra de ações serão liquidados em duas parcelas anuais, vencíveis ao final do 5.º e do 6.º anos, a contar da realização do depósito ou da emissão do certificado.

Assinala que qualquer infração às presentes normas fixadas neste Decreto-lei sujeitará o contribuinte à multa igual ao valor da operação a que tenha dado base à redução ilegítima do imposto, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 4.729, de 14.7.65.

Ressalta, também, que o deságio concedido por pessoa jurídica a pessoa física, na venda ou colocação de debêntures, está sujeito ao desconto do imposto sobre a renda na fonte, à razão de 15% no ato da negociação, além de fixar que, de 1975 em diante, as pessoas físicas incluirão em suas declarações, como rendimentos não tributáveis, os dividendos ou bonificações em dinheiro, desde que aplicados na subscrição de ações, no mesmo ano do recebimento.

Quando o contribuinte optar por incluí-los em sua declaração, serão igualmente considerados até o montante global de Cr$ 4.000,00. Os juros de cadernetas de poupança (até o limite de Cr$ 2.500,00) e os da dívida pública federal, além dos provenientes de títulos da Dívida Agrária, receberão idêntico tratamento.

Além disso, estipula que as pessoas jurídicas poderão excluir do lucro real importância correspondente à manutenção do capital de giro próprio, durante o ano-base de sua declaração, e inclui como valores dedutíveis, o imposto cobrado na fonte calculado antecipadamente ou com correção monetária prefixada. Os rendimentos auferidos pelas sociedades de investimentos, que tenham por objeto exclusivo a aplicação de seu capital em carteira diversificada de títulos ou valores mobiliários, ficam isentos de imposto de renda na fonte e na declaração da pessoa jurídica. Igual tratamento terão os fundos em condomínio de que tratam os artigos 49 e 150 da Lei n.º 4.728, inclusive pelos criados pelo Decreto-lei n.º 157.

Finalmente, isenta do desconto do imposto de renda na fonte os lucros, os dividendos, as bonificações em dinheiro ou quaisquer outros interesses transferidos de uma para outra pessoa jurídica, em decorrência de participação societária ou acionária.

DECRETO–LEI N.º 1.343, DE 28 DE AGOSTO DE 1974 (D.O.U. 29.8.74) – Altera o artigo 12 da Lei n.º 5.143, de 20 de outubro de 1966.

A nova redação dispõe sobre as aplicações das reservas monetárias formadas com o Imposto sobre Operações Financeiras.

Em caráter excepcional, poderá o Conselho Monetário Nacional autorizar o Banco Central do Brasil a aplicá-las na recomposição do patrimônio de instituições financeiras e de sociedades integrantes do sistema de distribuição no mercado de capitais, bem como no pagamento total ou parcial do passivo

de quaisquer das entidades em que tenha havido intervenção ou liquidação extrajudicial.

No primeiro caso, o Banco Central do Brasil poderá não decretar a intervenção ou liquidação da sociedade, desde que as providências a serem adotadas conduzam à sua normalização.

O objetivo da Lei é assegurar a normalidade dos mercado financeiro e de capitais e resguardar os interesses de depositantes, investidores, acionistas e sócios minoritários.

DECRETO–LEI N.º 1.346, DE 25 DE SETEMBRO DE 1974 (D.O.U. 26.9.74) – Altera o sistema de estímulos às fusões e incorporações de empresas e dá outras providências.

As pessoas jurídicas poderão reavaliar, para fins de fusão, incorporação ou outra forma de associação de empresas, considerada de interesse nacional, os bens do ativo imobilizado, acima dos limites de correção monetária, até o valor de mercado, independentemente do recolhimento do imposto de renda incidente sobre o acréscimo. Este será obrigatoriamente utilizado dentro de 180 (centro e oitenta) dias da data da aprovação pelo Ministro da Fazenda, para aumento de capital, que não sofrerá tributação.

Somente será permitida uma reavaliação do ativo imobilizado, para efeito dos benefícios fiscais deste Decreto-lei.

A suspensão do pagamento do imposto de renda será convertido em isenção, dentro de 3 anos, uma vez cumpridos seus objetivos econômico-financeiros.

Nos cinco anos subseqüentes ao benefício, se houver redução do capital ou extinção da pessoa jurídica, a parcela incorporada como lucro operacional e distribuído ficará sujeita à tributação, de responsabilidade dos proprietários do capital. Caso haja alienação das ações ou quotas de capital recebidas com isenção, antes dos cincos anos, a receita auferida na operação será incluída no lucro tributável para fins de imposto.

Eventuais prejuízos na venda ou baixa de bens reavaliados não constituem dedução.

A reavaliação não importará em modificações no valor em moeda estrangeira registrado como investimento ou reinvestimento de residentes no exterior.

O Banco Central será ouvido previamente, no caso de instituições financeiras e sociedades de capital aberto, quando também será obrigatória a publicação dos termos da operação, em jornais de grande circuito.

As fusões e incorporações das Sociedades Seguradoras continuam a ser regidas pelo Decreto-lei n.º 1.115. As presentes disposições também não se aplicam às empresas concessionárias de serviços públicos.

A Comissão de Fusão e Incorporação de Empresas – COFIE – , do Ministério da Fazenda, apreciará os projetos a serem beneficiados, declarará os novos valores do imobilizado e montará sistema de controle da adequada execução das metas aprovadas.

Este regime especial terá vigência até 31 de dezembro de 1979.

DECRETO–LEI N.º 1.348, DE 11 DE SETEMBRO DE 1974 (D.O.U. 12.9.74) – Autoriza emissões especiais de títulos ou obrigações pelo Tesouro Nacional vinculados a operações destinadas ao pagamento de créditos fiscais.

Os títulos ou obrigações de que trata o presente Decreto-lei terão poder liberatório pelo valor de resgate à data de seu vencimento, para pagamento de quaisquer tributos federais e seus acréscimos legais, quando parcelados ou objeto de outra operação especial autorizada pelo Presidente da República.

Os prazos e juros serão fixados pelo Ministro da Fazenda no ato que autorizar a respectiva emissão.

As despesas com descontos e juros sobre os títulos correrão por conta de verbas orçamentárias para outros tipos de emissão do Tesouro, ou consignações anuais próprias.

DECRETO N.º 74.271, DE 9 DE JULHO DE 1974 (D.O.U. 10.7.74) — Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS.

Deliberação da Assembléia-Geral Extraordinária de Acionistas da PETROBRÁS, realizada em 20 de maio de 1974, fica o Capital Social da empresa elevado a Cr$ 7.314.067.660,00 (sete bilhões trezentos e quatorze milhões sessenta e sete mil seiscentos e sessenta) representado por 7.314.067.660 ações no valor nominal de Cr$ 1,00 (um cruzeiro) cada uma, com a seguinte distribuição: 6.725.512.793 ações ordinárias nominativas e 588.554.867 ações preferenciais nominativas ou ao portador.

DECRETO N.º 74.333, DE 30 DE JULHO DE 1974 (D.O.U. 30.7.74) — Regulamenta a Lei Complementar n.º 19-74 e estabelece diretrizes de aplicação dos recursos do PIS e do PASEP.

A partir de 1.º de julho de 1974, caberá ao BNDE proceder à aplicação dos recursos gerados pelo PIS e PASEP. Os programas de investimentos serão preferencialmente:

a) Produção de Insumos Básicos:
   - mineração, metalurgia de não-ferrosos e siderurgia;
   - indústria química e petroquímica, fertilizantes, cimento, etc;

b) Produção de Equipamentos Básicos;

c) Expansão do mercado interno para equipamentos nacionais (FINAME);

d) Infra-estrutura:
   - corredores de transporte;
   - rodovias de integração, etc;

e) Sistemas de distribuição de bens de consumo básico;

f) Fortalecimento da Empresa Privada Nacional:
   - financiamento de capital de giro para empresas industriais líderes (PROGIRO);
   - modernização e reorganização de indústrias (FMRI), etc.

Os programas referidos serão periodicamente revistos, de acordo com os princípios básicos e prazos de vigência do PND.

O BNDE poderá designar outros agentes financeiros para aplicação de recursos.

DECRETO N.º 74.604, DE 24 DE SETEMBRO DE 1974 (D.O.U. 25.9.74) — Fixa os preços mínimos líquidos básicos para financiamento ou aquisição de cera de carnaúba da safra 1974/75, produzida nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Os preços constantes do Decreto referem-se ao produto tipo quatro, de acordo com especificações do CONCEX ou instruções equivalentes a serem baixadas pela Comissão de Financiamento da Produção e variam de Cr$ 166,20, no Ceará, a Cr$ 162,00, conforme as zonas geo-econômicas dos Estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Rio Grande do Norte e Piauí.

Fica a CFP autorizada a fixar preços mínimos para o pó cerífero e a cera arenosa de carnaúba, conforme instruções a serem ditadas pelo CONAB, bem como os correspondentes aos tipos 1, 2 e 3.

DECRETO N.º 74.361, DE 2 DE AGOSTO DE 1974 (D.O.U. 6.8.74) — Altera a denominação do Conselho Nacional da Indústria Siderúrgica, dá nova redação ao Decreto número 66.759, de 19 de junho de 1970, e dá outras providências.

O Conselho Nacional da Indústria Siderúrgica passa a denominar-se Conselho de Não-Ferrosos e de Siderurgia (CONSIDER), e terá como atribuição principal a formulação e coordenação da política de desenvolvimento da área dos metais em geral. Entre outros encargos afetos ao CONSIDER, destacam-se a aprovação de projetos de implantação, expansão e modernização de empreendimentos industriais para fins de incentivos e o estabelecimento de diretrizes gerais para a política comercial e financeira das empresas do setor controladas pela União.

O CONSIDER terá a seguinte constituição:
– Ministro da Indústria e do Comércio, Presidente;
– Ministro Chefe da Secretaria do Planejamento, Vice-Presidente;
– Ministro da Fazenda; e
– Ministro das Minas e Energia,
que serão substituídos em seus impedimentos, pelo Secretário-Geral do respectivo Ministério.

DECRETO N.º 74.529, DE 11 DE SETEMBRO DE 1974 (D.O.U. 12.9.74) – Fixa os preços mínimos líquidos básicos para financiamento ou aquisição de algodão, amendoim em casca, arroz em casca, farinha e fécula de mandioca, feijão, girassol, milho, soja e sorgo, da safra de 1974/75, produzidos nos Estados do Acre, Espírito Santo, Goiás, Guanabara, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Território de Rondônia, no Distrito Federal e parte do Estado da Bahia.

Os preços fixados correspondem às especificações abaixo, variando conforme as zonas geo-econômicas de cada Estado:

Produto	Peso	Especificação	Preços – Cr$ menor	maior
algodão em pluma	15 kg	fibra 30/32 mm, tipo 5	87,15	101,40
algodão em caroço	25 kg	subgrupos A, B e C, classe ventilado, subtipo C	30,45	35,70
amendoim em casca	50 kg	classe "longo", tipo 2	52,00	69,50
farinha de mandioca	50 kg	grupo industrial, classe branca, tipo 1	12,50	22,00
fécula de mandioca	50 kg	tipo 2 ou B	24,00	39,50
feijão	60 kg	grupo I, classe "preto"	82,80	101,40
		grupo I, classes "branco", "de cores" e "rajado"	88,20	103,20
		grupo I, "uberabinha"	132,00	132,60
		grupo I, "roxo"	132,00	132,60
girassol	40 kg	tipo 2, granel	29,60	37,20
milho	60 kg	grupo mole, semiduro e misturado, classes: amarelo, branco e mesclado, tipo 3	25,20	37,80
soja	60 kg	grupo "média", classes: amarela, verde, marrom, preta e mista	45,60	62,40
sorgo	60 kg	classes: branco, amarelo, vermelho e castanho, tipo 3	20,40	31,80

Os níveis de preços correspondentes aos demais grupos, subgrupos, classes, tipos, subtipos ou padrões não especificados serão estabelecidos em instruções da CFP.

DECRETO N.º 74.530, DE 11 DE SETEMBRO DE 1974 (D.O.U. 12.9.74) – Fixa os preços mínimos líquidos básicos para financiamento ou aquisição de juta e malva da safra de 1974/75, produzidas nos Estados do Amazonas e Pará.

Os preços constantes do Decreto referem-se ao de tipo 5, variando de acordo com as zonas geo-econômicas dos mencionados Estados. Para a juta e a malva, de fibra solta e seca na zona de produção, serão pagos aos produtores valores que oscilam entre Cr$ 2,25 e Cr$ 2,15. Para as de fibra prensada, os preços aos beneficiadores variam de Cr$ 2,99 a Cr$ 2,91.

Os níveis de preços correspondentes aos demais tipos não especificados serão estabelecidos em instruções da CFP.

Para extensão a terceiros das operações em questão, será necessário que estes comprovem ter pago aos produtores ou às suas Cooperativas preços nunca inferiores aos mínimos líquidos estabelecidos.

DECRETO N.º 74.531, DE 11 DE SETEMBRO DE 1974 (D.O.U. 12.9.74) — Fixa os preços mínimos líquidos básicos para financiamento ou aquisição de mamona em baga da safra 1974/75, produzida em todo Território Nacional.

Os preços fixados no Decreto variam de acordo com as zonas geo-econômicas dos Estados e Territórios, para as classes 1.ª e 2.ª tipo 3, a granel, entre Cr$ 39,00 e Cr$ 51,60.

Os níveis de preços correspondentes aos demais tipos não especificados serão estabelecidos em instruções da CFP.

Fica a Comissão autorizada pelo CONAB a rever, quando necessário, os preços mínimos vigentes.

DECRETO N.º 74.607, DE 25 DE SETEMBRO DE 1974 (D.O.U. 25.9.74) — Dispõe sobre a criação do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA).

O Programa tem a finalidade de promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agro-industriais, florestais e minerais, em áreas definidas como prioritárias da Amazônia, com vistas ao aumento de nosso PIB. Serão aplicados Cr$ 4 bilhões com recursos oriundos do PIN, PROTERRA, FDPI, etc, no período 1975/79.

O POLAMAZÔNIA será promovido pela Secretaria de Planejamento e pelo Ministério do Interior, em articulação com os demais Ministérios envolvidos e os Governos dos Estados interessados.

Para cada uma das 15 áreas indicadas será elaborado Plano de Desenvolvimento Integrado, que possibilitará a programação de investimentos públicos, orientados de modo a tornar viável atividades produtivas de responsabilidade da iniciativa privada. Também serão destinadas zonas para reservas florestais e biológicas, parques nacionais e reservas indígenas.

No período de 1974 a 1977 serão investidos Cr$ 2,5 bilhões em infra-estrutura e atividades diretamente produtivas, entre as quais a exploração de minérios de ferro, a industrialização da carne bovina, a racionalização do povoamento da região, o aproveitamento madeireiro e de energia hidráulica, o de desenvolvimento da pecuária, as obras de saneamento, a implantação de rodovias de penetração, etc.

Para que projetos de iniciativa empresarial venham a se localizar nessas áreas, torna-se imprescindível a discriminação, legitimação e titulação de terras, inclusive daquelas pertencentes à União.

Entre as iniciativas constantes do POLAMAZÔNIA está o Programa de Pólos Pecuários que visa a elevar para 5 milhões de cabeças o rebanho regional, até o fim da década. O Programa do Trópico Úmido, por sua vez, deverá desenvolver a pesquisa e as experiências agropastoris.

A estratégia a ser adotada conjuga atividades de colonos e pequenos produtores com empresas agrícolas — pequenas, médias e grandes — assim como empresas de colonização.

DECRETO N.º 74.614, DE 25 DE SETEMBRO DE 1974 (D.O.U. 26.9.74) — Reduz temporariamente o Imposto sobre Produtos Industrializados nos têxteis e nos eletrodomésticos e móveis.

Estabelece redução no IPI de até 90% sobre as alíquotas atualmente em vigor, a ser cobrado nos meses de outubro, novembro e dezembro de 1974, janeiro e fevereiro de 1975, incidente nas matérias têxteis e suas manufaturas (tecidos, fios de seda e outros, cabos para fabricação de fibras têxteis e sintéticas, etc.), aparelhos eletrodomésticos e móveis.

PORTARIA INTERMINISTERIAL N.º 473, DE 10 DE SETEMBRO DE 1974 (D.O.U. 16.9.74) – Dispõe sobre as finalidades da Comissão de Coordenação e Implementação de Técnicas Financeiras – COCITEF.

À COCITEF, que tem como Presidente o Secretário-Geral do Ministério da Fazenda e entre seus membros um representante do Banco do Brasil S.A., caberá estabelecer as normas orçamentárias, de administração financeira, contabilidade e auditoria, coordenar a implantação de técnicas e promover treinamento nas referidas áreas.

Entre seus encargos, destaca-se o de aprimoramento de mecanismos bancários, quanto a operações do Tesouro Nacional, Dívida Pública, Relacionamento Fiscal e Fluxo da Caixa.

RESOLUÇÃO N.º 428 DO MINISTRO DA FAZENDA (D.O.U. 20.8.74) – Incumbe à Inspetoria de Finanças do Ministério da Fazenda acompanhar a atividade econômico-financeira das empresas públicas, sociedades de economia mista e outros organismos de cujo capital o Tesouro Nacional participe direta ou indiretamente.

Determina que caberá àquela Inspetoria proceder, anualmente, ao levantamento do capital investido pela União em empresas públicas e sociedades de que detenha o controle acionário, e dos dividendos produzidos no exercício com a respectiva destinação.

As entidades referidas ficam obrigadas a remeter à citada Inspetoria os balanços gerais e relatórios, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da realização das respectivas assembléias gerais.

O Governo deverá manifestar-se, previamente, nos casos de subscrição ou aquisição de ações de capital a seu cargo, bem como nos de alienação ou transferência das que já lhe pertençam e de direitos oriundos dessa propriedade.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MIC, DE 4 DE JULHO DE 1974, AO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. ESQUEMA FINANCEIRO DA SIDERBRÁS, PARA 1975 (D.O.U. 5.7.74)

Na exposição de motivos do Ministério da Indústria e do Comércio foram definidos os objetivos do Plano Siderúrgico Nacional, cuja reformulação antecipou para 1978 a meta das 20 milhões de toneladas de aço em lingotes, fixando para 1980 a nova marca de 25 milhões de toneladas. Neste total, estão incluídos os projetos de Tubarão e Itaqui, com o respectivo produto destinado, na sua maior parte, à exportação.

Apesar da participação de capitais externos, o Plano Siderúrgico estará sempre na dependência de recursos governamentais, sendo ainda modesta a participação de capitais privados nacionais.

No triênio de vigência do III Orçamento Plurianual de Investimentos, as verbas a serem alocadas à SIDERBRÁS somam Cr$ 5.135,0 milhões, cabendo para o exercício de 1975 Cr$ 1.703,3 milhões, obtidos através das seguintes fontes:

1. Recursos Orçamentários do Tesouro Nacional (Cr$ 406,0 milhões);
2. Programas Especiais (PIN, PROTERRA – Cr$ 119,0 milhões);
3. Repasse do BNDE (Cr$ 803 milhões);
4. Empréstimos financeiros externos (Cr$ 375 milhões).

Com vistas a reduzir os empréstimos financeiros, a SIDERBRÁS estuda a viabilidade de transferir para investidores privados nacionais e estrangeiros uma parcela das ações preferenciais de empresas incluídas em seu programa de investimentos.

BANCO FINANCIA AERONAVES

Foi instituída linha de crédito, em benefício das empresas de aviação agrícola, para aquisição de aeronaves, veículos e equipamentos. Os tetos dos financiamentos da espécie, antes fixados em até 80%, foram alterados para 100%. Dessa faixa, Cr$ 20 milhões destinam-se a financiamento de capital de giro.

PORTARIA SUPER N.º 74, DE 10 DE SETEMBRO DE 1974, DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO (D.O.U. 10.9.74) — Dispõe sobre a aquisição de trigo pelo Governo Federal.

A safra de 1974 do produto será integralmente adquirida pela União, através do Banco do Brasil S.A., aos produtores ou suas Cooperativas.

Os preços variam decrescentemente entre Cr$ 89,04 (84 hl) e Cr$ 68,88 (65 hl), por 60 (sessenta) quilos de tipo a granel, são e limpo, com grau de umidade de até 13% (treze por cento).

O produto ensacado terá seu preço acrescido do valor correspondente à sacaria, que é fixado em Cr$ 5,00 (cinco cruzeiros) por saco novo de, no mínimo, 400 gramas.

Sempre que convier aos interesses do Governo Federal, será facultado ao Banco do Brasil S.A. substituir o trigo nacional por estrangeiro, bem como efetuar a revenda das quantidades, destinadas exclusivamente à utilização como sementes, para cultivo no período seguinte, a organismos oficiais, cooperativas dos produtores e afins.

Não fará jus a recebimentos de trigo da presente safra o moinho que estiver em situação irregular com relação à compra do cereal de safras anteriores.

TERMO DE AJUSTE ENTRE O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E O INCRA A FIM DE COMPATIBILIZAR A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE PLANEJAMENTO COM A POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (D.O.U. 18.9.74) — O objetivo principal do ajuste é desenvolver estudos de forma sistemática das particularidades que apresenta a estrutura agrária nacional, a fim de estabelecer políticas para orientação das instituições setoriais. Tem por finalidade, também, proporcionar os antecedentes, estudos e análises para apoio dos Planos e Projetos de Colonização e Reforma Agrária, elaborados de acordo com o II PND.

O INCRA contribuirá, anualmente, com a quantia mínima necessária para assegurar a continuidade dos trabalhos em realização e a inclusão de novos projetos considerados prioritários. Em 1974, concorrerá com Cr$ 4 milhões.

O BRASIL EXPORTA BARCOS DE PESCA

O Banco, por intermédio de suas Agências do exterior, concedeu à Sociedade dos Armadores das Pescas em Moçambique empréstimo de US$ 3.500 mil para cobertura da parcela exigível à vista no financiamento de importação de 14 barcos de pesca de fabricação brasileira. O empréstimo contempla a exportação de tecnologia nacional.

FORJAS ACESITA S.A.

A Agência de Hamburgo concedeu empréstimo de DM. 5.670 mil à Cia Forjas Acesita S.A. para importação de equipamentos de origem alemã. A operação se enquadra nos propósitos do Banco de apoiar financeiramente o programa de expansão da Cia Aços Especiais Itabira-Acesita.

ADMINISTRAÇÃO DE NOVO FUNDO

Em decorrência de convênio firmado com o BNH, o Banco passou a administrar o Fundo para Financiamento de Capital de Giro, destinado ao financiamento necessário ao acréscimo da produção das empresas de materiais de construção e daquelas cuja atividade principal seja a de produção de habitações. O recurso inicial é de Cr$ 505 milhões.

DIFICULDADE DE HABITAÇÃO

Foi autorizada, em caráter excepcional, a construção de residências para os administradores de Rio Branco (AC), em virtude das peculiaridades da região. Como se sabe, as condições habitacionais daquela cidade são muito desvantajosas para quem nela pretende fixar-se: poucas casas e altos preços de aluguel.

AUMENTO DA REDE DE AGÊNCIAS NO EXTERIOR

O Banco do Brasil aprovou a criação da dependência de Los Angeles. A medida faz parte de sua política de expansão, nos países do Hemisfério Norte.

Los Angeles é a maior cidade da Costa Oeste dos Estados Unidos, já caracterizada como grande mercado para o Brasil.

EMPRÉSTIMOS A PREFEITURAS

Com recursos do FDU, o Banco concedeu, em caráter excepcional, empréstimos de Cr$ 7.100 e Cr$ 6.422 às Prefeituras de Cachoeira do Sul e Uruguaiana. Referidos créditos visam a auxiliar aquelas Municipalidades na execução de obras de pavimentação e iluminação pública, e construção de Distrito Rodoviário, respectivamente.

CRÉDITOS DE EMERGÊNCIA

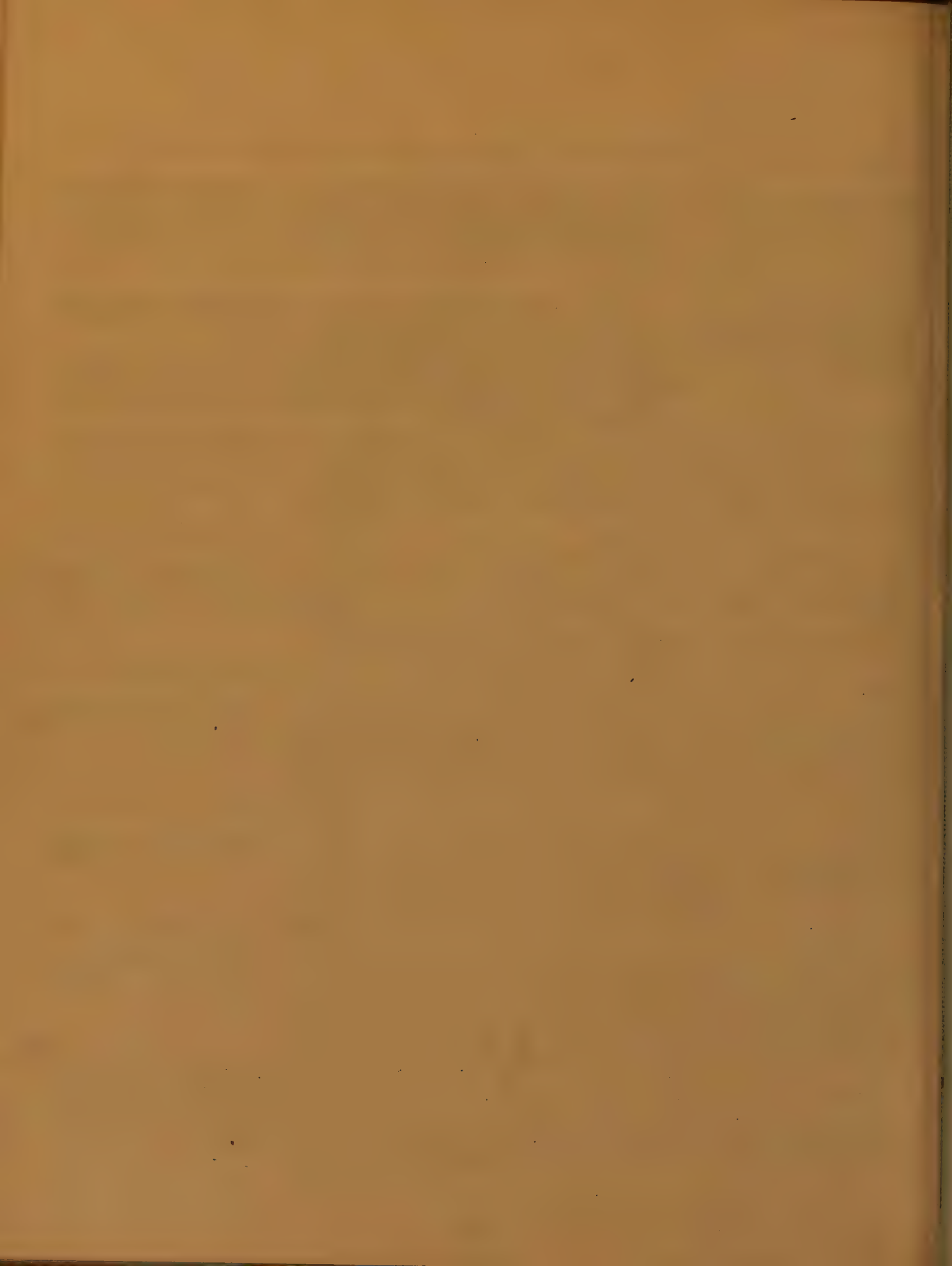
Com o objetivo de contornar dificuldades conjunturais por que passava a indústria de calçados de Franca (SP), o Banco aprovou crédito de emergência de Cr$ 60 milhões. Trata-se de assistência financeira semelhante à que contemplou as empresas do ramo localizadas no Rio Grande do Sul.

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS

A Diretoria aprovou a aquisição, para uso na periferia dos Centros de Processamento de São Paulo, Porto Alegre e Recife, de equipamento IBM-3740 de entrada de dados. Funcionam à base de gravação em disketes, que podem conter informações correspondentes a 1898 cartões perfurados. Esse primeiro contingente dará início à substituição das perfuradoras de fitas e contribuirá para a diversificação dos equipamentos do Banco.

BANCO DO BRASIL NO CANADÁ

Continuando sua política desenvolvimentista o Banco parte agora para o mercado canadense. Já estão sendo tomadas as providências necessárias para a instalação de Escritório de Representação em Toronto, maior centro financeiro do País.

DEPENDÊNCIAS NA ALEMANHA	Os estagiários designados para servirem em Dependências na Alemanha serão, de imediato, enquadrados em função ao nível de Chefia-de-Serviço, com permanência inicial de 3 anos. A medida tem como principal objetivo adequar os interesses do Banco às exigências da Lei Bancária daquele País.
COMISSÃO CONSULTIVA DO SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS FEDERAIS	O Banco do Brasil estará representado na COMSARF, organismo criado pelo Governo Federal com o objetivo de tornar mais efetiva a participação da rede bancária no sistema arrecadador de receitas federais. O Grupo de Trabalho apresentará sugestões quanto ao processo de integração dos Bancos no sistema de arrecadação de receitas federais, além de propor medidas destinadas a otimizar a qualidade de informações visando à integração fisco-contribuinte.

ESTATÍSTICAS DO BANCO DO BRASIL

BANCO DO BRASIL

BALANCETES

Saldos em Cr$ 1.000

ATIVO	31.07.74	30.08.74	30.09.74
DISPONÍVEL — Caixa	**640.109**	**384.014**	**391.229**
REALIZÁVEL	**103.891.075**	**112.900.104**	**114.987.554**
EMPRÉSTIMOS — Carteira de Crédito Geral	**27.419.535**	**29.387.859**	**31.086.372**
À produção	15.230.803	16.332.912	17.544.204
Agrícola	1.621.561	1.928.843	2.213.413
Animal	1.163.707	1.110.989	1.124.180
Industrial	11.844.884	12.575.249	13.348.313
À cooperativas de produção	600.651	717.831	858.293
Ao comércio	3.521.822	4.060.872	4.386.820
De produtos agrícolas	932.287	1.249.517	1.431.394
De produtos de origem animal	53.356	52.857	51.877
De produtos industriais	2.536.179	2.758.498	2.901.521
Não especificado	—	—	2.028
A atividades não especificadas	5.033.093	5.381.361	5.571.391
Ao Tesouro Nacional (Operações anteriores à Lei 4.595/64)	3.403.312	3.403.312	3.403.312
A governos estaduais e municipais	138.412	123.587	108.772
A autarquias	40.000	32.000	24.000
A instituições financeiras	52.093	53.815	47.873
EMPRÉSTIMOS — Carteira de Crédito Rural	**26.057.159**	**26.147.470**	**27.050.731**
À produção	24.922.091	25.050.325	25.981.894
Agrícola	17.751.156	17.673.819	18.310.088
Animal	6.575.930	6.780.427	6.968.739
A cooperativas de produção	595.005	596.079	703.067
Ao comércio — De produtos agrícolas	1.134.438	1.096.855	1.068.489
A governos estaduais	630	290	348
EMPRÉSTIMOS — Carteira de Comércio Exterior	**1.847.485**	**1.948.648**	**2.219.184**
À produção — Industrial	516.278	527.160	553.369
Ao comércio — De produtos industriais	256.195	276.744	438.144
Operações vinculadas ao FINEX	1.075.012	1.144.744	1.227.671
EMPRÉSTIMOS — Carteira de Câmbio	**1.256.203**	**1.660.093**	**2.029.591**
À produção	304.356	359.049	431.648
Agrícola	384	165	—
Animal	109	109	109
Industrial	303.863	358.775	431.539
Ao comércio	436.998	466.606	557.745
De produtos agrícolas	9.713	5.170	3.983
De produtos de origem animal	645	501	337
De produtos industriais	426.640	460.935	553.420
A atividades não especificadas	514.849	834.438	1.040.198
OUTROS CRÉDITOS	**44.376.677**	**50.725.334**	**49.477.711**
Banco Central, recolhimento compulsório	1.548.341	1.524.424	1.538.338
Tesouro Nacional — responsabilidades da União	3.409.321	2.952.316	833.696
Carteira de Comércio Exterior — De ordem e conta do Governo Federal	261.053	346.347	973.307
Adiantamentos sobre cambiais e contratos de câmbio	2.476.697	2.468.021	2.550.435
Créditos em liquidação	365.901	375.218	385.531
Correspondentes no País	40.005	38.589	43.196
Operações de câmbio e outras contas vinculadas a câmbio	22.844.139	24.374.637	23.848.450
Outras contas	8.575.380	13.577.248	13.360.775
Aplicações do programa de formação do PASEP	4.855.840	4.852.027	5.549.560
PASEP — Recursos transferidos para o BNDE	—	216.507	394.423
VALORES E BENS	**2.934.016**	**3.030.700**	**3.123.965**
IMOBILIZADO	**1.493.502**	**1.562.225**	**1.601.527**
CONTAS DE RESULTADO PENDENTE	**506.750**	**937.139**	**1.440.305**
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	**59.316.853**	**59.867.957**	**60.726.082**
TOTAL	**165.848.289**	**175.651.439**	**179.146.697**

BANCO DO BRASIL
BALANCETES
Saldos em Cr$ 1.000

PASSIVO	31.07.74	30.08.74	30.09.74
NÃO EXIGÍVEL — Capital e reservas	8.520.772	8.545.659	8.548.650
EXIGÍVEL	91.962.368	100.558.738	102.226.748
DEPÓSITOS À VISTA E A CURTO PRAZO	44.131.721	46.772.319	45.742.408
Do público (diversos)	11.315.089	11.552.138	11.722.370
Do público (Obrigatórios e Judiciais)	629.931	730.727	993.122
Saldos credores de empréstimos	348	1.599	351
De bancos	1.542.762	1.025.730	586.581
De outras instituições financeiras	1.475.783	1.826.298	2.515.955
Do Tesouro Nacional	18.464.011	19.235.598	19.067.477
De governos estaduais	523.974	514.537	481.508
De governos municipais	447.914	460.025	425.200
De autarquias — Banco Central	1.405.333	1.405.333	1.405.269
De outras autarquias	6.420.050	7.662.729	6.107.562
De sociedades de economia mista	1.276.279	1.283.858	1.553.506
De empresas públicas	630.247	1.073.747	883.507
DEPÓSITOS A MÉDIO PRAZO	474.945	462.426	2.406.330
Do público (diversos)	474.558	461.748	2.403.598
Do público (Obrigatórios e Judiciais)	387	678	732
De entidades públicas	—	—	2.000
OUTRAS EXIGIBILIDADES	24.386.905	29.740.675	28.665.784
Cheques e documentos a liquidar	426.897	1.053.310	595.596
Cobrança efetuada, em trânsito	1.718.095	1.500.646	1.704.220
Ordens de pagamento	567.252	530.147	504.464
Correspondentes no País	90.207	84.909	70.884
Operações de câmbio e outras contas vinculadas a câmbio	6.811.838	7.200.114	7.815.323
Banco Central, conta de movimento	9.904.008	13.903	12.580.439
Outras contas	4.868.608	5.389.641	5.394.858
OBRIGAÇÕES (Especiais)	22.968.797	23.583.318	25.412.226
Recebimentos por conta do Tesouro Nacional	1.829.867	1.563.694	1.556.348
Programa de formação do PASEP	5.512.176	5.557.370	6.448.673
Caixa Econômica Federal, recursos vinculados a operações PASEP	12.500	12.500	12.500
Depósitos obrigatórios — FGTS	245.510	256.078	280.526
Caixa Econômica Federal — PIS	44.591	31.691	41.069
Obrigações em moedas estrangeiras	2.238.213	2.587.213	3.058.698
Obrigações por refinanciamentos e repasses oficiais	8.142.972	9.005.631	9.576.328
Outras contas	4.942.968	4.569.141	4.438.084
CONTAS DE RESULTADO PENDENTE	6.048.296	6.679.085	7.645.217
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	59.316.853	59.867.957	60.726.082
TOTAL	165.848.289	175.651.439	179.146.697

BANCO DO BRASIL
REDE DE DEPENDÊNCIAS
Em funcionamento

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Jul	Ago	Set	Dez	Jul	Ago	Set
NO PAÍS	**814**	**815**	**817**	**819**	**835**	**862**	**863**	**868**
NORTE	21	21	21	21	22	23	23	23
NORDESTE	165	165	165	165	171	176	176	178
SUDESTE	359	360	361	363	366	370	371	372
SUL	188	188	189	189	194	208	208	209
CENTRO-OESTE	81	81	81	81	82	85	85	85
NO EXTERIOR	**14**	**15**	**15**	**16**	**16**	**17**	**18**	**18**
AMÉRICA DO SUL	6	6	6	6	6	6	6	6
AMÉRICA CENTRAL	1	1	1	2	1	1	2	2
AMÉRICA DO NORTE	2	2	2	2	3	3	3	3
EUROPA	4	5	5	5	5	6	6	6
ÁSIA	1	1	1	1	1	1	1	1
TOTAL	**828**	**830**	**832**	**835**	**851**	**879**	**881**	**886**

BANCO DO BRASIL

DEPÓSITOS

Saldos em Cr$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Jul	Ago	Set	Dez	Jul	Ago	Set
A VISTA E A CURTO PRAZO	22.742,7	32.906,1	33.200,3	33.232,0	32.632,9	44.131,7	46.772,3	45.742,4
Do Público	9.600,5	12.009,5	12.075,7	12.636,6	13.742,5	14.963,9	15.136,5	15.818,4
De domiciliados no exterior	1,6	3,1	3,3	2,0	1,7	4,0	3,5	2,5
De instituições financeiras	2.913,2	3.206,8	3.006,0	2.963,5	3.519,5	3.018,5	2.852,0	3.102,5
Bancos	2.299,8	2.254,5	1.978,3	1.983,1	2.466,8	1.542,7	1.025,7	586,6
Outras instituições financeiras	613,4	952,3	1.027,7	980,4	1.052,7	1.475,8	1.826,3	2.515,9
Outros	6.685,7	8.799,6	9.066,4	9.671,1	10.221,3	11.941,4	12.281,0	12.713,4
De Entidades Públicas	13.142,2	20.896,6	21.124,6	20.595,4	18.890,4	29.167,8	31.635,8	29.924,0
Do Tesouro Nacional	7.078,2	13.277,7	13.756,7	14.302,6	10.927,6	18.464,0	19.235,6	19.067,5
Operações anteriores à Lei 4.595/64	1.604,4	1.604,5	1.604,5	1.604,4	1.604,4	1.604,4	1.604,4	1.604,4
Governo Federal, obrigações em moedas estrangeiras por empréstimos contraídos	1.110,6	1.136,4	1.132,9	1.174,6	1.373,3	1.856,3	2.143,8	2.313,3
Outras contas	4.363,2	10.536,8	11.019,3	11.523,6	7.949,9	15.002,8	15.487,4	15.149,8
De Governos Estaduais e Municipais	469,6	656,9	700,3	675,2	707,0	971,9	974,5	906,7
De Autarquias	4.572,3	5.539,3	5.365,9	4.403,4	5.630,9	7.825,4	9.068,1	7.512,8
Banco Central, suprimentos especiais	1.405,5	1.405,5	1.405,4	1.405,4	1.405,4	1.405,4	1.405,3	1.405,3
Outras Autarquias	3.166,8	4.133,8	3.960,5	2.998,0	4.225,5	6.420,0	7.662,8	6.107,5
De Sociedades de Economia Mista	805,6	899,8	670,9	713,0	1.070,0	1.276,3	1.283,9	1.553,5
De Empresas Públicas	216,5	522,9	630,8	501,2	554,9	630,2	1.073,7	883,5
A MÉDIO PRAZO	535,5	1.307,3	1.452,0	1.459,7	845,5	475,0	462,4	2.406,3
Do Público	535,5	1.307,3	1.452,0	1.459,7	845,5	475,0	462,4	2.404,3
Com correção monetária	532,7	1.305,4	1.450,1	1.457,8	843,4	471,5	458,8	2.401,5
Outros depósitos	2,8	1,9	1,9	1,9	2,1	3,5	3,6	2,8
De Entidades Públicas	–	–	–	–	–	–	–	2,0
TOTAL	23.278,2	34.213,4	34.652,3	34.691,7	33.478,4	44.606,7	47.234,7	48.148,7

BANCO DO BRASIL
EMPRÉSTIMOS
Saldos em Cr$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Jul	Ago	Set	Dez	Jul	Ago	Set
ENTIDADES PÚBLICAS	3.498,8	3.692,8	3.591,4	3.506,6	3.511,8	3.582,3	3.559,2	3.536,4
Tesouro Nacional	3.403,3	3.403,3	3.403,3	3.403,3	3.403,3	3.403,3	3.403,3	3.403,3
Governos Estaduais	15,8	63,7	63,2	63,2	68,4	136,8	121,4	106,4
Governos Municipais	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1	2,2	2,5	2,7
Autarquias	79,4	225,7	124,8	40,0	40,0	40,0	32,0	24,0
PRODUÇÃO, COMÉRCIO E OUTRAS ATIVIDADES	28.257,0	33.709,6	34.450,7	35.491,5	40.768,8	52.998,1	55.584,8	58.849,5
Produção	21.113,2	25.792,6	26.297,5	27.144,0	30.532,4	40.973,7	42.269,4	44.511,1
Agrícola	8.644,2	10.924,6	11.012,2	11.331,7	13.065,4	18.761,4	18.999,2	19.984,5
Animal	3.868,0	4.790,6	4.955,4	5.118,1	5.967,6	7.722,9	7.872,6	8.073,8
Industrial	7.575,3	8.892,7	9.164,3	9.550,1	10.189,8	12.665,1	13.461,1	14.333,3
Cooperativas de Produção	1.025,7	1.184,7	1.165,6	1.144,1	1.309,6	1.824,3	1.936,5	2.119,5
Agrícola	823,9	1.000,0	992,7	970,6	1.024,2	1.445,9	1.574,6	1.754,6
Animal	114,5	106,5	91,7	96,5	163,5	254,5	242,2	235,5
Industrial	87,3	78,2	81,2	77,0	121,9	123,9	119,7	129,4
Comércio de Produtos	4.393,9	4.488,9	4.529,6	4.546,1	5.653,9	5.349,4	5.901,0	6.451,2
Agrícolas	1.937,5	1.897,1	1.872,7	1.879,4	2.629,1	2.076,3	2.351,6	2.503,9
Origem Animal	49,5	86,4	89,1	83,9	54,2	54,0	53,3	52,2
Industriais	2.406,9	2.505,4	2.567,8	2.582,8	2.970,6	3.219,1	3.496,1	3.895,1
Outras Atividades	2.749,9	3.428,1	3.623,6	3.801,4	4.582,5	6.675,0	7.414,4	7.887,2
TOTAL	31.755,8	37.402,4	38.042,1	38.998,1	44.280,6	56.580,4	59.144,0	62.385,9

BANCO DO BRASIL
EMPRÉSTIMOS À PRODUÇÃO AGRÍCOLA
Saldos em Cr$ mil

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Jul	Ago	Set	Dez	Jul	Ago	Set
PRODUTOS	4.138.506	5.770.509	5.758.437	5.834.840	6.226.483	10.000.171	10.324.108	10.978.868
Agave ou sisal	2.419	2.886	3.122	2.961	2.598	5.685	6.526	7.424
Algodão	344.662	449.881	411.911	403.634	412.780	702.652	640.140	680.602
Amendoim	21.821	21.451	24.082	24.334	33.816	39.569	39.988	43.498
Arroz	523.592	526.320	472.690	492.598	707.401	874.891	724.486	779.597
Babaçu	1.052	1.098	1.104	1.096	1.293	2.271	2.338	2.339
Batata-inglesa	7.098	15.488	17.196	17.298	14.201	30.392	32.476	34.898
Borracha	525	697	1.161	1.254	2.826	8.144	8.844	9.434
Cacau	61.779	58.374	57.349	58.138	57.531	52.036	52.262	52.510
Café	1.320.334	1.817.566	1.824.182	1.817.942	1.944.486	3.110.348	3.355.221	3.533.290
Cana-de-açúcar	246.803	509.617	589.003	629.422	754.975	1.431.498	1.544.220	1.626.303
Castanha do Pará	10.402	12.009	11.831	9.174	12.375	15.088	13.063	11.470
Cera de carnaúba	3.471	1.663	1.650	2.046	3.692	3.125	3.994	5.514
Erva-mate	1.162	829	871	803	798	2.916	4.206	4.388
Feijão	46.137	81.997	90.850	101.900	113.968	159.466	146.875	144.103
Fumo	28.890	35.281	36.739	37.637	40.730	64.480	68.904	74.071
Girassol	43	73	106	107	40	7	27	56
Juta e malva	13.189	20.860	21.497	21.404	14.814	14.408	14.530	13.117
Mandioca	90.106	95.385	94.378	95.090	95.907	94.768	94.272	94.504
Mamona	1.609	1.567	1.948	1.915	1.947	2.088	2.922	4.129
Milho	298.374	239.981	242.757	336.342	562.059	562.121	484.198	566.590
Mudas e sementes	3.198	3.407	3.463	3.875	4.815	7.968	7.936	9.254
Soja	184.965	726.121	607.634	519.991	418.305	493.826	459.212	450.331
Sorgo granífero	272	299	387	846	73	708	634	564
Trigo	156.893	179.520	184.576	189.133	157.194	228.108	233.497	249.685
Outros	769.660	968.139	1.057.950	1.065.900	867.859	2.093.608	2.383.337	2.581.196
MELHORAMENTOS E EQUIPAMENTOS	3.092.536	3.853.902	3.990.094	4.150.913	4.962.196	6.392.241	6.494.111	6.701.245
Animais de serviço	64.304	65.398	67.068	71.868	85.405	94.208	98.442	107.030
Florestamento e reflorestamento	12.256	11.281	11.035	10.578	10.823	11.019	11.133	11.462
Máquinas e aparelhos agrícolas	505.656	653.542	650.943	676.102	872.404	1.211.220	1.182.133	1.199.152
Recuperação e reforma de máquinas e implementos	10.256	10.504	10.127	10.236	11.920	12.567	11.546	11.560
Tratores agrícolas e implementos de fabricação nacional	1.332.748	1.546.717	1.595.713	1.656.756	1.970.579	2.468.487	2.483.115	2.522.782
Tratores agrícolas e implementos	29.827	33.249	33.396	34.394	41.594	52.492	51.726	51.827
Veículos automotores, autopeças e acessórios	119.561	164.639	172.645	175.925	200.567	244.561	248.105	254.651
Outros veículos e materiais de transporte	8.061	9.322	9.884	10.298	11.058	12.673	12.864	13.309
Outros	1.009.867	1.359.250	1.439.283	1.504.756	1.757.846	2.285.014	2.395.047	2.529.472
COMPOSIÇÕES	197.872	209.442	206.769	208.706	220.761	216.683	214.658	210.854
INSUMOS MODERNOS	1.069.914	915.000	877.766	960.321	1.467.498	1.825.006	1.645.549	1.780.820
ADUBOS E FERTILIZANTES	21.198	15.027	19.514	16.059	12.750	23.054	21.015	18.735
SACARIA	13.917	19.753	16.930	16.037	10.169	61.378	53.928	42.885
CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉNS	31.706	49.375	50.353	50.490	59.129	123.728	129.323	131.880
FUNDIÁRIOS	78.596	91.537	92.384	94.404	106.517	118.542	116.475	119.322
TOTAL	8.644.245	10.924.545	11.012.247	11.331.770	13.065.503	18.761.303	18.999.167	19.934.609

BANCO DO BRASIL

EMPRÉSTIMOS AO COMÉRCIO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS

Saldos em Cr$ mil

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Jul	Ago	Set	Dez	Jul	Ago	Set
PRODUTOS	**1.919.100**	**1.878.175**	**1.852.988**	**1.859.715**	**2.608.992**	**2.062.375**	**2.336.819**	**2.489.193**
Agave ou sisal	1.983	2.652	3.176	3.891	5.000	4.909	5.072	4.066
Algodão	69.132	82.493	89.139	75.495	113.841	100.824	107.007	101.109
Amendoim	1.455	2.730	3.010	2.280	2.494	2.412	2.488	2.714
Arroz	35.906	133.304	144.080	154.216	151.292	143.709	225.084	204.398
Babaçu	4.339	2.037	2.866	3.185	3.181	5.319	5.954	5.633
Cacau	983	1.748	1.344	1.685	2.212	2.734	2.608	3.408
Café	798.943	628.784	631.186	655.683	619.194	551.534	767.643	975.134
Castanha do Pará	1.109	1.316	1.139	515	918	120	550	580
Cera de carnaúba	785	435	683	730	2.087	3.839	3.702	3.035
Feijão	3.658	6.518	6.626	8.826	7.436	10.509	10.848	11.028
Fumo	3.646	5.478	5.162	5.055	5.930	10.458	10.295	10.639
Girassol	–	–	–	–	–	–	–	–
Juta e malva	8.472	10.705	13.726	15.104	9.272	10.129	10.361	10.864
Mandioca	517	249	253	290	461	311	431	541
Mamona	84	404	622	1.782	2.030	1.321	1.101	1.130
Milho	4.165	6.118	7.936	7.914	7.121	6.819	8.307	7.270
Soja	1.634	6.426	6.661	5.731	5.516	18.171	27.986	29.003
Sorgo granífero	–	–	–	–	371	145	145	–
Trigo	826.284	819.325	765.841	741.268	1.479.383	927.591	850.859	795.951
Outros	156.005	167.453	169.538	176.065	191.253	261.521	296.378	322.690
COMPOSIÇÕES	**17.856**	**18.473**	**19.303**	**19.424**	**19.748**	**13.827**	**14.482**	**14.435**
INVESTIMENTOS	**569**	**399**	**391**	**391**	**391**	**243**	**243**	**243**
TOTAL	**1.937.525**	**1.897.047**	**1.872.682**	**1.879.530**	**2.629.131**	**2.076.445**	**2.351.544**	**2.503.871**

BANCO DO BRASIL

EMPRÉSTIMOS A COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Saldos em Cr$ mil

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Jul	Ago	Set	Dez	Jul	Ago	Set
PRODUTOS	493.208	493.309	474.933	461.022	507.233	647.112	762.383	893.621
Algodão	20.213	35.939	36.977	32.816	34.588	59.523	61.557	58.193
Arroz	18.012	15.426	16.205	19.602	33.432	17.032	15.909	27.342
Batata-inglesa	67	110	171	185	200	778	753	795
Cacau	488	2.261	2.351	2.356	4.302	1.503	1.503	1.503
Café	339.131	251.120	256.055	270.628	278.254	300.730	398.639	520.709
Cana-de-açúcar	29.640	29.556	29.833	30.659	26.927	40.972	47.820	49.871
Cera de carnaúba	68	55	31	18	–	–	–	–
Erva-mate	–	–	–	–	–	–	–	–
Feijão	1.221	3.047	2.914	2.765	2.783	5.724	5.380	4.677
Fumo	3.198	6.478	3.801	3.833	4.594	4.851	6.640	8.037
Mandioca	617	887	1.011	1.250	1.545	1.375	1.380	1.495
Milho	8.806	4.718	5.492	5.852	6.173	6.313	6.526	10.885
Soja	41.752	107.620	83.320	52.403	82.806	152.117	156.077	143.206
Sorgo granífero	–	605	473	375	342	66	101	821
Trigo	20.348	26.772	27.178	29.059	23.599	42.016	45.492	51.345
Outros	9.647	8.715	9.121	9.221	7.688	14.112	14.606	14.742
MELHORAMENTOS E EQUIPAMENTOS	66.651	94.667	97.715	96.293	108.366	150.662	169.334	184.524
Máquinas e aparelhos agrícolas	992	1.297	1.243	1.160	1.403	1.184	1.161	1.133
Tratores agrícolas e implementos de fabricação nacional	7.721	6.796	6.778	6.649	6.821	5.979	5.226	5.186
Tratores agrícolas e implementos	273	228	432	432	895	760	890	890
Outros	57.665	86.346	89.262	88.052	99.247	142.739	162.057	177.314
ARMAZENAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO	24.788	102.391	113.431	109.721	53.640	63.335	88.855	133.695
COMPOSIÇÕES	1.690	1.308	1.492	1.372	6.029	5.936	6.118	5.916
INSUMOS MODERNOS	153.008	224.715	222.502	221.720	265.183	504.904	477.956	468.091
ADUBOS E FERTILIZANTES	575	33	5	5	199	–	–	–
SACARIA	103	1.029	1.029	1.068	960	371	371	378
CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉNS	83.897	82.618	81.545	79.350	82.443	73.637	69.625	63.358
TOTAL	823.920	1.000.070	992.652	970.551	1.024.053	1.445.952	1.574.642	1.754.583

BANCO DO BRASIL

EMPRÉSTIMOS À PRODUÇÃO ANIMAL

Saldos em Cr$ mil

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Jul	Ago	Set	Dez	Jul	Ago	Set
AVICULTURA	**76.952**	**91.747**	**101.295**	**107.345**	**107.707**	**137.738**	**156.998**	**168.267**
Custeio	76.952	91.747	101.295	107.345	107.707	137.738	156.998	168.267
Aquisição de aves	–	–	–	–	–	–	–	–
Melhoramentos e equipamentos	–	–	–	–	–	–	–	–
BOVINOCULTURA	**1.749.227**	**2.148.466**	**2.201.567**	**2.248.942**	**2.589.628**	**3.407.192**	**3.371.279**	**3.405.965**
Custeio	650.224	797.925	815.347	836.322	955.819	1.247.287	1.200.105	1.219.503
para engorda	206.499	251.143	261.203	270.719	280.828	376.423	354.058	349.057
para produção de carne	313.334	375.804	380.323	388.187	476.344	628.460	604.533	625.237
para produção de leite	72.264	93.889	95.232	96.469	104.558	125.478	127.320	132.758
para recriação	58.127	77.089	78.589	80.947	94.039	116.926	114.194	112.451
Aquisição de bovinos	1.042.585	1.304.879	1.339.234	1.362.110	1.568.066	1.974.619	1.978.874	1.983.380
para engorda	28.524	47.488	48.808	49.992	53.143	51.933	49.694	48.582
para produção de carne	719.136	812.106	823.305	835.346	960.229	1.075.206	1.069.164	1.066.479
para produção de leite	208.446	263.932	274.649	282.090	337.237	505.418	523.071	535.906
para recriação	86.429	181.353	192.472	194.682	217.457	342.062	336.945	332.413
Melhoramentos e equipamentos	39.052	24.992	25.017	28.802	41.554	150.083	157.670	169.720
para engorda	–	–	386	386	553	570	558	552
para produção de carne	39.052	–	–	–	–	–	–	–
para produção de leite	–	–	–	139	6.848	53.493	61.478	72.633
para recriação	–	24.992	24.631	28.277	34.153	96.020	95.634	96.535
Leite	17.366	20.670	21.969	21.708	24.189	35.203	34.630	33.365
OVINOCULTURA	**22.842**	**19.912**	**19.071**	**19.456**	**31.388**	**39.257**	**40.304**	**39.742**
Custeio	2.713	2.275	2.296	2.624	3.444	5.341	5.946	6.155
Aquisição de ovinos	9.726	14.808	15.073	15.395	23.172	29.199	28.983	29.435
Melhoramentos e equipamentos	291	–	–	–	–	–	–	–
Lã	10.112	2.829	1.702	1.437	4.772	4.717	5.375	4.152
PESCA	**4.745**	**4.834**	**5.609**	**6.731**	**10.337**	**20.016**	**18.014**	**19.317**
Custeio	4.059	2.866	2.817	3.124	5.318	7.773	5.329	5.048
Melhoramentos e equipamentos	686	1.968	2.792	3.607,	5.019	12.243	12.685	14.269
SUINOCULTURA	**65.365**	**60.248**	**62.183**	**63.734**	**71.179**	**102.690**	**115.014**	**125.704**
Custeio	58.353	53.197	55.281	56.873	63.781	93.284	104.797	114.663
Aquisição de suínos	7.012	7.051	6.902	6.861	7.398	9.406	10.217	11.041
Melhoramentos e equipamentos	–	–	–	–	–	–	–	–
OUTROS REBANHOS	**500.432**	**491.817**	**485.543**	**491.218**	**514.850**	**384.510**	**388.857**	**397.456**
Custeio	350.114	363.680	358.028	356.359	357.220	347.333	349.130	354.523
Aquisição de animais	150.368	128.137	127.515	134.859	157.630	37.177	39.727	42.933
ADUBOS E FERTILIZANTES	**905**	**681**	**756**	**766**	**852**	**463**	**423**	**398**
COMPOSIÇÕES	**64.549**	**68.376**	**67.756**	**67.157**	**74.690**	**72.212**	**71.567**	**70.760**
FUNDIÁRIOS	**37.290**	**46.352**	**46.026**	**46.224**	**53.782**	**59.362**	**59.575**	**60.331**
INSUMOS MODERNOS	**56.185**	**69.553**	**77.431**	**81.582**	**97.089**	**132.385**	**140.794**	**146.901**
MELHORAMENTOS E EQUIPAMENTOS	**1.289.006**	**1.788.102**	**1.887.582**	**1.984.457**	**2.416.113**	**3.366.915**	**3.509.611**	**3.638.830**
Animais de serviço	5.972	5.851	5.645	5.564	5.941	6.511	6.760	6.841
Máquinas e aparelhos agrícolas	16.982	22.243	22.678	23.785	28.279	37.179	39.523	41.740
Recuperação e reforma de máquinas e implementos	317	301	283	281	342	339	344	363
Tratores agrícolas e implementos de fabricação nacional	226.018	269.287	274.857	281.475	324.925	432.303	448.038	457.470
Tratores agrícolas e implementos	6.347	9.783	10.763	11.450	12.716	18.031	15.818	19.327
Veículos automotores, autopeças e acessórios	59.830	71.843	73.116	73.975	82.890	88.564	88.860	88.465
Outros veículos e materiais de transporte	1.595	1.199	1.423	1.440	1.724	2.113	2.089	2.257
Outros	971.945	1.407.595	1.498.817	1.586.487	1.959.296	2.781.825	2.905.179	3.022.367
MORATÓRIA	**94**	**88**	**88**	**88**	**83**	**66**	**66**	**66**
NÃO ESPECIFICADOS	**313**	**493**	**469**	**415**	**47**	**109**	**109**	**99**
TOTAL	**3.867.955**	**4.790.669**	**4.955.376**	**5.118.115**	**5.967.745**	**7.722.915**	**7.872.611**	**8.073.839**

BANCO DO BRASIL

EMPRÉSTIMOS AO COMÉRCIO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Saldos em Cr$ mil

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Jul	Ago	Set	Dez	Jul	Ago	Set
BOVINOS	6.659	7.026	7.579	7.510	7.682	10.100	10.739	10.574
para engorda	4.283	3.989	4.523	4.273	4.595	5.952	5.890	5.109
para produção de carne	2.196	2.604	2.576	2.786	2.764	3.622	4.323	4.738
para produção de leite	159	288	235	226	218	515	485	622
para recriação	21	145	245	225	105	11	41	105
CARNE	15.124	46.812	46.770	40.749	16.365	9.272	7.910	7.741
COUROS E PELES	12.840	16.801	18.112	19.014	15.697	17.546	18.610	18.100
LÃ	2.735	5.476	3.972	4.248	3.887	3.586	3.292	2.282
LEITE	4.371	3.570	5.029	4.748	4.420	5.569	4.237	4.284
PESCADO	729	680	817	743	867	1.437	1.802	1.570
OUTROS	5.545	5.347	6.247	6.459	4.688	6.090	6.476	7.378
COMPOSIÇÕES	1.446	662	513	500	546	405	295	295
TOTAL	49.449	86.374	89.039	83.971	54.152	54.005	53.361	52.224

BANCO DO BRASIL

EMPRÉSTIMOS A COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO ANIMAL

Saldos em Cr$ mil

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Jul	Ago	Set	Dez	Jul	Ago	Set
AVICULTURA	**3.394**	**3.270**	**3.043**	**2.855**	**3.236**	**5.581**	**4.920**	**6.121**
Custeio	3.394	3.270	3.043	2.855	3.236	5.581	4.920	6.121
BOVINOCULTURA	**21.188**	**25.662**	**26.247**	**24.808**	**25.638**	**55.918**	**58.213**	**54.843**
Custeio	15.475	18.751	19.623	17.915	20.905	23.436	25.299	25.267
para engorda	50	–	–	–	15	16	16	16
para produção de carne	177	169	881	778	545	380	62	278
para produção de leite	15.248	18.582	18.742	17.137	20.345	23.040	25.221	24.973
para recriação	–	–	–	–	–	–	–	–
Aquisição de bovinos	1.206	747	759	748	689	502	498	486
para produção de carne	775	584	604	604	591	465	462	451
para produção de leite	431	163	155	144	98	37	36	35
para recriação	–	–	–	–	–	–	–	–
Carne	4.507	6.164	5.865	6.145	4.044	31.980	32.416	29.095
Melhoramentos e equipamentos	–	–	–	–	–	–	–	–
para produção de carne	–	–	–	–	–	–	–	–
para produção de leite	–	–	–	–	–	–	–	–
OVINOCULTURA	**46.084**	**29.710**	**7.342**	**3.248**	**49.271**	**98.262**	**77.992**	**72.799**
Custeio	990	390	390	390	418	680	680	366
Aquisição de ovinos	142	88	88	75	14	–	–	–
Lã	44.952	29.232	6.864	2.783	48.839	97.582	77.312	72.433
Melhoramentos e equipamentos	–	–	–	–	–	–	–	–
SUINOCULTURA	**10.374**	**6.914**	**10.176**	**13.270**	**20.495**	**19.154**	**19.252**	**20.031**
Custeio	10.241	6.678	9.949	13.059	20.403	18.286	18.389	19.168
Aquisição de suínos	133	236	227	211	92	866	863	863
Melhoramentos e equipamentos	–	–	–	–	–	–	–	–
PESCA	**194**	**253**	**339**	**152**	**345**	**596**	**357**	**54**
Custeio	194	253	339	152	345	596	357	54
OUTROS REBANHOS	**13.372**	**14.483**	**16.166**	**16.816**	**21.077**	**27.697**	**27.794**	**27.458**
Custeio	12.839	14.483	15.166	15.816	20.017	27.292	27.624	27.458
Aquisição de animais	533	–	1.000	1.000	1.060	405	170	–
ADUBOS E FERTILIZANTES	–	–	–	–	–	–	–	–
COMPOSIÇÕES	**1.141**	**743**	**715**	**684**	**664**	**291**	**291**	**290**
INSUMOS MODERNOS	**5.398**	**6.732**	**7.075**	**12.144**	**14.368**	**12.443**	**14.086**	**14.374**
OUTROS PRODUTOS	**787**	**431**	**388**	**260**	**307**	**1.172**	**1.132**	**1.139**
MELHORAMENTOS E EQUIPAMENTOS	**12.523**	**18.347**	**20.201**	**22.370**	**28.052**	**33.437**	**38.202**	**38.376**
Animais de serviço	54	64	64	64	49	44	43	39
Máquinas e aparelhos agrícolas	16	8	8	8	8	–	–	–
Recuperação e reforma de máquinas e implementos	6	6	6	3	3	–	–	–
Tratores agrícolas e implementos de fabricação nacional	727	862	923	903	1.190	1.493	1.501	1.480
Tratores agrícolas e implementos	120	85	64	65	167	145	142	138
Outros	11.600	17.322	19.136	21.327	26.635	31.755	36.516	36.710
TOTAL	**114.455**	**106.545**	**91.692**	**96.607**	**163.453**	**254.551**	**242.239**	**235.490**

BANCO DO BRASIL

EMPRÉSTIMOS À PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Saldos em Cr$ mil

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Jul	Ago	Set	Dez	Jul	Ago	Set
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	**88.686**	**108.724**	**112.011**	**115.404**	**125.986**	**142.889**	**158.971**	**166.050**
Adubos e fertilizantes	4.267	7.893	8.581	9.091	6.227	7.916	8.713	9.417
Carvão mineral	7.500	8.807	7.487	8.639	9.524	12.149	12.663	12.129
Minério de ferro	628	1.218	1.389	1.289	1.379	2.330	1.980	3.525
Minério de manganês	517	699	651	681	658	563	570	556
Sal marinho	21.833	24.835	22.272	24.338	26.363	30.140	31.266	31.827
Outros minerais metálicos	5.067	3.954	3.915	3.856	4.288	3.985	4.870	3.781
Outros minerais não metálicos	24.397	29.508	32.091	32.448	36.162	44.206	48.535	49.302
Outros	24.477	31.810	35.625	35.062	41.385	41.600	50.374	55.513
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	**7.323.206**	**8.572.935**	**8.840.548**	**9.212.897**	**9.793.519**	**12.151.288**	**12.929.263**	**13.720.006**
Açúcar	212.860	559.752	588.636	602.673	641.238	1.387.853	1.491.398	1.552.032
Adubos e fertilizantes	77.565	88.721	96.917	100.932	86.256	97.130	133.213	146.753
Agave ou sisal	–	–	–	162	152	27	592	449
Algodão	48.823	83.696	94.552	121.850	227.847	191.428	183.968	160.711
Amendoim	2.211	2.104	4.321	4.434	1.514	8.268	11.845	11.083
Aparelhos eletrodomésticos	79.698	73.810	72.597	77.979	95.970	106.295	107.131	114.276
Arroz	53.054	57.681	67.635	86.486	90.883	111.238	135.260	146.773
Borracha	26.864	29.393	33.664	36.139	39.764	45.655	46.248	50.557
Cacau	3.973	2.262	2.208	2.208	2.342	–	–	–
Carne	169.116	392.007	394.365	372.006	202.371	600.696	588.403	574.871
Couros e peles	47.150	93.827	94.310	95.521	79.140	94.880	101.348	104.232
Fumo	10.269	11.686	11.457	9.649	6.935	10.962	10.628	10.468
Juta e malva	1.110	798	1.043	1.693	1.653	1.788	1.997	2.878
Leite	19.781	17.706	19.875	19.285	18.020	14.662	13.186	13.389
Mandioca	2.619	3.657	4.416	4.611	6.080	7.027	7.110	7.239
Mamona	988	–	279	898	288	1.435	3.260	3.254
Máquinas e aparelhos agrícolas	47.331	51.300	58.406	55.966	52.701	61.565	63.193	63.316
Metalúrgica	1.060.984	1.215.258	1.182.651	1.239.973	1.361.759	1.533.642	1.607.103	1.724.951
Milho	1.359	1.154	2.351	2.742	4.216	5.180	7.243	10.865
Papel e papelão	147.702	154.479	156.789	168.581	181.253	174.554	180.159	187.790
Pescado	25.968	25.108	28.260	30.310	36.602	33.490	32.114	28.900
Petróleo	1.801	2.471	2.880	3.080	3.798	3.555	3.399	3.268
Produtos farmacêuticos	63.909	70.197	69.914	78.935	91.497	94.705	100.702	106.752
Sacaria	9.261	14.925	16.322	18.215	18.715	35.606	35.955	33.595
Sal marinho	–	–	–	–	–	–	–	–
Soja	20.957	13.603	25.582	24.492	20.357	9.943	21.040	44.468
Têxtil	981.858	1.019.626	1.033.842	1.065.111	1.202.804	1.357.270	1.388.781	1.477.654
Tratores agrícolas	4.119	2.089	1.397	1.500	1.497	1.854	2.015	2.114
Trigo estrangeiro	104.811	105.822	103.377	108.879	95.546	154.394	164.940	168.273
Veículos automotores	217.226	213.379	218.827	225.573	240.410	296.199	318.991	330.523
Vestuário e calçados	441.984	517.008	541.547	579.489	633.585	645.789	664.427	701.242
Embarcações e motores	237	444	436	436	499	711	707	759
Outros materiais elétricos e de comunicações	163.354	202.192	204.517	211.473	224.603	222.019	233.188	242.938
Outros veículos e materiais de transporte	25.802	29.596	31.112	32.788	35.022	31.915	39.705	40.499
Outros produtos alimentares	445.690	476.243	495.446	528.126	549.594	619.029	631.973	667.545
Outros produtos da indústria mecânica	231.229	260.232	279.964	288.210	291.811	354.768	390.709	412.458
Outros produtos químicos	289.080	307.956	321.517	345.317	359.859	308.050	356.242	415.701
Outros	2.282.463	2.472.753	2.579.136	2.667.175	2.886.938	3.527.706	3.851.030	4.157.430
CONSTRUÇÃO CIVIL	27.268	32.534	34.498	37.327	43.445	61.779	63.308	65.838
MELHORAMENTOS E EQUIPAMENTOS	40.499	38.819	37.434	37.171	38.547	36.406	37.096	36.795
SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	3.757	4.860	5.085	5.998	7.020	6.426	5.253	6.800
COMPOSIÇÕES	34.576	58.251	55.165	54.250	59.727	61.441	57.599	53.346
AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	10.220	9.157	8.988	9.104	9.175	6.985	6.018	6.145
ARMAZENAMENTO	499	109	–	–	–	–	–	–
OUTROS FINS	43.641	45.137	45.887	45.933	42.057	52.739	52.777	120.437
FINANCIAMENTO DA AQUISIÇÃO DE PAPEL DE IMPRENSA	–	–	–	–	–	–	–	–
PROTERRA	2.980	22.260	24.741	31.979	70.355	145.100	150.920	157.803
TOTAL	7.575.332	8.892.786	9.164.357	9.550.063	10.189.831	12.665.055	13.461.205	14.333.220

BANCO DO BRASIL

EMPRÉSTIMOS AO COMÉRCIO DE PRODUTOS INDUSTRIAIS

Saldos em Cr$ mil

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Jul	Ago	Set	Dez	Jul	Ago	Set
Açúcar	555.506	383.289	367.531	270.023	555.564	486.684	556.277	753.517
Adubos e fertilizantes	5.117	8.759	8.221	8.346	8.186	13.564	14.953	16.740
Agave ou sisal	–	–	–	–	–	–	–	–
Algodão	6.385	11.590	11.204	11.406	21.066	22.762	22.183	17.641
Amendoim	–	–	–	–	–	19	16	31
Aparelhos eletrodomésticos	51.992	57.929	58.848	61.190	64.317	92.858	99.345	102.451
Arroz	5.758	4.863	5.802	7.480	10.603	13.223	15.117	15.720
Borracha	6.236	7.817	6.915	9.159	9.365	7.596	7.902	9.178
Cacau	293	–	–	–	–	–	–	–
Carne	1.150	1.389	1.134	1.440	1.954	2.758	2.885	2.798
Carvão mineral	520	523	383	582	548	418	1.151	799
Feijão	–	425	727	613	–	545	492	563
Juta e malva	5.772	6.019	5.123	4.782	4.736	3.907	4.072	4.185
Mandioca	7	41	143	138	140	233	239	143
Mamona	–	–	–	–	50	182	568	475
Máquinas e aparelhos agrícolas	23.714	28.305	28.164	27.606	28.459	37.840	40.051	42.181
Metalúrgica	88.063	103.366	102.536	106.509	109.123	123.564	139.611	142.734
Milho	90	48	64	77	51	–	50	159
Papel e papelão	12.535	13.534	13.665	15.533	14.733	14.167	14.011	14.956
Pescado	422	404	606	664	509	1.420	1.472	1.004
Produtos farmacêuticos	30.799	40.648	41.722	44.196	48.562	52.995	55.525	55.668
Sacaria	1.975	2.616	2.507	1.914	2.433	5.386	8.011	6.964
Sal marinho	743	284	312	220	408	715	838	490
Soja	1.029	2.200	1.825	1.500	1.215	3.448	8.049	9.195
Têxtil	43.567	38.071	41.006	43.646	43.014	54.964	56.040	59.099
Tratores agrícolas e implementos de fabricação nacional	936	615	500	384	235	59	45	20
Trigo estrangeiro	–	–	–	–	–	–	–	–
Veículos automotores	332.257	345.157	348.880	361.527	345.943	433.950	481.467	503.262
Vestuário e calçados	46.353	50.911	51.950	5594	54.761	66.814	68.773	67.832
Outros materiais elétricos	23.870	31.583	34.106	37.020	41.578	47.005	51.888	51.777
Outros veículos e materiais de transporte	4.218	3.695	4.179	5.072	5.273	6.050	6.071	6.263
Outros produtos alimentares	41.777	48.484	53.447	54.440	60.338	72.282	73.709	76.342
Outros produtos da indústria mecânica	106.626	117.899	126.669	137.233	140.777	155.139	158.150	162.879
Outros produtos químicos	32.077	34.537	38.735	39.257	48.529	59.778	60.823	65.517
Outros	976.925	1.160.400	1.210.835	1.275.088	1.343.118	1.438.693	1.546.417	1.704.529
TOTAL	2.406.823	2.505.401	2.567.749	2.582.739	2.970.603	3.219.018	3.496.201	3.896.112

BANCO DO BRASIL

EMPRÉSTIMOS A COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Saldos em Cr$ mil

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Jul	Ago	Set	Dez	Jul	Ago	Set
Açúcar	70.872	62.847	61.261	56.839	106.303	101.005	97.796	103.190
Algodão	6.895	5.726	9.369	9.673	1.216	9.229	5.875	6.559
Arroz	3.152	1.936	1.214	1.170	3.005	828	2.639	3.942
Carne	1.013	1.783	1.548	1.378	2.877	2.438	2.936	3.273
Mandioca	535	354	574	522	902	241	214	221
Soja	105	600	800	387	727	2.357	2.433	3.225
Outros produtos alimentares	2.748	3.380	3.379	3.968	4.134	3.222	3.955	3.846
Outros	1.972	1.556	3.100	3.026	2.751	4.475	3.782	5.119
TOTAL	**87.292**	**78.182**	**81.245**	**76.963**	**121.915**	**123.795**	**119.630**	**129.375**

EXPORTAÇÃO FINANCIADA PELA CACEX

US$ 1.000 FOB

Valores Acumulados no Ano

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Mar	Jun	Set	Dez	Mar	Jun	Set
TOTAL	65.987	8.349	13.969	26.208	42.988	14.981	33.008	59.387
I – Setor Energético e de Telecomunicações	735	308	510	717	951	175	725	879
Aparelhos de telefonia	669	250	452	639	786	71	279	353
Grupo gerador	24	19	19	19	99	92	342	362
Transformadores elétricos	29	28	28	28	33	–	51	53
Demais	13	11	11	31	33	12	53	111
II – Setor Industrial	59.449	7.215	12.116	23.373	38.729	14.311	31.088	56.231
a) Indústria extrativa, preparo do solo e beneficiamento de produtos agrícolas	1.742	454	862	3.290	5.694	1.468	3.752	7.244
Máquinas agrícolas	1.373	454	625	3.036	5.434	1.383	1.450	4.326
Demais	369	–	237	254	260	85	2.302	2.918
b) Indústria de Construção	4.568	998	1.542	2.931	4.434	875	3.464	6.675
Betoneiras	43	–	–	–	–	–	–	–
Britadores e equipamentos para britagem	907	473	485	786	1.166	414	964	1.131
Escavadeiras	129	–	–	–	105	–	184	420
Máquinas para pavimentação	30	48	48	48	48	–	–	–
Moto-escavo transportadores	1.133	–	147	147	450	85	469	826
Moto niveladores	1.073	–	142	282	329	85	507	571
Rolos compactadores	538	292	335	642	900	204	638	812
Demais	715	185	385	1.026	1.436	87	702	2.915
c) Indústria Gráfica	775	–	4	4	1.585	143	2.332	2.904
Guilhotinas	11	–	4	4	23	–	–	–
Demais	764	–	–	–	1.562	143	2.332	2.904
d) Indústria de Plásticos	14	–	37	117	275	57	320	552
Máquinas e aparelhos para indústria de plásticos	14	–	37	117	275	36	299	489
Demais	–	–	–	–	–	21	21	63
e) Indústria Metalúrgica	2.462	43	1.168	1.249	1.777	522	798	1.275
Máquinas e equipamentos	162	31	54	135	389	14	290	767
Plainas limadoras	153	31	35	58	84	14	35	81
Demais	9	–	19	77	1.304	–	255	686
Bens de manutenção da produção	2.300	12	1.114	1.114	1.388	508	508	508
Tubos de aço cobreado	7	12	–	–	243	–	–	–
Palanquilhas para relaminação de aço	217	–	93	93	120	–	–	–
Demais	2.076	–	1.021	1.021	1.025	508	508	508

EXPORTAÇÃO FINANCIADA PELA CACEX

US$ 1.000 FOB

Valores Acumulados no Ano

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Mar	Jun	Set	Dez	Mar	Jun	Set
f) Indústria de transporte e elevação	43.000	4.176	6.445	12.860	18.888	8.996	14.923	30.189
Veículos	25.033	4.100	5.677	11.604	17.354	8.388	13.070	26.190
Automóveis	710	791	1.478	5.752	9.166	5.744	8.033	12.053
Ônibus, caminhões e utilitários	22.097	2.923	3.621	4.788	5.270	572	1.908	8.928
Carrocerias completas	78	81	188	188	235	–	–	–
Chassis	1.579	23	108	455	2.071	1.766	2.613	4.329
Pertences e acessórios para ônibus, automóveis, etc.	569	282	282	421	612	306	516	880
Elevadores	1.261	76	625	1.016	1.196	97	526	604
Escadas e pontes rolantes	218	–	–	25	26	8	27	97
Garagens automáticas	171	–	–	72	72	–	–	–
Demais	16.317	–	143	143	240	503	1.300	3.298
g) Indústria mecânica	1.501	375	632	1.118	1.807	602	1.057	1.607
Frezadeira	22	–	–	21	26	–	–	–
Telhas elétricas	72	53	102	115	115	59	115	166
Tornos	1.096	252	389	747	1.452	526	734	983
Transformadores de solda e acessórios	58	19	34	34	34	–	–	–
Demais	253	51	107	201	180	17	208	458
h) Indústria alimentícia	4.709	260	350	599	1.945	927	1.495	1.964
Confeitaria e panificação	62	–	–	–	–	–	–	–
Engenho açucareiro	4.462	13	13	237	1.550	927	1.415	1.729
Máquina para empacotar biscoito	33	38	128	128	140	–	25	47
Máquinas e aparelhos para indústria de óleos vegetais	–	209	209	209	209	–	–	–
Demais	152	–	–	25	46	–	55	188
i) Indústria têxtil	–	834	834	872	872	284	434	718
Máquinas e aparelhos para indústria têxtil	–	731	731	769	769	268	418	702
Máquinas e equipamentos	–	103	103	103	103	–	–	–
Demais	–	–	–	–	–	16	16	16
j) Indústria de fumo	423	–	–	72	208	134	361	417
l) Indústria de refrigeração	218	35	62	62	660	268	1.391	1.446
m) Outras indústrias	37	40	180	199	584	35	761	1.240
III – Setor de Saúde	**144**	**81**	**81**	**88**	**223**	**19**	**152**	**152**
Equipamento e aparelhos para odontologia	144	81	81	81	172	6	139	139
Demais	–	–	–	7	51	13	13	13
IV – Artigos de Consumo	**4.725**	**741**	**1.068**	**1.626**	**2.387**	**462**	**964**	**1.859**
Conjuntos sanitários	6	–	–	–	–	–	–	–
Máquinas de costura, seus pertences e acessórios	809	643	686	813	1.239	262	340	479
Móveis	234	–	81	118	207	56	56	149
Televisores	37	40	192	359	391	8	182	712
Demais	3.639	58	109	336	550	136	386	522
V – Gado	**22**	**4**	**194**	**366**	**660**	**14**	**79**	**266**
VI – Demais	**912**	**–**	**–**	**38**	**38**	**–**	**–**	**–**

EXPORTAÇÃO
TONELADAS
Valores Acumulados no Ano

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Jul	Ago	Set	Dez	Jul	Ago	Set
A – PRODUTOS BÁSICOS	**41.047.544**	**30.591.908**	**34.743.955**	**40.727.655**	**56.291.827**	**36.954.559**	**41.998.033**	**49.456.327**
1 – Açúcar cristal	480.456	269.511	344.209	371.120	444.353	233.554	313.577	369.239
2 – Açúcar demerara	2.054.454	1.203.102	1.361.840	1.591.382	2.353.572	719.616	922.677	1.054.459
3 – Algodão em rama	284.201	193.849	233.266	263.887	282.792	54.817	62.623	68.067
4 – Algodão "linters"	16.276	2.535	3.159	4.596	6.978	3.616	3.821	4.351
5 – Amendoim em grãos	55.924	35.140	38.817	44.953	54.285	34.552	35.506	36.307
6 – Arroz	1.898	12.568	21.199	31.001	33.432	34.859	45.109	56.642
7 – Banana	114.189	100.722	109.687	117.910	138.492	91.006	103.115	113.010
8 – Cacau em amêndoas	102.256	28.862	36.279	45.323	82.775	55.239	72.789	87.364
9 – Café cru, em grãos	1.050.156	584.720	672.234	768.680	1.065.334	380.534	401.157	426.085
10 – Camarão	6.703	1.980	2.175	2.399	2.622	1.465	1.743	2.043
11 – Carne bovina fresca, refrigerada ou congelada	155.627	76.101	82.191	86.877	98.628	11.072	14.525	17.124
12 – Carne eqüina fresca, refrigerada ou congelada	37.536	32.104	36.786	39.940	51.530	27.351	29.766	34.531
13 – Castanha de caju	7.171	3.602	4.130	4.828	5.998	3.266	4.284	5.024
14 – Castanha-do-Pará	37.579	22.891	28.705	30.526	33.849	10.037	13.907	17.504
15 – Chá em folhas	...	4.071	4.302	4.538	...	3.004	3.045	3.101
16 – Erva mate	17.862	12.351	13.837	15.477	18.195	7.391	8.981	11.063
17 – Farelo e torta de amendoim	169.963	73.635	74.291	76.873	80.380	45.571	48.857	55.122
18 – Farelo e torta de caroço de algodão	165.921	85.418	94.176	100.676	103.676	50.434	60.047	71.009
19 – Farelo e torta de soja	1.405.329	799.676	1.060.545	1.282.977	1.581.494	547.671	752.518	1.080.482
20 – Frutas em estado natural (exceto itens 7, 13 e 14)	76.876	24.862	32.550	41.665	53.049	6.190	17.646	33.396
21 – Fumo em folhas	63.218	36.984	40.545	44.880	63.588	47.998	55.243	64.882
22 – Lã (exclusive fios)	14.376	15.615	16.484	17.071	17.792	10.332	12.782	14.148
23 – Lagosta	2.630	1.596	1.851	2.107	2.549	1.522	1.939	2.261
24 – Milho em grãos	172.074	37.870	37.870	39.190	41.010	3.641	155.062	363.904
25 – Minério de ferro	30.512.460	24.032.490	26.887.094	31.567.365	44.962.858	31.622.402	35.118.630	40.617.613
26 – Minério de manganês	1.174.682	607.490	630.627	694.294	788.435	789.580	795.168	1.263.372
27 – Minérios (exceto os itens 25 e 26)	50.190	29.636	35.530	38.849	53.602	55.524	59.280	60.336
28 – Óleo bruto de petróleo	1.038.771	631.204	695.457	817.843	960.995	447.027	484.950	572.599
29 – Pimenta em grãos,	14.298	6.019	6.316	8.370	13.761	7.940	8.298	9.788
30 – Sisal	152.124	86.464	99.906	113.858	160.241	91.499	104.437	111.779
31 – Soja em grãos	1.037.273	1.027.206	1.428.894	1.752.807	1.786.138	1.153.189	1.829.035	2.297.463
32 – Outros produtos básicos	575.071	511.634	609.003	705.393	949.424	402.660	457.516	532.259
B – PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	**4.368.978**	**3.854.059**	**4.291.828**	**4.694.459**	**5.858.735**	**2.616.091**	**2.949.077**	**3.335.748**
a) Semimanufaturados	**1.447.773**	**1.064.755**	**1.251.596**	**1.449.041**	**1.810.495**	**716.509**	**832.861**	**929.863**
33 – Cera de carnaúba	12.572	8.060	9.786	11.194	14.149	6.381	6.764	7.108
34 – Estanho em bruto	1.388	550	657	749	945	1.621	1.837	2.136
35 – Ferro e aço em peças simplesmente desbastadas	44.642	57.737	78.148	80.233	92.004	69.141	69.275	70.923
36 – Ferro fundido, em bruto	255.712	250.190	293.991	345.878	428.040	147.866	171.904	191.084
37 – Ferro-ligas, em bruto	43.404	24.094	33.701	34.896	44.195	27.526	30.912	35.375
38 – Madeira de pinho, serrada	432.173	214.435	238.076	264.605	303.202	74.887	83.754	93.581
39 – Madeira serrada (exceto pinho)	156.608	138.767	171.100	194.538	266.388	125.861	150.710	163.869
40 – Manteiga de cacau	27.333	13.503	15.288	17.417	24.234	15.770	17.898	20.799
41 – Óleo de amendoim	77.189	38.125	39.696	43.003	44.092	18.404	21.676	24.062
42 – Óleo de mamona, em bruto	127.182	48.021	56.561	75.776	131.254	93.285	105.528	114.615
43 – Óleo de soja, em bruto	...	...	...	...	...	...	...	...
44 – Óleos vegetais, em bruto (exceto os itens 41, 42 e 43)	12.620	19.564	35.769	61.080	78.207	34.196	39.725	43.142
45 – Pasta para fabricação de papel	140.697	108.705	127.256	149.565	194.178	47.079	68.658	90.084
46 – Peles e couros, preparados ou curtidos	11.381	5.908	6.555	7.137	8.362	4.631	5.143	5.745
47 – Produtos siderúrgicos semimanufaturados (exceto os itens 35, 36 e 37)	35.305	83.348	85.964	90.644	90.801	127	128	155
48 – Outros produtos semimanufaturados	69.567	53.743	59.048	72.326	90.444	49.734	58.949	67.185

EXPORTAÇÃO
TONELADAS
Valores Acumulados no Ano

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Jul	Ago	Set	Dez	Jul	Ago	Set
b) Manufaturados	2.921.205	2.789.304	3.040.232	3.245.418	4.048.240	1.899.582	2.116.216	2.405.885
49 – Borracha manufaturada	3.209	2.988	3.764	4.321	5.586	3.259	4.043	5.119
50 – Café industrializado	34.254	21.436	24.202	27.702	39.227	25.285	27.904	31.028
51 – Calçados	11.569	11.782	13.049	14.565	17.558	13.238	15.282	17.333
52 – Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (exceto os itens 60, 61 e 62)	27.353	17.300	20.159	23.106	31.702	25.641	31.277	40.389
53 – Carne de boi industrializada	36.144	17.903	20.783	25.862	35.804	21.947	24.896	27.151
54 – Chapas laminadas a quente ou a frio, de ferro ou aço	171.463	76.340	87.168	93.906	103.889	20.333	21.139	25.479
55 – Extrato de carne	1.430	499	765	843	1.131	701	839	932
56 – Fios de algodão	19.237	16.334	19.334	22.786	29.384	17.300	19.577	21.776
57 – Madeiras laminadas (exceto jacarandá)	35.550	18.441	21.580	24.980	32.420	17.945	19.869	21.957
58 – Madeiras laminadas de jacarandá	3.365	1.822	2.059	2.186	2.647	484	518	544
59 – Máquinas e aparelhos elétricos e objetos destinados a uso eletrotécnico	8.723	6.701	8.001	9.541	13.372	10.259	11.614	13.618
60 – Máquinas e aparelhos para escritório, seus pertences e acessórios	1.932	1.457	1.735	2.067	2.708	1.857	2.216	2.609
61 – Máquinas e aparelhos para extração, movimentação da terra, escavação ou perfuração do solo	3.104	1.720	2.075	2.425	3.327	2.183	2.364	3.044
62 – Máquinas ferramentas, pertences e acessórios	3.112	1.664	1.899	2.149	2.916	1.879	2.170	2.543
63 – Material de transporte	37.255	26.550	31.237	36.528	52.631	46.087	55.719	67.314
64 – Melaço comestível e não comestível	587.437	493.283	531.169	531.169	799.349	645.835	687.333	750.892
65 – Mentol	2.226	1.955	2.229	2.461	2.938	1.155	1.301	1.457
66 – Óleos combustíveis do petróleo	1.130.644	1.421.393	1.463.958	1.508.709	1.655.070	260.163	306.904	335.728
67 – Óleos essenciais	5.462	4.082	4.709	5.214	6.315	3.957	4.468	4.969
68 – Óleo de soja purificado ou refinado	59.443	14.284	29.242	29.313	30.528	8	8	8
69 – Pedras preciosas e semipreciosas lapidadas	2	0	0	1	2	4	4	4
70 – Produtos siderúrgicos manufaturados (exceto item 54)	180.028	108.563	121.348	138.181	164.068	82.909	97.692	108.949
71 – Roupa de cama e mesa, toalhas e artigos semelhantes	3.377	3.149	3.827	4.382	5.398	3.760	4.252	4.899
72 – Sucos de frutas e hortaliças (exceto de laranja)	3.871	3.427	6.168	6.594	8.545	5.676	6.900	7.014
73 – Suco de laranjas	87.157	53.747	68.123	80.755	118.572	33.570	42.259	53.851
74 – Tecidos de algodão	18.361	14.205	16.608	19.537	25.269	12.644	13.866	15.556
75 – Tecidos e artigos de malharia e ponto de meia	1.628	1.616	2.031	2.369	2.770	3.044	3.397	3.928
76 – Vestuário e seus acessórios de tecidos	2.099	2.703	3.260	3.879	4.635	2.888	3.218	3.554
77 – Vidros e manufaturas de vidro	18.700	9.115	10.958	12.531	16.586	11.146	12.892	14.671
78 – Outros produtos manufaturados	423.070	434.845	518.792	607.356	833.893	624.425	692.295	819.569
C – CONSUMO DE BORDO	254.806	392.251	517.646	598.123	796.969	382.311	444.098	541.870
D – REEXPORTAÇÃO	14.010	367.216	525.455	576.764	1.075.038	985.957	1.035.966	1.036.074
E – TRANSAÇÕES ESPECIAIS	8.490	24.808	25.630	26.995	31.018	9.537	12.513	14.199
TOTAL GERAL (A + B + C + D + E)	45.693.828	35.230.242	40.104.514	46.623.996	64.053.587	40.948.455	46.439.687	54.384.218

EXPORTAÇÃO

US$ 1.000 FOB

Valores Acumulados no Ano

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Jul	Ago	Set	Dez	Jul	Ago	Set
A – PRODUTOS BÁSICOS	2.724.615	2.157.341	2.646.605	3.138.838	4.095.466	2.006.952	2.502.838	3.008.107
1 – Açúcar cristal	89.401	58.993	75.518	81.648	97.847	98.434	145.922	185.063
2 – Açúcar demerara	314.147	225.254	257.551	300.948	454.861	231.328	344.997	428.314
3 – Algodão em rama	188.682	137.830	168.990	194.658	218.023	62.856	71.038	76.038
4 – Algodão "linters"	1.860	553	640	937	1.512	1.024	1.088	1.255
5 – Amendoim em grãos	13.651	10.413	11.874	14.566	19.483	18.196	18.740	19.210
6 – Arroz	152	1.550	2.534	3.591	4.233	8.365	13.295	18.070
7 – Banana	9.583	10.406	11.336	12.270	14.870	12.218	13.923	15.410
8 – Cacau em amêndoas	59.158	22.374	30.131	39.138	88.521	79.632	108.334	133.787
9 – Café cru, em grãos	989.219	661.527	774.214	892.320	1.243.256	494.094	506.581	538.415
10 – Camarão	17.954	5.698	6.300	7.107	8.000	5.061	6.044	7.289
11 – Carne bovina fresca, refrigerada ou congelada	169.205	113.153	122.908	130.104	148.681	18.320	23.497	26.731
12 – Carne eqüina fresca, refrigerada ou congelada	21.847	27.314	31.623	34.246	44.037	25.695	27.807	32.176
13 – Castanha de caju	8.853	5.107	6.202	7.606	9.856	7.043	9.093	10.548
14 – Castanha do Pará	20.229	13.665	17.732	19.710	22.764	9.053	12.760	16.202
15 – Chá em folhas	11.166	2.928	3.093	3.281	2.916	2.447	2.485	2.529
16 – Erva-mate	3.235	2.218	2.482	2.799	3.475	2.541	3.258	4.251
17 – Farelo e torta de amendoim	14.563	13.099	13.259	13.835	14.521	6.275	6.626	7.340
18 – Farelo e torta de caroço de algodão	11.720	10.168	12.115	13.917	14.500	5.327	6.325	7.502
19 – Farelo e torta de soja	152.348	164.180	246.674	327.153	422.634	90.966	120.170	160.786
20 – Frutas em estado natural (exceto itens 7, 13 e 14)	5.843	2.747	3.621	4.663	6.541	1.341	2.983	5.220
21 – Fumo em folhas	46.674	34.315	37.691	41.498	58.456	56.265	63.885	73.658
22 – Lã (exclusive fios)	15.937	37.649	40.346	42.818	45.216	26.158	31.051	34.351
23 – Lagosta	16.352	10.850	12.612	14.555	18.031	13.664	17.667	20.749
24 – Milho em grãos	9.629	2.710	2.710	2.883	3.146	544	16.535	41.432
25 – Minério de ferro	231.708	188.746	210.931	250.138	362.811	288.733	323.140	386.822
26 – Minério de manganês	27.264	14.202	14.787	16.368	18.867	21.860	22.090	39.715
27 – Minérios (exceto os itens 25 e 26)	14.954	11.102	12.527	14.108	17.562	9.083	11.745	13.113
28 – Óleo bruto de petróleo	15.991	9.949	11.008	13.028	15.729	15.820	18.475	25.965
29 – Pimenta em grãos	12.708	6.307	6.687	9.087	16.955	13.213	13.942	16.399
30 – Sisal	22.497	25.519	30.682	36.994	59.446	74.408	85.965	91.492
31 – Soja em grãos	127.927	246.369	373.561	484.142	494.153	228.574	346.696	466.887
32 – Outros produtos básicos	80.153	80.446	94.266	108.722	129.695	78.414	106.681	101.388
B – PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	1.221.749	982.689	1.179.433	1.391.911	1.941.253	1.600.767	1.841.927	2.136.935
a) Semimanufaturados	310.013	241.584	284.248	342.903	475.129	355.445	412.915	468.828
33 – Cera de carnaúba	11.220	7.219	8.775	10.068	13.311	18.246	19.758	21.143
34 – Estanho em bruto	5.161	2.275	2.775	3.240	4.924	12.054	14.146	16.911
35 – Ferro e aço em peças simplesmente desbastadas	4.111	6.181	8.640	8.891	10.665	9.738	9.791	10.465
36 – Ferro fundido, em bruto	11.765	12.708	15.259	18.201	23.554	14.342	17.831	20.404
37 – Ferro-ligas, em bruto	16.550	15.358	17.807	19.119	23.663	18.848	23.627	29.548
38 – Madeira de pinho, serrada	59.719	39.626	45.354	51.714	62.752	28.362	31.931	35.756
39 – Madeira serrada (exceto pinho)	12.849	12.733	15.823	18.486	27.200	19.614	23.228	25.717
40 – Manteiga de cacau	33.134	22.941	26.144	29.943	47.655	50.133	58.292	68.904
41 – Óleo de amendoim	27.425	16.236	17.008	18.790	19.359	17.475	20.620	22.883
42 – Óleo de mamona, em bruto	53.818	44.175	52.407	70.051	122.376	87.932	96.792	102.997
43 – Óleo de soja, em bruto	...	...	...	...	...	...	...	...
44 – Óleos vegetais, em bruto (exceto os itens 41, 42 e 43)	2.345	4.917	10.567	21.966	28.364	27.787	33.099	35.940
45 – Pasta para fabricação de papel	13.296	11.609	13.262	16.134	23.580	11.012	18.364	25.725
46 – Peles e couros, preparados ou curtidos	40.679	28.063	31.103	33.765	40.049	23.028	25.663	29.129
47 – Produtos siderúrgicos semimanufaturados (exceto os itens 35,36 e 37)	3.160	6.349	6.742	7.466	7.497	27	27	37
48 – Outros produtos semimanufaturados	14.748	11.194	12.582	15.069	20.180	16.847	19.746	23.269

EXPORTAÇÃO

US$ 1.000 FOB

Valores Acumulados no Ano

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973				1974		
	Dez	Jul	Ago	Set	Dez	Jul	Ago	Set
b) Manufaturados	**911.736**	**741.105**	**895.185**	**1.049.008**	**1.466.124**	**1.245.322**	**1.429.012**	**1.668.107**
49 — Borracha manufaturada	4.297	3.700	4.634	5.333	6.990	5.046	6.491	8.026
50 — Café industrializado	67.945	50.335	57.496	67.017	99.792	76.915	87.054	100.291
51 — Calçados	54.563	60.598	68.036	76.639	93.478	71.890	83.265	95.061
52 — Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (exceto os itens 60, 61 e 62)	55.255	36.071	43.342	51.485	72.222	63.977	76.827	96.870
53 — Carne de boi industrializada	50.509	32.038	37.646	48.155	69.776	53.711	60.629	65.700
54 — Chapas laminadas a quente ou a frio, de ferro ou aço	23.767	12.053	14.506	15.946	18.070	5.684	6.037	7.452
55 — Extrato de carne	10.985	4.408	7.109	7.973	11.575	10.802	12.996	14.396
56 — Fios de algodão	22.782	21.629	26.229	32.144	45.028	42.047	47.565	52.862
57 — Madeiras laminadas (exceto jacarandá)	10.512	8.527	10.292	12.318	17.565	11.803	12.635	13.551
58 — Madeiras laminadas de jacarandá	14.377	10.621	11.787	12.528	15.843	3.759	4.102	4.409
59 — Máquinas e aparelhos elétricos e objetos destinados a uso eletrotécnico	38.704	39.529	47.352	57.598	83.789	88.011	102.660	124.112
60 — Máquinas e aparelhos para escritório, seus pertences e acessórios	30.949	22.406	26.709	31.152	41.155	36.319	43.039	53.455
61 — Máquinas e aparelhos para extração, movimentação da terra, escavação ou perfuração do solo	5.953	3.410	4.084	4.761	6.553	4.967	5.348	6.966
62 — Máquinas ferramentas, pertences e acessórios	7.682	3.223	3.781	4.395	6.200	5.021	5.902	7.309
63 — Material de transporte	68.588	37.175	43.880	52.121	76.183	78.614	95.892	118.236
64 — Melaço comestível e não comestível	13.523	15.028	16.795	16.795	31.047	37.159	39.326	43.092
65 — Mentol	21.781	16.945	19.439	21.762	28.682	26.005	30.323	35.478
66 — Óleos combustíveis do petróleo	19.815	30.059	31.186	32.248	36.450	22.224	26.473	29.298
67 — Óleos essenciais	12.021	10.382	12.207	13.954	19.137	25.838	28.782	31.570
68 — Óleo de soja purificado ou refinado	14.536	3.724	8.627	13.153	9.125	8	8	8
69 — Pedras preciosas e semipreciosas lapidadas	10.728	10.742	13.036	15.676	19.186	8.131	8.977	10.885
70 — Produtos siderúrgicos manufaturados (exceto item 54)	28.563	20.221	23.561	27.537	34.801	29.491	36.091	42.434
71 — Roupa de cama e mesa, toalhas e artigos semelhantes	9.221	9.844	12.307	14.271	16.875	15.891	18.120	21.188
72 — Sucos de frutas e hortaliças (exceto de laranja)	2.150	2.097	3.692	4.063	5.349	3.936	4.794	4.864
73 — Suco de laranjas	41.499	25.871	33.739	40.750	62.244	19.159	23.874	30.255
74 — Tecidos de algodão	25.815	23.977	29.248	35.952	52.620	38.852	42.491	48.459
75 — Tecidos e artigos de malharia e ponto de meia	13.676	16.705	21.402	26.894	30.637	49.531	54.891	61.618
76 — Vestuário e seus acessórios de tecidos	13.308	17.766	23.703	28.798	32.463	32.597	35.965	40.656
77 — Vidros e manufaturas de vidro	11.500	6.777	8.068	9.165	11.981	8.418	10.143	11.677
78 — Outros produtos manufaturados	206.732	185.244	231.292	268.425	411.308	369.516	418.312	487.929
C — CONSUMO DE BORDO	9.799	14.383	20.252	24.641	35.134	39.463	45.991	55.281
D — REEXPORTAÇÃO	10.745	9.847	14.236	15.470	43.502	39.675	41.516	42.031
E — TRANSAÇÕES ESPECIAIS	24.311	57.919	61.950	65.331	82.582	32.333	43.044	48.802
TOTAL GERAL (A + B + C + D + E)	3.991.219	3.222.179	3.922.476	4.636.191	6.197.937	3.719.190	4.475.316	5.291.156

COMPENSAÇÃO DE CHEQUES

CHEQUES E OUTROS PAPÉIS COMPENSADOS

Número de Documentos

PRINCIPAIS PRAÇAS (1)	1973			1974		
	Jul	Ago	Set	Jul	Ago	Set
Rio de Janeiro (GB)	6.429.237	6.518.812	5.671.461	7.264.470	6.936.834	6.734.140
São Paulo (SP)	11.985.679	12.381.422	10.900.512	13.912.504	13.194.450	12.993.369
Belo Horizonte (MG)	1.455.044	1.474.651	1.307.727	1.714.943	1.632.336	1.684.596
Porto Alegre (RS)	1.377.042	1.426.209	1.259.810	1.770.841	1.683.673	1.729.208
Curitiba (PR)	861.853	922.538	1.005.965	1.510.661	1.459.105	1.421.313
Recife (PE)	953.051	983.595	874.815	1.132.546	1.060.373	1.095.982
Salvador (BA)	1.020.917	1.068.115	928.355	985.063	980.791	1.043.098
Fortaleza (CE)	316.268	330.845	295.929	386.173	360.962	361.956
Santos (SP)	530.849	548.842	493.413	666.724	640.991	627.577
Brasília (DF)	912.020	913.188	783.850	1.013.549	950.018	988.661
Londrina (PR)	439.208	448.678	406.895	1.278.490	1.220.199	1.335.378
Campinas (SP)	499.432	519.261	486.269	574.030	540.300	1.130.520
Goiânia (GO)	486.409	494.521	430.624	572.530	537.446	542.350
Belém (PA)	142.451	151.632	130.856	155.988	151.063	151.100
Vitória (ES)	219.299	219.815	192.114	273.765	251.091	257.252
Maringá (PR)	308.146	311.920	285.487	325.409	529.449	983.336
Ribeirão Preto (SP)	596.538	621.410	557.640	662.593	1.213.408	1.943.567
Niterói (RJ)	221.978	240.088	211.521	253.671	250.448	242.521
Manaus (AM)	102.947	104.229	89.921	115.519	106.682	101.898
Florianópolis (SC)	229.563	219.877	211.899	289.264	274.563	278.802
São José do Rio Preto (SP)	294.916	299.882	270.049	320.202	423.375	1.217.949
Maceió (AL)	101.577	109.104	97.883	127.100	119.842	121.040
Piracicaba (SP)	262.123	269.218	241.322	306.174	293.982	177.821
Campo Grande (MT)	178.283	187.974	168.563	189.991	179.825	184.249
Uberlândia (MG)	176.898	176.620	170.133	183.726	173.854	174.894
Presidente Prudente (SP)	267.166	274.160	248.658	295.145	273.277	277.184
Natal (RN)	167.072	173.536	150.019	206.107	195.001	191.257
Bauru (SP)	405.115	388.108	351.086	426.053	394.400	1.257.639
João Pessoa (PB)	77.039	79.665	69.150	94.117	87.903	89.517
Blumenau (SC)	158.574	154.743	150.390	172.362	164.814	158.770
Outras	12.670.056	12.805.353	11.548.233	13.545.675	11.775.945	(2) 9.126.294
BRASIL	**43.846.750**	**44.818.011**	**39.990.549**	**50.725.385**	**48.056.400**	**(2) 48.623.238**

(1) Selecionadas com base no valor dos documentos compensados em janeiro de 1974.

(2) Dados provisórios.

COMPENSAÇÃO DE CHEQUES

CHEQUES E OUTROS PAPÉIS COMPENSADOS

Cr$ 1.000

PRINCIPAIS PRAÇAS (1)	1973			1974		
	Jul	Ago	Set	Jul	Ago	Set
Rio de Janeiro (GB)	77.197.067	85.049.771	86.996.699	132.179.212	123.541.620	131.111.365
São Paulo (SP)	73.245.085	81.475.509	76.699.593	111.257.837	107.516.406	104.921.182
Belo Horizonte (MG)	6.250.733	6.617.704	6.191.943	8.281.435	8.196.594	8.987.671
Porto Alegre (RS)	5.336.463	5.305.416	4.894.542	8.084.474	7.737.262	7.572.676
Curitiba (PR)	4.362.638	5.043.220	4.614.149	8.130.364	7.691.784	6.454.058
Recife (PE)	2.746.403	3.139.712	2.972.080	4.095.486	3.993.547	4.141.856
Salvador (BA)	2.527.222	2.866.866	2.449.292	3.870.448	3.780.761	4.191.923
Fortaleza (CE)	1.121.823	1.291.541	1.311.183	3.642.538	3.634.217	1.662.608
Santos (SP)	1.840.904	2.052.093	1.844.315	2.533.514	2.608.717	2.620.522
Brasília (DF)	1.963.206	1.684.016	1.624.454	2.558.766	2.509.740	2.820.745
Londrina (PR)	729.089	706.763	663.879	1.956.192	1.863.455	1.840.717
Campinas (SP)	974.007	1.290.553	998.513	1.734.784	1.643.188	2.602.298
Goiânia (GO)	1.073.694	1.116.614	954.630	1.620.614	1.497.963	1.358.174
Belém (PA)	695.772	764.730	715.522	952.070	932.884	958.193
Vitória (ES)	581.007	641.258	625.059	964.095	884.601	909.290
Maringá (PR)	688.920	686.284	611.992	1.000.292	1.156.643	1.646.500
Ribeirão Preto (SP)	539.412	568.565	503.223	789.855	1.507.944	2.317.773
Niterói (RJ)	442.259	430.630	394.483	697.121	666.435	657.141
Manaus (AM)	457.071	503.746	438.297	734.154	678.535	681.890
Florianópolis (SC)	346.928	368.481	332.885	580.507	592.273	596.428
São José do Rio Preto (SP)	393.971	406.069	393.879	575.435	653.827	1.426.590
Maceió (AL)	294.738	315.413	283.659	475.283	511.593	498.214
Piracicaba (SP)	260.996	279.284	249.701	501.058	445.781	291.692
Campo Grande (MT)	324.543	374.068	341.493	491.489	478.471	447.941
Uberlândia (MG)	347.643	354.140	327.898	546.891	510.917	457.614
Presidente Prudente (SP)	333.103	332.153	310.212	476.662	437.031	403.043
Natal (RN)	244.886	266.979	254.010	405.929	389.667	402.579
Bauru (SP)	264.413	284.661	262.380	399.490	374.473	1.181.446
João Pessoa (PB)	193.439	220.541	201.238	356.578	350.777	362.493
Blumenau (SC)	270.204	255.325	227.547	436.828	419.089	381.744
Outras	15.421.203	15.804.103	13.907.625	21.845.332	18.952.823	(2) 15.295.693
BRASIL	**201.468.842**	**220.496.208**	**212.596.375**	**322.174.733**	**306.159.018**	**(2) 309.202.059**

(1) Selecionadas com base no valor dos documentos compensados em janeiro de 1974.

(2) Dados provisórios.

BANCO DO BRASIL S.A.

Contador Geral — Délio Brito

Gerente Geral de Agências no Exterior — Antônio Machado de Macedo

Inspetor Geral — Humberto M. Riella da Fonseca

Gerentes de Carteira

Câmbio

Fiscalização e Controle — Jayme Maia
Operações — Edgardo Amorim do Rego

Comércio Exterior

Operações Financeiras — Fernando de Souza Oliveira

Crédito Geral e Rural

1.ª Região — Wilson Ribeiro Lopes
2.ª Região — José Danilo Rubens Pereira
3.ª Região — Pedro Guerizoli Filho
4.ª Região — Antonio Barcelos
5.ª Região — Arnaldo Jorge Fábregas da Costa Júnior
6.ª Região — Nélson Meira de Lucena
7.ª Região — César Socias Schenkel

Chefes de Departamento

Administração e Estatística — Nilton Gomes de Mendonça Arraes
Administração de Serviços — Rogério Soares Teixeira
Assistência ao Pessoal — Luiz Augusto Costa Guimarães
Assuntos do PASEP — Joubert de Barros Fernandes
Bens Patrimoniais — Rubem de Almeida Serra
Cadastro — Rosemberg de Araújo Gouveia
Comercialização do Trigo — Humberto Garófalo
Controle e Prevenção — Paulino Jaguaribe de Oliveira
Exportação — Raul Fernandes Carneiro Filho
Funcionalismo — Celso Albano Costa
Importação — Francisco de Assis Martins Costa
Material e Comunicações — Waldemar Soares de Almeida
Normas Operacionais — Roberto Hatab
Processamento de Dados — André de Moraes Périllier
Promoção e Estudos de Mercado — Maurício Gomes Bevilacqua
Seleção e Desenvolvimento do Pessoal — Joaquim Ferreira Amaro
Tesouraria — José Carlos Lebeis Soares